



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA (PGEDA)
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA ESTADO POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA
EDUCAÇÃO**

LEONARDO VICTOR DOS SANTOS

**PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL NO SISTEMA DE ENSINO DO
TOCANTINS: IMPLICAÇÕES DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO, INFLUÊNCIA
DAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS E O REGIME DE COLABORAÇÃO NA
PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA (2015-2025)**

**PALMAS – TO
2025**

LEONARDO VICTOR DOS SANTOS

**PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL NO SISTEMA DE ENSINO DO
TOCANTINS: IMPLICAÇÕES DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO, INFLUÊNCIA
DAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS E O REGIME DE COLABORAÇÃO NA
PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA (2015-2025)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (EDUCANORTE) – Doutorado em Educação na Amazônia - Polo Universidade Federal do Tocantins (UFT) como requisito parcial para obtenção do título de Doutorado em Educação na Amazônia.

Linha de pesquisa: Estado, Políticas e Gestão da Educação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosilene Lagares

**PALMAS – TO
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237p SANTOS, Leonardo Victor dos.
PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL NO SISTEMA DE
ENSINO DO TOCANTINS: IMPLICAÇÕES DOS ACORDOS DE
COOPERAÇÃO, INFLUÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS E O
REGIME DE COLABORAÇÃO NA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA
(2015-2025). / Leonardo Victor dos SANTOS. – Palmas, TO, 2025.
298 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Educação
na Amazônia - PGEDA, 2025.

Orientadora : Profa. Dra. Rosilene Lagares

1. Política e gestão educacional. 2. Privatização da Educação. 3. Estado
integral. 4. Rede Colaboração Tocantins. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

Privatizado

*Privatizaram sua vida, seu trabalho,
sua hora de amar e seu direito de pensar.
É da empresa privada o seu passo em frente,
seu pão e seu salário.*

*E agora não contentes querem privatizar o
conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que
só à Humanidade pertence.*

(Bertold Brecht)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria de Nazaré, meu primeiro amor, que me criou para o bem, com afeto, carinho e dedicação nos momentos mais difíceis da minha formação humana.

Às minhas filhas, Beatriz e Laura, que se tornaram as pessoas mais importantes da minha vida e que me permitiram sentir o amor mais gostoso. Com vocês aprendo e reaprendo, questiono e valorizo, diariamente, o que de fato realmente importa.

À minha irmã, Laryssa de Cássia, pelo apoio de sempre, especialmente, nos cuidados e acompanhamento de nossa mãe, o que me permitiu continuar os estudos.

À Prof^a. Dra. Gisele Detomazi, pela cumplicidade e amizade de cada dia.

À minha orientadora, Prof^a. Dra. Rosilene Lagares, pelo rigor científico nas orientações para construção desta Tese, o que favoreceu uma melhor compreensão da natureza e intencionalidade da política pública educacional em geral e da tocantinense em particular.

À Prof^a. Me. Elaine Aires, pelo apoio técnico e na busca de documentos do Programa Interinstitucional Rede Colaboração Tocantins (RCT).

Aos meus colegas do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal (GepeEM) e do Observatório dos Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObSPE), por participarem direta e indiretamente da minha formação como pesquisador, assim como das discussões e sínteses apresentadas neste trabalho.

Aos meus colegas do Sistema Estadual de Ensino (SEE-TO), das escolas, da Superintendência Regional de Arraias (SRE) e da Secretaria Estadual de Educação (Seduc-TO) pelo convívio diário, pela experiência adquirida e relações profissionais estabelecidas, desde o ano de 2000.

LEONARDO VICTOR DOS SANTOS

**PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL NO SISTEMA DE ENSINO DO
TOCANTINS: IMPLICAÇÕES DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO, INFLUÊNCIA
DAS ORGANIZAÇÕES PRIVADAS E O REGIME DE COLABORAÇÃO NA
PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA (2015-2025)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (EDUCANORTE) - Doutorado em Educação na Amazônia - Polo Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito parcial para obtenção do título de Doutorado em Educação na Amazônia

Data de Defesa de Tese: 31/03/2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosilene Lagares (PGEDA – UFT)
Orientadora – Presidente da Banca

Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel (PGEDA – UNIR)
Membro Interno

Profa. Dra. Jocyléia Santana dos Santos (PPGE/PGEDA – UFT)
Examinadora Interna

Profa. Dra. Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos (PPGE – UFPA)
Membro Externa

Profa. Dra. Maria Raquel Caetano (ProfEPT – IFSul-Riograndense)
Membro Externa

Profa. Dra. Ney Cristina Monteiro de Oliveira (PGEDA – UFPA)
Membro Externa (Suplente)

RESUMO

Esta tese vincula-se ao Programa de Pós-Graduação na Amazônia, Associação Plena em Rede, no polo da Universidade Federal do Tocantins, na Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão da Educação. Tem como tema a gestão educacional no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins (SEE-TO). Aborda o objeto privatização da gestão educacional no SEE-TO, justificada no regime de colaboração e no cumprimento do Plano Estadual de Educação 2015-2025 (PEE) e materializada nos acordos de cooperação estabelecidos entre a Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (Seduc-TO) e os aparelhos privados de hegemonia da classe dominante burguesa: Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann, Instituto Sonho Grande, Instituto Corresponsabilidade pela Educação e Instituto Natura. Problematisa-se a privatização da gestão educacional no SEE-TO, justificada no regime de colaboração e no cumprimento do PEE e materializada nos acordos de cooperação estabelecidos entre a Seduc-TO e aparelhos privados de hegemonia da classe dominante burguesa, encontra-se conformada como política pública estadual em consonância com a política neoliberal nacional e internacional. Seu objetivo geral é analisar os processos de privatização da gestão educacional no SEE-TO, justificada no regime de colaboração e no cumprimento do PEE e materializada nos acordos de cooperação estabelecidos entre a Seduc-TO e aparelhos privados de hegemonia da classe dominante burguesa, e as relações com a política educacional neoliberal nacional e internacional. Defende a tese de que o fenômeno da privatização da gestão da educação e a ideia de regime de colaboração no SEE-TO explicitam um caráter dialético, de ampliação do poder de inserção dos Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa na política/gestão educacional sob a égide das teses neoliberais e de acirramento das contradições e a luta política pela constituição de outras formas de organização do sistema por meio de relações de colaboração de caráter contra hegemônico com instituições públicas presentes no Tocantins assentando-se na perspectiva gramsciana de Estado Integral. Assenta-se no método materialista histórico dialético e tem como fontes de dados e informações as pesquisas bibliográfica e documental. Como resultados, a pesquisa apresenta a análise dos Acordos de Cooperação pactuados entre a Seduc-TO e os Institutos privados, como forma de materialização da política neoliberal no SEE-TO, o que resulta na desqualificação da competência do Estado como gestor das políticas públicas educacionais e no enaltecimento do mercado e da lógica empresarial, uma vez que baseia-se na perspectiva da gestão gerencial, com os conceitos de eficiência, qualidade total, avaliação standardizada, controle de resultados, individualismo, competitividade, meritocracia, liderança, flexibilidade, produtividade, agilidade e descentralização. Do conjunto de Acordos analisados, conclui-se que a Seduc-TO está subjugada à influência hegemônica dos Aparelhos Privados de Hegemonia e que o movimento de privatização se encontra conformado como política pública estadual. À luz de uma contradição tensionada, apresenta-se o Programa Interinstitucional Rede ColaborAção Tocantins como uma proposta contra-hegemônica, que tem sido construída com concepções em defesa da educação pública, com gestão pública, democrática, participativa, inclusiva, emancipatória, laica, solidária e de qualidade socialmente referenciada.

Palavras-chave: Política e gestão educacional. Neoliberalismo e educação. Privatização da educação. Sistema de ensino do Tocantins. Estado Integral. Rede ColaborAção Tocantins.

ABSTRACT

This thesis is linked to the Postgraduate Program in the Amazon, Full Network Association, based at the Federal University of Tocantins, within the Research Line: State, Policies, and Management of Education. Its theme is educational management within the State Education System of Tocantins (SEE-TO). It addresses the object of the privatization of educational management in SEE-TO, justified by the regime of collaboration and the implementation of the State Education Plan 2015–2025 (PEE), and materialized through cooperation agreements established between the State Department of Education of Tocantins (Seduc-TO) and private apparatuses of hegemony belonging to the bourgeois ruling class: Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann, Instituto Sonho Grande, Instituto Corresponsabilidade pela Educação, and Instituto Natura. It questions whether the privatization of educational management in SEE-TO, justified under the regime of collaboration and compliance with the PEE and materialized through cooperation agreements with Seduc-TO and the private hegemonic apparatuses of the bourgeois ruling class, is structured as state public policy aligned with national and international neoliberal policies. Its general objective is to analyze the processes of privatization of educational management in SEE-TO, justified by the regime of collaboration and compliance with the PEE, and materialized through cooperation agreements between Seduc-TO and the hegemonic private apparatuses of the bourgeois ruling class, as well as the relationships with national and international neoliberal educational policies. It argues that the phenomenon of privatizing education management and the notion of a collaborative regime in SEE-TO reveal a dialectical character, expanding the insertion power of the Private Apparatuses of Hegemony of the bourgeois ruling class in educational policy/management under the aegis of neoliberal theses, while also intensifying contradictions and the political struggle for the constitution of alternative forms of system organization through counter-hegemonic collaborative relations with public institutions present in Tocantins, grounded in the Gramscian perspective of the Integral State. The thesis is based on the historical-dialectical materialist method and uses bibliographic and documentary research as its data sources. As results, the research presents an analysis of the Cooperation Agreements signed between Seduc-TO and private institutes as a means of materializing neoliberal policy in SEE-TO, which results in the devaluation of the State's capacity as a manager of public educational policies and the glorification of the market and business logic. This is based on managerial management concepts such as efficiency, total quality, standardized assessment, results control, individualism, competitiveness, meritocracy, leadership, flexibility, productivity, agility, and decentralization. From the set of analyzed Agreements, the conclusion is that Seduc-TO is subjected to the hegemonic influence of Private Apparatuses of Hegemony, and that the privatization movement is structured as a state public policy. In the face of a strained contradiction, the Interinstitutional Program Rede ColaborAção Tocantins is presented as a counter-hegemonic proposal, constructed with concepts that advocate for public education with public, democratic, participatory, inclusive, emancipatory, secular, supportive management, and socially referenced quality.

Keywords: Educational policy and management. Neoliberalism and education. Privatization of education. Tocantins education system. Integral State. Rede ColaborAção Tocantins.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas para a construção da pesquisa bibliométrica	82
Figura 2 – Reprodução de gráfico do Google Books Ngram Viewer em 12/10/2024	84
Figura 3 - Evolução na quantidade de produção durante o período de 2015 a 2024.	87
Figura 4 - TreeMap Chart da WoS com distribuição de produção por países	87
Figura 5 - Evolução combinada de publicações x citações, produzida pelos recursos WoS ..	88
Figura 6 - Grafo Co-authorship – Author com o mínimo de 1 autor por ocorrência	90
Figura 7 - Principais palavras-chave das publicações selecionadas da WoS.	91
Figura 8 - Principais palavras-chave das publicações selecionadas da WoS.	94
Figura 9 - Reprodução de tesauro para busca: "privatização da gestão da educação" OR "privatizações na educação básica no Tocantins" no Google Scholar	97
Figura 10 - Principais palavras-chave das publicações selecionadas do Google Scholar.	98
Figura 11 - Reprodução de tesauro de coocorrência de pesquisadores por agrupamento	101
Figura 12 - Mantenedores do Todos pela Educação	114
Figura 13 – Regiões geográficas imediatas por regiões intermediárias do IBGE.	132
Figura 14 - Universidades Parceiras da Fundação Lemman	191

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses do GPRPPE/UFRGS, referentes ao período de 2015 a 2023, durante a implementação do PEE/TO (2015-2023)	70
Quadro 2 – Dissertações do GPRPPE/UFRGS, referentes ao período de 2015 a 2023, durante a implementação do PEE/TO (2015-2023)	72
Quadro 3 - Artigos do GPRPPE/UFRGS, publicados no período de vigência do PEE/TO (2015-2023)	74
Quadro 4 – Tese do GREPPE/UNICAMP referentes ao período de 2015 a 2023, durante a implementação do PEE-TO (2015-2023)	78
Quadro 5 – Artigos do GREPPE/UNICAMP, publicados no período de vigência do PEE/TO (2015-2025)	79
Quadro 6 – Resultado da busca por termo no Books Ngram Viewer	83
Quadro 7 – Resultados numéricos documentos plataformas Scopus e WoS.....	85
Quadro 8 - Resultados numéricos pesquisa com refinamento para categoria, período e tipo de documento	86
Quadro 9 – Artigos localizados na Plataforma Web of Science	88
Quadro 10 - Principais autores por cluster em ordem de predominância	91
Quadro 11 - Coocorrência de palavras-chave das publicações por cluster	92
Quadro 12 - Principais palavras-chave das publicações em geral	93
Quadro 13 – Ocorrência de vocábulos em títulos e resumos da produção científica selecionada no WoS	95
Quadro 14 – Resultado do afinamento dos termos para pesquisa nas plataformas SciELO, Periódicos Capes e Google Scholar	96
Quadro 15 – Principais autores por cluster em ordem de predominância.....	97
Quadro 16 – Agrupamento de palavras-chave na pesquisa Google Scholar.....	98
Quadro 17 – Resultados para trabalhos publicados durante o período de 2015 a 2024 na plataforma Google Scholar para pesquisa "privatização da gestão da educação" OR “privatizações na educação básica no Tocantins” AND institutos AND Tocantins	99
Quadro 18 - Espaço de Governança no Todos pela Educação.....	111
Quadro 19 - Teses do Catálogo/CAPES com recorte da Região Norte, durante a implementação do PEE/TO (2015-2025).....	123
Quadro 20 – Levantamento das Dissertações do Catálogo da CAPES com recorte da Região Norte, considerando o período de implementação do PEE/TO (2015-2025).....	125
Quadro 21 - Municípios das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do Tocantins	132
Quadro 22 - Critérios para lotação de pessoal nas Superintendências Regionais de Educação – 2024	135
Quadro 23 - Lotação da SEDUC.....	138
Quadro 24 - Lotação da SEDUC.....	145
Quadro 25 - Documentos estaduais analisados: relação e fontes.....	155
Quadro 26 - Materialização da privatização da gestão educacional no Tocantins durante o período de vigência do PEE-TO: definição da política	159
Quadro 27 – Intelectuais Orgânicos do IAS e representatividade	172
Quadro 28 - Intelectuais orgânicos do Instituto Sonho Grande	180
Quadro 29 - Intelectuais orgânicos do Instituto Corresponsabilidade pela Educação	183

Quadro 30 - Intelectuais orgânicos do Instituto Natura	185
Quadro 31 - Intelectuais orgânicos da Fundação Lemann	192
Quadro 32 - Categorias da privatização da gestão da educação no SEE-TO.....	193
Quadro 33 - Descrição do Financiamento Público do MEC via Termo de Execução Descentralizada (TED)	222
Quadro 34 - Relação dos Municípios que aderiram à Rede ColaborAção Tocantins:.....	228
Quadro 35 - Intelectuais orgânicos que integram o Comitê Gestor da RCT	233
Quadro 36 - Quadro descritivo com nome, função, vínculo institucional e formação acadêmica dos Intelectuais orgânicos do PRISME.	242
Quadro 37 - Relação dos Intelectuais orgânicos do Programa EducaTO/RCT:	258

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Divisão Regional do Tocantins em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias - 2017	131
--	-----

SIGLAS

ABC	Associação Bem Comum
ADEs	Arranjos de Desenvolvimento da Educação
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.
Anfope	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPEL	Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer
APH	Aparelhos Privados de Hegemonia
APHEs	Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais
Asmet	Assessoria aos Sistemas Municipais de Ensino
ATM	Associação Tocantinense dos Municípios
AVNEI	Ambiente Virtual de Natureza Educativa-interativa
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAOPIJE	– Centro Operacional de Apoio às Promotorias da Educação
MPETO	Ministério Público do Estado do Tocantins
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação -
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação
Dam	Diretoria de Assistência aos Municípios
DCN's	Diretrizes Curriculares Nacionais
DRE	Diretorias Regionais de Educação
EC	Emenda Constitucional
Educanorte	/ Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia –
PGEDA	Doutorado em Educação na Amazônia
EMI	Ensino Médio Integral
Fapto	Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins
FED	Banco Central Americano (Federal Reserve System)
FEE-TO	Fórum Estadual de Educação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
GepeEM	Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal
GPA	Gestão para Aprendizagem
GPRPPE	Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado em Educação

GREPPE	Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional
IAS	Instituto de Ayrton Senna
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	Instituto Corresponsabilidade pela Educação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IN	Instituto Natura
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IQE	Instituto Qualidade no Ensino
ISG	Instituto Sonho Grande
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MHD	Método Materialista histórico-dialético
MPTO	Ministério Público do Tocantins
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
ObsPE	Observatório de Sistemas e Planos de Educação do Tocantins
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OM	Organismos Multilaterais
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organizações Sociais
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAR	Plano de Ações Articuladas
PARC	“Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PEE	Plano Estadual de Educação
PGEDA	Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia
PGEDA	– Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia -
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia -
PGEDA – UNIR	Universidade Federal de Rondônia
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Planos Plurianual
	<i>Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará</i>
PPGE – UFPA	
PPP	Parcerias Público-Privadas
PRISME/RCT	<i>Programa Interinstitucional Rede Colaboração Tocantins</i>
	Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública de
PROEMEM	Manaus
	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do
ProfEPT – IFSul	Instituto Federal do Sul

Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RCT	Rede de Colaboração do Tocantins
SciELO	Scientific Electronic Library Online
Seduc-TO	Secretaria Estadual de Educação do Tocantins
SEE/TO	Sistema Estadual de Educação do Tocantins
SINTET	Trabalhadores da Educação do Tocantins
SME	Sistemas Municipais de Ensino/Educação
SRE	Superintendências Regionais de Educação
TED	Termo de Execução Descentralizada
TPE	Todos pela Educação
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UFA	Universidade Federal do Acre
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
Undime-TO	União dos Dirigentes Municipais do Tocantins
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP-RC	Universidade Estadual Paulista Campus de Rios Claros
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
USP-RP	Universidade São Paulo – Ribeirão Preto
VAAR	Valor Aluno Ano Regular
WoS	Web of Science

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 TEMA, OBJETO E QUESTÃO DA PESQUISA.....	18
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	23
1.3 TESE.....	23
1.4 JUSTIFICATIVA	25
1.5 CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	28
1.5.1 A produção do conhecimento sobre o tema e o objeto da pesquisa.....	31
1.5.2 A pesquisa documental	36
2 CONCEPÇÕES DE ESTADO: BEM-ESTAR SOCIAL, NEOLIBERAL, TERCEIRA VIA, INTEGRAL/AMPLIADO	39
2.1 ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E A ILUSÃO BRASILEIRA EM SEU USUFRUTO	41
2.2 ESTADO NEOLIBERAL: UMA MINORIA PRIVILEGIADA NO CAPITALISMO VIGENTE	47
2.3 ESTADO NA TERCEIRA VIA: ESTREITO IMBRICAMENTO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO	54
2.4 ESTADO INTEGRAL (AMPLIADO) GRAMSCIANO	56
3 A PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL NO BRASIL E NA REGIÃO NORTE/AMAZÔNIA	68
3.1 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: A ATUAÇÃO DE DOIS GRUPOS DE PESQUISA	69
3.1.1 Produção intelectual do Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado em Educação (GPRPPE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	69
3.1.1.1 Teses do GPRPPE	70
3.1.1.2 Dissertações do GPRPPE/UFRGS	72
3.1.1.3 Artigos do GPRPPE/UFRGS	73
3.1.2 Produção intelectual do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional da Universidade Estadual de Campinas (GREPPE/UNICAMP).....	78
3.1.2.1 Teses do GREPPE/UNICAMP	78
3.1.2.2 Artigos do GREPPE/UNICAMP	79
3.2 PESQUISA BIBLIOMÉTRICA – DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO	80
3.3 HISTÓRICO DA INDISTINÇÃO ENTRE AS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA	101
3.3.1 Conceito, formas e dimensão da privatização.....	103
3.3.1.1 A nova gestão pública e a constituição de redes de governança para definição de política/gestão educacional: o protagonismo do Todos Pela Educação	109
3.3.1.2 Todos pela Educação: o mais influente Aparelho Privado de Hegemonia da classe dominante burguesa	110

3.3.2 Contextualizando a pesquisa na Região Norte/Amazônia do Brasil: produções registradas pela CAPES	121
4 A MATERIALIZAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DO TOCANTINS	130
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO ESTADO DO TOCANTINS.....	130
4.2 DADOS DA EDUCAÇÃO ESTADUAL DO TOCANTINS	134
4.3 A MATERIALIZAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES NEOLIBERAIS NO SISTEMA ESTADUAL DO TOCANTINS.....	152
4.3.1 A pesquisa documental na Seduc-TO: processos, mecanismos estratégias de privatização	153
4.4 A INFLUÊNCIA DO INSTITUTO AYRTON SENNA NA PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL NO SEE-TO	164
4.4.1 Sobre o IAS	166
4.4.2 Intelectuais orgânicos do Instituto Ayrton Senna	172
4.5 A PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA E GESTÃO DO ENSINO MÉDIO NO SEE-TO: A ATUAÇÃO DO ISN, IN E ICE E A JUSTIFICATIVA DE ATINGIR METAS DO PNE	173
4.5.1 Sobre o ISG, ICE e IN	176
4.5.1.1 O ISG.....	176
4.5.1.2 O ICE.....	181
4.5.1.3 Sobre o IN	184
4.6 A FUNDAÇÃO LEMANN: ATUAÇÃO HEGEMÔNICA NA FORMAÇÃO DE GESTORES EDUCACIONAIS	188
4.6.1 Intelectuais orgânicos da Fundação Lemann	192
Conselho.....	192
de Administração.....	192
da Fundação.....	192
Lemann.....	192
5 POSSIBILIDADE DE REGIME DE COLABORAÇÃO DE CARÁTER CONTRA-HEGEMÔNICO NA GESTÃO EDUCACIONAL DO SISTEMA DE ENSINO DO TOCANTINS: PROGRAMA INTERINSTITUCIONAL REDE COLABORAÇÃO TOCANTINS	196
5.1 DIREITO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: BASES NORMATIVAS E QUADRO TEÓRICO	196
5.2 REGIME DE COLABORAÇÃO NO BRASIL: BASE LEGAL E TEÓRICA	198
5.3 REGIME DE COLABORAÇÃO NO TOCANTINS: ARRANJOS ADMINISTRATIVOS FRÁGEIS E EFÊMEROS.....	205
5.4 A PESQUISA DOCUMENTAL SOBRE A REDE COLABORAÇÃO TOCANTINS (RCT).....	206
5.4.1 Histórico de criação da RCT	206
5.4.2 O direito à educação no Tocantins ameaçado pela pandemia da Covid-19.....	208

5.4.3 Instituições colaboradoras da RCT: o ineditismo de uma proposta em defesa do direito à educação pública de qualidade socialmente referenciada.....	215
5.4.3.1 Universidade Federal do Tocantins (UFT).....	215
5.4.3.2 Ministério Público do Estado do Tocantins	216
5.4.3.3 União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - seccional Tocantins (Undime-TO).....	218
5.4.3.4 Associação Tocantinense dos Municípios - ATM	219
5.4.3.5 Secretaria Estadual de Educação do Tocantins - Seduc-TO	219
5.4.3.6 Ministério da Educação (MEC).....	221
5.4.4 A participação das redes e sistemas municipais de ensino/educação no processo formativo da RCT: a busca pela autonomia municipal na gestão da política educacional	227
5.4.5 O movimento formativo da RCT: acompanhamento, monitoramento e avaliação	231
5.4.5.1 Os intelectuais orgânicos da RCT: o Comitê Gestor.....	232
5.4.5.2 A Reorganização da RCT em programas: PRISME e EducaTO	234
5.4.5.3 Programa PRISME - Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação: formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação em política/gestão educacional.....	237
5.4.5.4 EducaTO - Formação Continuada, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Processo de Gestão e Prática Pedagógica	254
5.4.5.5 A RCT como uma proposta contra-hegemônica na discussão e construção da política/gestão da educação pública no Tocantins	269
CONSIDERAÇÕES FINAIS	274
REFERÊNCIAS	280

1 INTRODUÇÃO

Esta tese vincula-se ao Programa de Pós-Graduação na Amazônia (PGEDA), Associação Plena em Rede, no polo da Universidade Federal do Tocantins (UFT), na Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão da Educação¹.

1.1 TEMA, OBJETO E QUESTÃO DA PESQUISA

A pesquisa, em desenvolvimento, tem como **tema** a gestão educacional no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins e como **objeto** a privatização da gestão educacional no SEE-TO, justificada no regime de colaboração e no cumprimento do Plano Estadual de Educação (PEE 2015-2025) e materializada nos Acordos de Cooperação estabelecidos entre a Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (Seduc-TO) e os Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) da classe dominante burguesa: Instituto Ayrton Senna (IAS) (Tocantins, 2017; 2021); Instituto Lemann (Tocantins, 2018); Instituto Sonho Grande (ISG); Instituto Corresponsabilidade pela Educação (ICE); e Instituto Natura (IN) (Tocantins, 2017; 2021)².

Na perspectiva de Coutinho (2006, p. 97) Aparelhos Privados de Hegemonia são aqueles “que representam os interesses e valores das diferentes classes e segmentos sociais”. Para Araújo e Nascimento (2020, p. 3), trabalhar com o conceito de aparelhos privados de hegemonia “nos ajuda a refletir sobre as instituições de legitimação de poder, considerando como elas agem para estabelecer consensos”. Portanto, nesta pesquisa compreendemos que os supramencionados institutos, que estabelecem estreita relações com a Seduc-TO, por meio de Acordos de Cooperação, exercem uma ação de hegemonia no âmbito da definição e implementação da agenda para a política pública educacional da referida Secretaria.

¹ Desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal (GepeEM) e do Observatório de Sistemas e Planos de Educação do Tocantins (ObSPE).

² Além das parcerias firmadas com as referidas instituições privadas, no Tocantins, ainda, constatamos as seguintes parcerias na vigência do PEE – 2015-2025: 1) Banco Mundial com o Programa Estrada do Conhecimento, em 2015; Fonte: BERTAGNA (2021) Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/2022/wp-content/uploads/2021/05/Curriculo-Gestao-Vol.-2-1.pdf>. Data: 28/09/2023. 2) Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central e Fundação Itaú Social para implementação do Programa de Tutoria Pedagógica, visando à formação continuada de gestores, a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem e a elevação dos baixos índices do IDEB do ensino médio, no ano de 2016. Fonte: Santos (2019). 3) Editora Moderna para realização do Seminário de Implantação do Aprova Brasil – Tocantins, em 2020 (Disponível em: <https://doe.to.gov.br/diario/4371/download>); Data: 28/09/2023. 4) NTC – Treinamentos, Eventos e Serviços LTDA, para capacitação de servidores para enfrentar a crise da Covid-19, em 2020. Disponível em: <https://doe.to.gov.br/diario/4215/download>. Data: 28/09/2023.

Além das citadas, a Associação Bem Comum, da Fundação Lemann e do Instituto Natura, está em negociação com a Seduc e o Governo do Estado.

Com base em Gramsci (2012) e à luz da compreensão de Coutinho (2006) e Araújo e Nascimento (2020), a nossa pesquisa aponta dois grupos antagônicos de aparelhos privados de hegemonia: os Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa, que atendem aos interesses do capital, sendo IAS, Lemann, ISG, ICE e IN; e os Aparelhos Privados de Hegemonia que lutam para construção da contra-hegemonia e em defesa da escola pública com gestão pública, como por exemplo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped; Associação Nacional de Política e Administração da Educação - Anpae; Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - Anfope; Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE; Sindicatos de Trabalhadores da Educação; Grupos de Pesquisa; e o Programa Interinstitucional Rede Colaboração Tocantins (RCT), este último que é analisado neste trabalho.

O movimento de definição do tema e do objeto corrobora a perspectiva de Fazenda (2000, p. 13-14), para quem “O ato de apropriação do objeto da escrita pressupõe uma exaustiva pesquisa anterior sobre o tema, que deve ser compreendido em seus vários aspectos”.

A estreita conexão entre o público e o privado perpassa a história da educação brasileira, e diversos autores tratam essas categorias como correlatas, com concepções e articulações para favorecimento do privado, desde a Primeira República (1889 - 1930) (Adrião, 2022; Cury, 1992; 2018; Pires, 2015a; Pires, 2015b). A partir de 1926 e com maior ênfase a partir dos anos 1930, o Estado passou a assumir seu papel no tocante ao planejamento, definição e implementação das políticas educativas (Cury, 1992) com o Manifesto dos Pioneiros da Educação.

Na década de 90, desde a redefinição do Estado brasileiro, especialmente, a partir do Plano Diretor do Aparelho de Estado (PDRAE) (Brasil, 1995), da Emenda Constitucional (EC) n. 19/1998 e da Lei Complementar nº 101/2000, chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, que fundamenta a opção pelo Estado Mínimo e a concessão legal de transferências de recursos públicos a entidades privadas via os contratos de gestão, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), acirra-se um movimento marcando essa maior relação do setor público com a iniciativa privada (Peroni, 1999 e 2015; Adrião, 2022). Essa base legal é reconhecida como três dos mais relevantes mecanismos para a participação privada no planejamento, definição, implementação e avaliação das políticas sociais em geral e da educação pública em particular (Adrião, 2018; 2022).

Para além dessa base legal, outros mecanismos têm contribuído para normatizar e instrumentalizar a expansão do protagonismo do setor privado na condução das políticas

públicas no tocante à gestão, currículo e oferta educacionais no Brasil. Nesse diapasão, podemos citar: Lei das Organizações Sociais (OS) nº 9.637/1998 (Brasil, 1998); Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) nº 9.790/1999 (Brasil, 1999); Documento Gestão Pública para um País de Todos, Plano de Gestão do Governo Lula de 2003 (Brasil, 2003); Lei nº 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública (Brasil, 2004); e o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), criado pela Lei nº 13.019/2014 (Brasil, 2014), com revisão da Lei nº 13.204 de 14 de dezembro de 2015 (Brasil, 2015), com o objetivo de proporcionar “segurança jurídica” às organizações da sociedade civil, assim como ampliar e regulamentar as parcerias dessas entidades privadas com o Estado (União, Estados e Municípios) (Farias, 2021). Para esta autora (2021, p. 739):

O Marco Regulatório ampliou os tipos de organizações que podem estabelecer parcerias com o poder público, suprimiu a exigência de titulação jurídica (OSCIP), facilitou e acelerou os trâmites administrativos, definiu medidas de controle e consequente uso do recurso público, além de instituir novos instrumentos jurídicos.

Ao normatizar e instrumentalizar a participação da iniciativa privada na direção e execução das políticas públicas educacionais, esse movimento consagra um novo regime de contratação administrativa pelo qual o poder público, as chamadas Parcerias Público-Privadas (PPP), via contratos administrativos de concessão, ao permitir que serviços ou obras públicas, incluindo a infraestrutura das escolas e outros serviços escolares, sejam transferidos para o setor privado lucrativo por meio de concorrência que preveja a participação de grupos internacionais. (Santos, 2019).

A partir das repercussões da reforma do Estado da década de 90, as PPP e privatizações foram tratadas em pesquisas, especialmente no âmbito das produções (artigos, dossiês, livros, teses e dissertações) desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado em Educação (GPRPPE), coordenado pela Profa. Dra. Vera Maria Vidal Peroni, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), assim como no Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional (GREPPE), coordenado pela Profa. Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

A pesquisa de Mestrado deste autor (Santos, 2019) apontou a incidência de institutos e fundações na definição e execução de programas e projetos para a educação pública tocanтинense. A Dissertação intitulou-se Privatizações na Educação Básica no Tocantins: parcerias público-privadas x regime de colaboração público-público, analisando como as

parcerias público-privadas influenciaram e vêm influenciando a redefinição das políticas públicas e da gestão no SEE/TO, a partir de sua criação em 1994.

Nesta pesquisa de doutoramento, analisamos os acordos de cooperação estabelecidos entre o Governo do Estado do Tocantins, por meio da Seduc/TO, e os aparelhos privados de hegemonia da classe dominante burguesa, em especial, os institutos privados, como estratégias, mecanismos e processos de privatização da educação pública tocantinense e não como “parcerias público-privadas”, como na Dissertação de Mestrado, concordando com o avanço das pesquisas desenvolvidas por Adrião (2018; 2022), quando justifica a alteração nas categorizações a seguir:

adoção de expressões como parceria público-privada, ainda que adotada em outros trabalhos, mais sirvam ao acobertamento dos processos em análise do que a explicá-los. A começar pelo fato de não se tratar de relação colaborativa entre setores que atuariam horizontalmente, como à primeira vista o termo “parceria” pode indicar (Adrião, 2018, p. 9).

De modo geral, entendemos por privatização da gestão da educação a transferência da gestão intelectual, de atividades, bens e responsabilidades do setor público para a iniciativa privada, representada por APH como institutos, fundações, consultorias, agências, entre outros, que estão cada vez mais presentes e influentes na definição e execução das políticas públicas educacionais no SEE/TO (Adrião, 2018; 2022).

Nesse sentido, compreendemos que as relações estabelecidas entre a Seduc/TO e os APH da classe dominante burguesa constituem-se na materialização de uma agenda nacional e internacional privatista e mercantilista no tocante à formulação, implementação e avaliação das políticas públicas/gestão educacional do SEE-TO, sob a hegemonia dos mencionados Institutos, em uma perspectiva que tem como base os princípios neoliberais e as orientações dos Organismos Multilaterais (OM), como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciência (UNESCO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) (Shiroma, 2005; Libâneo, 2014).

Para Shiroma (2005, p. 430), esses OM demarcavam a sua influência “por meio de seus documentos que não apenas prescreviam as orientações a serem adotadas, mas também

produziam o discurso ‘justificador’ das reformas que, preparadas em outros contextos, necessitavam erigir consensos locais para sua implementação”. Na sequência, com Shiroma e Evangelista (2014, p. 29) entendemos sobre as organizações supranacionais a influência em políticas públicas:

Na luta por hegemonia na Sociedade Civil, o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desempenham papel-chave como organizações supranacionais que exercem uma influência definitiva sobre o desenvolvimento de políticas nacionais e locais.

Em cumprimento dessa política educativa neoliberal, faz-se necessário desqualificar e justificar a ineficiência e desnecessidade do Poder Público, evidenciando os baixos índices dos resultados educacionais, por meio das avaliações externas e estandardizadas e das condições precárias da estrutura das escolas. A indicação neoliberal de ineficiência, desresponsabilização e desnecessidade do Estado na gestão das políticas públicas sociais e da educação em particular, somada com o reconhecimento e enaltecimento do mercado como padrão de qualidade a ser seguido, resultou na justificativa para privatização do público, em especial, da educação pública em vários aspectos, como na gestão educacional, gestão escolar, da oferta, do currículo, da formação de professores e gestores, do monitoramento, dos processos de avaliação e entre outros (Peroni, 1999; Peroni, 2015; Adrião, 2022).

Desse ponto de vista, cabe mencionar:

A crescente presença de OM em mudanças políticas nacionais modifica a configuração do Estado, enquanto a participação de organizações da Sociedade Civil nos processos de definição e execução de políticas públicas têm impacto sobre a construção da hegemonia necessária para governar que se utiliza de redes sociais internacionais, nacionais e regionais (Shiroma e Evangelista, 2014, p. 30).

Nessa linha de raciocínio, na pesquisa, temos por **questão central**: a privatização da gestão educacional no SEE-TO, justificada no regime de colaboração e no cumprimento do PEE 2015-2025 e materializada nos Acordos de Cooperação estabelecidos entre a Seduc-TO e aparelhos privados de hegemonia da classe dominante burguesa [Instituto Ayrton Senna (IAS); Fundação Lemann; Instituto Sonho Grande (ISG), Instituto Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e Instituto Natura (IN), encontra-se conformada como política pública estadual em consonância com a política neoliberal nacional e internacional?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Em vista do tema, do objeto, da problematização e da questão desta pesquisa temos por **objetivo geral** analisar os processos de privatização da gestão educacional no SEE/TO, justificada no regime de colaboração e no cumprimento do PEE/TO 2015-2025 e materializada nos Acordos de Cooperação estabelecidos entre a Seduc/TO e Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa – IAS, Fundação Lemann, ISG, ICE e IN, e as relações com a política educacional neoliberal nacional e internacional. Daí os **objetivos específicos**:

- Desvelar a face hegemônica do Neoliberalismo nas redefinições do papel do Estado na privatização da educação e na agenda para a política/gestão educacional, correlacionando-a às possibilidades de contra-hegemonia, concebidas pelo Estado Integral gramsciano, no campo de disputa travado entre projetos societários distintos e antagônicos na área educacional.
- Analisar o quadro teórico sobre a privatização da educação no Brasil e na Região Norte/Amazônia como um fenômeno histórico, problematizando uma discussão assentada no ponto de vista crítico, à luz dos conceitos gramscianos de hegemonia, Estado Integral, intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia.
- Analisar as relações entre os Acordos de Cooperação estabelecidos entre a Seduc-TO e os APH da classe dominante burguesa – IAS, Fundação Lemann, ISG, ICE e IN – no período de vigência do PEE/TO 2015-2025, assim como os processos, mecanismos e estratégias de privatização da gestão educacional e implicações para o regime de colaboração.
- Examinar o Programa Interinstitucional Rede Colaboração Tocantins (RCT), desenvolvido desde o ano de 2020, à luz da perspectiva gramsciana de Estado Integral, tendo em vista a constituição de outras formas de organização do Sistema Estadual de Ensino com o regime de colaboração de caráter contra-hegemônico.

1.3 TESE

Nesta pesquisa, defende-se a **Tese** de que o fenômeno da privatização da gestão da educação e a ideia de regime de colaboração no SEE-TO explicitam um caráter dialético, de ampliação do poder de inserção dos Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa na política/gestão educacional, sob a égide das teses neoliberais e de acirramento das

contradições e a luta política pela constituição de outras formas de organização do sistema por meio de relações de colaboração de caráter contra-hegemônico com instituições públicas presentes no Tocantins, assentando-se na perspectiva gramsciana de Estado Integral. Ou seja, ao mesmo tempo em que tem se ampliado a hegemonia dos institutos privados na formulação, definição, implementação e avaliação da política pública educacional no SEE-TO, também tem se acirrado as contradições e lutas contra-hegemônicas por parte de associações, sindicatos e organizações do campo crítico em defesa de uma educação efetivamente pública e com gestão pública. Dentre esses coletivos da sociedade civil que lutam por uma nova hegemonia na gestão da educação do Tocantins destacamos a atuação dos sujeitos que integram a proposta em construção do Programa Interinstitucional Rede Colaboração Tocantins (RCT).

No tocante à disputa de projetos societários e à construção de contra-hegemonia, Debrey (2003, p. 72) assinala que a “[...] a educação escolar só teria sentido se os setores críticos e educacionais da sociedade civil ocupassem os espaços abertos pelas contradições da educação na escola capitalista, erigindo, na práxis social, uma contra-hegemonia pelas bases dos espaços acadêmicos e da sociedade, na dinâmica política de seus conflitos”.

Os setores do campo crítico educacional da sociedade civil, diferentemente dos APH da classe dominante burguesa, são reconhecidos socialmente por advogarem em favor da efetiva participação do Estado no cumprimento de sua responsabilidade constitucional, isso com a garantia de uma educação pública estatal, com gestão pública e democrática, laica, inclusiva, emancipatória, participativa, com formação omnilateral e de qualidade socialmente referenciada para todas as pessoas, com a proteção intransigente do fundo público para financiamento da educação pública. Nesta pesquisa o fundo público é compreendido com base em Oliveira (1998, p. 19-20), para quem:

Este pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais.

Assim, o fundo público relaciona-se organicamente entre a soma das riquezas produzidas pelo Estado, que resulta no Produto Interno Bruto (PIB), com o financiamento das despesas públicas em geral e da educação em particular.

A Tese assenta-se nos princípios constitucionais do direito social da educação³ (Brasil,

³ Direito social da educação na perspectiva de Dourado (2013) e Araújo (2010).

1988, art. 6º), da gestão democrática⁴ do ensino público (Brasil, 1988, art. 206; LDB 9394/96, art. 3º e art. 14, incisos I e II; PNE (2014-2024, art. 9º), da autonomia federativa⁵ (Brasil, 1988, art. 18), do regime de colaboração⁶ (Brasil, 1988, art. 23, 211 e 214; LDB, 1996, art. 8º; PNE, 2014, art. 7º) e da qualidade da educação⁷ (Brasil, 1988, inciso VII; LDB, art. 3º, inciso IX e art. 4º, inciso IX).

Compreendemos a Tese como uma relevante contribuição do pesquisador para o campo da política/gestão da educação, a qual tem sido aliciada e invadida pela iniciativa privada, representada por aparelhos ideológicos de hegemonia da classe dominante burguesa. Trata-se de institutos, fundações, agências e consultorias, interessados no planejamento, definição, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais, especificamente, no destino do fundo público, por meio do financiamento da educação brasileira e, em particular, a tocanтинense.

A indicação neoliberal de ineficiência, desresponsabilização e desnecessidade do Estado na gestão das políticas públicas, somada com o reconhecimento e enaltecimento do mercado como padrão de qualidade a ser seguido, resultou na justificativa para privatização do público, em especial, da educação pública em vários aspectos: gestão educacional, gestão escolar, da oferta, do currículo, da formação de professores e gestores, do monitoramento e dos processos de avaliação. Com este entendimento, o estudo é relevante nos aspectos políticos, ideológicos e teóricos, relacionando-se diretamente à política/gestão educacional nos diversos Estados e Municípios brasileiros e, especificamente, no Tocantins, cujo objeto encontra-se pouco explorado. Esta pesquisa contribui para a produção e disseminação do conhecimento na Academia, como fonte de reflexão para os gestores estaduais e municipais no processo de definição da política/gestão educacional.

1.4 JUSTIFICATIVA

No tocante à justificativa, a motivação para definição do tema e do objeto da pesquisa, inicialmente, destaco que, desde o concurso como professor da Educação Básica no Tocantins, em junho de 2002, é público meu incômodo diante da contínua incidência de institutos e

⁴ Gestão democrática com base em Vieira (2021).

⁵ Autonomia federativa na concepção de Saviani (2010); Brito, Sousa e Carvalho (2021); Lagares, Carvalho e Brito (2022); e Medeiros e Luce (2006).

⁶ Regime de colaboração na perspectiva de Saviani (2010); Araújo (2010); Lagares (2022); e CONAE (2024).

⁷ Qualidade da educação na concepção de Dourado e Oliveira (2009); e Nardi (2023).

fundações privados na definição e execução de programas e projetos para a Educação Básica tocanтинense, na Seduc-TO, diretorias regionais de educação e escolas estaduais. Como professor na rede estadual atuei, diretamente, em sala de aula na implementação de programas e projetos do IAS, como Circuito Campeão, Acelera Brasil e Se Liga. Sem muito considerar a natureza, objetivos e finalidades, não conseguia compreender por que diretores, coordenadores e professores cumpriam à risca e sem crítica as orientações repassadas verticalmente a partir dos acordos pactuados entre a Seduc/TO e o IAS, que definiam o papel de cada um desses profissionais da educação nos processos de gestão, ensino e aprendizagem, com formação, planejamento, aulas, acompanhamento, monitoramento, avaliação e rotinas escolares previamente definidas.

Enquanto estive na função de Diretor da Escola Estadual Brigadeiro Felipe (2005-2009) e no Colégio Estadual Professora Joana Batista Cordeiro (2011-2014), em Arraias/TO, coordenei a organização de formações promovidas pelo Instituto Lemann: Progestão e Gestão para o Sucesso Escolar (GSE), cujo discurso era a transformação da gestão escolar, envolvendo a participação de todos os profissionais da escola e comunidade escolar, com responsabilidades compartilhadas, tendo como foco a gestão dos resultados educacionais, gestão democrática e participativa, gestão pedagógica, gestão administrativa, desenvolvimento da liderança entre outros.

Considero importante este contexto do objeto e do tema relacionados à minha experiência profissional na educação pública tocanтинense, tendo por referência Frigotto (1987, p. 96), ao assinalar que “quando iniciamos uma pesquisa não nos situamos no patamar ‘zero’ de conhecimento; pelo contrário, partimos de condições já dadas, existentes, e de uma prática anterior, nossa e de outros, que gerou a necessidade da pesquisa ao problematizar-se”.

Com este entendimento, ao ingressar no Mestrado em Educação, em 2016, e tendo iniciado uma formação como pesquisador na perspectiva crítica, com as aulas e participação nos grupos de pesquisa GepeEM/ObSPE e Rede MAPA⁸, dediquei-me a estudar, acompanhar, debater e produzir acerca da temática privatização da Educação Básica no Tocantins, o que resultou na Dissertação Privatizações na Educação Básica no Tocantins: parcerias público-privadas x regime de colaboração público-público (Santos, 2019) e, consequentemente, com uma melhor compreensão da importância da política pública educacional e da necessidade de pesquisar de modo mais aprofundado a natureza, objetivos e finalidades dos projetos e

⁸ Projeto coordenado em âmbito nacional pelo Prof. Dr. Elton Luiz Nardi (Unoesc) e no Tocantins pela Profa. Dra. Rosilene Lagares (UFT).

programas propostos nos acordos pactuados entre a Seduc/TO e a iniciativa privada.

Nesta trajetória acadêmica, quero mostrar minha participação em alguns eventos que impulsionaram o interesse pelo objeto: de 26 a 28 de abril de 2017, no XXVIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, realizado pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), com apresentação do trabalho *Processo de Construção e Financiamento de Planos Municipais de Educação no Tocantins: perspectivas de dirigentes*, na Universidade Federal de João Pessoa/PB. Nos dias 20 e 21 de novembro de 2017, no Seminário Nacional da Rede MAPA e Gestão Democrática: concepções e proposições político-institucionais de sistemas municipais de ensino tocaninenses, com apresentação do trabalho *Gestão da Educação Municipal na Microrregião de Dianópolis-Tocantins*, realizado em Joaçaba/SC. Entre 5 e 8 de dezembro de 2017, no Seminário Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação, com apresentação do trabalho *Parcerias Seduc-Tocantins e Iniciativa Privada e Possíveis Relações com o Plano Estadual de Educação*, realizado pelo Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado em Educação (GPRPPE), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre/RS. Da mesma forma, registro a participação de 8 a 11 de novembro de 2022, na 4ª Reunião Científica Regional da Anped Norte, que ocorreu na Universidade Federal do Amapá (Unifap), campus Marco Zero, em Macapá/AP, com programação em torno do tema "Educação na Amazônia com Justiça Social e Garantia do Direito à Educação", com apresentação do trabalho *Privatização da Educação Pública no Sistema Estadual do Tocantins: o protagonismo de institutos privados*. No período de 26 a 28 de abril de 2023, no VIII Seminário Internacional do GREPPE – O Direito à Educação na Berlinda: retrocessos em análise, com apresentação do trabalho *Privatização da Gestão do Sistema Estadual de Ensino do Tocantins: uma contraproposta*.

O interesse em desenvolver este objeto de pesquisa surgiu da necessidade de compreensão da política e gestão educacional no SEE/TO, que envolvem as complexas relações estabelecidas entre o público (Estado do Tocantins, representado pela Seduc-TO) e o privado (Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa), que definem o planejamento, formulação, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais no Estado. Por fim, por se tratar de um trabalho que tem compromisso com a melhoria da educação pública.

Os Acordos de Cooperação pactuados entre o Estado, representado pela Seduc-TO, e os Aparelhos Privados de Hegemonia têm como justificativa a promoção da melhoria da qualidade da Educação Básica pública, por meio do desenvolvimento de programas e projetos

relacionados à formação de professores, coordenadores pedagógicos e diretores de escolas do ensino fundamental e médio e da reorganização da estrutura das escolas, em nome da execução e cumprimento de metas do PNE (2014-2024) e PEE/TO (2015-2025).

Todavia, à luz da literatura especializada do campo crítico, na qual assenta-se esta Tese, entendemos que as relações estabelecidas entre o Poder Público e a iniciativa privada baseiam-se na perspectiva da gestão gerencial, com os conceitos de eficiência, qualidade total, avaliação, controle de resultados, individualismo, competitividade, meritocracia, liderança, flexibilidade, produtividade, agilidade e descentralização. Neste sentido, os objetos destes Acordos de Cooperação apropriaram-se de expressões como gestão democrática e participação para garantir o consenso dos diretores, coordenadores e professores na condução e execução dos programas e projetos pactuados.

1.5 CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa assenta-se no método materialista histórico-dialético (MHD) (Debrey, 2003; Evangelista, 2012; Frigotto, 2000; Kosik, 1976; Marx, 1983), associado a fontes bibliográficas, buscando a relação entre o universal - a partir das orientações neoliberais - e o singular, no caso, a gestão educacional do SEE/TO, em uma perspectiva de apreensão da totalidade. Para Marx (1983, p. 20):

A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento do real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção, *a priori*.

Com base em Kosik (1976, p. 42), “A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes.”

Igualmente, tem como fontes documentos, em especial, os Acordos de Cooperação, obtidos em pesquisa junto a Seduc/TO e em Diários Oficiais do Estado, com vistas “a tratar, analisar, contrapor, desconstruir ou construir uma interpretação dos documentos” (Evangelista, 2012, p. 64).

Nessa relação dialética do todo para as partes e das partes para o todo; do singular para o universal e do universal para o singular, Sousa (2014, p. 2) corrobora ao argumentar que “O

processo de construção do conhecimento vai do todo para as partes e depois das partes para o todo, realizando um círculo de síntese conforme o contexto, com necessidade de aproximação e, às vezes, de afastamento do pesquisador em relação ao objeto”. A título de esclarecimento, chamamos de ‘todo’, a política neoliberal e de ‘partes’ a política educacional tocantinense.

A pesquisa e a exposição de seus resultados consideram, então, as categorias *historicidade, contradição, filosofia da práxis, totalidade e mediação*. Assim, a investigação teórico-documental parte da análise, interpretação e conhecimento do objeto concreto em questão, pois:

Desse ponto de vista, o método é absolutamente fundamental, pois implica uma determinada forma de tratar, analisar, contrapor, desconstruir ou construir uma interpretação dos documentos e, por essa via, dar acesso às várias realidades que incorpora. É essencial considerar a maior ou menor capacidade da teorização de dar conta de suas múltiplas determinações (Evangelista, 2012, p. 68).

O método MHD justifica-se, também, pelo posicionamento epistemológico crítico a que se propõe. Conforme Mainardes (2018, p. 6):

Nenhuma metodologia é neutra e, por essa razão, ao explicitar as suas bases epistemológicas, o pesquisador deve preocupar-se com a vigilância epistemológica em sua pesquisa (metodologia, análise de dados, argumentação, conclusões etc.), cuja construção parte da perspectiva epistemológica e do posicionamento epistemológico. Em linhas gerais, o enfoque epistemológico está relacionado ao nível de coerência entre o referencial teórico, opções metodológicas, análises e conclusões. Pode ser analisado na existência ou não de um fio condutor que articula os elementos da pesquisa. Envolve a leitura sistemática e a análise da configuração textual.

Na concepção de Frigotto (2000, p. 71), “propor-se falar da dialética como método de investigação é, ao mesmo tempo, abordar um tema candente e relevante política, ideológica e teoricamente, e, contraditoriamente, expor-se a um conjunto de riscos dos quais o fundamental é a banalização ou simplificação”.

O desenvolvimento de uma pesquisa assentada no método MHD é orientada pela análise concreta da realidade (conhecida) na qual o objeto está inserido, exigindo ser contextualizada na totalidade histórica e social, buscando identificar as contradições, conflitos, antagonismos e mediações na perspectiva da filosofia da práxis da realidade. Assim, ao analisar o MHD, Frigotto (2000, p. 81) destaca que:

No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade no plano do conhecimento e no plano histórico-social.

Neste trabalho, o desenvolvimento da pesquisa educacional à luz da filosofia da práxis é relevante porque assenta-se na articulação orgânica, permanente, da teoria com a prática, assim como do pensar e do agir, tendo em vista a transformação da realidade concreta. Nesses termos, Atílio Monasta (2010, p. 31) esclarece que:

Para Gramsci, a ‘filosofia da práxis’ é uma expressão autônoma que define, em seu entendimento, o que é uma característica central do legado de Marx: o vínculo inseparável entre a teoria e a prática, o pensamento e a ação. Segundo Gramsci, a originalidade da ‘filosofia da práxis’ se assenta no fato de que é a única ‘ideologia’ que pode criticar a si própria, isto é, que consegue descobrir as raízes ‘materiais’ (ou seja, econômicas e políticas) de todas as doutrinas (incluindo, portanto, do próprio marxismo) e articular entre si, permanentemente, a teoria com a prática.

O referido método justifica-se, ainda, com Debrey (2003, p. 26), ao reiterar que não há neutralidade em pesquisa:

a pesquisa não se limita ao elemento técnico-científico propriamente dito, mas se reveste de conteúdo político, valores e paixões, porque o pesquisador é sujeito e objeto ao mesmo tempo em sua práxis e mediação da realidade. O homem é um ser social e histórico. Assim ser impossível fazer investigação científica puramente neutra. A pesquisa envolve opção teórico-metodológica e conteúdo prático-político no processo do contraditório social no qual se insere, o que demanda uma maneira de pensar e agir, para manter ou modificar a concepção de mundo dominante. Assim, opta-se, neste estudo, pela investigação e exposição dialética como concepção teórico e metodológica. A práxis, a totalidade, a historicidade, a contradição e a mediação constituem as categorias básicas do referido método dialético e o trabalho como a categoria de conteúdo em sua dimensão histórica e ontológica.

Esta perspectiva considera a relação do singular (política educacional tocantinense) com o universal (orientações internacionais e nacionais neoliberais), com a intermediação do particular, e tem como base o entendimento de Lukács (1978, p. 109) “o singular não existe senão em sua relação com o universal. O universal só existe no singular, através do singular.” Assim, na concepção de Lukács (1978, p. 112): “O movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular; ele é um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximadamente adequado.”

Essa relação é intermediada por sujeitos individuais e coletivos concretos e não abstratos, na perspectiva de Thompson (1981, p. 10), uma vez que “a relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e fatos reais”. Entendemos, dessa forma, que a política educacional do SEE-TO é definida, implementada e avaliada por APH da classe dominante burguesa, em consonância com as orientações neoliberais no âmbito nacional e internacional.

1.5.1 A produção do conhecimento sobre o tema e o objeto da pesquisa

Neste trabalho, a pesquisa bibliográfica, cujos resultados estão apresentados nas seções da tese, tem por perspectiva construir um quadro conceitual tratando de elementos de fundamentação sobre o Estado Liberal e Integral em Gramsci; a privatização da gestão educacional no Brasil, na Amazônia e no Tocantins; e o regime de colaboração no Brasil e no Tocantins, para conceber uma base de sustentação teórica, assentando-nos em pesquisadores de diferentes universidades e grupos de pesquisas, considerando a articulação do todo (universal) para as partes (singular) e das partes para o todo, à luz do movimento dialético em relação às categorias marxistas da historicidade, totalidade, contradição, práxis e mediação.

Nesta linha de raciocínio, na segunda seção deste trabalho, apresentamos as definições e redefinições do papel do Estado, no movimento de correlação e contraposição entre as categorias Estado de Bem-Estar Social, Estado Neoliberal e o Estado proposto pela Terceira Via, para após discutirmos a concepção gramsciana de Estado Integral, considerando a articulação sociedade política e sociedade civil, tendo a hegemonia como categoria central, a partir da atuação dos aparelhos privados de hegemonia e dos intelectuais orgânicos que os representam.

Esta seção é fundamentada em autores que pesquisam, produzem e disseminam conhecimentos sobre as categorias informadas, tendo como recorte histórico o período pós-Segunda Guerra Mundial. A ênfase inicial reside na teoria do Estado de Bem-Estar Social (Fiori, 1997; Rosanvallon, 1997; Oliveira, 1999; Peroni, 1999; Boron, 2003; Harvey, 2008) até meados da década de 70, quando ganham força as ideias que implicaram no (re) fortalecimento do Estado Neoliberal (Hayek, 1983; Antunes, 2003; Peroni, 1999 e 2015; Azevedo, 2004; Moraes, 2001; Debrey, 2003; Harvey, 2011) até o momento, perpassando pela Terceira Via de Anthony Giddens, no decênio de 1980 (Peroni, 1999 e 2015; Giddens, 2001 e 2007; Montaña, 2002).

Interessa-nos a compreensão de como as redefinições do papel do Estado influenciaram e vêm influenciando a definição e a implementação da agenda para a política/gestão da educação, à luz da perspectiva gramsciana de Estado Integral (Gramsci, 1982, 1999, 2001, 2011 e 2012; Jacomini, 2020; Portelli, 1997; Sheen, 2007; Carvalho, 2004 e 2016; Coutinho, 2006; Farias, 2021), e como campo de disputa de projetos societários, com concepções distintas para a materialidade de políticas educacionais (públicas ou privatistas). Alguns destes pesquisadores trazem a expressão “Estado Ampliado”, não “Estado Integral”, mas sem prejuízo para abordagem da categoria gramsciana de Estado.

Para problematizar o entendimento e o emprego dessas expressões nas referências à obra de Gramsci, investimos na compreensão da pesquisadora Adriana de Medeiros Farias, para quem (2021, p. 736):

Estado ampliado é conceito gramsciano, mas também ferramenta metodológica de pesquisa construída por um conjunto de estudos relevante, com destaque para algumas obras clássicas (DREIFUSS, 1987; MENDONÇA, 1997; BIANCHI, 2008, 2004 e FONTES, 2010) fulcrais para o desvelamento da trama de APH empresariais que se organizaram anterior ao golpe militar-empresarial de 1964, no Brasil, e permaneceram com novas formas. O arcabouço teórico-metodológico construído é referência para a consolidação da produção acadêmica, em diversos campos, dentre eles o da educação.

A fim de esclarecer a opção para utilizar nesta pesquisa a expressão “Estado Integral” em vez de “Estado Ampliado”, recorreremos mais uma vez ao ponto de vista de Farias (2021, p. 763):

Os termos Estado integral e Estado ampliado possuem o mesmo significado, no entanto, nos escritos de Gramsci consta Estado integral. No Dicionário do Pensamento Gramsciano, também referenciado no texto, consta Estado integral e Carlos Nelson Coutinho divulgou o conceito de Gramsci como Estado ampliado.

No Dicionário Gramsciano, organizado por Guido Liguori e Pasquale Voza (1926-1937), está assim posto:

Estado puro, defensor do respeito à lei, portanto, é uma “hipótese-limite”, o Estado integral, definido como “sociedade política + sociedade civil” (Q 6, 88, 763 [CC, 3, 244], nota intitulada “Estado gendarme-guarda-noturno etc.”), parece ser a forma que sempre existiu – embora in nuce – do Estado na modernidade.

O conceito de Estado Integral é, também, utilizado por Jacomini (2020, p. 1), quando esta autora reconhece a relevância da obra de Gramsci para a educação:

Constatamos que o conceito de Estado Integral pode contribuir para a compreensão das complexas relações que envolvem a agenda, a formulação, a implementação e avaliação das políticas educacionais. Destacamos a fecundidade e atualidade desse conceito na análise das políticas públicas para educação e a importância de leitura mais ampla dos escritos de Gramsci para usos adequados, a despeito das diversas interpretações.

Dessa forma, a opção pelo termo “Estado Integral” para o desenvolvimento da presente pesquisa e dos processos aqui analisados, vai ao encontro da fonte gramsciana, uma vez que há o reconhecimento de que essa expressão era a utilizada pelo pensador italiano.

Adiante, discorreremos sobre o entendimento de Estado de Bem-Estar Social como o

principal executor das políticas sociais em geral e da educação em particular, tendo no Brasil, como referência a materialização dos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988, uma vez que “a democracia é entendida como a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social” (Peroni, 2013, p. 1021). A materialização democrática dos direitos refere-se de modo geral ao art. 6º da CF, ao tratar-se dos direitos sociais, e mais especificamente ao art. 205, que aborda a área da educação.

No tocante ao Estado Neoliberal, apresentamos a concepção da crítica à intervenção estatal e a defesa do Estado mínimo, com ênfase na ineficiência do Estado e a diminuição da sua participação na condução e execução das políticas sociais em geral e da educação em particular, com a premissa neoliberal de que “menor Estado corresponde à melhor Estado” (Shiroma; Evangelista, 2014, p. 23). Nesse sentido, a indicação Neoliberal do Estado como ineficiente para gestão das políticas públicas, somada com o reconhecimento do mercado como padrão de qualidade a ser seguido, resultou na justificativa para privatização do público, em especial, da educação pública, em vários aspectos: gestão educacional, gestão escolar, da oferta, do currículo, da formação de professores e gestores, do monitoramento e dos processos de avaliação.

A redefinição do Estado como Terceira Via se define como uma alternativa entre o Estado de Bem-Estar Social e o Estado Neoliberal. Tal concepção defende uma ampla cooperação entre o Estado e o terceiro setor na definição e implementação das políticas educacionais, as chamadas Parcerias Público-Privadas.

Nesses termos, à exceção do Estado de Bem-Estar Social, tanto o Neoliberalismo quanto a Terceira Via advogam em favor do aumento da desresponsabilização do Estado no campo das políticas sociais às diretrizes neoliberais e dos Organismos Multilaterais. Ambos orientam para o repasse da sua promoção à iniciativa privada, de modo a atender uma pauta privatista e mercantilista.

Tendo em vista a análise e compreensão dos processos de formulação e implementação das políticas educacionais e o desvelamento das relações estabelecidas no Estado capitalista, abordamos, ainda, sobre o Estado Integral gramsciano, baseado na articulação entre sociedade política e sociedade civil, tendo a categoria hegemonia como central, assim como a atuação dos intelectuais orgânicos na correlação de forças como mobilizadores e articuladores da hegemonia da classe dominante e da possibilidade/necessidade de construção de uma contra-hegemonia na produção e disseminação de conhecimentos, assim como na formulação e implementação de políticas para o campo educacional.

Para compreensão do conceito e atuação do Estado na sociedade capitalista e as suas

implicações na definição e execução das políticas públicas/gestão educacional, entendemos que a perspectiva gramsciana de Estado Integral leva à compreensão do contexto mais amplo no qual a política/gestão educacional e o tema privatização da educação estão inseridos.

A discussão é desenvolvida considerando o Estado como campo de disputa de classes, com concepções e projetos antagônicos dentro do próprio Estado (sociedade política e sociedade civil). Estas distintas proposições se materializam em políticas (públicas ou privatistas), conforme os interesses de classe e frações de classe (Luduvise, 2023). Trata-se do planejamento, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas educacionais, uma vez que estas distintas forças atuam para construir e disseminar a sua hegemonia ou contra-hegemonia, tendo em vista influenciar os rumos da educação e de seu fundo público. Nesse ponto, entendemos hegemonia com Coutinho (1991, p. 14), para quem diz respeito à “[...] formação de uma vontade coletiva, de um conjunto de valores que move um sujeito coletivo e se torna, através de sua ação, um fenômeno objetivo da realidade social”.

Nesse contexto, discutimos hegemonia como categoria central para compreensão das relações sociais/educacionais empreendidas no Estado Integral gramsciano. Para tanto, há que se considerar dois campos ideológicos divergentes na definição da agenda, formulação, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais: por um lado, há intelectuais orgânicos que representam interesses da classe dominante burguesa, sujeitos e organizações concretos e não abstratos, que se articulam em redes de governança, com o objetivo de atuarem em defesa da manutenção do *status quo*, da desresponsabilização estatal com a educação pública, com perspectivas neoliberais, com vistas à institucionalização da gestão gerencial, autoritária, meritocrática, assentada na formação unilateral, competitiva, com controle de resultados e com princípios e pautas privatistas e mercadológicas (hegemonia). Nessa perspectiva, consideramos como aparelhos privados de hegemonia as redes de governança, empresas, fundações, institutos, agências, consultorias da iniciativa privada, como por exemplo: Todos pela Educação, Instituto Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Itaú, Instituto Sonho Grande, Instituto Natura, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação.

Por outro lado, há intelectuais orgânicos, entidades, associações e grupos de pesquisas que se caracterizam como APH que atuam para construção de uma perspectiva contra-hegemônica, uma vez que militam em defesa de um projeto político-educacional democrático-popular, de valorização da educação pública, com gestão pública, democrática e participativa, laica, inclusiva, emancipatória, republicana, solidária e cooperativa, baseada no direito humano à educação para todos e todas. Como exemplo podemos citar: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); a Associação Nacional pela Formação dos

Profissionais da Educação (ANFOPE); a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); a Campanha Nacional pelo Direito à Educação; a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Tocantins (SINTET); e a Rede Colaboração Tocantins (RCT).

Nessa mesma linha de atuação, constam os referidos grupos de estudos e pesquisa: o Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado em Educação (GPRPPE), coordenado pela Profa. Dra. Vera Maria Vidal Peroni, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional (GREPPE), coordenado pela Profa. Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal (GepeEM), coordenado pela Prof. Dra. Rosilene Lagares, da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Esses intelectuais orgânicos do campo crítico partilham valores que precisam ser considerados para a efetivação de um projeto de educação. Mainardes (2018, p. 13) corrobora as premissas dos autores predecessores:

[...] há valores hegemônicos que podem ser partilhados pelos pesquisadores, tais como: a defesa da democracia, da democratização real, do direito de todos à educação, da justiça social, da igualdade, da necessidade de mudanças no contexto econômico e social mais amplo (e não apenas do setor da educação), da luta em favor de uma educação não racista, não seletiva, não sexista, entre outros importantes valores.

Ao entender que a atividade intelectual não é neutra, ao contrário, toma partido, compreendemos que a fundamentação gramsciana de Estado Integral na sociedade capitalista reforça a necessidade de planejamento, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas educacionais em uma perspectiva contra-hegemônica, de modo a fortalecer a gestão democrática e participativa nas bases, em contraposição à política e gestão da educação e sua relação com os processos, mecanismos e estratégias de privatização da educação, como no Estado do Tocantins.

Na terceira seção deste trabalho, trazemos leituras teóricas sobre a privatização da gestão educacional no Brasil, na Amazônia, para a compreensão da privatização da gestão educacional no Tocantins, que se materializa em sintonia com as orientações neoliberais e dos organismos multilaterais. Nossas principais referências são os pesquisadores Adrião (2022); Peroni (1999; 2015); Peroni e Garcia (2020); Garcia e Adrião (2018); Venco, Bertagna e Garcia (Vol. 2/2021 e Vol. 3/2022); Carvalho e Pires (2020); e Santos (2017).

Para além destes intelectuais referência, realizamos quatro movimentos distintos para a construção teórica. No primeiro, realizamos levantamento das publicações (artigos, dossiês,

livros, teses e dissertações) arquivadas nos sites de dois Grupos de Pesquisa: Relações entre o Público e o Privado em Educação (GPRPPE) (<https://www.ufrgs.br/gprppe/>), coordenado pela Prof. Dra. Vera Maria Vidal Peroni/UFRGS, e Política Educacional (GREPPE) (<https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br>), coordenado pela Profa. Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião/UNICAMP.

O segundo movimento foi o levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior - CAPES (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>), com o filtro “Privatização da Educação Básica” e, posteriormente, refinando para Tipo de produção: Doutorado (Teses), Ano: 2015 a 2023; Grande Área de Conhecimento: Ciências Humanas; Área de Conhecimento: Educação. Neste levantamento, encontramos 39 incidências de Teses. Repetimos os mesmos filtros para a pesquisa do termo “Parceria Público Privada” e encontramos 56 produções. Repetimos a pesquisa com os mesmos termos e filtros, alterando o Tipo: Mestrado (Dissertação), e, para a pesquisa do termo “Privatização da Educação Básica”, encontramos 51 incidências, e o termo “Parceria Público Privada”, encontramos 70 produções.

No terceiro movimento, realizamos a Pesquisa Bibliométrica – da privatização da educação para a privatização da gestão da educação, com o objetivo de analisar o desempenho e o impacto das produções baseadas no tema privatização da educação, assim como identificar a relevância da temática no campo científico, por meio do mapeamento de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais com refinamento para estudos relacionados à privatização da gestão da educação (Moresi, 2019).

Na relação do universal para o singular, do todo para as partes e das partes para o todo, visando à apreensão da totalidade e como a nossa pesquisa de Doutorado em Educação ocorre no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia – PGEDA – Associação Plena em Rede, especificamente, sobre a privatização da gestão educacional do SEE-TO, localizado na Região Norte do Brasil, compreendemos como importante, no quarto movimento, buscar no Catálogo de Teses da CAPES, as Teses que apresentam tema e objeto que situam a discussão geograficamente na referida região, assim como no Estado do Tocantins.

1.5.2 A pesquisa documental

No que concerne à pesquisa documental, cujos resultados estão apresentados nas seções desta tese, Evangelista (2012, p. 52) entende que “Todos os documentos são importantes quando definidos no âmbito de um projeto de produção de conhecimento cuja finalidade seja a

de compreender objetivamente o mundo e sobre ele agir conscientemente”. Em relação à posição do pesquisador, esta autora complementa:

Considerando-se que o pesquisador tenha clareza, pelo menos, da temática do trabalho, local e período a serem abordados – todos passíveis de alteração se o estudo o exigir -, é importante a seleção inicial dos documentos que farão parte do *corpus* documental final. A escolha preliminar, ainda caótica, deve respeitar a pertinência aos objetivos inicialmente propostos, evitando-se tanto o alargamento exagerado da busca, quanto o seu estreitamento (Evangelista, 2012, p. 57).

Neste trabalho, a pesquisa documental tem por perspectiva construir um quadro tratando da materialização da privatização da gestão educacional no Tocantins; e das ideias acerca do regime de colaboração na gestão do Sistema de Ensino do Tocantins, em busca da constituição de estratégias de regime de colaboração de caráter contra hegemônico na gestão educacional no Tocantins, como abordado nas seções quatro e cinco.

Na quarta seção, discorreremos sobre como está acontecendo a privatização da educação pública no Estado do Tocantins, ao problematizar as relações estabelecidas, por meio dos Acordos de Cooperação, entre a Seduc-TO e Aparelhos Privados de Hegemonia como o Instituto Sonho Grande (ISN), o Instituto Natura (IN), o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação; o Instituto Ayrton Senna e Instituto Lemann, a partir da aprovação do Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE-TO – 2015-2025). A justificativa para ênfase na pesquisa acerca da atuação desses Institutos se dá em virtude de serem aqueles com maior incidência no Estado no período de implementação do referido PEE-TO. Todavia, conforme consta no Diário Oficial nº 6664, de 26 de setembro de 2024, a Associação Bem Comum⁹ alia-se aos Institutos Natura e Lemann como proponente do Acordo de Cooperação nº 12/2024, processo: 2024/27000/013393, visando a satisfação do objeto: “apoiar o Estado na implementação de regime de colaboração com seus municípios por meio do Programa de Colaboração, visando a melhoria da aprendizagem dos estudantes durante os anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase na alfabetização das crianças.” (Tocantins, 2024, p. 17).

Nesta seção, problematizamos se a privatização da gestão educacional no SEE-TO, justificada no regime de colaboração e no cumprimento do PEE 2015-2025 e materializada nos Acordos de Cooperação estabelecidos entre a Seduc-TO e Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa, encontra-se conformada como política pública estadual em

⁹ A Associação Bem Comum não é objeto desta pesquisa, no sentido de um Aparelho Privado de Hegemonia da classe dominante burguesa influente, com incidência na definição e implementação das políticas públicas educacionais no Estado no período de execução do PEE-TO (2015-2025).

consonância com a política neoliberal nacional e internacional.

Na quinta seção, objetivamos examinar o Programa Interinstitucional Rede ColaborAção Tocantins (RCT), desenvolvido desde 2020, iniciando-se no contexto da pandemia da Covid-19, por sujeitos representantes de instituições colaboradoras presentes no Estado: Universidade Federal do Tocantins (UFT), Ministério Público do Tocantins (MPTO), União dos Dirigentes Municipais do Tocantins - Undime-TO, seccional do Tocantins, Associação Tocantinense dos Municípios (ATM) e, desde 2022, a Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (Seduc-TO).

Entre os anos de 2020 e 2025, a RCT tem apoiado as redes e sistemas municipais de ensino/educação do Estado, tendo em vista a constituição de outras formas de organização do SEE-TO, com a busca de construção de um regime de colaboração de caráter contra hegemônico, uma vez que a hegemonia na condução das políticas públicas educacionais no Estado é exercida pelos Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa, por exemplo: Instituto Ayrton Senna (IAS), Instituto Lemann, Instituto Sonho Grande (ISG), Instituto Natura (IN) e Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE).

Para fundamentar a discussão, envidamos compreender as bases normativas do regime de colaboração no país, tendo como referência a CF de 1988, a LDB 9394/1996, o PNE/2014-2024 e os arranjos administrativos empreendidos no Estado, assim como o quadro teórico sobre o regime de colaboração no Brasil e as ideias que sustentam a possibilidade de construção de um regime de colaboração em uma perspectiva contra-hegemônica, com vistas a materializar os princípios basilares para a política e gestão da Educação Básica no Estado do Tocantins: a defesa intransigente de uma educação pública, com gestão pública, democrática, participativa, inclusiva, emancipatória e de qualidade socialmente referenciada para todas as pessoas, em todas as etapas, níveis e modalidades.

2 CONCEPÇÕES DE ESTADO: BEM-ESTAR SOCIAL, NEOLIBERAL, TERCEIRA VIA, INTEGRAL/AMPLIADO

Nesta seção, o objetivo é desvelar a face hegemônica do Neoliberalismo nas redefinições do papel do Estado na privatização da educação e na agenda para a política/gestão educacional, correlacionando-a às possibilidades de contra-hegemonia, concebidas pelo Estado Integral gramsciano, no campo de disputa travado entre projetos societários distintos e antagônicos na área educacional.

Como referido no preâmbulo deste trabalho, apresentamos a compreensão das definições e redefinições do papel do Estado, tendo como recorte histórico o período pós-Segunda Guerra Mundial, com ênfase inicial na teoria do Estado de Bem-Estar Social (Boron, 2003; Fiori, 1997; Harvey, 2008; Oliveira, 1999; Peroni, 1999; Rosanvallon, 1997) até meados dos anos 1970. Naquela ocasião ganharam força as ideias que implicaram no (re)fortalecimento do Estado Neoliberal (Antunes, 2003; Azevedo, 2004; Debrey, 2003; Harvey, 2011; Hayek, 1983; Moraes, 2001; Peroni, 1999 e 2015) até o momento em que se perpassou pela Terceira Via de Anthony Giddens, no decênio de 1980 (Giddens, 2001 e 2007; Peroni, 1999 e 2015; Montañó, 2002).

A partir desta fundamentação e contextualização, buscamos defender o Estado Integral gramsciano no campo de disputa de projetos societários, poder e espaço pelos Aparelhos Privados de Hegemonia (Gramsci, 1982, 1999, 2000 e 2011, 2012; Portelli, 1997; Coutinho, 2006; Sheen, 2007; Carvalho, 2004 e 2016; Dourado, 2010; Saviani, 2013; Jacomini, 2020;). A defesa do conceito de contra-hegemonia está alçada no entendimento da atuação dos intelectuais orgânicos como centrais nas complexas relações que influenciam a definição, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais, à luz de concepções antagônicas para condução da educação, em contraposição à concepção hegemônica pró privatismo na educação pública.

Com a crise estrutural do capital após a segunda metade da década de 70, tanto o Neoliberalismo quanto a Terceira Via responsabilizaram o Estado de Bem-Estar Social pela crise social, econômica e fiscal, com a justificativa de que foi ineficiente ao gastar muito com políticas públicas atendendo às demandas da população (Santos, 2019). Para superação da crise, o Neoliberalismo propõe o Estado mínimo com privatização e a Terceira Via propõe o repasse das responsabilidades estatais para o Terceiro Setor, com as Parcerias Público-Privadas.

É neste cenário que abordamos sobre o Estado Integral, tal como concebido por Gramsci

(1982, 1999, 2000 e 2011, 2012), tratando-se da articulação entre sociedade política (o governo em si e a ação governamental) e sociedade civil (organismos privados), esta última constituída pelos aparelhos privados de hegemonia como parte do Estado. Entendemos que abordar o Estado gramsciano permitirá compreender a política/gestão educacional, em meio a projetos societários em disputa e antagônicos.

Para Lenin, “a questão do Estado assume, em nossos dias, particular importância, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista teórico prático” (Lenin, 2006, p. 19). Nesta mesma linha, Mascaro (2013, p. 11) entende que “para a compreensão do Estado e da política, é necessário o entendimento de sua posição relacional, estrutural, histórica, dinâmica e contraditória dentro da totalidade da reprodução social”.

Alinhados ao entendimento de Peroni (1999), nosso referencial de Estado (suas definições e redefinições) assenta-se na perspectiva marxista, de Estado histórico, concreto, de classe, que é mínimo para as políticas sociais em geral e para as educacionais em particular, entretanto máximo para atender aos interesses do mercado. Assim, “o conceito de Estado que utilizamos neste trabalho é o mesmo que aquele proposto por Marx: Estado histórico, concreto, de classe, e, nesse sentido, Estado máximo para o capital, já que, no processo de correlação de forças em curso, detém a hegemonia.” (Peroni, 1999, p. 18).

Carnoy (1988, p. 13), baseado em Claus Offe, afirma que o Estado capitalista “é independente” de qualquer controle sistemático da classe capitalista, seja direto ou estrutural, mas, a seu ver, a burocracia de Estado representa, de qualquer forma, os interesses dos capitalistas, pois ele depende da acumulação de capital para continuar existindo como Estado”. O autor conclui que “o Estado é um ‘sujeito’ político no sentido de que organiza a acumulação do capital e é também o local das principais crises do capitalismo avançado. A política está essencialmente dentro do Estado.”

O conceito de Estado e suas redefinições, assim como a sua influência na condução da política/gestão em geral e da educação, nasceu da e para a produção capitalista e ele foi (é) organizado para atender aos interesses das relações capitalistas, pois “o Estado é uma forma necessária do capitalismo.” (Mascaro, 2015, p. 21). Nesse sentido, esse Estado capitalista molda toda a estrutura social que o compõe para tomar a forma de mercadoria, uma vez que nessa sociedade “tudo tem a forma de mercadoria, tudo está moldado para ser vendido – educação, estética, roupa, comida, saúde e, principalmente, o trabalho, o trabalhador, arremata o autor.

A ideia precípua, portanto, desta seção, é desenvolver uma crítica ao Estado Neoliberal (privatização) e da Terceira Via (Parcerias Público-Privadas), recuperando a concepção

gramsciana de Estado e a apresentando como alternativa, a partir da articulação entre a sociedade política (o governo e a ação governamental) e a sociedade civil representada pelos Aparelhos Privados de Hegemonia que defendem a educação pública, com gestão pública, laica, democrática, participativa, emancipatória e de qualidade socialmente referenciada.

2.1 ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL E A ILUSÃO BRASILEIRA EM SEU USUFRUTO

O Estado de Bem-Estar Social advém da crise do Liberalismo que pregava a liberdade de mercado e advoga em favor da participação direta do Estado como o principal responsável pelo planejamento e execução das políticas sociais em geral, tendo como referência a materialização dos direitos como saúde, educação, emprego, seguridade social, dentre outros. Para Fiori (1997, p. 131), é “a forma moderna mais avançada de exercício público de proteção social”, porque rompe com a visão de livre-mercado ao defender o papel de interventor do Estado para combater as desigualdades sociais e garantir direitos básicos, baseados na coletividade em vez do individualismo, nos direitos em vez de privilégios.

No período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em virtude dos prejuízos causados pela Guerra e, conseqüentemente, da necessidade de reconstrução social, mais especificamente de 1950 a meados da década de 70, o Estado assume um novo papel na responsabilização pelas políticas sociais em geral: seguridade social, habitação, emprego (acordos salariais e direitos trabalhistas), educação, saúde, além de outros. Esse novo papel assumido pelo Estado foi em virtude das implicações da Segunda Guerra, uma vez que as relações políticas, econômicas, sociais e de relações internacionais estavam deterioradas e também na tentativa de se evitar as condições catastróficas que ameaçavam a hegemonia capitalista com a crise de 1929, que se alastrou para a década de 30.

A construção do Estado do Bem-Estar Social, denominado por *Welfare State*, idealizado pelo economista britânico John M. Keynes (1883-1946), também conhecido como Estado-providência e/ou Estado-protetor (Rosanvallon, 1997), e de “liberalismo embutido” (Harvey, 2008, p. 20-21), surgiu da necessidade de se assegurar a paz, a inclusão, o bem-estar, a estabilidade e a tranquilidade dos países e atender interesses tanto dos capitalistas quanto dos trabalhadores (Boron, 2003; Harvey, 2008, p. 19-20). Nesse sentido, Keynes defendia uma forte atuação do Estado para o desenvolvimento da economia e queda do desemprego.

Ao explicar o movimento do Estado-nação moderno, diante das contradições e lógica

do capitalismo, Rosanvallon (1997, p. 19) assinala: “É o Estado que faz o indivíduo existir como sujeito, e, portanto, com direitos, porque ele tem por objetivo proteger estes direitos: não há Estado-protetor sem indivíduo portador de direitos, não há indivíduo que realize esses direitos sem Estado-protetor”.

Em termos conceituais, entendemos com Rosanvallon (1997) que há semelhança entre as características organizacionais no que concerne ao Estado de Bem-Estar Social, ao Estado-providência e ao Estado-protetor, pois se baseiam na mesma representação do indivíduo e de suas relações com o Estado, para além de possuírem a mesma forma e se apoiarem na organização semelhante das instituições. Contudo, Rosanvallon (1997, p. 18) esclarece que “o Estado-providência do século XX é um aprofundamento e uma extensão do Estado-protetor clássico”, porque enquanto este último atua a fim de garantir uma segurança policial aos direitos dos indivíduos, o primeiro é muito mais complexo; e “não tem apenas por função proteger as aquisições (a vida ou a propriedade); visa igualmente ações positivas (de redistribuição de renda, de regulamentação das relações sociais, de responsabilização por certos serviços coletivos, etc)” (p. 19-20).

Sobre a expressão “Estado Providência”, Rosanvallon (1997, p. 12) escreve: “É no segundo império que surge a expressão ‘Estado-Providência’ na língua francesa, criada por pensadores liberais hostis ao aumento das atribuições do Estado, mas igualmente críticos em relação a uma filosofia individualista muito radical.” Nesse sentido, ao analisar a crise do Estado-Providência, especialmente na França, o mesmo autor (p. 13) explica:

o ritmo de crescimento das despesas públicas ligadas às políticas sociais e aos mecanismos de redistribuição é atualmente muito mais rápido que o da produção nacional. Disso resulta o crescimento dos descontos obrigatórios (impostos e cotizações sociais) no produto nacional. As razões deste distanciamento entre crescimento econômico/crescimento social são fáceis de compreender. Ele é diretamente provocado pela crise e pela estagnação do crescimento que dela resultou a partir de 1974: a produção diminuiu bruscamente enquanto as despesas sociais continuavam a aumentar ‘normalmente’ (isto é, ao ritmo anterior), por um lado, e se aceleravam, por outro, em virtude justamente da crise econômica (cf. por exemplo as despesas com seguro desemprego).

A respeito da origem da expressão “Estado de Bem-Estar Social”, Rosanvallon (1997, p. 122) afirma que a expressão inglesa *Welfare State*¹⁰ é mais recente que “Estado-Providência”:

Foi criada na década de 40 (embora se falasse de *welfare policy* desde o início do século XX). O termo alemão correspondente, *Wohlfahrtsstaat*, foi empregado desde a

¹⁰ Estado de Bem-Estar Social

década de 1870 pelos ‘socialistas de cátedra’. {...} Pode-se ainda observar que a expressão *Wohlfahrtsstaat* designava também, na pena de historiadores alemães do século XIX, os aspectos julgados mais positivos da ação de polícia (*Polizeistaat*) nos governos do século XVIII: polícia do preço dos cereais, da luta contra a carestia, etc. A referência é, portanto, nitidamente antiliberal, uma vez que eram justamente esses regulamentos de polícia econômica que autores como Adam Smith criticavam vigorosamente.

Entre os anos de 1950 e final da década de 60, a ideia de Estado de Bem-Estar Social forte, gestor e fiscalizador da economia, definidor e executor de políticas públicas, e garantidor de direitos sociais, como educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos, promoveu um clima de valorização da liberdade e fortalecimento das relações democráticas, com elevadas taxas de crescimento, aumento significativo dos empregos e salários reais (Boron, 2003). Todavia, a concepção keynesiana de Estado do Bem-Estar Social foi propagada e implementada nos países centrais, de capitalismo avançado e mais desenvolvidos do mundo, uma vez que os países de capitalismo periférico e tardio não gozaram dos benefícios dessa organização estatal (Boron, 2003; Fiori, 1997; Harvey, 2008; Rosanvallon, 1997).

Com base em Peroni (1999; 2015), o Estado de Bem-Estar Social proposto por Keynes e o Neoliberalismo defendido por Hayek caracterizam uma disputa de projetos societários. Ambos atuam como intelectuais orgânicos na defesa das causas e concepções das classes que representam, com implicações diretas para a definição e implementação de políticas sociais em geral e educacionais em particular.

Nesse contexto, na relação de forças e disputa intelectual entre a perspectiva de Estado defendida por Keynes e a concepção neoliberal de Hayek, a primeira obteve maior êxito nas duas primeiras décadas pós-Segunda Guerra Mundial. Isso porque o capitalismo de mercado passou a ser regulado e organizado pelo Estado, proclamando o enfraquecimento do *laissez faire*, impedindo o mercado de funcionar livremente e com implicações para a relação entre Estado e sociedade civil. (Boron, 2003). A propósito da questão, Peroni (1999, p. 23) explica: “No pós-guerra, um dos principais expoentes do neoliberalismo, Hayek, polemizava com Keynes, disputando o debate intelectual e político da época. Por circunstâncias históricas, Keynes venceu naquele contexto, e Hayek só veio à cena mais tarde, com a crise do Estado de Bem Estar Social.”

No auge do Estado de Bem-Estar Social, houve uma ampliação dos gastos públicos para financiamento de programas sociais, com governos de direita e de esquerda, aumentando significativamente a destinação de recursos para atendimento das demandas democráticas,

apresentadas pelos sindicatos das classes trabalhadoras (Boron, 2003). Nas palavras de Harvey (2008, p. 21), “o Estado transformou-se na verdade num campo de força que internalizou relações de classe. Instituições da classe trabalhadora como sindicatos e partidos políticos de esquerda tiveram uma influência bastante concreta no aparato de Estado”. Esta é considerada a Era de Ouro do Estado intervencionista, segundo Fiori (1997), vez que foi um período da história no qual o Estado interveio para garantir os direitos sociais e minimizar as desigualdades latentes na sociedade.

Todavia, esta Era de Ouro do Estado intervencionista, de alto investimento público em políticas de proteção social, que visava garantir a legitimidade dos governantes, pois atraía votos, começou a desmoronar no final dos anos 1960 e se intensificou com a crise de acumulação de capital nos anos de 1970 (Harvey, 2008). Naquele período, a política de intervenção no mercado foi insuficiente para evitar a progressão geométrica da inflação e do desemprego em plena ascensão nos países de capitalismo avançado e de forma mais acentuada nos países de capitalismo periférico, que sequer vislumbravam essa organização de Estado de Bem-Estar Social. Diante da conjuntura e com duras críticas dos intelectuais neoliberais, dentre os quais Hayek, fez-se necessária uma alternativa para superação da crise.

Para tanto, Mézaros (2003) concebe o capital como o responsável pela crise, uma vez que não sobrevive sem o apoio incondicional do Estado. Assim, também, Vieira (2011) considera a crise em virtude do acúmulo de capital, diante da concorrência entre os monopólios internacionais e multinacionais.

No caso brasileiro, sobre ter experimentado a estrutura de um Estado de Bem-Estar Social, aparentemente, houve uma espécie de ilusão neste sentido, como a seguir discutida. A literatura aponta que durante o período mais recente de ditadura militar (1964-1985), mais especificamente, a partir da década de 80, a sociedade intensificou movimentos para a democracia e, conseqüentemente, de democratização da educação e da escola.

Com a democratização do País e à luz de uma maior organização dos movimentos sociais, da mobilização e reivindicação da sociedade na luta para garantia dos direitos sociais em geral e da educação em particular, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil (CF), em 5 de outubro de 1988, definida por Ulysses Guimarães como a Constituição Cidadã (Cury, 2018). Reconhecida com o *status* de assegurar os direitos sociais básicos (Art. 6º), era normal imaginar que se tratava de uma tentativa de que o Brasil se organizasse política e administrativamente como um Estado de Bem-Estar Social. Entretanto, no momento em que o País se aventurava na tentativa de emplacar um modelo desta natureza, internacionalmente,

havia o fortalecimento do Neoliberalismo, com princípios e orientações que diminuía o papel do Estado em relação à promoção e execução das políticas sociais. Peroni (2015, p. 26) corrobora com esse entendimento:

Após o último período de ditadura, a partir de meados dos anos 1980, entrou na pauta da sociedade, mesmo que de forma tímida, o processo de democratização, coletivização das decisões, assim como direitos sociais materializados em políticas. Ao mesmo tempo, os processos de neoliberalismo, reestruturação produtiva e financeirização redefiniam o papel do Estado para com as políticas sociais, com um diagnóstico de crise fiscal e redução de custos.

Em relação ao espaço dedicado à educação na Constituição de 1988, Vieira (2001, p. 9) assinala:

A Constituição Federal de 1988 consagra o estado de direito democrático e explicita a política educacional a ser implementada no Brasil. Tal política educacional é amplamente comentada, levando em conta os inúmeros artigos do texto constitucional e seus vínculos com tratados internacionais, anteriores, contemporâneos e posteriores a ela, no campo educacional.

Inicialmente, a CF (Brasil, 1988) apresenta no Capítulo VII – Dos direitos sociais, o Art. 6º, estabelecendo como direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Em conformidade com Peroni (2013, p. 1021), “a democracia é entendida como a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocritica da prática social”. Nesse sentido, esta Constituição proclama que o Estado deve assegurar, democraticamente, os direitos sociais básicos para todas as pessoas, conforme o Art. 6º e, especificamente, para o que desejamos focalizar neste trabalho, o direito à educação.

A educação é contemplada em diversos artigos que revelam seu regime jurídico (Vieira, 2001), dentre os quais destacamos o art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o desenvolvimento da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

No tocante aos direitos reivindicados no âmbito da educação, o Art. 206 da Carta Magna apresenta os princípios do ensino, os quais, segundo Vieira (2001), representam a base do direito educacional e, conforme Peroni (2015, p. 26),

Trata-se de direitos que foram reivindicados no processo de democratização, nos anos 1980, e materializados em parte na Constituição Federal/88 e na Lei de Diretrizes e Bases de 1986, como a gestão democrática da educação, a educação básica entendida como educação infantil, fundamental e média, a gratuidade da educação pública, entre outros.

A partir do regime jurídico constitucional para a área da educação, aos cidadãos brasileiros foram garantidos o direito de exigirem investimento em políticas públicas educacionais como dever do Estado, podendo a autoridade competente ser responsabilizada em caso de não prestação de serviço ou oferecimento de modo irregular, conforme o Art. 208 da CF. Para Vieira (2001, p. 19),

Constitucionalmente, a educação brasileira deve ser direito de todos e obrigação do Estado; deve acontecer em escolas; deve seguir determinados princípios; deve ratificar a autonomia universitária; deve conservar a liberdade de ensino; e principalmente deve converter-se em direito público subjetivo, com a possibilidade de responsabilizar-se a autoridade competente.

Embora com um conjunto normativo assegurando a educação como direito social, a população brasileira ainda não usufrui do direito público subjetivo (educação dos 4 aos 17 anos) e o Estado não é responsabilizado por descumprir com o seu dever. Na correlação de forças e de distintos projetos societários, no embate entre parte da sociedade civil que atende aos interesses do capital e a fração da sociedade civil que luta para promoção de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada, a primeira tem se mostrado mais organizada e bem-sucedida no seu plano educacional elitista e excludente para o país.

No texto constitucional, está a abertura para a disputa entre os projetos societários e educacionais e a correlação de forças, com o reconhecimento da oferta educacional pelo setor privado. Soma-se a possibilidade de seu financiamento pelo Estado, permitindo-lhe expansão por meio das leis infraconstitucionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, os planos nacionais decenais de educação e programas governamentais. Segundo Cury (2018, p. 881):

Por sua vez, o ensino privado, como em outras Constituições, ganhou um artigo próprio, o art. 209, assim disposto: O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo poder público [...] Tem-se, pois, a educação privada como espécie e que se diferencia entre as que tem finalidade lucrativa e as que não tem tal finalidade. Estas últimas, por sua vez, se subdividem em comunitárias, filantrópicas e confessionais. Essa clara abertura do ensino privado sob o sistema contratual de mercado é um aspecto novo no ordenamento constitucional.

No texto *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal*, Francisco de Oliveira (1999) aborda questões fundamentais para se entender que a falência do Estado brasileiro se relaciona à privatização do público, ao uso do fundo público, à apropriação privada da esfera pública e à utilização para atendimento dos interesses privados, com a publicização das dívidas e a privatização dos lucros.

Com esta mesma perspectiva Coutinho (2006, p. 185) arremata sobre a subserviência do Estado ao capital:

No Brasil, o pouco que foi conquistado nesse sentido – e, também entre nós, arrancado pelas lutas das classes trabalhadoras – não infirma o fato de que a característica dominante do Estado foi sempre ter sido submetido, no essencial, a interesses estritamente privados. Criamos juridicamente, por meio de um processo que se inicia nos 1930, um aparente Estado do bem-estar; mas foi com muita felicidade que Francisco de Oliveira o chamou ironicamente de ‘Estado do mal-estar social’. E isso porque, na verdade, o pretense Welfare brasileiro não funciona: embora juridicamente a Constituição consagre importantes direitos sociais, estes não são implementados na prática, não tanto porque o país seja pobre ou o Estado não disponha de recursos, como frequentemente se alega, mas sobretudo porque não há vontade política de fazê-lo, ou seja, porque não há um verdadeiro interesse público embasando a ação de nossos governantes.

A influência do privado (capital) sobre o público (Estado), constitutivo do capitalismo, implica no prejuízo dos interesses coletivos e no favorecimento das causas individuais.

2.2 ESTADO NEOLIBERAL: UMA MINORIA PRIVILEGIADA NO CAPITALISMO VIGENTE

O Neoliberalismo, cujas raízes advêm do Liberalismo, assenta-se em formulações de Adam Smith, Jeremy Bethan e James Hill, com a defesa de menos Estado e mais mercado – Estado Mínimo e com a compreensão de que essa organização seja capaz de produzir o bem-estar social. Azevedo (2004, p. 9) assim expressa as raízes do Neoliberalismo:

As raízes da corrente neoliberal encontram-se na teoria do Estado formulada a partir do século XVII, expressando o ideário do liberalismo clássico então emergente. Esta teoria foi sendo paulatinamente modificada e adaptada, à medida que o avanço do capitalismo delineava a estrutura de classes com maior nitidez, trazendo-a para o centro da cena econômica e política. Neste processo, o Estado liberal burguês passa a incorporar uma nova dimensão de legitimidade: a igualdade passa pelo alargamento dos direitos políticos dos cidadãos, proclamado como o meio de garantir a participação no poder e o seu controle, fundamentado e organizado na forma de uma democracia.

A partir do entendimento de David Harvey, no livro *Neoliberalismo - história e*

implicações (2011), a força do Estado Neoliberal surgiu da crise do Estado de Bem-Estar Social, no final da década de 70 e início de 80, tendo como impulsionadores a primeira ministra da Grã-Bretanha, Margaret Thatcher, a partir de 1979; e o presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Regan, a partir de 1980, este último apoiando incondicionalmente a política monetária de Paul Volcker, que assumiu em 1979 a presidência do Banco Central Americano (FED). Nesse contexto, Thatcher, Regan e Volcker, com a justificativa de sanar a crise descrita (resultado de elevada inflação), entenderam que a solução seria restringir o poder dos sindicatos dos trabalhadores, “desregular a indústria, a agricultura e os setores extrativistas, assim como liberar os poderes das finanças tanto internamente quanto no cenário mundial” (Harvey, 2011, p. 11-12). Com esta política de fortalecimento do mercado, jogaram luz à doutrina neoliberal, que estava obscura com o protagonismo, então, assumido pelo Estado de Bem-Estar Social após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Conforme o Estado de Bem-Estar Social não conseguia dar respostas às crises econômicas e sociais do Capitalismo, teóricos neoliberais passam a difundir ideias e conhecimentos assentados na crítica à intervenção estatal e a defesa do Estado mínimo, com ênfase na valorização dos processos, mecanismos e estratégias de privatização, e, conseqüentemente, a diminuição da participação estatal na condução e execução das políticas sociais, em geral, e da educação em particular. Nesse contexto, toma força o Neoliberalismo:

[...] como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do Neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e o trabalho, com vistas a dotar do instrumental necessário para tentar repor patamares de expansão anteriores. (Antunes, 2003, p. 31).

Harvey (2011, p. 12) comenta o poder teórico-prático do Neoliberalismo:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas.

Da mesma forma, com base em Harvey (2011), Borghi (2018, p. 23-24) ratifica o Neoliberalismo como um projeto de classe, mas em meio a disputas:

o neoliberalismo é um projeto de classe que (re) surge nos anos 1970 para restaurar e consolidar o poder da classe capitalista e que as crises são momentos propícios de reconfiguração do desenvolvimento do capitalismo, também cabe considerar que esse não é um processo irreversível, mas sim permeado por lutas, embates e tensões.

No livro *Neoliberalismo – de onde vem e para onde vai?*, Moraes (2001, p. 3) apresenta três significados descrevendo o referido modelo econômico:

1) uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social; 2) um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, cria think-tanks, isto é, centro de geração de ideias e programas, de difusão e promoção de eventos; 3) um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, e propagadas pelo mundo a partir das organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945), isto é, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Moraes (2001, p. 13) prossegue a análise argumentando que, como ideologia e corrente de pensamento, o Neoliberalismo foi apresentado ao mundo no início do século XX pelo austríaco Ludwig von Mises (1881-1973), que teve como discípulo o seu compatriota Friedrich von Hayek, que produziu e disseminou conhecimentos acerca dos princípios neoliberais com seu livro *O caminho da servidão*, publicado em 1944 e que “pode ser apontado como um manifesto inaugural e documento de referência do movimento neoliberal.” Deste modo, as características do Estado Neoliberal foram estruturadas e disseminadas a partir das ideias dos seus principais pensadores: Friedrich Hayek, líder da Escola Austríaca; Milton Friedman da Escola de Chicago; Theodore Schultz e Gari Becker, com a Teoria do Capital Humano; e James Buchanan, da Escola de Virginia ou *Public Choice*. Entretanto, o principal expoente do modelo neoliberal de Estado trata-se de Hayek.

Ao explicar e justificar o Neoliberalismo, Harvey (2011, p. 12) assinala que “grupos de interesses vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício.” Nesse sentido, para o autor, vários Estados, em todos os continentes, adotaram as práticas e políticas econômicas neoliberais desde os anos de 70, muitos diminuindo ou mesmo abandonando a concepção do Estado de Bem-Estar Social que ganhou força e se fortaleceu entre as décadas de 50 e 70, pós-Segunda Guerra Mundial.

Assim fortalecida, a ideologia neoliberal conseguiu abafar alternativas de organização do Estado, tornando-se hegemônica como modelo ideal de gestão das políticas sociais. No Prefácio à segunda edição do livro *A Educação como Política Pública*, Azevedo (2004, p. 56) complementa:

Com efeito, o neoliberalismo teve, no campo da cultura e da ideologia, o êxito do convencimento a respeito da não existência de outras alternativas para a organização e as práticas sociais. Em amplos setores das sociedades capitalistas e em grande parte de suas elites políticas, enraizou-se a crença da inevitabilidade dos novos modos da (des) regulação social, criando as condições para que se difundir, como se fosse senso comum, os padrões de relação entre Estado, sociedade e mercado que se tornaram hegemônicos.

Peroni (1999, p. 23) comenta sobre as intenções dos defensores do neoliberalismo:

Como o jogo político dá-se num processo de correlação de forças, o grupo neoliberal, apesar de não ter sido hegemônico no primeiro momento, organizou-se, formando uma verdadeira associação internacional, a Mont Pèlerin Society, proposta pelo próprio Hayek em 1947. Essa associação tinha, como objetivo, reconstruir as bases intelectuais da livre sociedade, e, a partir de então, seus membros passaram a se reunir regularmente.

Nesse cenário e na crise do Capitalismo, tem ocorrido o desmonte da estrutura do Estado de Bem-Estar Social, alterando as fronteiras entre os setores público e privado, de modo a priorizar o privado, entranhadas nas estratégias de superação da referida crise, contemplando a globalização, a reestruturação produtiva, o Neoliberalismo e a Terceira Via. Peroni (1999, p. 4) arremata seu entendimento considerando: “a redefinição do papel do Estado está se materializando na política educacional, principalmente, em dois movimentos: de contradição Estado mínimo/Estado máximo, que se apresenta nos processos de centralização /descentralização dos projetos de política educacional e no conteúdo dos projetos de descentralização.”

É possível compreender as contradições na forma de agir dos neoliberais, uma vez que defendem o Estado Mínimo para as políticas sociais, mas nos momentos de crise do capital produtivo e financeiro, defendem o Estado máximo, para defender e socorrer os seus interesses nos períodos de crise (Peroni, 1999; 2015). Corroborando essa perspectiva, Meszáros (2003) pensa que apesar de todos os discursos, ideias e justificativas em favor do Estado Mínimo, o sistema do capital teria vida curta sem o forte apoio que recebem do Estado.

No tocante à política educacional em particular Harvey (2011, p. 13) afirma:

os defensores da proposta neoliberal ocupam atualmente posições de considerável influência no campo da educação (nas universidades e em muitos “bancos de ideias”), nos meios de comunicação, em conselhos de administração e instituições financeiras, em instituições-chave do Estado (áreas do Tesouro, bancos centrais), bem como em instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais.

O mesmo autor complementa: “[...] em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (Harvey, 2011, p. 14).

Para além da influência nas práticas político-econômicas Harvey (2011, p. 15) sustenta:

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento.

No campo da educação prevalece a orientação neoliberal, produzida e disseminada pelos Organismos Multilaterais, como: Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciência (UNESCO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Assim, os OM tem sido referências para as agendas de governos desde a década 70, intervindo na pauta das ações econômicas, políticas, sociais e, especificamente, educacionais (Cury 2018; Debrey, 2003; Libâneo, 2014; Silva, 2014; Vieira, 2011). Especialmente, na concepção de Debrey (2003, p. 37) consta que:

a ideologia neoliberal do capital global fundamenta-se na lógica hegemônica planetária do capital, capitaneada pelo Grupo dos Sete - G7 (Estados Unidos da América, Alemanha, Japão, França, Inglaterra, Itália e Canadá) - e articulada institucionalmente por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e Organização Internacional do Comércio (OIC), entre outros.

Sobressai o discurso ideológico do capitalismo neoliberal e sua influência na condução e execução das políticas públicas como aquele que prioriza o privado (não o público), o gerencial (não o democrático), a competitividade (não a solidariedade), o individual (não o coletivo), os resultados (não os processos) e, sobretudo, os negócios e a lucratividade (não a garantia dos direitos sociais por meio de políticas públicas).

Em relação à intervenção estatal na educação, Hayek (1983, p. 450-451) é categórico ao

argumentar que o Estado deve se desresponsabilizar da gestão deste setor:

Na verdade, quanto mais conscientes estivermos do poder que a educação pode exercer sobre a mente humana, mais convencidos devemos estar do perigo de entregar esse poder a uma única autoridade. Hoje, mais do que nunca, não é indefensável a ideia de que o governo deve administrar as escolas como também não mais se justifica a maioria dos argumentos antes apresentados em seu favor. [...] Hoje, como as tradições e instituições da educação universal estão firmemente implantadas e como a maioria dos problemas criados pela distância já foi resolvida pelo transporte moderno, não é mais necessário que a educação seja não só financiada, mas também ministrada pelo governo.

Ao analisar a abordagem Neoliberal no tocante à responsabilidade do Estado com a política educacional, Azevedo (2004, p. 17) explica:

[...] a política educacional é estudada segundo as categorias analíticas próprias à tradição de pensamento neoliberal, a sua dimensão como política pública - de total responsabilidade do Estado - é sempre posta em xeque. Neste contexto, os problemas que se identificam como causadores da crise dos sistemas educacionais na atualidade são vistos como integrantes da própria crise que perpassa a forma de regulação assumida pelo Estado no século XX. No extremo, concebe-se que a política educacional, tal como outras políticas sociais, será bem-sucedida, na medida em que tenha por orientação principal os ditames e as leis que regem os mercados, o privado.

Segundo registro da literatura pertinente, a política educacional adotada pelo Estado brasileiro a partir da década de 90 é, predominantemente, de valorização dos princípios privatistas e mercadológicos. Não se trata mais de um Estado mais republicano, público, democrático e responsável pela garantia de direitos sociais, o que configura um retrocesso em relação aos avanços das conquistas dos anos 1980, que indicava abertura política e democratização da sociedade e da escola, que culminou na promulgação da CF de 1988 (Brasil, 1988). Corroborando com esse entendimento, Debrey (2003, p. 37) escreve:

A reforma da educação pelo Estado brasileiro, na década de 90, [...], coaduna-se com a política de conteúdo neoliberal, assentando-se no Estado mínimo (que se torna máximo, quando objetiva proteger o capital monopolista), na abertura econômica e financeira e na auto-regulação do mercado, como também no direcionamento do fundo público, com maior amplitude para os setores privados e para a esfera pública não-estatal.

No modelo de Estado capitalista Neoliberal, a privatização da educação pública ocorre de formas específicas, embora com estreita relação e indistinção entre o público e o privado. Para exemplificar, Adrião (2018) considera como dimensões principais da privatização a gestão educacional pública (sistema), a oferta educacional e o currículo escolar. Igualmente, Debrey (2003) aponta a relevância do financiamento, da gestão e da estrutura curricular.

O Estado de Bem-Estar Social caracteriza-se como o modelo em que o Estado intervém na economia e na definição e implementação das políticas sociais com o discurso de minimizar as desigualdades e de defesa dos direitos relacionados à saúde, educação, emprego e assistência social, dentre outros. Por outro lado, o Estado Neoliberal caracteriza-se pela defesa do Estado mínimo, com a justificativa de que essa organização é capaz de promover o bem-estar das pessoas na sociedade.

A efetivação da reforma do Estado brasileiro na década de 90, implementada pelo extinto Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), expressa no PDRAE (BRASIL, 1995), sob a gestão do Ministro da Reforma Administrativa, Luiz Carlos Bresser Pereira, no primeiro dos dois governos de FHC (1995 – 2002), ocorreu alinhada às diretrizes da política neoliberal. À luz das ideias de Marilena Chauí (2003), no artigo *A Universidade Pública Sob Nova Perspectiva*, essa reforma do Estado brasileiro designou a educação como serviço não exclusivo do Estado, o que possibilitou à iniciativa privada participar, efetivamente, da definição e execução das políticas públicas educacionais.

Essa localização da educação no setor de serviços não exclusivos do Estado significou: a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado (Chauí, 2003, p. 6).

No plano internacional, houve orientação de organismos financeiros multilaterais, influenciando a reforma educacional brasileira, no cerne da reestruturação produtiva (Debrey, 2003; Venco, 2016). Justifica-se, então, a ineficiência do Estado, a valorização da privatização de estatais e a racionalização de recursos para financiamento de políticas públicas, em geral, e da educação em particular.

Segundo o Ministro Bresser Pereira, em seu livro *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil* (1996, p. 16), o principal responsável pelas crises fiscal, econômica e social era a constituição e a organização do Estado. O autor assinalava que o Estado “tinha se tornado muito grande, aparentemente, muito forte, mas de fato muito fraco, ineficiente e impotente, dominado pela indisciplina fiscal, vítima de grupos especiais de interesse, engajados em práticas privatizadoras do Estado, ou seja, no *rent seeking*.” E assim, Bresser Pereira justificou, por intermédio do PDRAE, a necessidade de implementar reformas no Estado brasileiro de modo a torná-lo menor e mais eficiente para combater as crises econômica, fiscal e social que o País enfrentava.

A Public Choice ou Teoria da Eleição Pública, do Centro Politécnico da Virgínia no

Estados Unidos, que tem como seu principal teórico James Buchanan, atua desde os anos 1950, com severas críticas ao Estado de Bem-Estar Social. Neste caso, defende-se o Estado Mínimo e da privatização, assim como o estabelecimento de limites constitucionais contra as instituições democráticas (Peroni, 1999).

Do exposto, sintetiza-se que as justificativas do Neoliberalismo para privatização do público, em especial, da educação pública, envolve várias vertentes, como a gestão educacional, a gestão escolar, a oferta, o currículo, a formação de professores e gestores, o planejamento, o monitoramento, os processos de avaliação.

2.3 ESTADO NA TERCEIRA VIA: ESTREITO IMBRICAMENTO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

A redefinição do Estado na perspectiva da Terceira Via proposta por Anthony Giddens (2001) pode ser definida como uma alternativa ao Estado de Bem-Estar Social e ao Estado Neoliberal. É uma defesa da ampla cooperação entre o Estado e o terceiro setor, para realização das políticas sociais, as chamadas Parcerias Público-Privadas.

Nestes termos, tanto o Neoliberalismo quanto a Terceira Via argumentam que o Estado é o principal responsável pela crise do Estado capitalista, uma vez que gastou exacerbadamente, para atender às demandas populares com políticas sociais, implicando a crise fiscal. Orientam, então, para a diminuição da participação estatal na condução e execução das políticas públicas, de modo a atender uma pauta privatista e mercantilista, todavia, com estratégias distintas, para superação da referida crise. Para o Neoliberalismo, a solução encontra-se nas privatizações (mercado) e, para a Terceira Via, a estratégia é a participação do terceiro setor, pelo público não-estatal (sem fins lucrativos) junto com o Estado na definição e implementação das políticas públicas.

Neste contexto, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu as condições jurídicas para participação da iniciativa privada nas questões públicas, diversificando a sua atuação por meio de parcerias entre o Estado e a sociedade civil. Conforme Pires (2015, p. 50), a CF consagrou outras categorias para além do público e do privado:

Consagrou, além da esfera do público e do privado, uma nova categoria, o confessional ou filantrópico, que significava a ação particular, mas com um sentido público, o chamado público não estatal. As entidades públicas não estatais foram amplamente estimuladas a partir dos anos 1990, com o advento das parcerias público-privadas, entre o Estado e as entidades do Terceiro Setor, que se qualificaram juridicamente como entidades de direito privado sem fins lucrativos e passaram a

receber o título de OS ou OSCIP, definidas respectivamente pela Lei 9.637/98 e a Lei 9.790/99.

Montaño (2002, p. 56) considera que o primeiro setor é o Estado (público), responsabilizado pela sua ineficiência; e, o segundo, o mercado (privado), aquele que visa ao lucro e aos interesses particulares; e, o terceiro setor, seria representado por aparelhos privados de hegemonia, como as Organizações Não-Governamentais (ONGs), os Institutos, as Fundações, as Associações, dentre outros, sendo autodenominado como sem fins lucrativos. O autor assim se expressa em torno do assunto:

Na medida em que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal – precária, focalizada e descentralizada, ou seja, ausente em certos municípios e regiões e sem cobertura para significativos grupos populacionais – e também não terão condições de acesso aos serviços privados (caros), transfere-se à órbita da ‘sociedade civil’ a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou auto-ajuda. É neste espaço que surgirá o ‘terceiro setor’, atendendo a população ‘excluída’ ou parcialmente ‘integrada’. Isto se constitui como ‘uma luva’ na mão do projeto neoliberal.

No livro *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social* (2002, p. 53), Montaño afirma que o termo Terceiro Setor foi cunhado por John D. Rockefeller III, nos Estados Unidos, em 1978. E que, “o conceito ‘terceiro setor’ foi difundido por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia.”

No campo teórico, o principal idealista e representante da Terceira Via é Anthony Giddens e, na sociedade política, um dos principais entusiastas foi o primeiro-ministro inglês, Tony Blair, do Partido Trabalhista, que nos anos 1990 incorporou as ideias de Giddens na política inglesa após insucessos na adoção de ideias e propostas neoliberais, incorporou as ideias de Giddens (2001, p. 36), com posição de centro entre as disputas ideológicas do Estado de Bem-Estar Social e Neoliberalismo, defendendo ser a Terceira Via, atual social-democracia, como “uma Terceira Via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social democracia do velho estilo quanto o Neoliberalismo”. Ao assumir esta posição em relação ao papel do Estado na condução das políticas sociais, o autor explica a intenção da Terceira Via: “os neoliberais querem encolher o Estado; os sociais-democratas, historicamente, têm sido ávidos para expandi-lo. A Terceira Via afirma que é necessário reconstruí-lo” (Giddens, 2001, p. 80).

Peroni (2015, p. 35-36) toma como referência os defensores da Terceira Via para explicar como essa ideologia se apresentou na forma de uma alternativa entre o Estado e o

mercado na governança das políticas sociais. A autora entende que “essas parcerias foram um corretivo para a presença demasiada do Estado (keynesianismo), por um lado, e para a ausência dele, por outro (privatização)”, explicando o campo de atuação e as principais características da Terceira Via:

A Terceira Via, também chamada de democracia social democratizadora ou esquerda democratizadora, refere-se aos modos como os partidos de centro-esquerda respondem às mudanças, que podem ter muitas diferenças, mas têm como pontos em comum: a reforma do governo e do Estado; o papel regulador do Estado no mercado e na sociedade civil; papel central da sociedade civil, identificada com o empreendedorismo; novo contrato social, vinculando direitos a responsabilidades; redefinição do conceito de igualitarismo, baseado no investimento em habilidades e capacidades individuais; criação de uma economia dinâmica, com parceria entre o governo e a sociedade civil; a conexão entre políticas sociais e econômicas e o questionamento aos direitos sociais e trabalhistas; Estado de Bem-Estar sustentável com equilíbrio entre direitos e sustentabilidade; políticas ativas para combater o crime; política ecológica; capitalismo responsável, as empresas devem assumir obrigações sociais e deve haver uma regulamentação nacional e internacional para as corporações.

No governo FHC, com a redefinição do Estado brasileiro na década de 90, especialmente, a partir do PDRAE (Brasil, 1995), da EC nº 19/1998 (Brasil, 1998) e da Lei Complementar 101/2000 (Brasil, 2000), chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, que fundamenta a opção pelo Estado Mínimo e a concessão legal de transferências de recursos públicos para entidades privadas por meio de contratos de gestão, durante o governo de FHC, houve um movimento marcado pelo imbricamento do setor público com a iniciativa privada. Essa base legal é reconhecida como três dos mais relevantes mecanismos para a participação privada no planejamento, definição, execução e avaliação das políticas sociais. Desde então, estes mecanismos têm contribuído para normatizar, instrumentalizar e legalizar a expansão do protagonismo do setor privado na condução das políticas públicas educacionais no Brasil.

2.4 ESTADO INTEGRAL (AMPLIADO) GRAMSCIANO

Antônio Gramsci (2012, p. 258) considera o Estado para além da sociedade política (o governo em si e a ação governamental), integrando os organismos da sociedade civil privados de hegemonia: “[Por] Estado deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”, sendo assim o Estado Integral ou, como escrevem outros pesquisadores, sem prejuízo para a abordagem da categoria gramsciana de Estado, o Estado ampliado (Debrey, 2003; Jacomini, 2020).

Nas palavras de Gramsci (2001, p. 20-21):

Por enquanto, podem-se fixar dois “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto dos organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’.

Ainda, em Gramsci (1987, p. 90 - Q 6, § 10), aparece, no interior da análise do processo de constituição de uma ordem social após a Revolução Francesa (1789), a tese “na qual a burguesia pode se apresentar como ‘Estado integral’ com todas as forças intelectuais e morais necessárias e suficientes para organizar uma sociedade completa perfeita”. O pensador italiano entende que, além da coerção, o consenso na sociedade civil, por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia, faz o novo modo de produção capitalista se desenvolver. Daí, sua concepção: “Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia encorajada de coerção ou como dirá mais adiante, no mesmo Quaderno, Estado (no sentido integral: ditadura + hegemonia)” (Q 6, § 88, p. 150), conclui o autor.

Como marxista, e ampliando as análises de Marx sobre o Estado, Jacomini (2020, p. 13) entende “que o conceito de Estado da tradição marxista, no sentido restrito, era restrito para a compreensão da complexidade dos processos de dominação que envolvem persuasão e na construção da hegemonia.” Igualmente Debrey (2003, p. 20-21) assinala:

O conceito de Estado no pensamento tradicional marxista restringe-se à ideia de sociedade política. Na esteira de Marx, Gramsci amplia tal conceito para incorporar a esfera do consenso, utilizando dialeticamente o par sociedade política – sociedade civil, ou seja, o Estado pode ser compreendido em dois grandes planos: o que pode ser reconhecido como sociedade civil e o que pode ser chamado de sociedade política ou Estado.

A concepção de Estado por Gramsci é ampliada: “não deve ser compreendido apenas como uma estrutura burocrática, que representa exclusivamente os interesses de uma classe, mas como um espaço de disputa no qual, a depender da correlação de forças, reivindicações das classes subalternas podem ser transformadas em políticas públicas.” (Jacomini, 2020, p. 10). Sociedade política e sociedade civil são indissociáveis, imbricadas e conexas para constituição do Estado Integral. Na sociedade política, reside a força e a coerção do Estado, para obtenção do consenso, especialmente nos períodos de crise. Na sociedade civil, encontram-se os institutos, entidades e organizações reconhecidas como os aparelhos privados de hegemonia, que disputam poder e espaço na busca do consenso ao influenciarem a definição e a elaboração das políticas e práticas sociais por meio de suas visões de mundo, caracterizadas pela dominação política e ideológica.

Shiroma e Evangelista (2014, p. 31-32) escrevem sobre o legado teórico gramsciano, destacando os conceitos de hegemonia, Estado ampliado, intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia:

O legado teórico de Gramsci - especialmente os conceitos de hegemonia, Estado ampliado, intelectuais orgânicos e APH - oferece inúmeras possibilidades de análise desses novos sujeitos na configuração de arranjos entre organizações governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, num amálgama particular entre Sociedade Política e Sociedade Civil.

Conceituar hegemonia constitui-se fundamental, para a compreensão da obra gramsciana em sua totalidade, por se tratar de uma categoria que perpassa todas as outras e que contém em si importantes facetas do complexo universo por ele construído em sua produção. A elaboração da categoria hegemonia apresenta-se, mais especificamente, nos Cadernos 11, 12, 13, 19, 25, quando o intelectual chega a seguinte explicação:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = Sociedade Política + Sociedade Civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) (Gramsci, 2007, p. 244).

Gramsci (1978, p. 7), apurando a categoria hegemonia, que tem sua origem em Vladimir Ilych Lenin (1870–1924), teórico marxista, líder da Revolução Russa de 1917, assim explica:

[...] o que pode ser chamado de '*sociedade civil*' (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de '*privados*') e o da '*sociedade política ou Estado*', que correspondem à função de '*hegemonia*' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de '*domínio direto*' ou de comando, que se expressa no Estado e no governo '*jurídico*'.

Igualmente, para Gramsci (2017, p. 101), força e consenso são combinados, quando se trata de hegemonia:

[...] o exercício '*normal*' da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados.

Gramsci (2017, p 285) correlaciona opinião pública e hegemonia política:

O que se chama de ‘opinião pública’ está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. [...] A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública — jornais, partidos, Parlamento —, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica.

Por Aparelho Privado de Hegemonia, Gramsci (2001, p. 20) entende ser o “[...] conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’”. E, Carnoy (1998, p. 90) explica que hegemonia “significava o predomínio ideológico dos valores e normas burguesas sobre as classes subalternas”, sendo, portanto, o predomínio ideológico das classes dominantes na sociedade civil e que os principais aparelhos privados de hegemonia são, por exemplo, a escola, museus, igrejas, organização da informação, demais meios de comunicação em geral.

Em prosseguimento Carnoy (1998, p. 95) analisa:

O conceito gramsciano de hegemonia tem dois significados principais: o primeiro é um processo na sociedade civil pelo qual uma parte da classe dominante exerce o controle, através de sua liderança moral e intelectual, sobre outras frações aliadas da classe dominante. A fração dirigente detém o poder e a capacidade para articular os interesses das outras frações. [...] O segundo é a relação entre as classes dominantes e dominadas. A hegemonia compreende as tentativas bem-sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados.

O Estado é concebido como um campo de disputa de classes e frações de classes, com diferentes concepções e proposições, por distintas forças que atuam para construir e disseminar a sua hegemonia acerca dos rumos das políticas públicas educacionais (Jacomini, 2020). Nesse sentido, a categoria central é hegemonia, a fim de compreender a disputa de espaço e poder visando influenciar a definição e execução das políticas públicas educacionais. Nesse sentido, a referida autora (2020, p. 9) explica como o conceito de Estado Integral é útil para a análise de políticas educacionais:

No que se refere à utilidade do conceito de Estado Integral para analisar políticas públicas para educação, consideramos que ele permite melhor compreensão dos processos que envolvem agenda, elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, à medida que participam ou podem participar deles tanto organizações e instituições da sociedade política quanto as da sociedade civil. O conceito de Estado Integral permite captar a complexidade que envolve as políticas públicas e favorecem análises que considerem os diversos sujeitos sociais que participam do processo.

Da mesma forma, Dourado (2010, p. 679) assinala a importância do estudo sobre o Estado ampliado, para a compreensão no campo da educação:

Para compreender as políticas educacionais, é fundamental situar a concepção de Estado, entendida aqui em acepção ampla, que envolve sociedade civil e política, seus embates e os percursos históricos em que estas se constroem, tendo por marco as condições objetivas em que se efetivam a relação educação e sociedade, processos sistemáticos ou não de gestão, bem como o papel das instituições educativas e dos diferentes atores que constroem o seu cotidiano.

No entendimento de Sheen (2007, p. 3), “a análise educacional deve apreender os aspectos referentes à questão da conquista e exercício da hegemonia. A palavra hegemonia no sentido originário na etimologia grega, tem o significado de direção, de guia, de condução, é nesse sentido que ela é utilizada por A. Gramsci”. Para esta autora, a política educacional responde ao econômico tanto por meio da “qualificação da força de trabalho” quanto pela “inculcação de padrões culturais e ideológicos necessários à dominação de classe” de modo que “a conquista e o exercício da hegemonia exigem uma atuação tanto em nível da estrutura quanto da superestrutura, uma vez que a hegemonia se dá em todos os níveis: político, econômico, ideológico e cultural” (idem). Assim, os Aparelhos Privados de Hegemonia são utilizados pela classe dominante para garantir a sua hegemonia e a sua visão de mundo, influenciando a formação política, social, econômica, cultural, escolar, religiosa da classe subalterna.

Na sequência, Sheen (2007, p. 5) argumenta sobre o papel privilegiado da educação na luta, construção e exercício da hegemonia:

O aparelho escolar (incluindo as Universidades) como uma instância superestrutural, é o locus privilegiado onde se pode desencadear ou sedimentar a luta pela hegemonia cultural, ideológica e, conseqüentemente, pela hegemonia política e econômica. O aparelho escolar é, assim, uma realidade contraditória. A luta de classes está presente na escola, assim como na fábrica, na igreja. O grupo hegemônico utiliza-se da escola para impor sua concepção de mundo (ideologia) aos outros grupos, como sendo uma concepção universal, a única verdadeira. Mas essa imposição é apenas um dos possíveis a ser determinado no desenrolar da luta hegemônica.

A hegemonia cultural, ideológica, política, econômica são construídas, mantidas ou consolidadas tendo em vista a atuação dos intelectuais orgânicos que representam os diferentes grupos sociais. Com Gramsci (1982, p. 3-4) entendemos que a formação dos intelectuais orgânicos faz parte de um processo histórico real, no qual este autor faz a distinção entre duas formas que considera as mais importantes: intelectuais de categoria orgânica e intelectuais tradicionais. Na primeira categoria consta que: “Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo

tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...].”

Quanto à segunda categoria o autor explica:

Cada grupo social ‘essencial’, contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou, pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias, categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.

Gramsci (1982, p. 6) entende que na sociedade “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”. Nesta perspectiva, desempenham a função de intelectuais, orgânicos ou tradicionais, aqueles que defendem os interesses dos diferentes grupos sociais na manutenção, consolidação de uma ideologia hegemônica ou construção de uma nova hegemonia.

O entendimento sobre intelectuais orgânicos foi estabelecido por Gramsci para caracterizar aquelas pessoas que atuam para formar consciência e influenciar a visão de mundo conforme os interesses da classe ou grupo que representam: dominante ou dominada, público ou privada. Em síntese, para o autor, intelectuais são aqueles que estão atuando para transformar a realidade concreta na qual vivem, na sociedade capitalista.

No tocante à atuação dos intelectuais para a conquista e exercício da hegemonia pelo grupo dominante na sociedade capitalista, Gramsci (1978, p. 7 - 8) explica:

Os intelectuais são os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) *do consenso ‘espontâneo’* dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) *do aparato de coerção estatal* que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção nos quais fracassa o consenso espontâneo.

Shiroma e Evangelista (2014, p. 28) compreendem que, para manutenção da hegemonia da classe dominante de “moldar as percepções das classes subalternas [na sociedade capitalista] torna-se importante considerar a atuação de seus intelectuais orgânicos que elaboram e disseminam concepções de mundo, dando direção à política”. Adiante, as autoras sustentam que “os intelectuais têm a função crucial de organizar a hegemonia em todas as esferas da

sociedade, da produção, da política e da cultura” (p. 28).

Para Jacomini (2020, p. 6),

Gramsci percebeu que há, nas sociedades ocidentais, um conjunto de instituições que diferem daquelas que são características do Estado em sentido restrito, que participam da construção da hegemonia da classe dominante e influenciam na atuação das instituições da sociedade política, principalmente por meio do consenso. Então, ele começou a pensar num novo conceito de Estado, no marco da Filosofia da Práxis, e em uma reorganização das estratégias de luta contra o capitalismo, que consideram, de forma mais acentuada, a necessária construção de uma nova hegemonia.

Com esta pesquisa, tem-se que os Aparelhos Privados de Hegemonia não são uma abstração. Pelo contrário, são constituídos por sujeitos reais, concretos, que têm seus valores, ideologia e concepção de mundo moldados para atender aos interesses de uma determinada classe ou fração de classe.

Nesse sentido, a compreensão do Estado gramsciano permite-nos uma análise do campo da educação como espaço que desperta o interesse dos diferentes setores, que empreendem disputas ideológicas na constituição e consolidação de uma hegemonia, mas com possibilidade de construção de contra-hegemonia, a partir da atuação, articulação e influência dos intelectuais orgânicos. Tanto na sociedade política quanto na sociedade civil há disputa de projetos societários distintos no sentido de influenciar a definição e implementação das políticas educativas públicas:

[...] tanto o Estado quanto a sociedade civil são partes constitutivas do movimento de correlação de forças de sujeitos situados em um contexto histórico e geográfico, perpassados por projetos societários distintos. Nesse sentido, não se trata de uma contraposição entre Estado e sociedade civil, pois vivemos em uma sociedade de classes em que dois sujeitos são influenciados por interesses de cunho mercantil. Sociedade civil e Estado são perpassados por interesses mercantis.(Peroni, 2015, p. 12).

Destaca-se, também, a categoria da Contradição na correlação de forças que caracteriza a atuação de dois lados antagônicos que pensam e fazem educação com matizes ideológicas distintas e com capacidade de influenciar a agenda educacional pública. Por um lado, há intelectuais orgânicos que representam interesses da classe dominante, ou seja, sujeitos e Aparelhos Privados de Hegemonia concretos que se articulam em redes de governança, com o objetivo de atuar em defesa da manutenção do *status quo*, da desresponsabilização estatal com a educação pública, com perspectivas neoliberais, com vista à institucionalização da gestão gerencial, meritocrática, seletiva, individualista, excludente, assentada na formação unilateral,

competitiva, com controle de resultados e com princípios e pautas privatistas e mercadológicas (hegemonia), podendo ser citados o TPE, o Instituto Lemann, o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Itaú, o Instituto Sonho Grande, o Instituto Natura, o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, dentre outros.

Por outro lado, há intelectuais orgânicos, entidades e grupos de pesquisas que atuam em defesa da intervenção do Estado com a valorização da educação pública, com gestão pública e democrática, laica, inclusiva, emancipatória, com formação omnilateral e de qualidade socialmente referenciada (contra-hegemonia), com a defesa intransigente da utilização do fundo público para financiamento da educação pública, sendo exemplos: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope); Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae); Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Sindicato dos Trabalhadores da Educação; Grupos de Pesquisas.

Para Gramsci (1982, p. 9), “a Escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis.” Possivelmente, aí esteja a justificativa para a escola/educação, de modo geral, ser objeto de disputa entre grupos sociais antagonistas. Neste campo, então, de disputa de projetos societários antagônicos, que pensam, defendem e disseminam conhecimentos e concepções distintas sobre os rumos para as políticas públicas educativas, a atividade intelectual toma partido e deixa claro em qual concepção de mundo, de sociedade e de escola fundamenta-se.

A sociedade capitalista é, portanto, dividida em classes com interesses antagônicos. Desse caráter da estrutura social capitalista decorre que o papel da educação escolar será um se ela for posta a serviço do desenvolvimento do capital, portanto, a serviço dos interesses da classe dominante. E será outro, se ela se posicionar a favor dos interesses dos trabalhadores. A neutralidade é impossível. É isso o que se quer dizer quando se afirma que a educação é um ato político (Saviani, 2013, p. 26).

A condução e execução das políticas públicas educacionais desde a década de 90 evidenciam que os atores e setores neoliberais, com pautas privatistas e mercadológicas, têm exercido a hegemonia na definição da agenda educacional pública brasileira ao priorizar os princípios da iniciativa privada no âmbito da educação.

Esses setores (sociedade civil) com distintas visões sobre as políticas públicas educacionais produzem e disseminam conhecimentos, ideias e propostas, à medida que se mobilizam e se articulam para disputar e influenciar a agenda governamental (sociedade

política) e o direcionamento do fundo público. De modo geral, a concepção neoliberal de Estado tem obtido maior êxito nas suas proposições, para influenciar a agenda das políticas para gestão da educação pública. Contudo, com base em Jacomini (2020), a depender da correlação de forças antagônicas, propostas contra-hegemônicas podem integrar as políticas públicas em geral e, especificamente, do campo educacional.

Em Debrey (2003), entendemos que, no interior do Estado Integral gramsciano, os atores e organizações privadas da sociedade civil atuam para garantir o consentimento em relação às políticas públicas educacionais, no âmbito dos entes federados (União, Estados e Municípios) e na sociedade, por meio da hegemonia cultural e filosófica e que o aparelho estatal se utiliza de mecanismos legais para o exercício da dominação passiva. Assim, a educação escolar (incluindo as universidades) desempenham função fundamental no sentido de manter, produzir e disseminar uma cultura e uma visão de mundo alinhada aos interesses hegemônicos da classe dominante, em um determinado período histórico, ou atuando na construção, articulação e implementação de uma cultura e visão de mundo contra-hegemônica, em sintonia com os interesses das classes subalternas.

No Cadernos do Cárcere, Volume 3, *Maquiavel: notas sobre o Estado e a política*, Gramsci (2011, p. 23), ao tratar da questão do ‘homem coletivo’ ou do ‘conformismo social’, afirma ser tarefa do Estado a educação e a formação:

[É] Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade.

Essa tarefa educativa e formativa do Estado o alça à condição de ‘Estado educador’, aquele que assume a responsabilidade de desenvolver o ser humano integralmente, o que implica no desenvolvimento da própria sociedade, nos mais diversos aspectos: sociais, culturais, econômicos, educacionais, jurídicos, dentre outros. Assim,

Se todo o Estado tende a criar e manter um certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado para ficar conforme a tal finalidade, ser maximamente eficaz e produtor de resultados positivos {...} Na realidade, o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização (Gramsci, 2011, p. 28).

Nesse ponto, o autor destaca a importância dos Aparelhos Privados de Hegemonia (escola, universidade, museu, igreja, imprensa), como constituintes do Estado Integral gramsciano, como instrumentos capazes de influenciar, ideologicamente, os aspectos relacionados à moral, à cultura e ao desenvolvimento de uma nova visão de mundo, no sentido de criar e desenvolver ou de manter um tipo de ser humano e de civilização, em conformidade com os interesses sociais, culturais, econômicos e políticos da classe hegemônica.

No tocante ao Estado ético e educador Gramsci (2011, p. 270) considera:

Parece-me que o que de mais sensato e concreto se pode dizer a propósito do Estado ético e cultural é o seguinte: todo Estado é ético na medida que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes.

Na obra de Hugues Portelli (1977), *Gramsci e o Bloco Histórico*, trata-se da estrutura ideológica e material ideológico, descreve como a classe dirigente difunde sua ideologia para conquista e exercício da hegemonia dominante na busca do consenso e persuasão da classe dirigida. Isso de modo a influenciar a opinião pública: a difusão ideológica é construída e disseminada, por exemplo, na sociedade política com seus espaços de predomínio da força, como a magistratura e os oficiais do exército; e por intermédio de organizações da sociedade civil, como a igreja, a escola, as universidades populares, a imprensa e a edição, uma vez que estas últimas “são as únicas a abranger totalmente o domínio da ideologia (livros e revistas científicas, políticas, literárias...) e seus degraus (livros e diários para a ‘elite’, para vulgarização popular...)” (Portelli, 1977, p. 27-28). Assim, o autor dá destaque ao papel dos meios audiovisuais (teatro, cinema, rádio, televisão etc.), para quem a difusão ideológica é muito mais célere, abrangente e com impacto muito mais emotivo que os livros e revistas, mas ao mesmo tempo superficiais e com menos profundidade.

Shiroma e Evangelista (2014, p. 29) assentam-se em Gramsci (1987) para corroborar o papel ideológico desempenhado pela sociedade civil:

As organizações da Sociedade Civil que são aparelhos privados de hegemonia, como escolas, universidades, sindicatos, Igrejas, entre outros, além dos meios de comunicação de massa, pelos múltiplos mecanismos de difusão ideológica, constituem potentes instrumentos de ideologia. De acordo com a concepção dialética do autor, a Sociedade Civil é a esfera na qual a classe dominante organiza o consenso

e a hegemonia e, contraditoriamente, é também a esfera em que as classes sociais subalternas organizam sua oposição e constroem uma hegemonia alternativa, ou contra hegemonia.

A sociedade civil agrega um conjunto de organizações reconhecidas como Aparelhos Privados de Hegemonia que atuam para difundir a concepção de mundo de uma determinada classe ou fração de classe, visando tanto organizar o consenso e a hegemonia em torno dos interesses sociais, políticos, culturais e econômicos da classe hegemônica, representada pela elite dominante, quanto servir de instrumento para organização de uma concepção contra-hegemônica, alinhada aos interesses das classes subalternas. Sheen (2007, p. 6) contribui com esse ponto de vista:

[A sociedade civil] formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.

Em relação ao conceito de ideologia, Mészáros (2003, p. 22-23) mostra a sua materialidade:

a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. [...] Assim, as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária através da qual as principais classes da sociedade se relacionam e até, de certa forma, se confrontam abertamente, articulando sua visão de ordem oscila, correta e apropriada como um todo abrangente.

Ao abordar sobre *Análise das situações: relações de força*, mais especificamente sobre “o problema das relações entre estrutura e superestrutura”, para analisar “as forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas”, Gramsci (2011, p. 36), baseado no Prefácio à *Crítica da Economia Política* de Karl Marx, traz elementos sobre a manutenção de uma sociedade:

É necessário mover-se no âmbito de dois processos: 1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações.

Com esta linha de raciocínio, o estudo da concepção gramsciana de Estado Integral possibilita compreender que as políticas públicas são perpassadas por disputas ideológicas no

âmbito do próprio Estado (sociedade política e sociedade civil) e se materializam conforme os interesses de classe e frações de classe (Luduvise, 2023). Isso uma vez que classes sociais antagônicas atuam para conduzir a política e a gestão da educação de modo a atender aos seus próprios interesses, públicos ou privados.

Portanto, no campo da educação, cabe-nos construir elementos para conduzir a política e a gestão, pondo em tensão a privatização e lutando para o atendimento dos interesses coletivos públicos e apreendendo as possibilidades de contra-hegemonia.

3 A PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL NO BRASIL E NA REGIÃO NORTE/AMAZÔNIA

Nesta seção, o objetivo é analisar o quadro teórico sobre a privatização da educação no Brasil e na Região Norte/Amazônia como um fenômeno histórico, problematizando uma discussão assentada no ponto de vista crítico, à luz dos conceitos gramscianos de hegemonia, Estado Integral, intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia, no campo de disputa entre projetos societários distintos e antagônicos na educação.

O desenvolvimento do debate assenta-se nas relações de influência e sintonia entre o universal e o singular (do todo para as partes e das partes para o todo), de modo a entender que o movimento de privatização no Brasil e na Região Amazônica é um fenômeno histórico e está alinhada às orientações neoliberais e dos Organismos Multilaterais, tendo como referências autores da perspectiva crítica como Adrião (2022); Caetano (2022); Carvalho e Pires (2020); Cury, 1992; 2018; Garcia e Adrião (2018); Lima (2013); Laval (2019); Peroni (1999; 2015); Peroni e Garcia (2020); Pires (2015a; 2015b); Santos (2017); Venco, Bertagna e Garcia (v. 2/2021 e v. 3/2022).

Como mencionado, anteriormente, neste mesmo trabalho, para além destes intelectuais referência, a pesquisa bibliográfica sobre o objeto de estudo privatização da educação¹¹ partiu, também, de quatro movimentos distintos para embasamento, aprofundamento e construções teóricas:

a) primeiro, com levantamento das publicações (artigos, dossiês, livros, teses e dissertações) arquivadas nos sites de dois Grupos de Pesquisa: Relações entre o Público e o Privado em Educação (GPRPPE) (<https://www.ufrgs.br/gprppe/>), coordenado pela Profa. Dra. Vera Maria Vidal Peroni/UFRGS, e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional (GREPPE) (<https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br>), coordenado pela Profa. Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião/Unicamp;

b) segundo, com pesquisa na literatura relacionada ao objeto desta tese foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>). No filtro de pesquisa digitamos o termo “Privatização da Educação Básica”, posteriormente, refinamos a pesquisa para Tipo: Doutorado (Teses), Ano: 2015 a 2023; Grande Área de Conhecimento: Ciências Humanas; Área de Conhecimento: Educação. Nesse

¹¹ Nesta tese, consideram-se as pesquisas desenvolvidas como parceria público-privada como processo de privatização.

levantamento, constatamos 39 incidências de Teses. Repetimos os mesmos filtros para a pesquisa do termo “Parceria Público Privada” e encontramos 56 produções. Repetimos a pesquisa com os mesmos termos e filtros, alteramos somente o Tipo: Mestrado (Dissertação), para a pesquisa do termo “Privatização da Educação Básica”, constatamos 51 incidências e do termo “Parceria Público Privada”, encontramos 70 produções;

c) o terceiro movimento foi a realização da Pesquisa Bibliométrica – da privatização da educação para a privatização da gestão da educação, com o objetivo de analisar o desempenho e o impacto das produções baseadas no tema privatização da educação, assim como identificar a relevância da temática no campo científico por meio do mapeamento de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais com refinamento para estudos relacionados à privatização da gestão da educação (Moresi, 2019)

d) no quarto movimento, com a busca no Catálogo de Teses da CAPES, as Teses que apresentam tema e objeto que situam a discussão geograficamente na região Norte, assim como no Estado do Tocantins, considerando a relação do universal para o singular, do todo para as partes e das partes para o todo, visando à apreensão da categoria da Totalidade e como a pesquisa de Doutorado em Educação ocorre no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia – PGEDA – Associação Plena em Rede, especificamente, sobre a privatização da gestão educacional do SEE-TO, localizado na Região Norte do Brasil.

3.1 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: A ATUAÇÃO DE DOIS GRUPOS DE PESQUISA

Em sintonia com o primeiro movimento, apresentamos os grupos de pesquisa GPRPPE/UFRGS e GREPPE/UNICAMP, assim como as suas respectivas produções, como exemplo de Aparelhos Privados de Hegemonia da perspectiva crítica, que defendem a educação pública, com gestão pública, democrática, participativa, laica, inclusiva, emancipatória e de qualidade socialmente referenciada.

3.1.1 Produção intelectual do Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado em Educação (GPRPPE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O GPRPPE apresenta em sua página inicial:

[Estar] vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS e é composto por bolsistas, mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos e docentes do programa, assim como pesquisadores de outras instituições. Esse coletivo estuda o tema público-privado desde 2001 e, ao longo da sua existência, desenvolveu pesquisas integrando um grupo nacional junto a outros grupos do Brasil que se dedicam à temática. Em 2010 o grupo inicia uma trajetória de pesquisas que envolvem as relações entre o público e privado nas etapas e modalidades no Brasil e estabelece diálogo com grupos estrangeiros, inicialmente por meio da pesquisa intitulada “Parcerias entre sistemas públicos e instituições do Terceiro Setor: Brasil, Argentina, Portugal e Inglaterra implicações para a democratização da educação” e desde 2016 com a pesquisa “Implicações da relação público-privado para a democratização da educação na América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela”. Considerando a conjuntura histórica de redefinições do papel do Estado e o período particular de avanço da privatização e do conservadorismo em países latino-americanos, é fundamental coletivizar os resultados de pesquisa acerca das implicações das relações entre o público e o privado para a democratização da educação nestes países. Assim, esta página apresenta produções acerca da relação entre o público e o privado na educação nos países latino-americanos e suas implicações para a democratização da educação (Acesso em: 11 fev. 2023).

3.1.1.1 Teses do GPRPPE

Em levantamento no *site* do GPRPPE/UFRGS sobre as produções de teses referentes ao período de 2015 a 2023, coincidente à implementação do PEE-TO (2015-2023), verificamos 9 que tratam sobre o objeto privatização da educação em vários níveis, etapas e modalidades da Educação Básica, conforme Quadro 1 que segue.

Quadro 1 - Teses do GPRPPE/UFRGS, referentes ao período de 2015 a 2023, durante a implementação do PEE/TO (2015-2023)

Ano	Autor/a Orientador/a	Título	Objetivo
2015	Vera Maria Vidal Peroni Lisete Arelaro e Fátima Antunes e Evaldo Vieira	Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. Tese para Professor Titular da Carreira do Magistério Superior	Analisar o modo pelo qual as redefinições no papel do Estado reorganizam as fronteiras entre o público e privado e materializam-se das mais diferentes formas na educação básica pública, com implicações para o processo de democratização da educação no Brasil
2015	Daniela de Oliveira Pires Vera Maria Vidal Peroni	A construção histórica da relação público-privada na promoção do direito à educação no Brasil.	Analisar a constituição histórica da relação público-privada a partir da formação do Estado nacional em um processo constante de expansão de forças armadas
2015	Jaira Coelho Moraes Vera Maria Vidal	Brasil alfabetizado e Misión Robinson: um estudo comparativo acerca	A análise destas políticas educativas destes dois países relativamente ao momento particular do capitalismo é o objetivo

	Peroni	das políticas de alfabetização no Brasil e na Venezuela – 2003-2013.	principal.
2016	Bernardi, Liane Maria Vera Maria Vidal Peroni	Implicações do Plano de Ações Articuladas na democratização da educação.	Analisar as contradições das políticas de gestão da educação contidas no Plano de Ações Articuladas que foram desenvolvidas nas escolas de Educação Básica, 2007 e 2014 e suas implicações na democratização da gestão.
2016	Rossi, Alexandre José Vera Maria Vidal Peroni	As políticas de diversidade na educação: uma análise dos documentos finais das CONAEs, DCNs e PNE.	Localizar e analisar como o tema da diversidade entra na pauta das políticas educacionais brasileiras e se apresenta nos documentos finais das Conferências Nacionais de Educação de 2010 e 2014, nas novas Diretrizes Curriculares Gerais Nacionais da Educação Básica e no Plano Nacional de Educação 2014-2024, evidenciando os limites, os avanços e as possibilidades para a concretização da política educacional de/para a diversidade.
2017	Romir de Oliveira Rodrigues Vera Maria Vidal Peroni	No caminho do curupira : o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec – e as relações público-privadas	Analisar o processo de elaboração e implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec – como uma política pública que se desenvolve na fronteira relacionada entre os setores público e privado.
2017	Fabíola Borowsky Vera Maria Vidal Peroni, E Rosalba Maria Cardoso Garcia	Educação especial no Brasil: contradições nas políticas de inclusão (2003-2014).	Analisar a trajetória das políticas públicas de Educação Especial, no Brasil, 2003-2014, verificando as contradições, limites e avanços, assim como as concepções de inclusão dos assuntos que interagem na aplicação dessas políticas.
2017	Maria José Fruiz Vera Maria Vidal Peroni	Decorrências da relação público-privado para a política e gestão escolar.	Identificar as interferências do setor privado/empresarial na formação do consenso em torno das políticas educacionais e de um modelo particular de gestão escolar.
2021	Cristina Maria Bezerra de Oliveira Vera Maria Vidal Peroni	O programa formar/curso gestão para aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do Gerencialismo nas escolas de educação básica alagoana: implicações para a democratização da educação.	Analisar a materialização do programa Formar – curso Gestão Para Aprendizagem (GPA) no sistema público de educação básica de Alagoas, assim como a mudança da gestão democrática para o modelo gerencial e suas implicações à democratização da educação pública alagoana.

Fonte: elaborado pelo autor em 28/09/2023 com dados do GPRPPE. Disponível em:
https://www.ufrgs.br/gprppe/?page_id=170 Acesso em set. 2023.

Em relação ao levantamento das Teses do GPRPPE, das 9 relacionadas, 1 é de autoria da Profa. Dra. Vera Peroni, coordenadora do grupo, e 8 são orientadas pela referida pesquisadora. Dentre elas, 3 tratam das implicações para a democratização da educação em decorrência das políticas resultantes da relação do setor público e a iniciativa privada; 1 trata da elaboração e implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) como uma política pública que se desenvolve na fronteira relacionada entre os setores público e privado; 1 trata da Educação Especial no Brasil: contradições nas políticas de inclusão no período de 2003 a 2014; 1 aborda as Decorrências da relação público-privado para a política e gestão escolar; 1 refere-se às políticas de diversidade na educação: uma análise dos documentos finais das CONAE, DCN e PNE; 1 pesquisa a construção histórica da relação público-privada na promoção do direito à educação no Brasil; e a última dedica-se à investigação do Brasil alfabetizado e Misión Robinson: um estudo comparativo acerca das políticas de alfabetização no Brasil e na Venezuela (2003-2013).

3.1.1.2 Dissertações do GPRPPE/UFRGS

No Quadro 2, apresentamos o levantamento das dissertações encontradas no GPRPPE no período de vigência do PEE-TO (2015-2025). Ao todo, verificamos 5 trabalhos que analisam a relação público-privada e suas implicações para a privatização da educação.

Quadro 2 – Dissertações do GPRPPE/UFRGS, referentes ao período de 2015 a 2023, durante a implementação do PEE/TO (2015-2023)

Ano	Autor/a Orientador/a	Título	Objetivo
2017	Maurício Ivan dos Santos Vera Maria Vidal Peroni	A proposta de Educação para o Empreendedorismo do Instituto Empreender Endeavor: Um estudo sobre parceria público - privada	Analisar o conteúdo da proposta de educação que fundamenta os cursos de educação e empreendedorismo do Instituto Empreender Endeavor, promovido em parceria com instituições públicas de educação no Brasil.
2017	Paula Valim de Lima Vera Maria Vidal Peroni	Escola sem sentido: Implicações do Escola sem Partido para a democratização da educação pública.	Investigar as implicações da Escola sem Partido (ESP) para a democratização da educação pública brasileira, a partir da análise do conteúdo da proposta e do mapeamento dos sujeitos.
2018	Adriano Pires de Almeida Vera Maria Vidal	As políticas de juventude e as relações público – privado no âmbito do projovem urbano.	Analisar os principais assuntos públicos e privados através do conteúdo das suas propostas apresentadas no processo de elaboração do ProJovem Urbano, entre

	Peroni		2008 e 2014, no âmbito das políticas de juventude no Brasil.
2018	Monique Robain Montano Vera Maria Vidal Peroni	A parceria entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos a partir do marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC) na oferta da educação infantil em Porto Alegre.	Analisar a elaboração da política de parceria entre o poder público e a sociedade civil, pelo governo municipal de Porto Alegre, na perspectiva do que dispõe a Lei Federal 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 19.775/2017.
2020	Scheiler Fagundes Carvalho Vera Maria Vidal Peroni	A escola não cabe numa planilha: implicações do programa jovem de futuro para a gestão Democrática da educação numa escola da rede estadual do Rio Grande do Sul.	Abordar a relação público-privado na educação a partir da intervenção do Instituto Unibanco por meio de sua principal tecnologia educacional, o Programa Jovem de Futuro, numa escola pública do Rio Grande do Sul no período de 2011 a 2013, discutindo as contradições do processo de materialização do programa na escola e suas implicações para a experiência da gestão democrática da mesma.

Fonte: elaborado pelo autor em 28/09/2023 com dados do GPRPPE. Disponível em: https://www.ufrgs.br/gprppe/?page_id=170. Acesso em: set. 2023.

No tocante ao levantamento das Dissertações do GPRPPE, as 5 produções encontradas foram orientadas pela Profa. Dra. Vera Peroni. Dentre as relacionadas, 2 tratam das implicações de programas como Jovem de Futuro e Escola sem Partido para a democratização da educação; 1 aborda as políticas de juventude e as relações público – privado no âmbito do Projovem urbano; 1 trata da parceria entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos a partir do marco regulatório das organizações da sociedade civil na oferta da educação infantil em Porto Alegre; e outra refere-se à proposta de Educação para o Empreendedorismo do Instituto Empreender Endeavor: um estudo sobre parceria público - privada.

3.1.1.3 Artigos do GPRPPE/UFRGS

Para além do levantamento realizado sobre as teses e dissertações produzidas pelos pesquisadores do GPRPPE, apresentamos no Quadro 3 um levantamento dos artigos publicados e divulgados no *site* do grupo.

Quadro 3 - Artigos do GPRPPE/UFRGS, publicados no período de vigência do PEE/TO (2015-2023)

Autor/a Coautor/a	Título	Objetivo	Revista, Evento, Anais
Vera Maria Vidal Peroni	As Nebulosas Fronteiras Entre O Público e o Privado Na Educação Básica Brasileira	Analisar as redefinições no papel do Estado, que reorganizam as fronteiras entre o público e o privado e materializam-se de diferentes formas na educação básica pública, com implicações para o processo de democratização da educação.	37ª Reunião Nacional da ANPEd, UFSC, 2015.
Vera Peroni Maria Raquel Caetano	Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público	Analisar como o privado interfere no público através da parceria entre o Instituto Unibanco e escolas de Ensino Médio, em que a propriedade permanece pública, mas a instituição privada interfere no conteúdo da educação através da gestão por resultados, trazendo uma lógica individualista e competitiva empresarial, em detrimento de princípios democráticos.	Educação e Realidade, v. 41, p. 07-428, 2016.
Vera Maria Vidal Peroni Luciani Paz Comerlatto	Parceria público- privada e a gestão da educação: o Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna	Apresentar resultados de pesquisa acerca da parceria entre o Instituto Ayrton Senna e escolas de ensino fundamental.	Perspectiva (UFSC), v. 35, n. 1, p. 113- 133, 2017.
Alexandre José Rossi Juliana Selau Lumertz/ Daniela de Oliveira Pires	As parcerias público- privadas na educação: cerceando autonomia e a gestão democrática	Analisar as implicações da parceria público-privada para a gestão democrática da escola pública, a partir da metodologia de análise documental.	Retratos da Escola, v. 11, p. 557-570, 2017.
Vera Peroni Leda Scheibe	Privatização da e na educação: projetos societários em disputa.	O objetivo deste dossiê é trazer subsídios aos nossos leitores sobre o atualíssimo debate que se refere à transformação da educação em mercadoria, negando cada vez mais seu caráter de direito básico do cidadão.	Retratos da Escola, v. 11, p. 387-392, 2017.
Fátima Antunes Vera Peroni	Reformas do Estado e políticas públicas: trajetórias de democratização e privatização em educação. Brasil e Portugal, um diálogo entre pesquisas.	Debater como o Estado se relaciona com o setor privado em educação e quais as implicações para a democratização e o direito à educação, no Brasil e em Portugal.	Revista Portuguesa de Educação, v. 30, p.181-216, 2017.
Daniela de Oliveira Pires Monique Robain Montano/	A Configuração Político-Normativo da parceria público- privada: implicações na oferta da educação infantil no Município de Porto Alegre.	Apresentar alguns elementos para o debate sobre como a configuração jurídico-social-política das parcerias público-privadas no contexto nacional, influenciam na garantia e na qualidade da oferta da educação infantil, especificamente com relação à realidade de Porto Alegre.	Currículo sem Fronteiras, v. 18, p. 239-268, 2018.

Maria Otília Kroeff Susin			
Elma Júlia Gonçalves de Carvalho Vera Maria Vidal Peroni	Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) como estratégia de atuação do setor privado na educação pública.	Apresentar reflexões sobre os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs), elaborados em meio à busca por novas formas de coordenação e de cooperação entre os entes federados para a construção de um Sistema Nacional de Educação e para a melhoria na qualidade da educação.	Práxis Educativa, [S. l.], v. 15, p. 1-23, 2019.
Cristina Maria Bezerra de Oliveira Vera Maria Vidal Peroni	O curso Gestão para Aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoanas: implicações para a democratização da educação	Analisar a parceria de uma instituição do terceiro setor a Fundação Lemann–com o Estado, a partir das redefinições do Marco Regulatório (2015) frente às políticas sociais, o que provocou uma correlação de forças na definição do conteúdo e direção da proposta que interferem diretamente as práticas pedagógicas e de gestão, no chão da escola.	Revista Práxis Educacional, v. 15, n. 31, jan./mar, 2019.
Vera Maria Vidal Peroni Cristina Maria Bezerra de Oliveira	O marco regulatório e as parcerias público-privadas no contexto educacional.	Analisar a parceria de uma instituição do terceiro setor–a Fundação Lemann–com o Estado, a partir das redefinições do Marco Regulatório (2015) frente às políticas sociais, o que provocou uma correlação de forças na definição do conteúdo e direção da proposta que interferem diretamente nas práticas pedagógicas e de gestão, no chão da escola.	Revista Práxis Educacional, v. 15, n. 31, jan./mar, 2019.
Daniela de Oliveira Pires Vera Maria Vidal Peroni	Apresentação Dossiê Temático: As parcerias entre o poder público e o terceiro setor: implicações para a democratização da educação.	Este dossiê trata da atuação do Terceiro Setor no Brasil, suas implicações para a democratização da educação e, também, do Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil	Revista Práxis Educacional, v. 15, n. 31, jan./mar, 2019.
Maria Raquel Caetano	Os sujeitos e a proposta educacional da Base Nacional Comum Curricular: entre o público e o privado.	Mapear e problematizar quem são os sujeitos que influenciaram a construção e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) através da inserção de propostas ligadas a instituições privadas no processo.	Teoria e Prática da Educação, v. 22, n. 3, p. 118-136, 2019.
Vera Maria Vidal Peroni Alexandre José Rossi	O Direito à Educação em suspensão: Implicações da Relação Público-Privada para a Democratização da Educação Básica.	O objetivo deste dossiê é publicizar resultados de pesquisas a respeito das formas, dimensões, alcances, contradições e implicações na realização da educação básica como direito, decorrentes da relação entre o público e o privado, na atual conjuntura sociopolítica e econômica do Brasil.	Revista Contrapontos, v. 19, p. 2-9, 2019.

Alejandra Falabella/ Daniela de Oliveira Pires Vera Maria Vidal Peroni	As formas de privatização no Brasil e no Chile e as implicações para a democratização da educação pública	Apresentar alguns elementos para o debate sobre as formas de implementação dos processos de privatização no Brasil e no Chile e as consequências para a democratização da educação pública.	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 14, p.1813-1828, 2019.
Teise de Oliveira Guaranha Garcia Vera Maria Vidal Peroni	Apresentação – Diálogos sobre distintas formas de privatização: caminhadas de pesquisa sobre o tema.	Apresentar conceitos que fundamentam as pesquisas desenvolvidas pelas autoras e organizadoras do dossiê, ambas integrantes de grupos de pesquisa interinstitucionais dedicados ao estudo dos processos de privatização no campo educacional.	Educar em Revista, v. 36, p. e77598, 2020.
Vera Maria Vidal Peroni	Relação público-privado no contexto do neoconservadorismo no Brasil.	Apresentar elementos para o debate de como as particularidades do neoliberalismo (pós-crise de 2008) e suas relações com o neoconservadorismo redefinem as fronteiras entre o público e o privado, além de se materializarem nas políticas de educação básica no Brasil.	Educação e Sociedade, v. 41, p. e241697, 2020.
Valdelaine da Rosa Mendes Vera Maria Vidal Peroni	Estado, mercado e formas de privatização: a influência dos think tanks na política educacional brasileira	Discutir a influência que têm exercido na organização das políticas educacionais para alargar e intensificar a penetração dos interesses do mercado na área educacional.	Revista Espaço Pedagógico, v. 27, p. 65-88, 2020.
Valdelaine Mendes Maria Raquel Caetano Vera Maria Vidal Peroni	O empreendedorismo como referência de um projeto educacional privado para a educação pública do Rio Grande do Sul.	Tratar da relação entre o público e o privado na educação a partir da análise do projeto de formação de sujeitos empreendedores defendido pelas organizações empresariais para ser inserido nos currículos escolares	Cadernos de Educação n. 65 p. 1-18, 2021.
Maria Raquel Caetano Vera Maria Vidal Peroni	Redes dentro de redes e as novas alianças entre Estado e Mercado.	Apresentar e problematizar as novas formas de relação entre o público e o privado, entre Estado, mercado e sociedade, como parte das reformas globais que vêm ocorrendo no Brasil e no mundo, desenvolvendo o referencial teórico “de redes” e de “redes dentro de redes” (BALL, 2014; 2013) como instrumento conceitual e analítico, a partir da materialização de um exemplo.	Educere et Educare, [S. l.], v. 15, n. 37, 2021.
Montano, M. R., & Fernandes, M. D. E. Vera Maria Vidal Peroni	O Processo de Privatização da Educação Infantil no Âmbito do Fundeb.	Desvelar o processo de privatização na educação infantil por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em duas capitais: Campo Grande (MS) e Porto Alegre (RS) de 2009 a 2020.	Fineduca - revista de financiamento da educação, v. 11, n. 28, p. 1-18, 2021.
Maria Raquel Caetano,	Neoliberalismo e Neoconservadorismo	Analisar as implicações dos projetos neoliberal e neoconservador na formação da juventude	Jornal de Políticas

Paula Valim de Lima Vera Maria Vidal Peroni	nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira	brasileira, que atuam disputando o conteúdo da educação, especialmente na etapa do Ensino Médio como parte do movimento de correlação de forças que ocorre na sociedade pela disputa por projetos societários e de educação.	Educacionais. v.15, p.1-23, 2021.
Theresa Adrião/ Teise de Oliveira Guaranha Garcia. Vera Maria Vidal Peroni	Apresentação da Seção Temática – Os Recursos Públicos em Disputa: reflexões sobre a privatização da educação em distintos contextos.	Apresentar a Seção Temática Os Recursos Públicos em Disputa: reflexões sobre a privatização da educação em distintos contextos, na qual se reúnem artigos que desvelam contradições, ampliam o entendimento sobre processos e fenômenos verificados em contextos específicos e sugerem ferramentas para o enfrentamento de desigualdades educacionais e assimetrias no acesso à educação como direito humano.	Fineduca - revista de financiamento da educação, v. 11, n. 28, p. 1-5, 2021.
Maria Raquel Caetano Vera Peroni	Relações entre o público e o privado na educação brasileira: neoliberalismo e neoconservadorismo – projetos em disputa.	Analisar como as redefinições no papel do Estado reorganizam as fronteiras entre o público e o privado, materializando-se das mais diferentes formas na educação básica pública e suas modalidades, com profundas implicações no processo de democratização da educação.	Trabalho Necessário v. 20, n. 42, p. 1-26, 2022.
Alexandre Rossi Vera Peroni	A relação entre o público e o privado aliado ao neoconservadorismo: o retrocesso nas políticas de diversidade no Brasil.	Apresentar alguns elementos para o debate sobre a relação entre o público e o privado como projetos societários em disputa e sobre o modo como o processo recente de construção da democracia pautou o tema das políticas de diversidade no Brasil.	#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, v.11, n.2, 2022.
Vera Maria Vidal Peroni Susin, M. O. K., & Montano, M.	A Relação Público-Privada na Oferta da Educação Infantil em Porto Alegre.	Instigar o debate acerca da oferta da educação infantil conveniada, legalmente transformada em parceria no ano de 2017, sendo uma das formas de materialização da privatização do público, uma realidade histórica, porém muito intensificada neste período particular do capitalismo.	Educação & Realidade, v. 46, n.3, 2022.
Vera Maria Vidal Peroni Paula Valim de Lima	A educação básica no contexto de avanço neoliberal, neoconservador e neofascista: a conjuntura atual e os desafios para a democratização da educação.	Analisar as disputas entre público e privado na educação básica brasileira, considerando as particularidades do capitalismo neste período histórico, de avanço neoliberal, neoconservador e neofascista, verificando de que forma estes projetos societários influenciam na política educacional e na educação pública.	Educere et Educare, [S. l.], v. 18, n. 47, p. 34-52, 2023

Fonte: Elaborado pelo autor em 28/09/2023 com dados do GPRPPE/UFRGS¹².

¹² Disponível em: https://www.ufrgs.br/gprppe/?page_id=170 Acesso em: set. 2023.

3.1.2 Produção intelectual do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional da Universidade Estadual de Campinas (GREPPE/UNICAMP)

Em relação ao GREPPE, vinculado à Faculdade de Educação da UNICAMP, em sua página virtual inicial encontramos as seguintes informações:

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional – GREPPE tem desenvolvido pesquisas interinstitucionais no campo da política educacional, em âmbitos nacional e internacional, priorizando a relação contemporânea entre os setores público e privado para a oferta, a gestão, o currículo, as relações de trabalho e o financiamento da educação básica e as implicações dessas dimensões para o direito à educação. São atividades intrínsecas ao Grupo: a formação de pesquisadores, a articulação com entidades da sociedade civil vinculadas à defesa da educação pública e a difusão do conhecimento científico construído com base nas pesquisas desenvolvidas. Além disso, organiza seminários de pesquisa com convidados externos como forma de complexificar a análise dos temas investigados e estimula a publicação dos resultados de suas pesquisas em periódicos acadêmicos e científicos. O Grupo conta com quatro seções instituídas nas seguintes universidades públicas: (Unesp-Rio Claro, Unicamp, USP-Ribeirão Preto e Universidade Federal do Mato Grosso - Rondonópolis e é composto por docentes, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação e educadores. Desde 2019 criou e coordena a Rede Latino americana e Africana de pesquisadores em privatização da educação (Acesso em: 11 fev. 2023).

3.1.2.1 Teses do GREPPE/UNICAMP

Em levantamento no *site* do GREPPE/UNICAMP sobre as produções de teses, verificamos apenas 1 disponível que trata sobre a cogestão dos centros de educação infantil "Nave-mãe" [recurso eletrônico]: uma parceria público-privada analisada, de autoria da pesquisadora Cassia Domiciano, conforme Quadro 4 que segue.

Quadro 4 – Tese do GREPPE/UNICAMP referentes ao período de 2015 a 2023, durante a implementação do PEE-TO (2015-2023)

Ano	Autor/a Orientador/a	Título	Objetivo
2016	Cassia Alessandra Domiciano Pellisson Theresa Maria de Freitas Adrião	A cogestão dos centros de educação infantil "Nave-mãe" [recurso eletrônico]: uma parceria público-privada analisada	Analisar o Programa de Atendimento Especial à Educação Infantil (PAEEI), popularmente conhecido como Programa "Nave-mãe", implementado no município paulista de Campinas, em 2007.

Fonte: Elaborado pelo autor em 28/09/2023 com dados do GREPPE¹³.

¹³ Disponível em: <https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br/producoes>. Acesso em set. 2023.

Na página do referido grupo, não foram disponibilizadas as dissertações produzidas pelos pesquisadores no período de vigência do PEE/TO (2015-2025). Assim sendo, rumo-se para os artigos.

3.1.2.2 Artigos do GREPPE/UNICAMP

Os artigos dispostos no sítio do grupo de pesquisa, foram catalogados para composição do quadro a seguir.

Quadro 5 – Artigos do GREPPE/UNICAMP, publicados no período de vigência do PEE/TO (2015-2025)

Autor/a Co-autores/as	Título	Objetivo	Revista
Elisângela Maria Pereira Schimonek	A qualidade do ensino público e a privatização via Programa Mais Educação.	Analisar as implicações do Programa Mais Educação (2010-2013) na garantia de uma educação de qualidade a partir do estabelecimento de parcerias público-privadas e voluntariado	Revista Educação Teoria e Prática, v.25, n. 50, p. 490-503, 2015.
Theresa Adrião	Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais.	Objetiva-se colaborar com uma síntese sobre as formas pelas quais tais processos vêm ocorrendo no Brasil neste começo de século	Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018
Andrey Mori Theresa Adrião	Estado do conhecimento sobre financiamento da educação obrigatória e privatização a partir do web of science, 2015-2018	Identificar e caracterizar as produções em periódicos de língua inglesa relativas ao financiamento da educação no âmbito da educação básica ou equivalente, no período 2015-2018	Revista on-line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. esp3, p. 1241-1257, 2018.
Theresa Adrião Cássia Alessandra Domiciano	A Educação Pública e as Corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil.	Contribuir para a reflexão crítica sobre opções de políticas governamentais que implicaram na ampliação da simbiose entre governos e segmentos do setor privado corporativo ou a este associado	Fineduca - revista de financiamento da educação, v. 8, 2018.
Theresa Adrião Cássia Alessandra Domiciano	Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais.	Analisar a adoção de ferramentas digitais por sistemas públicos como uma forma de privatização da gestão da educação básica	Retratos da Escola, v. 14, n. 30, p. 668-684, 2020.
Theresa Adrião Romualdo Portela de Oliveira/ Marcelo Mocarzel	O público, o privado e o comunitário: Novas categorias administrativas para as escolas brasileiras	O artigo lança luz sobre uma importante mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional brasileira (LDB), ocorrida por meio da Lei Federal 13.868/2019, que desqualificou as instituições de ensino comunitárias da categoria de instituições	Arquivos Analíticos de Políticas Educativas,

Autor/a Co-autores/as	Título	Objetivo	Revista
	e a disputa pelo fundo público na educação.	privadas, criando assim uma nova categorização entre o público e o privado.	v. 30, n. 128, p. 1-22, 2022.
Adrião Silva Venco, S.; Pereira, E.; Cossentin, M.; Garcia, T.; Silva, A.; Drabach, N.; Silveira, A.; Borghi, R.; Domiciano, C.; Paxe, I.; Nguluve, A.; López, J.; Moreno, D.	Apresentação do dossiê: A privatização da Educação Básica e suas implicações para o direito humano à educação na contemporaneidade.	Analisar as políticas de privatização da educação e as formas pelas quais se materializam têm assumido contornos sem precedentes no tempo presente e são emblemas das mutações da face social do Estado no provimento e garantia do direito humano à educação, como consequência da ascensão e capilaridade dos princípios neoliberais no tecido social que se apoiam, por sua vez, na primazia do capital financeiro e na concentração da riqueza.	Revista Educação e Filosofia, v. 37, n. 79, p. 31-38, 2023.
Teise García Theresa Adrião	Privatização da gestão escolar no Brasil: controle digital e interesses corporativos.	Analisar potenciais recorrências de adoção de plataformas digitais para organização do trabalho em escolas públicas de ensino obrigatório	Revista de currículum y formación del profesorado, v. 27, n. 1, p. 81-102, 2023.
Teise de Oliveira Garcia Theresa Adrião/ Nadia Drabach/ Maria Santos	Segunda geração de privatização da educação paulista: a articulação sistêmica dos atores empresariais.	Analisar o que se designa aqui como segunda geração da privatização da educação pública paulista.	Pro-Posições, v. 34, p. e20210103, 2023.

Fonte: Elaborado pelo autor em 28/09/2023 com dados do GREPPE/UNICAMP. Disponível em: <https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br/producoes>. Acesso em set. 2023.

3.2 PESQUISA BIBLIOMÉTRICA – DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Realizamos, ainda, pesquisa bibliométrica sobre objeto privatização da educação, com refinamento para privatização da gestão da educação, buscando a articulação do todo para as partes e das partes para o todo, em uma perspectiva de apreensão da totalidade, tendo por objetivo mapear o campo científico, o desempenho e o impacto das produções baseadas no tema privatização da educação, assim como identificar a relevância do objeto, por meio do levantamento de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais com refinamento para estudos relacionados à privatização da gestão da educação (Moresi, 2019).

Com base em Moresi e Pinho (2022, p. 240): “A bibliometria é a aplicação de métodos matemáticos e estatísticos para analisar a comunicação escrita de uma determinada área (Pritchard, 1969). A análise bibliométrica contempla o desenvolvimento de padrões e modelos

matemáticos para medir os processos, bem como o uso de seus resultados para elaborar previsões e apoiar a tomada de decisão.”

Bibliometria é o termo apresentado por Pritchard (1969) para definir a aplicação de métodos matemáticos e estatísticos a livros e outros meios de comunicação em substituição ao termo bibliografia estatística, anteriormente, utilizado, e segundo o autor, desajeitado, pouco descritivo e pode ser confundido com a própria estatística ou bibliografias sobre estatística.

Para o autor a bibliometria possibilita:

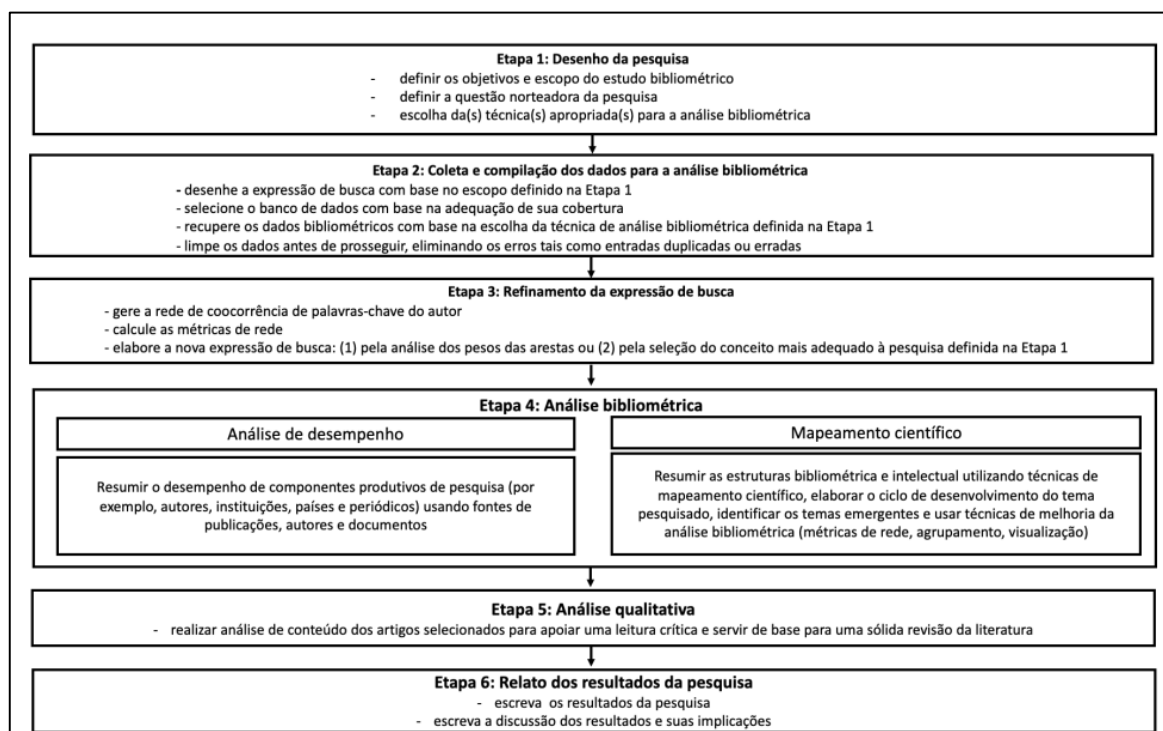
[...] esclarecer os processos de comunicação escrita e a natureza e o curso do desenvolvimento de uma disciplina, na medida em que isso se manifesta através da comunicação escrita, por meio da contagem e análise das várias facetas da comunicação escrita ... a aplicação de métodos matemáticos e estatísticos a livros e outros meios de comunicação (Pritchard, 1969, p. 348)

A análise bibliométrica encapsula a aplicação de técnicas quantitativas aos metadados de pesquisas bibliográficas (Moresi, 2019, s/p), e a sua finalidade consiste em indicar, por meio de análises matemáticas e estatísticas, padrões estabelecidos pela produção científica capazes de elucidar e apoiar o pesquisador na condução de questões relevantes para tomada de decisões e caminhos:

A análise bibliométrica compreende duas abordagens principais para explorar um campo de pesquisa: a análise de desempenho e o mapeamento científico (Noyons, Moed, & Luwel, 1999; van Rann, 2004). A primeira enfoca o impacto da produção científica baseada em citações. Por exemplo, algumas métricas de desempenho populares são o Journal Impact Factor (Garfield, 1972) e o índice de Hirsch - h-index (Hirsch, 2005). A segunda está voltada para a descoberta da estrutura conceitual da produção científica por meio de mapas de ciência. Mais particularmente, está focada no monitoramento de um campo científico e na delimitação de áreas de pesquisa para determinar sua estrutura conceitual e sua evolução científica (Cobo et al., 2011; Noyons, Moed, & van Rann, 1999). [...] A análise de desempenho inclui métricas relacionadas às publicações, às citações e a ambas. O mapeamento científico inclui as análises de citação, de cocitação, de acoplamento bibliográfico, de coocorrência de palavras e de coautoria.

Dessa forma, a bibliometria foi aplicada na presente pesquisa tendo em vista, também, o monitoramento do campo científico sobre o objeto privatização da educação em geral e da privatização da gestão da educação em particular, considerando o movimento do todo para as partes e das partes para o todo, à luz das produções científicas desenvolvidas no âmbito estadual, nacional e internacional.

Moresi (2019) refere-se a seis etapas para a construção da pesquisa nesta perspectiva, como representado na figura a seguir, elaborada pelo autor.

Figura 1 – Etapas para a construção da pesquisa bibliométrica

Fonte: Moresi (2019)

Neste estudo seguimos o descrito pelo autor no tocante ao objeto desta pesquisa: 1) desenho da pesquisa; 2) coleta e compilação dos dados para a análise bibliométrica; 3) refinamento da expressão de busca; 4) análise bibliométrica de desempenho e de mapeamento científico; 5) análise qualitativa; e 6) relato dos resultados da pesquisa.

1) Desenho da pesquisa

Foi nessa primeira etapa de desenho da pesquisa que o objeto desta Tese foi consolidado em termos de sua relevância, uma vez que foi observado que há um vasto campo de estudo sobre privatização da educação, entretanto, no Estado do Tocantins ainda pouco foi explorado considerando o escancaramento com que setor privado tem aliciado, assediado, invadido e influenciado a esfera pública educacional brasileira em geral e tocantinense em particular. Adiante, a partir do estudo instrumental do método bibliométrico fora possível identificar possibilidades e caminhos para alcançar respostas para questões em torno do alcance do objetivo da pesquisa:

- Qual a relevância da pesquisa no cenário nacional e internacional?

- Quem são os especialistas em privatização da gestão da educação?
- Qual é a leitura prioritária para a pesquisa em privatização da gestão da educação?
- Quais são os países que mais pesquisam e influenciam o referido objeto?
- Quem são os pesquisadores centrais e intermediários nesse campo de pesquisa?
- Quais são os principais periódicos com publicações sobre o objeto?
- Qual é a estrutura da comunidade científica do campo de pesquisa?
- Como a estrutura desse campo de pesquisa se desenvolveu ao longo do tempo?
- Quais são as dinâmicas da estrutura conceitual de um campo?
- Quais são as palavras-chaves associadas à pesquisa sobre privatização da gestão da educação?

Inicialmente, para atingir o objetivo de identificar o termo mais adequado à pesquisa, utilizamos termos na língua inglesa, pois a maioria das bases e ferramentas de tratamento de dados disponibilizadas na Internet usam a língua inglesa e não acolhem a opção da língua portuguesa, como no caso da primeira busca, realizada no Google Books Ngram Viewer¹⁴, cuja finalidade é apontar a incidência das expressões em títulos digitalizados disponíveis na rede, onde pesquisamos os termos relacionados no quadro que segue.

Quadro 6 – Resultado da busca por termo no Books Ngram Viewer

Termo	Ano	Obra
Privatization of education	1982	Trends Towards the Privatization of Education: Australia, Editora: Australian Teachers Federation Colaborador: S. Marginson – obra indisponível
Privatization of education management	Sem resultados	Sem resultados

Fonte: Google Books Ngram Viewer

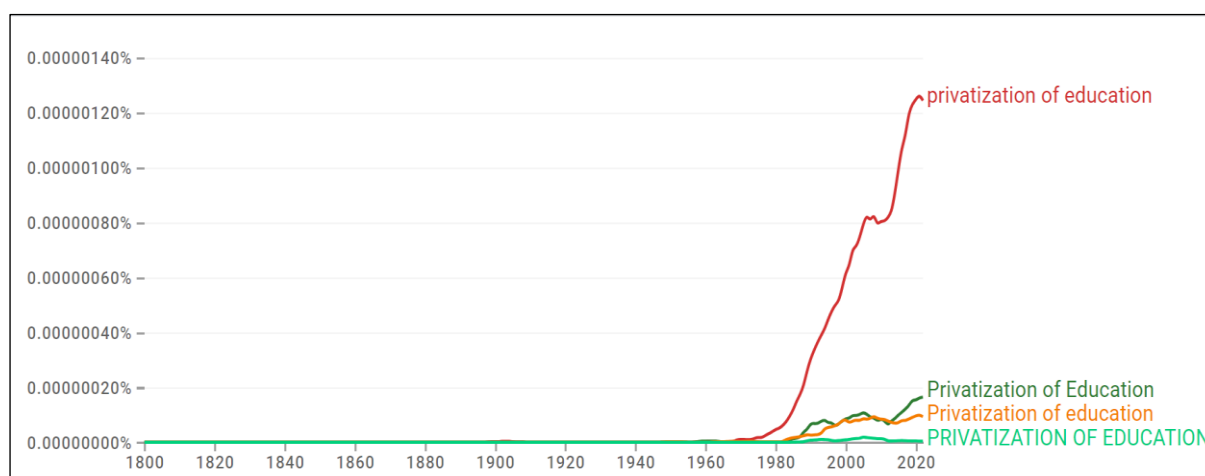
Os resultados apontaram que o termo mais amplo, Privatization of education, possui registros a partir de 1982, em obra da Federação australiana de professores. Para o termo *Privatization of education management* não foram encontrados registros e as variações dos termos e período de ocorrência na literatura digital.

Para refinamento da pesquisa, utilizamos o recurso *Case-Insensitive* e identificamos que a forma textual do sintagma expresso na totalidade com letras minúsculas apresenta maior

¹⁴ Google Books Ngram Viewer é uma ferramenta que permite visualizar a frequência de palavras ou frases em um grande número de livros digitalizados pelo Google ao longo do tempo. Ele utiliza dados de milhões de livros para mostrar como o uso de termos específicos mudou desde 1800 até 2008.

incidência, conforme a figura que segue.

Figura 2 – Reprodução de gráfico do Google Books Ngram Viewer em 12/10/2024



Fonte: Google Books Ngram Viewer

Com o objetivo de elaborar parâmetros bibliométricos da produção científica sobre *privatização da gestão da educação*, o primeiro passo foi definir a plataforma mais abrangente em oferta de trabalhos científicos acerca do objeto. Para tanto, inicialmente, elegemos as plataformas: Web of Science (WoS)¹⁵ e a Scopus¹⁶.

A definição do termo indicou a necessidade de um desenho de pesquisa mais apurado para a obtenção de respostas para as questões centrais da pesquisa. O termo relevante para a construção da tese é, certamente, privatização da gestão da educação, com afinilamento para o espaço administrativo Brasil-Tocantins.

2) Coleta e compilação dos dados para a análise bibliométrica

Buscamos identificar a base de dados que mais ofertava documentos que contemplem o

¹⁵ Web of Science - Coleção Principal (Clarivate Analytics / Thomson Reuters); Clarivate Analytics; Linguagem: Não Identificado - Base multidisciplinar que indexa somente os periódicos mais citados em suas respectivas áreas. É também um índice de citações, informando, para cada artigo, os documentos por ele citados e os documentos que o citaram. Possui hoje mais de 9.000 periódicos indexados. É composta por: ##Science Citation Index Expanded (SCI-EXPANDED): 1945 até o presente##Social Sciences Citation Index: 1956 até o presente;##Arts and Humanities Citation Index: 1975 até o presente.##A partir de 2012 o conteúdo foi ampliado com a inclusão do Conference Proceedings Citation Index- Science (CPCI-S); Conference Proceedings Citation Index- Social Science & Humanities (CPCI-SSH). Fonte: Web of Science - Coleção Principal (Clarivate Analytics / Thomson Reuters)

¹⁶ SCOPUS (Elsevier) - Reed Elsevier; Linguagem: Não Identificado; Scopus is a comprehensive scientific, medical, technical and social science database containing all relevant literature. Fonte: SCOPUS (Elsevier)

objeto da pesquisa, sendo a Web of Science (WoS) e a Scopus, ambas disponibilizadas pela Capes e UFT, no Acesso CAFe.

O resultado da pesquisa pelos termos relacionados, resultou em números semelhantes nas duas bases de dados. Importa destacar que a pesquisa foi aberta, não houve refinamento ou afinilamento.

Quadro 7 – Resultados numéricos documentos plataformas Scopus e WoS

Termo pesquisado	Scopus	WoS
Privatization of education	2.597	2.021
Privatization of education management	508	528
Privatization of education management AND Brazil	24	36

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de pesquisa nas plataformas Scopus e WoS, em 12/10/2024

A base WoS mostrou-se a plataforma mais adequada ao propósito do trabalho, ao tempo em que permitiu o refinamento da pesquisa para a área específica *Education Educational Research*. A base Scopus, ao contrário, não permite pesquisar por categorias, o que causa prejuízo à pesquisa, por não categorizar publicações da área da educação.

No entanto, para que a pesquisa fosse o mais abrangente possível, realizamos no modo *All Fields*¹⁷, quando o termo pode estar presente em qualquer um dos campos do documento.

3) Refinamento da expressão de busca

Utilizamos três filtros para o refinamento da busca: (i) selecionada a categoria WoS *Education Educational Research*, acrescentou-se um (ii) filtro para o período correspondente à vigência do PNE - período de 2015 a 2024 e outro para um (iii) tipo de documento *articles*. O resultado apontou para a redução do número de documentos disponíveis conforme especificado no quadro a seguir:

¹⁷ Pesquisa todos os campos pesquisáveis usando uma consulta. Isso permite que você encontre facilmente seus termos de pesquisa em qualquer campo. (Plataforma WoS)

Quadro 8 - Resultados numéricos pesquisa com refinamento para categoria, período e tipo de documento

Termo pesquisado WoS	Pesquisa geral sem filtro	Pesquisa refinada
Privatization of education	2.021	475
Privatization of education management	528	78
Privatization of education management AND Brazil	36	20

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados nas plataformas Scopus e WoS, em 12/10/2024

Para o termo *Privatization of education management AND Brazil AND Tocantins*, não obtivemos resultado em nenhuma das plataformas. A pesquisa para o termo *Privatization of education management AND Brazil* resultou em 20 documentos em WoS, os quais serão tratados nos programas para específicas finalidades métricas e bibliográficas. No entanto, a abordagem de Moresi (2019, s/p):

A construção da expressão de busca deve observar a abrangência da pesquisa, visando a recuperação de uma quantidade razoável de documentos. Um esforço especial deve ser feito para definir as palavras-chave de pesquisa que representem o tema a ser examinado e como elas serão combinadas com os operadores lógicos.

Nesse ponto, o pesquisador deve ter leituras teóricas para conhecimento do tema e do objeto em questão, de modo que a condução da pesquisa bibliométrica alcance os resultados conforme a sua relevância no campo científico.

4) Análise bibliométrica de desempenho e de mapeamento científico

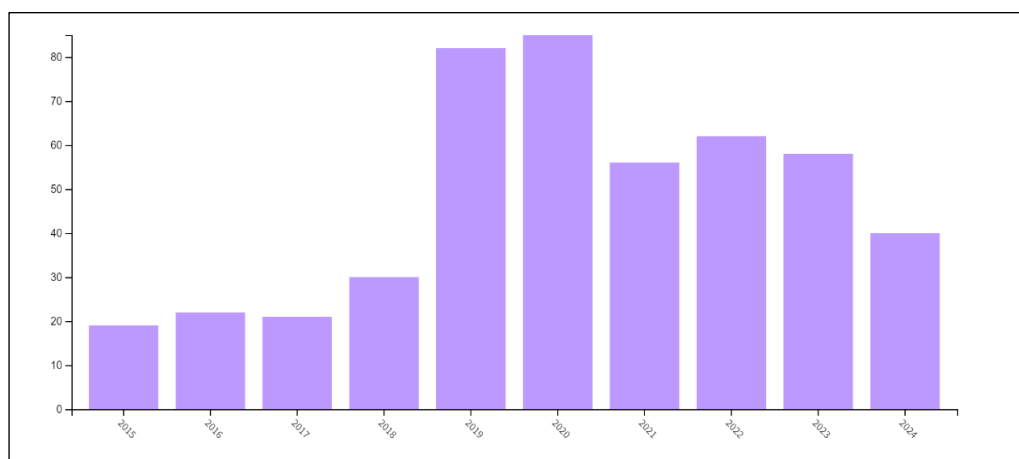
Na etapa de composição de banco de pesquisa evidenciou-se que os termos relacionados à Tese não se encontram dispostos nas maiores plataformas da web, o que levou à revisão da adoção do tipo de análise nas redes de coocorrência de palavras-chave e de citações de referências citadas; seleção da base WoS para a pesquisa bibliográfica e a recuperação de informações; escolha do software para gerar as redes de coocorrência de palavras chave e de citações de referências citadas; elaboração do tesauro do VOSviewer para controle do vocabulário e normalização das referências bibliográficas; obtenção das redes de coocorrência de palavras-chave e de citações de referências citadas, com o controle do vocabulário e a normalização das referências bibliográficas.

a. *Privatization of education*

O termo pesquisado *Privatization of education* devolveu 475 documentos. O período do

refinamento temporal contemplou os anos de 2015 a 2024, categoria *Education Educational Research* e tipo documental somente *Articles*. Os resultados, esquematizados na Figura 3, apontaram para uma intensificação da produção a partir de 2019, com ápice em 2020, com a publicação de 80 artigos sobre o objeto.

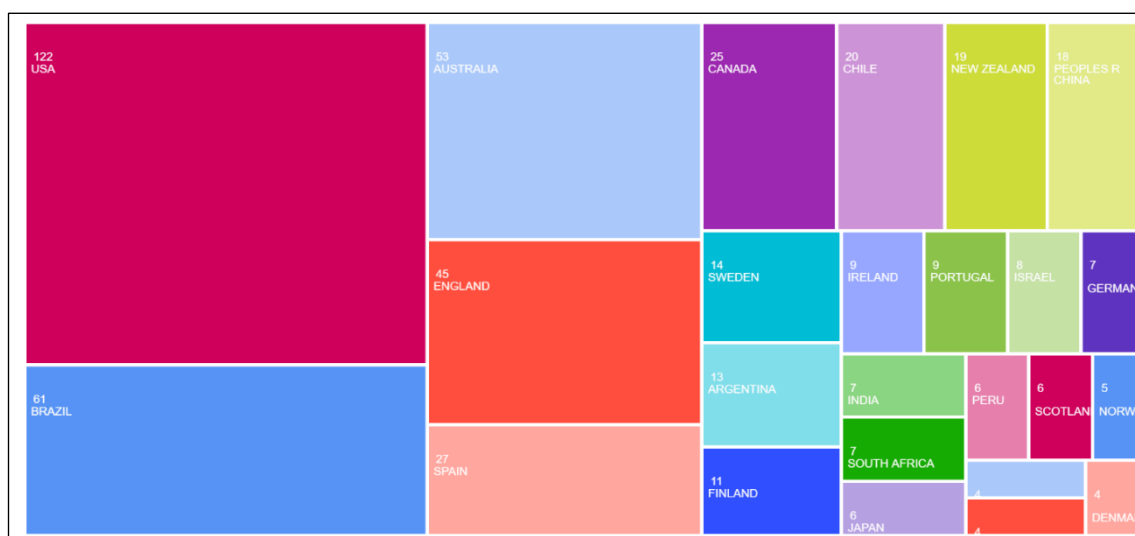
Figura 3 - Evolução na quantidade de produção durante o período de 2015 a 2024.



Fonte: Extraído da Plataforma Web of Science

Do total de artigos disponíveis na WoS, 407 foram produzidos em Inglês; 39 em português; e 27 em espanhol. O Brasil é o segundo país com maior número de publicações, com 61 artigos, depois dos Estados Unidos, com 122. Austrália, Inglaterra e Espanha também apresentaram número significativo de produção científica acerca da privatização da educação.

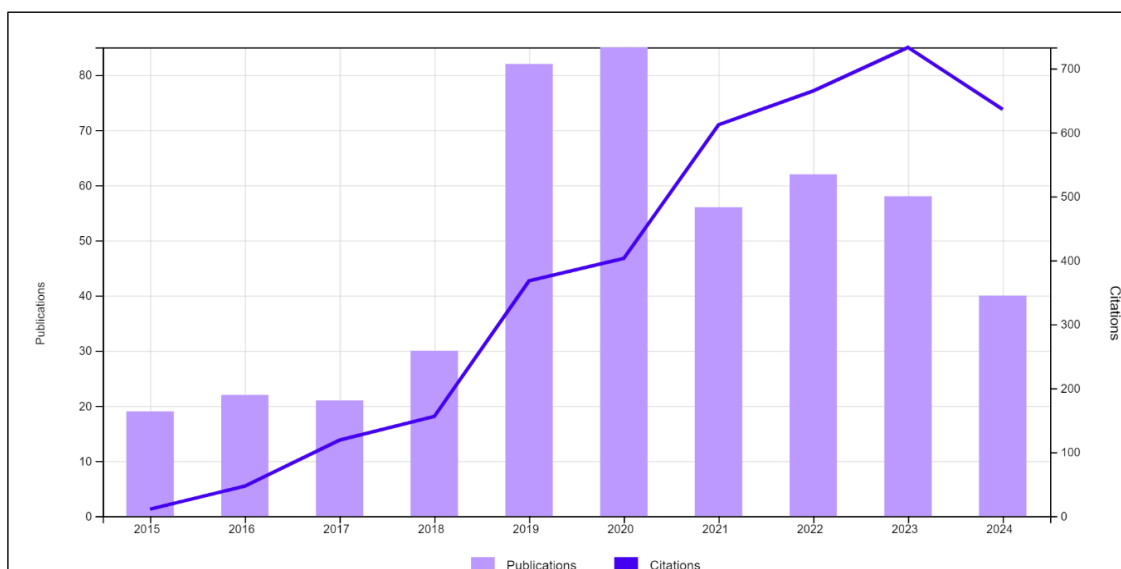
Figura 4 - TreeMap Chart da WoS com distribuição de produção por países



Fonte: Extraído da Plataforma Web of Science

Com o H-Index de 28 e uma média de 7.89 citações por item, foi em 2023 o maior número de citações, conforme se observa na figura que segue.

Figura 5 - Evolução combinada de publicações x citações, produzida pelos recursos WoS



Fonte: Extraído da Plataforma Web of Science

Os 15 artigos mais citados durante o marco temporal da pesquisa podem ser observados no quadro que segue.

Quadro 9 – Artigos localizados na Plataforma Web of Science

Titulo	Autores	Ano da Publicação	Total de citações
Reshaping the Nordic education model in an era of efficiency. Changes in the comprehensive school project in Denmark, Norway, and Sweden since the millennium	Imsen, Gunn; Blossing, Ulf; Moos, Lejf	2017	89
Education as recovery: neoliberalism, school reform, and the politics of crisis	Slater, Graham B.	2015	80
Models Based Practices in Physical Education: A Sociocritical Reflection	Landi, Dillon; Fitzpatrick, Katie; McGlashan, Hayley	2016	75
Micro-neoliberalism in China: public-private interactions at the confluence of mainstream and shadow education	Zhang, Wei; Bray, Mark	2017	67
Assembling the privatisation of physical education and the 'inexpert' teacher	Powell, Darren	2015	66
Shadow Education in Europe: Growing Prevalence, Underlying Forces, and Policy Implications	Bray, Mark	2021	61

The Political Economy of Market-Based Educational Policies: Race and Reform in Urban School Districts, 1915 to 2016	Scott, Janelle; Holme, Jennifer Jellison	2016	61
Pandemic Acceleration: Covid-19 and the emergency digitalization of European education	Cone, Lucas; Brogger, Katja; Berghmans, Mieke; Decuypere, Mathias; Forschler, Annina; Grimaldi, Emiliano; Hartong, Sigrid; Hillman, Thomas; Ideland, Malin; Landri, Paolo; van de Oudeweetering, Karmijn; Player-Koro, Catarina; Rensfeldt, Annika Bergviken; Ronnberg, Linda; Taglietti, Danilo; Vanermen, Lanze	2022	56
Explaining outsourcing in health, sport and physical education	Williams, Benjamin J.; Macdonald, Doune	2015	56
A colonial history of the higher education present: rethinking land-grant institutions through processes of accumulation and relations of conquest	Stein, Sharon	2020	55
The outsourcing of health and physical education: A scoping review	Sperka, Leigh; Enright, Eimear	2018	54
Beyond the consumer: parents, privatization, and fundraising in US urban public schooling	Posey-Maddox, Linn	2016	50
Supporting youth to develop environmental citizenship within/against a neoliberal context	Dimick, Alexandra Schindel	2015	49
Neoliberal freedoms, privatisation and the future of physical education	Evans, John; Davies, Brian	2015	47
Building the Innovative and Entrepreneurial University: An Institutional Case Study of Administrative Academic Capitalism	McClure, Kevin R.	2016	45

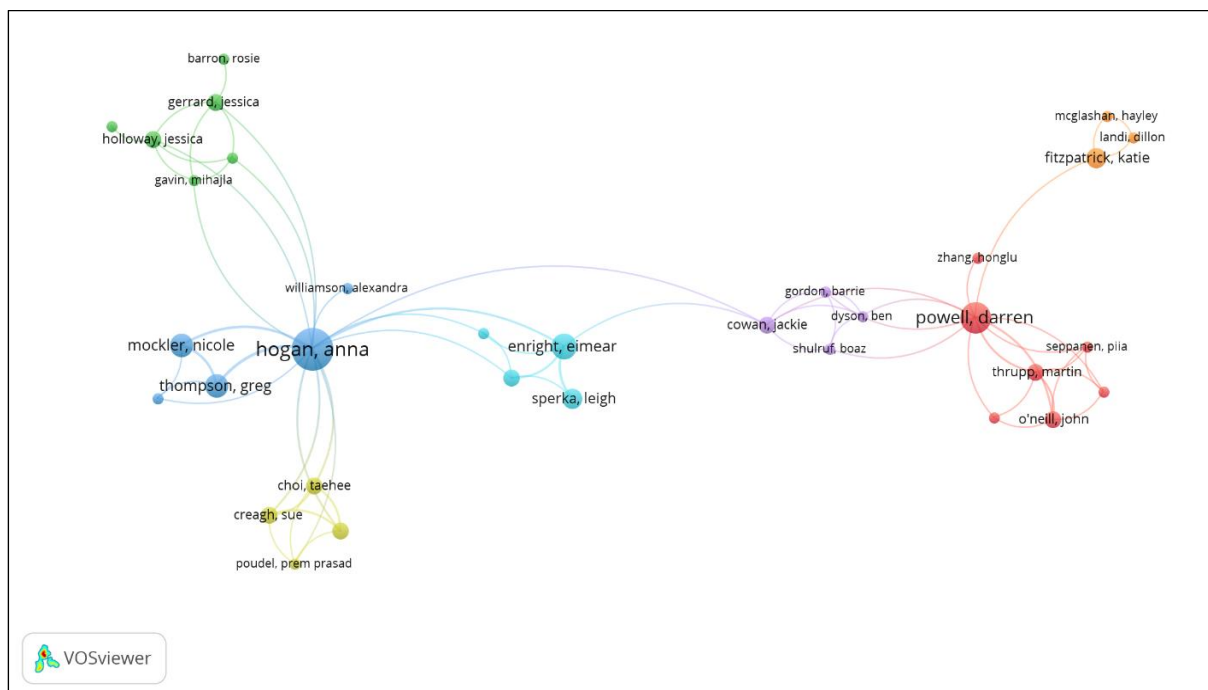
Fonte: Elaborado pelo autor em planilha Excel a partir de dados fornecidos pela WoS

Apresentadas as principais métricas, doravante, apresentamos a análise da rede de coocorrência de autores e palavras-chave. A rede de cocitação de autores foi construída no *VOSviewer*, para responder à questão: Quem são os especialistas em privatização da gestão da educação?

O *VOSviewer* é um software livre especialmente projetado para gerar representação gráfica de mapas bibliométricos (van Eck & Waltman, 2014; Waltman & van Eck, 2012). Ele inclui funcionalidades de zoom, de algoritmos especiais de tabulação e de mapa de densidade. O software pode ser usado para construir e visualizar mapas bibliométricos de dados de coautoria (autores, organizações e países), coocorrência de palavras-chave (dos autores e plus), citação (documentos, fontes, autores, organizações e países), cocitação (referências, fontes e autores) e acoplamento bibliográfico (documentos, fontes, autores, organizações e países). A técnica de mapeamento ajuda a dispor os elementos nos mapas em duas dimensões. O posicionamento dos elementos refletirá a sua similaridade. Além disso, a evolução temática permite a visualização por períodos de tempo. *VOSviewer* permite realizar a detecção de comunidades usando a técnica de agrupamento. O *VOSviewer* permite seu exame através de 3 tipos de visualização: de rede, de sobreposição e de densidade (van Eck & Waltman, 2021) (Moresi, 2019).

O tesauro do VOSviewer apresentou 7 clusters (agrupamentos) de pesquisadores com 33 itens.

Figura 6 - Grafo Co-authorship – Author com o mínimo de 1 autor por ocorrência



Fonte: Extraída da ferramenta VOSviewer

A Figura anterior mostra a rede de cocitação dos 828 autores extraídos dos 475 documentos da WoS. Na rede, os nós e nome dos autores maiores refletem maior ocorrência, as cores indicam os agrupamentos em cluster e as linhas apresentam o inter-relacionamento dos autores. Dentre os autores, destaque para Hogan, que apresenta maior densidade no grafo, que teve 13 publicações e 113 citações, seguida de Powel com 7 publicações e 108 citações.

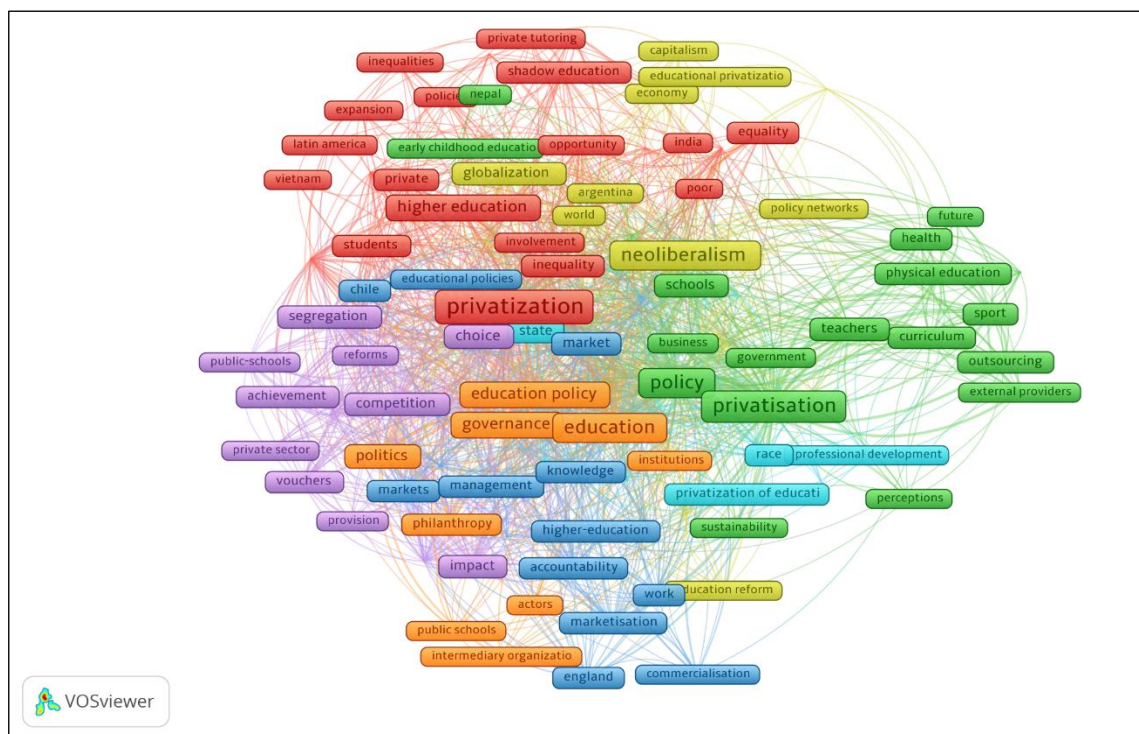
O Quadro que segue apresenta os principais autores em ordem decrescente de força de link citação por agrupamento (cluster).

Quadro 10 - Principais autores por cluster em ordem de predominância

Cluster	Autores(itens)
1	BUTLER, PHILIPPA; CHERNOFF, SANDOR; O'NEILL, JOHN; POWELL, DARREN; SEPPANEN, PIIA; THRUPP, MARTIN; ZHANG, HONGLU
2	BARRON, ROSIE; GAVIN, MIHAJLA; GERRARD, JESSICA; HOLLOWAY, JESSICA; KEDDIE, AMANDA; STACEY, MEGHAN
3	HOGAN, ANNA; JOHNSON, REBECCA; MOCKLER, NICOLE; THOMPSON, GREG; WILLIAMSON, ALEXANDRA
4	CHOI, TAEHEE; CREAGH, SUE; LINGARD, BOB; POUDEL, PREM PRASAD
5	COWAN, JACKIE; DYSON, BEN; GORDON, BARRIE; SHULRUF, BOAZ
6	ENRIGHT, EIMEAR; MCCUAIG, LOUISE; SPERKA, LEIGH; STYLIANOU, MICHALIS
7	FITZPATRICK, KATIE; LANDI, DILLON; MCGLASHAN, HAYLEY

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pela ferramenta VOSviewer

A figura que segue apresenta a visualização em nuvem de palavras a partir da coocorrência das principais palavras chave das publicações selecionadas da WoS, com destaque para *privatization*, *privatisation*, *neoliberalism* e *education*. É um recurso da ferramenta VOSviewer.

Figura 7 - Principais palavras-chave das publicações selecionadas da WoS.

Fonte: Extraída da ferramenta VOSviewer

A análise evidencia a existência de 116 palavras chave, com o mínimo de 5 ocorrências distribuídas em 7 clusters.

Quadro 11 - Coocorrência de palavras-chave das publicações por cluster

Cluster	Palavra-chave	Ocorrências
1	PRIVATIZATION	129
	HIGHER EDUCATION	35
	INEQUALITY; SHADOW EDUCATION; STUDENTS	12
	PRIVATE; STRATIFICATION	10
	EQUALITY; EQUITY	9
	CHINA	8
	ACCESS; ÍNDIA; INVOLVEMENT; OPPORTUNITY; PRIVATE TUTORING	7
	LATIN AMERICA	6
	BRAZIL; CHALLENGES; DEMAND; EXPANSION; INEQUALITIES; POLICIES; POOR; PUBLIC-EDUCATION; VIETNAM	5
2	PRIVATISATION	92
	POLICY	76
	SCHOOLS	18
	TEACHERS	17
	CURRICULUM; PHYSICAL EDUCATION; SPORT	13
	HEALTH	12
	OUTSOURCING	10
	EXTERNAL PROVIDERS; QUALITY; PEDAGOGY	7
	BUSINESS; EARLY CHILDHOOD EDUCATION	6
	FUTURE; SUSTAINABILITY; GOVERNMENT; NEPAL; PERCEPTIONS	5
3	PUBLIC EDUCATION	23
	MARKET	19
	ACCOUNTABILITY; HIGHER-EDUCATION; KNOWLEDGE; MARKETISATION	13
	UNIVERSITIES	10
	CHILE; MANAGEMENT; MARKETS; WORK	9
	ENGLAND	8
	3UNIVERSITY	7
	EDUCATIONAL POLICIES; SCHOOL AUTONOMY	6
	COMMERCIALISATION; DYNAMICS; MANAGERIALISM	5
4	NEOLIBERALISM	77
	EDUCATIONAL POLICY	23
	GLOBALIZATION	15
	MARKETIZATION	11
	CAPITALISM; WORLD	7

	EDUCATION REFORM; PUBLIC MANAGEMENT; EDUCATIONAL PRIVATIZATION	6
	ARGENTINA; CRITICAL PEDAGOGY; CULTURAL-POLITICAL ECONOMY; ECONOMY; EDUCATION PRIVATISATION; EDUCATION PRIVATIZATION; POLICY NETWORKS; TEACHER	5
5	SCHOOL CHOICE	32
	CHOICE	26
	IMPACT	18
	SEGREGATION	16
	CHARTER SCHOOLS; COMPETITION	14
	ACHIEVEMENT; VOUCHERS	9
	INNOVATION; ORGANIZATIONS	6
	PRIVATE SECTOR; PROVISION; PUBLIC-SCHOOLS; REFORMS	5
6	STATE	19
	DEMOCRACY	14
	PUBLIC-PRIVATE PARTNERSHIPS	13
	RACE	13
	DISCOURSE	11
	SCHOOL	10
	NETWORK; PRIVATIZATION OF EDUCATION	9
	PARTNERSHIPS	7
	PROFESSIONAL DEVELOPMENT; SOCIAL JUSTICE	6
	TEACHER TRAINING	5
7	EDUCATION	74
	GOVERNANCE	39
	EDUCATION POLICY	38
	POLITICS	28
	REFORM	20
	PHILANTHROPY	11
	INSTITUTIONS; PUBLIC SCHOOLS	6
	ACTORS; EDUCATIONAL PRIVATISATION; INTERMEDIARY ORGANIZATIONS	5

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados obtidos na ferramenta VOSviewer

Dessa forma, pode-se constatar que as palavras-chave mais utilizadas, independente dos clusters, nas publicações em geral, foram as representadas no quadro que segue.

Quadro 12 - Principais palavras-chave das publicações em geral

Palavra-Chave	Qtde de Coocorrência	Palavra-Chave	Qtde de Coocorrência
privatization	129	choice	26

Quadro 13 – Ocorrência de vocábulos em títulos e resumos da produção científica selecionada no WoS

Vocábulo	Ocorrência	Vocábulo	Ocorrência
teacher	82	partnership	39
data	80	neoliberalism	38
higher education	60	private school	38
interview	58	resource	37
decade	50	expansion	36
opportunity	48	choice	35
child	47	knowledge	35
schooling	46	network	35
agenda	45	type	34
movement	45	equity	33
university	45	private sector	33
organization	44	dynamic	32
project	41	effort	32
educational policy	39	factor	32

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelo VOSviewer.

b. Privatização da gestão da Educação

Com o objetivo de elaborar parâmetros bibliométricos da produção científica sobre *privatização da gestão da educação*, o primeiro passo foi definir a plataforma mais abrangente em oferta de trabalhos científicos acerca do objeto. Para tanto, inicialmente, elegemos as plataformas: Scientific Electronic Library Online - SciELO Brasil¹⁸, Google Scholar¹⁹ e Periódicos da CAPES²⁰.

Em 13 de setembro de 2024, realizamos a pesquisa para o descritor Privatização da Gestão da Educação, sem aspas, sem filtro e em qualquer idioma. O resultado alcançado na plataforma *SciELO* correspondeu a 31 trabalhos de todos os índices; na plataforma Portal de

¹⁸ A SciELO (Scientific Electronic Library Online / Biblioteca Científica Digital Online) é um programa de apoio à infraestrutura de comunicação de pesquisas em acesso aberto. Criado em 1997 e lançado em março de 1998, o programa é implantado descentralizadamente como política pública de apoio à comunicação científica em acesso aberto por meio do Modelo SciELO de Publicação. Disponível em: <https://www.scielo.br/>

¹⁹ O Google Acadêmico é uma forma simples de pesquisar literatura acadêmica. Pesquise dentre uma variedade de disciplinas e fontes: artigos, teses, livros. Disponível em: <https://scholar.google.com/>

²⁰ O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é um dos maiores acervos científicos virtuais do País, que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no Brasil. São milhares de periódicos científicos de texto completo e centenas de bases de dados de conteúdos diversos, como artigos, referências, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, livros e obras de referência. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>

Periódicos da Capes devolveu 147 resultados e a plataforma Google Acadêmico, aproximadamente, 96.800 resultados.

Quadro 14 – Resultado do afinilamento dos termos para pesquisa nas plataformas SciELO, Periódicos Capes e Google Scholar

Termo pesquisado	SciELO	Periódicos Capes	Google Scholar
Privatização da Educação	133	629	111.000
Privatização da gestão da Educação	31	147	96.800
Privatização da gestão educacional	15	55	52.900
Nova gestão pública da educação	58	419	868.000
Privatização da gestão da Educação OR Privatização da gestão educacional	15	55	51.500
“Privatização da gestão da Educação”	0	4	122

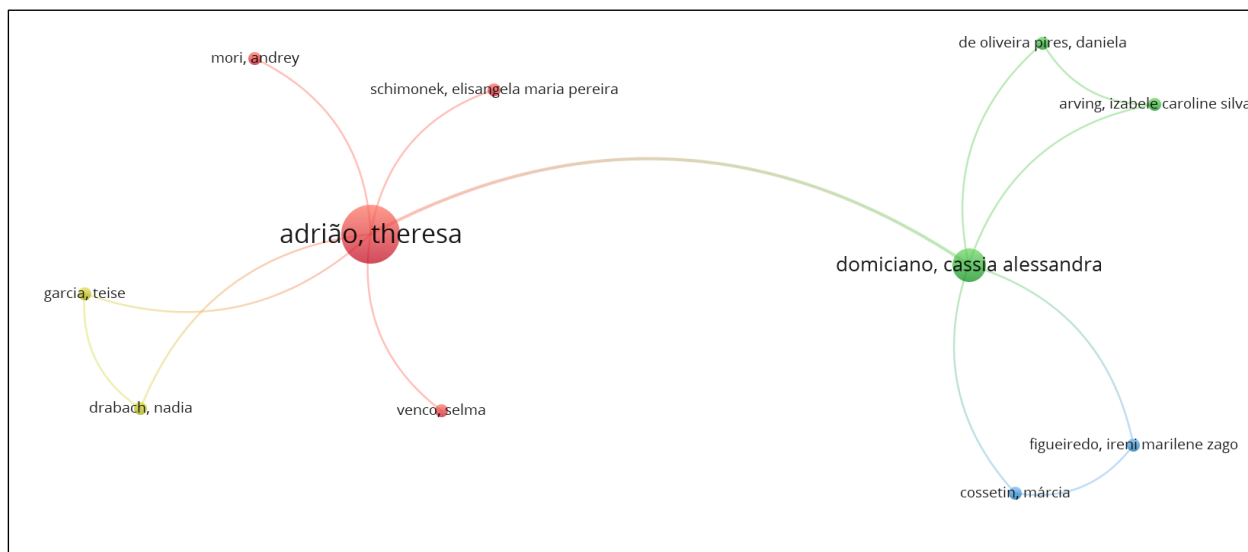
Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações extraídas das pesquisas nas plataformas SciELO, Periódicos Capes e Google Scholar.

Acrescentamos as aspas no termo com a finalidade de uma busca mais acentuada em torno da unidade do tema. A *SciELO* não apresentou resultados. Os Periódicos da Capes restringiram os números para 4 resultados e o Google Acadêmico para 122 resultados. Entendemos a necessidade de expandir as possibilidades para pesquisa e explorar o campo léxico da temática. Para tanto, retiramos as aspas, acrescentamos o termo booleano OR e o termo *privatização da gestão educacional* e retomamos a pesquisa nas mesmas plataformas.

Dessa forma, a *SciELO* apresentou 15 resultados; os Periódicos da Capes reduziram para 55 resultados e o Google Acadêmico para aproximadamente 52.400 resultados. Com o acréscimo do termo Tocantins, mais uma vez, a *SciELO* zerou o resultado e os Periódicos da Capes devolveram apenas 15 resultados. O Google Acadêmico, no entanto, devolveu 4.650 resultados.

Dessa vez, optamos por aprofundar a pesquisa acerca da temática proposta pelo pesquisador e acrescentamos aspas aos termos na pesquisa do Google Scholar propondo a seguinte composição **"privatização da gestão da educação" OR "privatizações na educação básica no Tocantins"**. Obtivemos 121 resultados que possibilitam demonstrar a centralidade de ADRIÃO e DOMICIANO no campo pesquisado e confirmar a pertinência dos referenciais adotados na presente pesquisa.

Figura 9 - Reprodução de tesauro para busca: "privatização da gestão da educação" OR "privatizações na educação básica no Tocantins" no Google Scholar



Fonte: Extraída do VOSviewer

O tesauro do VOSviewer apresentou 4 clusters (agrupamentos) de pesquisadores com 11 itens, como estruturados no quadro que segue.

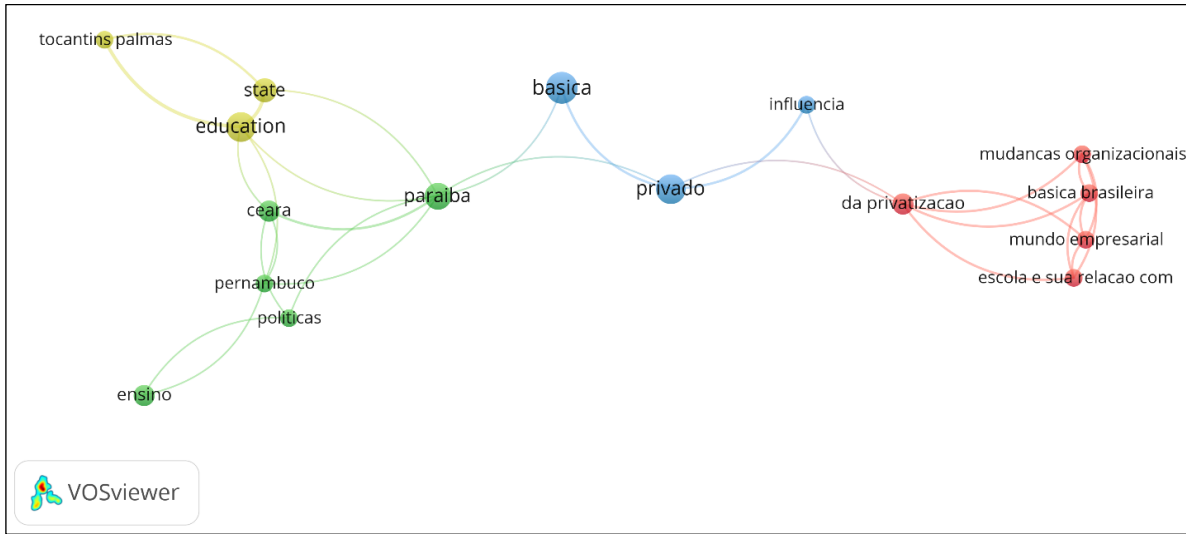
Quadro 15 – Principais autores por cluster em ordem de predominância

Cluster	Autores(itens)
1	ADRIÃO, THERESA; MORI, ANDREY; SCHIMONEK, ELISANGELA MAR; VENCO, SELMA.
2	DOMICIANO, CASSIA ALESSANDRA; ARVING, IZABELE CAROLINE SILVA; DE OLIVEIRA PIRES, DANIELA.
3	COSSETIN, MÁRCIA; FIGUEIREDO, IRENI MARILENE ZAGO
4	DRABACH, NADIA; GARCIA, TEISE.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações extraídos do VOSviewer

A identificação de palavras apresentou 4 clusters por aproximação e somente uma referência por documento na categoria título. O termo “tocantins palmas” não assume centralidade em nenhum cluster, diferente dos demais estados.

Figura 10 - Principais palavras-chave das publicações selecionadas do Google Scholar.



Fonte: Extraída do VOSviewer

O tesauro do VOSviewer apresentou 4 clusters (agrupamentos) de palavras-chave com 11 itens, como estruturados no quadro que segue.

Quadro 16 – Agrupamento de palavras-chave na pesquisa Google Scholar

Cluster	Termos (itens)
1	básica brasileira da privatização; escola e sua relação com; mudanças organizacionais; mundo empresarial
2	ceara; ensino; paraiba; pernambuco; politicas.
3	básica; influencia; privado.
4	education; stata; tocantins palmas.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados fornecidos pelo VOSviewer

Com os resultados parciais obtidos, definimos que o arranjo de termos mais apropriado para nossa pesquisa seria: "privatização da gestão da educação" OR “privatizações na educação básica no Tocantins” AND institutos AND Tocantins.

Dessa forma, filtramos os resultados para trabalhos publicados durante o período de 2015 a 2024 e utilizamos a plataforma Google Acadêmico, pois dentre as três iniciais, mostrou-se mais abrangente e nos devolveu 22 resultados que utilizaremos para aprofundarmos a investigação.

Esse banco de dados foi composto por uma Planilha Geral (PG), dentro da qual os artigos foram numerados em ordem temporal.

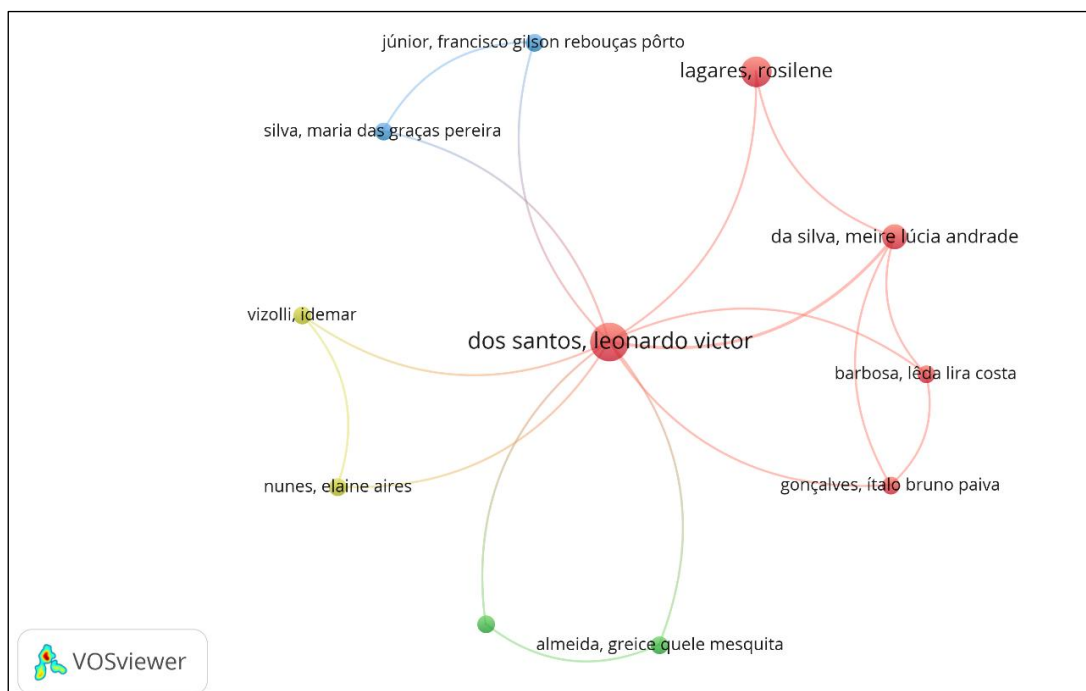
Quadro 17 – Resultados para trabalhos publicados durante o período de 2015 a 2024 na plataforma Google Scholar para pesquisa "privatização da gestão da educação" OR "privatizações na educação básica no Tocantins" AND institutos AND Tocantins

Nº	Autor(es)	Título	Ano	Instituição/ Publicação
1	LAGARES, ROSILENE;	Políticas Públicas Educacionais no Tocantins (2019-2022): Para onde caminha o sistema estadual	2018	Universidade Federal do Tocantins
2	SANTOS, LEONARDO VICTOR DOS;	Privatizações na Educação Básica no Tocantins: parcerias público-privadas x regime de colaboração público-público	2019	Universidade Federal do Tocantins
3	ADRIÃO, THERESA; DOMICIANO, CASSIA ALESSANDRA;	Novas formas de privatização educacional no Brasil	2020	Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 14, n. 30, p. 670-687,
4	RABELLO, SILVANIA CAVALCANTE;	Linguagem e agenciamento: efeitos incorporais atribuídos às universidades federais	2020	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
5	FONSÊCA, KÁTIA DE NAZARÉ SANTOS;	Ensino médio em tempo integral: a política nacional do novo ensino médio e sua gestão no estado do Amapá (2016-2019)	2020	UNIFAP– Universidade Federal do Amapá
6	DOS SANTOS, LEONARDO VICTOR; LAGARES, ROSILENE; DA SILVA, MEIRE LÚCIA ANDRADE;	Nova Gestão Pública e redes de governança como sentido na gestão da educação tocaninense nas circunstâncias da pandemia	2020	Universidade Federal do Tocantins
7	JÚNIOR, FRANCISCO GILSON REBOUÇAS PÔRTO; DOS SANTOS, LEONARDO VICTOR; SILVA, MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA;	THE PANDEMIC OF COVID-19: The impacts and trends in the process of continuing teacher education	2020	Universidade Federal do Tocantins
8	MACEDO, ANA PAULA RAIZEL;	A atuação da fundação Sicredi na educação básica no oeste do Paraná: expressão da interligação público-privado	2021	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
9	DORNELLAS, LIEGE COUTINHO GOULART; DE OLIVEIRA MATOS, LUCIANE MARTINS; DO NASCIMENTO, ROSENERY PIMENTEL;	Políticas educacionais e a privatização: concepções, ações e tendências na educação pública	2021	Editora Científica Digital - Guarujá- São Paulo - Brasil
10	CAMARGO, RAIOLANDA MAGALHÃES PEREIRA DE;	O desmonte da política de formação de alfabetizadores da SEMED/Manaus	2021	Universidade Federal do Amazonas
11	ARANTES, VANESSA FERREIRA SILVA;	FORMAÇÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR: estudo sobre o conhecimento acadêmico entre 2007-2016	2021	Universidade de Uberaba - MG
12	ALMEIDA, GREICE QUELE MESQUITA; DOS SANTOS, LEONARDO VICTOR; DAMASCENO, ALBERTO;	A gestão democrática nos sistemas de ensino: a experiência das Conferências Municipais de Educação e da Rede de Colaboração Tocantins no século XXI	2021	Universidade Federal do Tocantins
13	LAGARES, ROSILENE;	Sccountability na gestão da educação no estado do Tocantins: sintonia com tendências nacionais	2021	Universidade Federal do Tocantins

14	NUNES, ELAINE AIRES; VIZOLLI, IDEMAR; DOS SANTOS, LEONARDO VICTOR	Tensionamentos na reorganização curricular da educação municipal tocantinense em tempos de Pandemia	2021	Universidade Federal do Tocantins
15	BARBOSA, LÊDA LIRA COSTA; GONÇALVES, ÍTALO BRUNO PAIVA; DA SILVA, MEIRE LÚCIA ANDRADE; DOS SANTOS, LEONARDO VICTOR	O legado freiriano e a gestão democrática da escola pública: percorrendo os caminhos do Prêmio Gestão Escolar 2020	2021	Universidade Federal do Tocantins
16	BEZERRA, PRISCILA DANIELE FERNANDES; DE ARAÚJO MOURA, WANESSA KALINE; DAS CHAGAS CASTRO, JÉSSICA ALEXANDRE MARTINS; DE SENA FONTINELE, DELANNE CRISTINA SOUZA;	O ensino remoto de ciências e biologia no período de isolamento social na perspectiva de estudantes e professores	2021	Universidade Federal do Tocantins
17	OLIVEIRA, ARÃO DAVI;	Políticas de formação continuada de professores bacharéis para educação profissional e tecnológica de nível médio na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (2015-2021)	2022	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCOCAMPO GRANDE – MS
18	STEIN, JAQUELINE;	Mapeamento das pesquisas e dos programas de pós-graduação em educação no norte do Brasil: um estudo exploratório	2022	Universidade Federal do Tocantins
19	DE SOUZA, CELESTINA MARIA PEREIRA; ROCHA, JOSÉ DAMIÃO TRINDADE;	(Con) Textos da formação de professores no Tocantins, os postulados neoliberais e a BNCC	2022	Universidade Federal do Tocantins
20	COLLETTI, PATRICIA MURYELL GUIMARÃES;	"Parcerias público-privadas" na gestão educacional: o caráter fetichista das cisões na literatura acadêmica	2022	Universidade Federal de Santa Catarina
21	CANIZELLI, ADRIANA TALITA GOMES;	Políticas de Estado versus Políticas de Governo: uma análise das parcerias público-privadas entre os anos 2010 a 2020 na rede municipal de ensino em Sorocaba/SP	2023	Universidade Federal de São Carlos

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da plataforma Google Scholar

Na pesquisa relacionada ao Estado do Tocantins, no tocante à utilização do recurso VOSviewer, o tesauro apresentou 3 clusters (agrupamentos) de pesquisadores com 11 itens. O Quadro mostra que, dentre os autores relacionados, destaque para Santos e Lagares que tiveram um número de sete (7) publicações, com o aparecimento de produções a partir de 2018. Esses dados evidenciam que o objeto ainda é pouco explorado no Estado, apesar do aliciamento histórico dos APH da classe dominante burguesa na definição da política educacional pública.

Figura 11 - Reprodução de tesauro de coocorrência de pesquisadores por agrupamento

Fonte: Extraída do VOSviewer

Conforme a figura, observamos que há uma nuclearidade na produção de Santos, com pesquisas sobre o objeto articuladas com os demais autores. Assim, esses resultados revelam que, diante da relevância do referido objeto para a academia e sociedade em geral, é urgente a necessidade de mais pesquisas, produção e disseminação do conhecimento crítico na área, uma vez que a pesquisa bibliométrica apresentada comprova que o campo da privatização da educação está bem explorado e desenvolvido no plano internacional, todavia, no Tocantins, o monitoramento desse campo científico revela que o investimento em pesquisas sobre a relação entre o público e o privado e, especificamente sobre a privatização da educação, com afunilamento para privatização da gestão educacional é, ainda, irrelevante.

3.3 HISTÓRICO DA INDISTINÇÃO ENTRE AS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA

A relação entre o público e o privado na educação brasileira é um fenômeno histórico, e diversos autores a trata como concepções e articulações privatistas para o campo da educação pública desde a Primeira República: em 28 de junho de 1821, D. João VI assinou um decreto que permitia a qualquer cidadão o ensino e a abertura de escolas de primeiras letras (Adrião, 2022; Cury, 1992; 2018; Pires, 2015a; Pires, 2015b). A partir de 1926 e com maior ênfase a

partir dos anos 30, o Estado passou a assumir seu papel no tocante ao planejamento, definição e implementação das políticas educativas (Cury, 1992) com o Manifesto dos Pioneiros da Educação.

Ao discutir o contexto histórico desse imbricamento, da correlação de forças entre o público e o privado e as implicações para consolidação da esfera pública na promoção do direito social à educação e a democratização da educação, Peroni e Garcia (2020, p. 6) escrevem sobre esse movimento na América Latina:

historicamente foram muito tênues as linhas divisórias entre o público e o privado nos países latino-americanos, desde o início do processo de colonização até os dias atuais. O próprio Estado assumiu um espaço por vezes voltado aos interesses privados e a democratização da educação pública ainda é um longo processo em construção.

Pires (2015, p. 39) compreende que durante a Primeira República (1889 a 1930) o texto constitucional não priorizava a educação como direito social e que havia vários interesses em disputa, especificamente, na relação público-privado, sendo de um lado setores que defendiam modalidades de escola para a elite e de outro para as camadas subalternas:

Neste período, vislumbra-se um esforço para construção da esfera pública, e a educação como parte desse processo sofre as consequências, pois ela é declarada pública, mas não existe a contrapartida em termos de financiamento, acesso e difusão, abrindo espaços para os interesses privados, ou ainda, para a ação privada e a influência católica, no qual se configura uma espécie de continuísmo, se relacionado ao período imperial.

Nesse contexto de embate de correlação de forças com interesses distintos em disputa, a educação desenvolve-se de maneira estanque, com variações, rupturas, continuidades e descontinuidades em consonância com a influência dos grupos do poder. Assim, “em uma perspectiva *lato sensu*, até os anos 1930, a educação pública apresentava um caráter privatizante, servindo aos interesses das elites e dos grupos hegemônicos da sociedade, segregando do processo educacional a maioria da população” (Pires, 2015, p. 40). Neste tempo, “a educação foi historicamente forjada a partir dos interesses privados, mas devido à lógica capitalista que o Estado incorporava definitivamente nos anos de 1930” (Pires, 2015, p. 40). Em síntese, no século XX, no geral, “no Brasil, historicamente, o Estado foi vinculado aos interesses privados” (Peroni, 2015, p. 26).

Cury (1992, p. 34) reafirma essas análises acerca da indistinção entre o público e o privado em nossa história com a seguinte contextualização:

[...] não se pode negar que o papel do Estado foi crescendo no interior do terreno educacional, sobretudo a partir de 1926 e mais ainda após 1930. Mas, curiosamente, como esta intervenção rompia com as exigências da oficialização através de exames, vez que a Reforma Campos de 1931 estatuiu um currículo básico unificado para as escolas públicas e privadas, isto possibilitou politicamente o crescimento da rede privada e sua diversificação em grupos religiosos (católicos e evangélicos) e grupos empresariais.

Nesse contexto, no campo de disputa entre a sociedade civil que defende a educação pública e a sociedade civil que defende os interesses do capital, esta última tem alcançado, hegemonicamente, melhores resultados ao se mostrar mais organizada e bem-sucedida no seu plano educacional elitista e excludente para o país. Com uma política educacional privatista e mercadológica, os Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa atuam por dentro dos poderes público federal, estadual e municipal, com o objetivo de influenciar a política e a gestão educacional pública em todos os seus processos: planejamento, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação, ou seja, da gestão educacional (sistema= MEC, Secretarias Estaduais e Secretarias Municipais), perpassando pela gestão escolar (Escola) até a sala de aula.

Assim, a condução da política educacional é orientada para atender aos interesses das elites e dos grupos hegemônicos e marcada pela valorização do mérito, da competitividade, do individualismo, do autoritarismo, do gerencialismo, aspectos que se apresentam como obstáculo à construção de uma educação verdadeiramente pública e de qualidade. Por outro lado, faz-se necessário que os Aparelhos Privados de Hegemonia que defendem a educação pública, com gestão pública, democrática, participativa, inclusiva, laica, emancipatória e de qualidade socialmente referenciada se organizem na ocupação dos mais diferentes espaços, tendo em vista influenciar a condução e a execução das políticas públicas educacionais para todas as pessoas.

3.3.1 Conceito, formas e dimensão da privatização

No Brasil, a distinção entre instituições públicas e privadas encontra-se na LDB/1996:

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: (Regulamento) (Regulamento)
 I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
 II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.
 III - comunitárias, na forma da lei. (Incluído pela Lei nº 13.868, de 2019)

§ 1º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do **caput** deste artigo podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas. (Incluído pela Lei nº 13.868, de 2019)

§ 2º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do **caput** deste artigo podem ser certificadas como filantrópicas, na forma da lei. (Incluído pela Lei nº 13.868, de 2019) (Brasil, 1996).

No tocante à relação entre o público e o privado, Peroni e Garcia (2020) e Caetano e Peroni (2022) a entendem como projetos societários distintos e em disputa, uma vez que o público se relaciona ao republicano, coletivo, democrático, participativo e ao direito, enquanto o privado refere-se ao privilégio, individual, meritocrático e competitividade. Nesse sentido, autores da perspectiva crítica têm-se dedicado ao aprofundamento do tema, para explicar o que é e como ocorre o processo de privatização da educação.

Para Lima (2013, p. 178-179), o processo de privatização da educação pode revelar um quadro complexo para a educação nacional:

[...] muitas e diferentes coisas, desde a erosão das responsabilidades estatais em benefícios de privados, desregulação, concessão a privados, parcerias, construção de redes nacionais de ensino, já não públicas, mas híbridas ou baseadas em parcerias público-privadas, escolas públicas com estatutos de fundação e regidas pelo direito privado, escolas públicas cuja gestão foi concessionada a privados, financiamento através da captação de alunos e respectivos ‘cheques-ensino’ pagos pelo Estado, interferência crescente no currículo, na prática pedagógica, na avaliação, etc., por parte de instituições privadas, empresas, fundações, organizações não-governamentais diversas, ou do chamado ‘terceiro setor’.

Nesta mesma linha de raciocínio, Santos (2012, p. 20) corrobora ao abordar a amplitude do estreito imbricamento entre os setores público e privado em várias dimensões:

Todo o processo de produção pedagógica é submetido à lógica do mercado: gestão escolar, relação ensino aprendizagem, conteúdos programáticos, princípios pedagógicos do currículo e avaliação dos resultados. O sentido e as finalidades da educação incorporam a mercadorização já no âmbito da produção.

No livro *Dimensões da Privatização da Educação no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990*, resultado da tese de Livre Docência, defendida na Faculdade de Educação da UNICAMP, Adrião (2022, p. 70) escreve sobre sua não uniformidade:

Em função da diversidade dos grupos privados, que atuam e incidem sobre a esfera da educação pública e privada, e de seus interesses particulares ou estratégicos, a privatização da educação básica não se apresenta de uma única forma. Manifesta-se via o estabelecimento de “parcerias público-privadas”, via a transferência da gestão educativa para organizações privadas, a contratação de assessorias e similares, o

aumento da oferta educativa por escolas privadas ou ainda pela centralização da produção de insumos e orientações curriculares em corporações ou organizações privadas.

Peroni e Garcia (2020, p. 4) contribuem com o debate ao abordarem momentos distintos em que ocorre a privatização da educação pública:

quando o setor privado define o conteúdo da educação através da formação de professores, do monitoramento, da gestão escolar, das aulas prontas, da definição de rotinas, enfim, de tudo o que importa para definir qual é o papel da educação na sociedade. Esse processo ocorre também através da definição das pautas educacionais, que chamamos de direção das políticas, como por exemplo pela atuação do movimento Todos pela Educação.

Ao analisar as implicações da vinculação do Poder Público com a iniciativa privada para o processo de democratização da educação em todas as etapas (Educação Infantil, ensino Fundamental e Médio) e modalidades (Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Educação Especial), constata-se as várias formas de privatização:

[...] várias formas de privatização do público: ou através da alteração da propriedade, ocorrendo a passagem do estatal para o terceiro setor ou privado; ou através de parcerias entre instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, onde o privado acaba definindo o público; ou, ainda, aquilo que permanece como propriedade estatal, mas passa a ter a lógica de mercado, reorganizando principalmente os processos de gestão e redefinindo o conteúdo da política educacional brasileira. (Peroni, 2015, p. 15).

Segundo Borghi (2018, p. 24), ao analisar o PDRAE (1995), observou-se que o referido Plano distinguia as três estratégias de atuação do Estado no que se refere às políticas públicas, em especial a educação: privatização, terceirização e publicização:

[...] a primeira, privatização, é definida como a transferência por venda, para o setor privado, da propriedade de dado setor público com vistas a transformá-lo em uma instituição de e para o Mercado; a segunda, denominada terceirização, corresponde ao processo de transferência, para o setor privado, da operação de serviços caracterizados como auxiliares ou de apoio às atividades desenvolvidas pelo Estado; a terceira estratégia é a publicização, que por sua vez consistiria na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta.

Para Bresser Pereira (2008, p. 395), a distinção entre a propriedade pública e a privada se dá em razão dos objetivos da organização: “se o objetivo for o lucro, trata-se de uma organização privada; se for o interesse público, trata-se de uma organização pública; se for a defesa dos interesses de grupos, trata-se de uma organização corporativa”. Desse modo, o

privado atende ao particular e aos interesses de poucos, enquanto o público está alinhado ao republicano, ao coletivo e aos princípios democráticos.

A partir do monitoramento da literatura brasileira entre os anos de 1990 e 2014, Adrião (2018) conclui que há três formas predominantes e distintas de privatização no que diz respeito à educação obrigatória no país: privatização da oferta, privatização da gestão e privatização do currículo, sendo:

financiamento público, aumento das matrículas em estabelecimentos particulares e introdução de políticas ou programas de escolha parental. O financiamento público à educação privada, por sua vez, viabiliza-se, de acordo com o inventariado, por meio de três mecanismos: introdução de sistemas de bolsas de estudos; implantação de convênios ou contratos entre esferas governamentais e setor privado e presença de mecanismos de incentivos fiscais para a escola privada, como dedução de impostos ou renúncia fiscal (Adrião, 2018, p. 11).

Quanto à privatização da gestão da educação pública, Adrião (2018, p. 12) argumenta sobre sua ocorrência tanto na gestão escolar (escola), com a transferência da gestão para organizações com ou sem fins de lucro e/ou para cooperativas de trabalhadores e de pais, quanto na gestão educacional (sistema), com a transferência da gestão para organizações lucrativas ou não por meio de Parcerias Público-Privadas. Nessa perspectiva:

A segunda dimensão refere-se à Privatização da *gestão da educação*. Com Paro (1986, 2010) entende-se os termos gestão e administração como equivalentes em seu sentido geral: tomada de decisão sobre recursos e processos adequados para os objetivos educacionais estabelecidos, de modo que a privatização da gestão da educação pública refere-se à subordinação ao setor privado dos processos relativos à definição dos meios e dos fins desta educação. Esta dimensão da privatização pode ser captada em dois âmbitos: *privatização da gestão educacional*, quando os processos decisórios sobre a política educativa de uma rede ou de um sistema público de ensino são delegados ou passam a subordinar-se a instituições privadas lucrativas ou a estas associadas e *privatização da gestão escolar* relativa aos processos de delegação ou subordinação da gestão de escolas a estes mesmos atores.

A terceira incidência predominante nos processos de privatização da educação, segundo Adrião (2018), é no campo do currículo, com a compra ou adoção pelo Estado de desenhos curriculares e a definição sobre o que a escola vai ensinar e quais materiais utilizar: apostilamento, tecnologias educacionais e demais insumos curriculares produzidos pela iniciativa privada. Igualmente, a compra de sistemas privados de ensino pelo Poder Público.

Ao tratar sobre o entendimento do que seja uma educação pública e as estratégias crescentes visando a privatização deste direito, Borghi (2018, p. 20) baseia-se em Ball e Youdell (2007), para distinguir duas estratégias do processo: estratégias de privatização endógenas e

exógenas:

[...] as primeiras [endógenas] referem-se aos processos de privatização na educação pública e são caracterizadas pela importação de ideias, técnicas e práticas do setor privado para tornar o setor público mais parecido com o de negócios; já os processos de privatização exógenos referem-se à privatização da educação pública, com a abertura dos serviços da educação pública para a participação do setor privado.

Como referido neste trabalho, anteriormente, desde a redefinição do Estado brasileiro nos anos 1990, especialmente, a partir do PDRAE, da EC nº 19/1998 e da Lei Complementar 101/2000/Lei de Responsabilidade Fiscal, acompanha-se um movimento marcado pelo imbricamento do setor público com a iniciativa privada. Como escreve Santos (2017, p. 17), esta base legal é reconhecida como três dos mais relevantes mecanismos para a participação privada no planejamento, formulação, implementação e avaliação das políticas sociais em geral e da educação em particular:

[...] no Brasil a política de indução a parcerias de tal natureza obteve fôlego adicional quando da aprovação da Emenda Constitucional - EC nº 19 de 1998 e Lei Complementar nº 101/2000, que regulamentou a EC e limitou as despesas com Pessoal em 60% dos Orçamentos públicos. Seus desdobramentos propiciaram a associação entre o setor privado e público na gestão pública, implicando na expansão da participação da sociedade no controle da administração contribuindo assim para o que se convencionou denominar de ‘controle social’.

Sobre a expressão “controle social”, entendemos com Santos (2009, p.110) “como a participação da comunidade na formulação, no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução de suas políticas, avaliando seus objetivos, processos e efeitos, para o exercício efetivo de cidadania.” Nesse sentido, no âmbito de nossa pesquisa, esse conceito de Santos reforça a importância da participação consciente, esclarecida e efetiva dos profissionais da educação de todos os níveis, modalidades e etapas da educação básica, assim como a comunidade escolar (pais, responsáveis e estudantes), na definição, implementação e avaliação das políticas públicas em geral e da educação em particular, uma vez que, ao nosso ver, a relação entre pensar e executar a política educativa deve ser articulada organicamente, de modo que quem define e planeja a política responsabiliza-se pela sua execução, assim como aqueles que são reconhecidos como executores, também, têm condições objetivas para participar do planejamento e definição da agenda educacional.

Com o avanço de suas investigações, Adrião (2018; 2022) justifica a alteração da expressão público-privado por privatização, em especial, por essas relações entre os dois setores não serem colaborativas, tampouco privatizadoras como defendido pelo Banco Mundial:

[...] A começar pelo fato de não se tratar de relação colaborativa entre setores que atuariam horizontalmente, como à primeira vista o termo “parceria” pode indicar. Tampouco se trata de formas específicas de privatização sugeridas pelo Banco Mundial (BM), as quais no Brasil foram reguladas pela Lei Federal nº 11.079 de 30/12/04. Trata-se de processos pelos quais a educação pública brasileira, entendida como aquela financiada e gerida pelo Poder Público, conforme indicado na Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/1996, subordina-se formal e concretamente ao setor privado com fins de lucro (Adrião, 2018, p. 9).

Adrião (2022, p. 66-67) comenta sobre a complexificação da análise:

A análise dos atuais processos de privatização da educação básica se complexificou, de modo que a expressão parceria público-privada ou público-privado, no atual contexto, mais serve para acobertar o processo histórico em análise do que para lhe explicarem sua real expressão. Isso porque não se trata de uma relação colaborativa entre setores que atuam horizontalmente, como à primeira vista as expressões “relações público-privadas” ou “parcerias público-privada/os” podem indicar.

Em assim sendo, a expressão assertiva é privatização, como explica Adrião (2022, p. 67):

A opção pelo termo PRIVATIZAÇÃO para identificação dos processos aqui analisados, no lugar de mercantilização ou parceria público-privado/a expressões adotadas em várias produções brasileiras inclusive, anteriormente, por mim, objetiva apreender e identificar de forma mais abrangente, o *movimento* que tem direcionado a educação básica brasileira para o campo e sob o interesse do setor privado, em especial do corporativo ou de segmentos a este associado.

A indicação neoliberal do Estado como ineficiente para gestão das políticas públicas sociais, somada ao discurso do mercado como padrão de qualidade a ser seguido, resultaram na justificativa para privatização do público em vários aspectos, como da gestão educacional, da gestão escolar, da oferta, do currículo, da formação de professores e gestores, do monitoramento e dos processos de avaliação. Todavia, Borghi (2018, p. 28) rebate esta tese:

A educação é um bem público e deve ter finalidades públicas. Daí ser um direito. Educação como fim privado ou como investimento individual, é mercadoria, e não direito. A ‘educação-mercadoria’ naturaliza a oferta diferenciada de educação e põe fim à perspectiva de uma educação de qualidade para todos. Nesse sentido, a educação mercadoria é um mal coletivo. No mercado, a qualidade se conforma a diferentes públicos e possibilidades de pagamento; enquanto bem público e direito de todos, numa perspectiva de universalidade, a educação não pode estar no âmbito privado de mercado.

Com base no entendimento da estreita relação entre o público e o privado como parte de projetos societários em disputa, Caetano (2022, p. 2) reitera: “o privado não é uma abstração, mas é formado por sujeitos individuais e coletivos que disputam e direcionam seu conteúdo

para o interior da escola, via gestão, formação de professores, materiais didáticos, entre outros”. Nesta perspectiva, entende “que a relação entre o público e o privado nas políticas educacionais é a materialização da correlação de forças que ocorre em um momento particular do capitalismo ao vivenciarmos avanço do neoliberalismo, do neoconservadorismo e neofacismo” (p. 3). Assim, entendemos que esse momento particular do capitalismo orienta para a desvalorização do setor público e para o enaltecimento da privatização da educação. Para essa finalidade, materializa a transferência da gestão intelectual, da direção e execução de atividades, de bens e responsabilidades do setor público para os Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa (institutos, fundações, consultorias, agências, entre outros), de modo que estes assumam o protagonismo na condução da agenda pública educacional.

Nesse sentido, a privatização da educação se dá não só no sentido tradicional de transferência do ativo público para o privado, mas, também, por processos que “[...] subordinam, direta ou indiretamente, a educação obrigatória aos interesses de corporações ou de organizações a estas associadas” (Adrião, 2018, p. 9). Para Adrião (2022), em nome de um compromisso com a melhoria da educação pública, corporações, fundações e institutos vinculados a setores empresariais e financeiros atuam na agenda pública do Governo Federal e em esferas subnacionais e transformam, paulatinamente, o direito à educação em um campo de negócios. É, então, neste campo que se insere a luta em defesa da educação pública com gestão pública.

3.3.1.1 A nova gestão pública e a constituição de redes de governança para definição de política/gestão educacional: o protagonismo do Todos Pela Educação

Como abordado, anteriormente, Gramsci (2012) entende por Estado a sociedade política (aparelho de governo) + a sociedade civil (o aparelho ‘privado’ de hegemonia). Recorrendo a Coutinho (2006, p. 97), Aparelhos Privados de Hegemonia “[...] representam os interesses e valores das diferentes classes e segmentos sociais”. Nesta discussão, a hegemonia é categoria central, a partir da atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia e dos intelectuais orgânicos que os representam. Em tal articulação conta-se com a permissividade do Estado (sociedade política/ação governamental), implicando em uma nova forma de operar (Estado Integral = sociedade política e sociedade civil), publicamente conhecida como a nova gestão pública, que propõe uma nova forma de governar a coisa pública, em especial, no caso a educação pública e o fundo público educacional.

Diante dessa nova governança (ação governamental do Estado), institutos, fundações, ONG e empresas de diferentes áreas de atuação, como Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa, atuam em redes de governança de modo a implementar a nova gestão pública: a atuação conjunta e intencional da iniciativa privada, estabelecendo a sua hegemonia na disputa de projetos societários.

Nesse cenário, no Brasil, sobressai a atuação do movimento Todos pela Educação (TPE) como um dos principais Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa (Araújo; Nascimento, 2020), constituído por intelectuais orgânicos do Neoliberalismo que, hegemonicamente, tem conseguido influenciar a sociedade política na formulação e implementação de propostas, recomendações e metas para política/gestão educacional.

3.3.1.2 Todos pela Educação: o mais influente Aparelho Privado de Hegemonia da classe dominante burguesa

Na página virtual do movimento TPE, consta uma apresentação que expressa o compromisso assumido com a educação básica pública brasileira:

Somos o Todos
Independente, Plural e Decisivo
[...]
Somos uma organização da sociedade civil com um único objetivo: mudar para valer a qualidade da Educação Básica no Brasil. Sem fins lucrativos, não governamental e sem ligação com partidos políticos, somos financiados por recursos privados, não recebendo nenhum tipo de verba pública. Isso nos garante a independência necessária para desafiar o que precisa ser desafiado, mudar o que precisa ser mudado ([www.https://todospelaeducacao.org.br/2023](https://todospelaeducacao.org.br/2023)).

O TPE, como Aparelho Privado de Hegemonia, articula e coordena uma rede de governança (Shiroma; Evangelista, 2014; Luduvic, 2023), tendo representantes da classe dominante burguesa brasileira como intelectuais orgânicos que organizam o consenso em torno de uma agenda para a política/gestão educacional no Brasil. Especialmente para Shiroma e Evangelista (2014, p. 25):

“Modificou-se [assim] a configuração do Estado, a participação das organizações da sociedade civil, em especial de empresários, na formulação de políticas públicas, com repercussões sobre a reposição da hegemonia burguesa, problema central para governar”.

No contexto de surgimento do TPE, a sua atuação é justificada em virtude da crise pela

qual passa a educação pública brasileira, tanto de qualidade quanto de responsabilidade da sociedade civil e incapacidade de gestão do Estado. Portanto, a necessidade de distintos segmentos da sociedade, representada por um número significativo de reformadores empresariais e intelectuais orgânicos do neoliberalismo, constituírem uma coalizão para atuação conjunta, para monitorar e pressionar os governos, à medida que elaboraram propostas, recomendações, projetos e programas com a justificativa de contribuir com a melhoria da educação pública brasileira (Luduvise, 2023, p. 120). O autor explica sobre sua criação:

Inicialmente, o movimento caracterizou-se juridicamente como Iniciativa da Sociedade Civil. Uma instituição sem fins lucrativos e não econômica, privada, mas de natureza filantrópica, todavia, acabou mudando para a condição de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Essa mudança deu-se pelo interesse de ampliar as possibilidades de estabelecer relações institucionais com os entes governamentais, inclusive ocupando lugares que eram até então exclusivos do Estado.

A respeito de sua governança consta: “A equipe-executiva do Todos tem a prerrogativa, definida pelo estatuto, de conduzir com independência o dia a dia dos trabalhos e definir as posições técnicas do movimento. O Conselho tem a atribuição de aprovar o plano estratégico e acompanhar a sua implementação e os seus resultados.” (<https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/governanca>).

No quadro a seguir apresentamos a equipe gestora do TPE, que é constituída e organizada por sujeitos concretos, vinculados a diversas Organizações da Sociedade Civil, compondo no Espaço de Governança, além da Presidência Executiva, os seguintes Conselhos: deliberativo, consultivo, fiscal e de fundadores

Quadro 18 - Espaço de Governança no Todos pela Educação

Espaço de Governança	Membro	Organização que representa
Presidente Executiva	Priscila Cruz	Instituto Faça Parte
Conselho Deliberativo	Binho Marques	Consultor Todo mundo é cada um – Ex Governador do Acre e Ex- Secretário da SASE
	Claudia Maria Costin	FGV
	Eduardo Mazzilli de Vassimon	Banco Itaú BBA S.A
	Giovanni Harvey	Baobá
	Nina Beatriz Stocco Ranieri	USP - Direito
	Paulo Sergio Kakinoff	GOL
	Ricardo Ubiraci Sennes	Prospectiva Public Affairs Lat.Am
	Priscila Cruz	Instituto Faça Parte
Conselho Consultivo	Ana Maria S. Diniz D’Avila	Instituto Península
	Ana Amélia Inoue	Itaú BBA
	Antônio Jacinto Matias	Itaú BBA

	Fernando Luiz Abrucio	FGV
	Jair Ribeiro da Silva Neto	Propay Brasil Ltda, Associação Parceiros da Educação e Casa do Saber S.A.
	Maria Lucia Meirelles Reis	Instituto Ana Rosa
	Mozart Neves Ramos	Grupo Tiradentes
	Rodolfo Villela Marino	Itaúsa

Espaço de Governança	Membro	Organização que representa
Conselho Fiscal	Gilberto Bagaiolo	Pricewaterhouse Coopers
	Américo Mattar	GIFE e 42 São Paulo
	Anna Maria Temoteo Pereira	Associação Comunitária Despertar
	Junio Fuentes	Suez Brasil
Conselho de Fundadores	Jorge Gerdau Johannpeter	Gerdau
	Daniel Feffer	Suzano Papel e Celulose e Instituto Ecofuturo
	Danilo Santos de Miranda	SESC
	Jayme Sirotsky	RBS
	Luís Norberto Pascoal	Fundação Educar Dpaschoal
	Milú Villela	Itaú Cultural
	Viviane Senna	IAS
	Wanda Engel Aduan	Instituto Synergos

Fonte: Elaborado pelo autor com dados presente no sítio do Todos Pela Educação (2022)²¹.

O TPE articula, sob a sua coordenação, distintos sujeitos, vinculados a diferentes organizações, como fundações, institutos, bancos, empresas, para formar uma rede de governança constituída por intelectuais orgânicos da perspectiva empresarial. Com base em informações em seu *site*, para além dos sujeitos que integram os conselhos deliberativo, consultivo, fiscal e de fundadores, o TPE conta com mais de 150 associados efetivos e mais de 100 associados fundadores, o que representa um número significativo de especialistas em educação, empresários, políticos, personalidades e demais colaboradores, consolidando o *marketing* de que todos estão em defesa de uma educação básica de qualidade (<https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/governanca/>).

Segundo Luduvic (2023, p. 122), “O TPE e seus membros têm para si que a qualidade da educação não será incrementada via atuação do Estado, mas sim, a partir de uma articulação entre governos e reformadores empresariais, em que o financiamento passe sempre pelas

²¹ Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/governanca/>.

organizações privadas com e sem fins lucrativos.”

Ao discutirem a estreita relação entre organizações da sociedade civil e a sociedade política na constituição de redes de governança, Shiroma e Evangelista (2014, p. 25) comentam a respeito de sua influência:

Tais redes são rotas de influência e instauram outro modo de disseminar ideias e agir politicamente. Seus participantes unem-se, por iniciativa própria ou indução - de governos, Organizações Multilaterais (OM) -, considerando que a ação conjunta pode ampliar o poder dos sujeitos ou grupos envolvidos, melhorando sua capacidade de reivindicação e de luta por meio de lobbying ou defesa de determinadas causas.

Sheen (2007, p. 5) comenta sobre a relevância da educação na manutenção e disseminação da hegemonia da classe dominante: “o grupo hegemônico utiliza-se da escola/educação para impor sua concepção de mundo (ideologia) aos outros grupos, como sendo uma concepção universal, a única verdadeira. Mas essa imposição é apenas um dos possíveis a ser determinado no desenrolar da luta hegemônica.”

No caso específico do compromisso TPE, há o estabelecimento de uma hegemonia cultural, ideológica, política e econômica que é construída, mantida e consolidada por setores da classe dominante burguesa, tendo em vista interferir na política/gestão educacional por intermédio de uma aliança de grupos econômicos e atuação de vários intelectuais orgânicos que os representam. Em Gramsci (1982, p. 3), entendemos a formação dos intelectuais orgânicos:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...].

No TPE, os sujeitos concretos (não abstratos) desempenham a função de intelectuais orgânicos do capitalismo neoliberal, atuando no âmbito da política/gestão educacional nacional, estadual e municipal, defendendo os interesses da classe dominante burguesa, como a manutenção do *status quo*, elaborando e disseminando a sua concepção de mundo, garantindo direção à política (Shiroma; Evangelista, 2014).

Com Gramsci (1978), entendemos que esses intelectuais orgânicos, representantes da classe dominante burguesa, vinculados a diversos aparelhos privados de hegemonia, gozam, historicamente, de prestígio e confiança junto à sociedade política e sociedade civil, para garantir o consenso social das grandes massas.

A figura que segue mostra os Aparelhos Privados de Hegemonia considerados

mantenedores do Movimento TPE (<https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/transparencia/>).

Figura 12 - Mantenedores do Todos pela Educação



Fonte: elaborado pelo autor com dados do Todos Pela Educação (2022). Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/transparencia/>.

Com base nas informações constantes da figura anterior e tendo Araújo e Nascimento (2020, p. 3) como referência, os Aparelhos Privados de Hegemonia “[...] como instituições que nos ajudam a refletir sobre a legitimação de poder, considerando como elas agem para estabelecer consensos.” O estabelecimento de consensos é articulado em estreita relação entre Estado e os Aparelhos, para organização de nova governança na educação. Nas palavras de Shiroma e Evangelista (2014, p. 25-26), buscam uma governança descentralizada, em rede:

[...] refere-se às transformações na compreensão de governo restrito ao aparelho de Estado, tido como monolítico, para uma pluricêntrica, de governança descentralizada, realizada por redes de múltiplos “atores”. “Governança” refere-se às mudanças no modo de governar, abrangendo novos modos de controle e mecanismos sutis de governação [*soft governance*]. Tais mudanças levam muitos pesquisadores a refletirem sobre as ações de governo que extrapolam o Estado de modo a considerar a atuação de outros intelectuais orgânicos coletivos que atuam na governança.

Ainda, com Shiroma e Evangelista (2014, p. 28-29), ao tratarem sobre hegemonia na perspectiva gramsciana, mostram que, “[...] para a classe dominante manter a supremacia, precisa apresentar sua própria moral, política e valores culturais como normas sociais, transformando em senso comum sua concepção de mundo”. Para essa finalidade, a influência na definição da política e da gestão da educação básica, uma área com milhões de profissionais

e estudantes, é fundamental para a disseminação de seus valores, sua concepção de mundo e de modelo de sociedade, assim como no fortalecimento de sua hegemonia nos aspectos sociais, econômicos, culturais e educacionais, tendo em vista a satisfação de seus interesses privados.

Em 2018, o programa estratégico do TPE *Educação Já!*, voltado para a Educação Básica, foi considerado pelo movimento como sendo indispensável para o Governo Federal entre 2019 e 2022, apresentando-se como “uma iniciativa suprapartidária em parceria com outras organizações e especialistas do setor, que visa contribuir para que os próximos governantes implementem um conjunto de medidas que sejam capazes de promover um salto de qualidade na educação básica brasileira” (TPE, 2018, p. 5).

O TPE justificou o Programa como “uma proposta de estratégia nacional informada pelas evidências, pelos conhecimentos consolidados pela literatura científica nacional e internacional, pelas mais recentes pesquisas nacionais de opinião junto a professores e alunos e por experiências de êxito no Brasil e no mundo” (TPE, 2018, p. 11-12), e apresentando duas proposições contendo macrodiretrizes:

- i. aponta, à luz de um diagnóstico detalhado, um conjunto de macrodiretrizes organizadas em três grandes eixos que, de forma articulada, visam nortear a política educacional em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal) a médio e longo prazo (8 a 12 anos), para que consigamos elevar a qualidade da educação básica;
- e ii. sugere, com base nas macrodiretrizes apontadas, quais políticas devem ser priorizadas já no começo da próxima gestão federal para dar início à execução da estratégia.

Diante da intencionalidade de instrumentalizar o governo eleito para o quadriênio 2019-2022, com pautas educacionais em conformidade com sua concepção de mundo, o TPE ocupa espaço privilegiado no processo de privatização da política/gestão educacional, haja vista que a coalizão de grupos econômicos organizados assume a responsabilidade de definir, junto ao Governo Federal, as políticas necessárias no Brasil, com o discurso de promoção da qualidade. Para tanto, “nesse processo, os intelectuais têm um papel importante na tarefa de reprodução social, uma vez que produzem e disseminam concepções que orientam práticas sociais e tomadas de decisão” (Shiroma; Evangelista, 2014, p. 29). Neste ponto, a referência é aos intelectuais que representam a sociedade civil do capital, que orientam para práticas privatistas e mercadológicas.

No Relatório de Atividades do TPE (2019, p. 7), consta como missão do Movimento “contribuir para que o Brasil garanta a todas as crianças e jovens uma Educação Básica pública de qualidade.” Igualmente, o relatório aponta os destaques de atuação do TPE no ano de 2019:

1) articulação com o Poder Público e atores-chave da educação; 2) monitoramento público dos resultados da educação; 3) comunicação e mobilização.

Neste conjunto de possibilidades de atuação, aparece um *modus operandi* para os intelectuais orgânicos do TPE, tendo em vista influenciar a política/gestão educacional em articulação com os poderes Executivo e Legislativo, Ministério da Educação (MEC), Ministério da Economia, Ministério da Cidadania, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), assim como o Conselho Nacional de Educação (CNE) (TPE, 2019). Isso define a agenda educacional conforme a sua ideologia, contrariando princípios constitucionais como a gestão democrática do ensino público e o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

Evangelista e Leher (2018, p. 7-8) escrevem sobre a atuação do TPE por meio dos governos, a despeito do discurso de independência:

Embora o Todos Pela Educação seja formalmente uma iniciativa de classe, autônoma em relação ao Estado e ao governo, somente pode cumprir seus objetivos operando por meio dos governos e, por isso, vem construindo, em seus conselhos, articulações com os novos gestores da educação pública no Brasil, tanto no MEC, como nas secretarias de educação.

Conforme o Relatório de Atividades de 2019, uma das principais iniciativas do TPE em 2018 fora o lançamento do programa *Educação Já!*, em decorrência do contexto de eleição de um novo mandato presidencial: “2019 poderia ser o ano de disseminar junto aos tomadores de decisão e influenciadores da pauta política todo o conhecimento produzido pelo *Educação Já!* no ano anterior” (TPE, 2019, p. 9).

O TPE (2019) apresenta sete recomendações de políticas públicas para a educação brasileira com o discurso de dar um salto de qualidade: reestruturação das regras de governança e melhoria da gestão das redes; financiamento mais redistributivo e indutor de qualidade; efetivação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em todas as redes de ensino; profissionalização da carreira e formação docente; primeira infância como uma agenda intersetorial; alfabetização em regime de colaboração; e nova proposta de escola no Ensino Médio.

No Relatório de Atividades (2022, p. 4), na mensagem inicial da presidente-executiva do TPE, Priscila Cruz, no contexto de fim de mandato do então Presidente da República Jair Bolsonaro e às vésperas do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, observamos a inserção e pressão do Movimento, no sentido de articular o envolvimento da sociedade política brasileira e consolidar a sua hegemonia na tomada de decisões para o campo da educação:

Depois de um mandato inteiro de descaso com a Educação e de graves retrocessos nas trajetórias escolares e no desenvolvimento do país, chegamos ao fim do ano com um compromisso histórico. Um compromisso pela Educação Básica e pela recuperação da aprendizagem no país. Selado em dezembro no encontro organizado em Brasília pelo Todos Pela Educação e Unesco unindo governadores e vice-governadores eleitos, além do vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, esse compromisso abre caminho para termos em 2023 um novo pacto federativo em torno da Educação. E, como compartilhei com as lideranças presentes, aquele significou o primeiro dia de 2023 na Educação pública brasileira.

Na mensagem da presidente-executiva, explicita-se a continuidade do programa *Educação Já!*, como sendo uma das principais iniciativas de proposição técnica do TPE ao Governo do Presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva, representado pelo MEC, personificando-o:

O caminho pavimentado prosseguirá em 2023 e exigirá das novas gestões uma enorme capacidade de trabalho e colaboração entre os entes federativos. Isso implica também que a nova gestão do Governo Federal – com a liderança do ministro Camilo Santana na Educação, tendo ao seu lado Izolda Cela na secretaria executiva – possa reconstruir o MEC, recuperar o tempo perdido e inaugurar um novo capítulo para a Educação Básica brasileira. Nesse sentido, a partir das recomendações do Educação Já, daremos sequência aos esforços de contribuições técnicas ao novo governo, já iniciada durante a etapa de transição pós-eleição.

No Relatório de Atividades (TPE, 2022, p. 10) apresenta estratégia para influenciar a agenda educacional brasileira, organizada em quatro eixos de atuação. O primeiro eixo é *Educação na pauta da sociedade* com o seguinte enunciado:

Atuamos para qualificar o debate público e promover a mobilização de atores-chave do Brasil que podem impactar positivamente no avanço das políticas públicas prioritárias para a Educação Básica. Somos uma voz ativa na imprensa e mídias sociais a fim de fazer o tema da Educação ser a pauta número um do Brasil.

Ainda, em relação ao primeiro eixo, o Relatório (2022, p. 10) divulga números relacionados às suas redes virtuais:

a) mais de 800 mil usuários acessaram o site do movimento; b) colaboradores do TPE publicaram treze artigos de opinião nos principais sites e jornais brasileiros e foi citado como referência setenta vezes em textos de opinião de outros autores; c) mais de 32 milhões de alcance nas redes sociais; d) mais de 32 mil menções nas redes sociais; e) o Todos apareceu em cinco mil e oitocentas reportagens na imprensa brasileira e de mais de trinta países; f) os porta-vozes do TPE tiveram mais de onze milhões de alcance total de usuários nos mais diversos meios digitais e apareceram em mais de duas e quinhentas reportagens na imprensa.

Na sequência, o segundo eixo de atuação é a *Produção de conhecimento* com a seguinte

justificativa: “A partir de dados oficiais, estudos, pesquisas com a comunidade educacional e evidências sobre experiências de êxito no campo da Educação no Brasil e no mundo, elaboramos diagnósticos aprofundados sobre o cenário e produzimos propostas de políticas públicas para a melhoria do Ensino Básico (TPE, 2022, p. 11).”

No tocante ao segundo eixo, foram produzidos “sete documentos técnicos e sete vídeos-documentários sobre as experiências estaduais bem-sucedidas no Brasil produzidos e divulgados pela iniciativa Educação Que Dá Certo e mais de cento e dezoito mil usuários assistiram aos episódios da série Educação Que Dá Certo no YouTube” (p. 11).

O terceiro eixo de atuação é a *Articulação com atores-chave* assim descrita:

Apresentamos o conhecimento que produzimos para atores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de forma suprapartidária, e para influenciadores da pauta política, que podem apoiar a priorização das medidas essenciais para a Educação junto aos tomadores de decisão no campo das políticas públicas, a fim de fazer avançar uma agenda sistêmica pela melhoria significativa da aprendizagem nas salas de aula (p. 11).

Neste terceiro eixo, o TPE conseguiu articulação com catorze Estados, para compartilhar o documento *Educação Já!*, sendo seis localizados na Região Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, e Pernambuco; um na Região Norte: Pará; quatro na Região Sudeste: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo; um no Centro-Oeste: Goiás; e dois na Região Sul: Paraná e Rio Grande do Sul.

Por fim, o quarto eixo de atuação do TPE refere-se ao *Monitoramento público* de processos e de resultados:

Promovemos o monitoramento de resultados e de processos de implementação das políticas educacionais. Além de ser uma forma de aprofundar diagnósticos e de alimentar a produção de conhecimento, o monitoramento também evidencia boas práticas e casos de sucesso, bem como desafios, entraves e descasos na Educação Básica pública, de forma a mobilizar a sociedade e os gestores por ações de melhoria (p. 12).

Estes quatros eixos de atuação, objetivando influenciar a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas educacionais, revelam a estratégia do TPE de conhecer as políticas adotadas pelo Poder Público na área da educação (MEC e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação); acompanhar, monitorar e avaliar os resultados e os processos de gestão, ensino e aprendizagem nas diversas esferas, níveis, etapas e modalidades, com a organização de um banco de dados sistemático; assim como a produção e disseminação de ideias.

A análise da atuação do TPE, desde a sua criação em 2006, possibilita a compreensão

de que se trata de um Aparelho Privado de Hegemonia que produz e dissemina conhecimentos, ideias, propostas e recomendações para a educação brasileira, conforme a sua concepção de mundo, implicando a formação para atender às necessidades do capital. Neste movimento, a educação e a escola desempenham papel essencial para o cumprimento deste propósito, como analisam Shiroma e Evangelista (2014, p. 32):

Compreendidas como aparelhos privados de hegemonia, as instituições educacionais têm papel destacado na elevação cultural das massas e na formação de intelectuais de novo tipo. Não é sem razão que, preocupados com a manutenção das relações sociais de produção capitalistas, empresários assumem assentos não só em conselhos que definem políticas econômicas, mas também em comitês de governança na área da Educação e, mesmo, na de formação de professor.

Ao discutir a articulação do TPE pelo setor bancário, contando com a adesão de entidades e organizações representativas de outras frações do capital, Evangelista e Leher (2018, p. 7) analisam o interesse em uma intervenção “de classe” na educação pública:

[...] constatação de que as corporações estavam atuando em centenas de grandes projetos educacionais com objetivos educacionais pertinentes, afins aos interesses corporativos que os patrocinam, mas que a dispersão dos esforços impedia uma intervenção “de classe” na educação pública, objetivo altamente estratégico, pois envolve a socialização de mais de 50 milhões de jovens, a base da força de trabalho dos próximos anos.

Como um movimento articulado que compreende a importância da educação na formação humana e, especificamente, no futuro profissional que integrará o mercado de trabalho, setores da classe dominante burguesa, organizados em uma coalizão de grupos econômicos e empresariais buscam, continuamente, interferir na gestão/políticas públicas educacionais, em estreita relação com os governos nacional, estadual e municipal, de modo a pactuar uma agenda do capital para a educação brasileira, como analisado por Gramsci (1982, p. 5-15):

Os empresários – se não todos, pelo menos uma elite deles – devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe: ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa. Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz.

Ao analisar o envolvimento de empresários na política/gestão da educação, Caetano e Peroni (2015, p. 99) advertem sobre seus interesses de classe:

É no contexto atual do capitalismo que empresários participam das mais diferentes organizações da sociedade civil, elencadas aqui como institutos, fundações ou outras. [...] Portanto, por razões econômicas e pelo fato de carregar uma forte aceitação da população como uma ação que produz melhoria na vida das pessoas, a educação tem sido a área eleita pela maioria dos dirigentes de empresas como área para a qual direcionam suas ações de responsabilidade social. As ações empresariais no campo da educação desenvolvem práticas que promovem a síntese entre o interesse individual e o interesse geral. Essas ações não interferem nos interesses econômicos nem se opõe ao Estado, ao contrário, atua através e com o Estado, modificando a cultura organizacional, visando que o Estado aprenda com as “qualidades” do setor privado: a flexibilidade, inovação, eficiência e eficácia, ou seja, os valores do mercado.

O TPE tem por finalidade construir outro sentido para a educação e a escola, sob a égide capitalista, embora com o discurso de independência político-partidária, pluralidade. Sobressai de seus escritos o imbricamento de interesses e influências estabelecidos com os diferentes governos de distintos partidos, com a imprensa e redes sociais, para o convencimento e o consenso da opinião pública. Essa articulação estratégica mostra que importa menos o governo ou o partido, e mais atender aos seus interesses privados e seu plano para a educação nacional.

Araújo e Nascimento (2020, p. 18) destacam a organicidade do movimento para a privatização na educação:

[...] as ações do TPE configuram um movimento orgânico de privatização no campo das políticas educacionais e têm refletido mudanças em questões estruturais da educação, quanto ao planejamento educacional, à noção de qualidade da educação, às relações intergovernamentais entre os entes federados, à difusão de modelos de cooperação federativa, bem como nas dimensões que envolvem as políticas do currículo, da avaliação e da gestão pública.

Shiroma e Evangelista (2014, p. 34) reiteram a intenção de hegemonia do TPE:

O que está em jogo, portanto, é compreender e fazer frente às novas formas de organização encontradas pelo Capital e seus arautos - caso das redes e de organizações não governamentais - para atualizar, segundo seus interesses, o sentido da Educação e da escola. O processo de construção de hegemonia supõe a organização de consensos e velamentos das reconversões que se valem da educação e da escola.

Como observamos, a mobilização e articulação de setores privatistas e empresariais da classe dominante burguesa são poderosos Aparelhos Privados de Hegemonia que contribuem sobremaneira para a privatização da educação pública no Brasil, por intermédio da gestão intelectual e de um *modus operandi*. Esse processo de privatização tem se desenvolvido em

todas as regiões e em vários Estados brasileiros (Garcia e Adrião, 2018; Venco, Bertagna e Garcia, 2021; Venco, Bertagna e Garcia, 2021), em sintonia com as orientações neoliberais, em especial dos Organismos Multilaterais. Considerando a categoria da Totalidade, no movimento do todo para as partes e das partes para o todo, com o objetivo de apreender a realidade concreta, a seguir contextualizaremos a região Norte nesse processo para, posteriormente, analisarmos a estreita relação do Sistema Estadual de Ensino do Tocantins com institutos, fundações e consultorias privados.

3.3.2 Contextualizando a pesquisa na Região Norte/Amazônia do Brasil: produções registradas pela CAPES

Esta pesquisa tem como espaço geográfico o Estado do Tocantins, situado na Região Norte/Amazônia do Brasil. Assentando-nos no Método MHD, guiados pela perspectiva de Colares (2011, p. 189) sobre a necessidade de articulação entre o singular e o universal, para apreensão e transformação da realidade:

Reputo da maior importância os estudos e as pesquisas centrados em objetos que estão mais próximos da nossa realidade, até para que possamos com maior precisão entender e agir sobre ela. Todavia, não vejo como a educação (notadamente a educação escolar) possa ser compreendida isolada dos fins e objetivos a que se destina. Ambos são aspectos que extrapolam a localidade geográfica em que ela é realizada. Portanto, o local não pode prescindir do regional, do nacional, e até mesmo do internacional. Em outros termos, penso que há necessidade permanente de articular o singular e o universal para o melhor entendimento de nosso objeto de estudo.

Dados do Censo 2022, coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Brasil, 2022), indicam a Região Norte/Amazônia constituída por sete Estados – Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins – cobrindo 45,25% do território nacional, com uma área de 3.853.676,948 km² – maior entre as cinco regiões – todavia, com a menor população por região, de aproximadamente 17,3 milhões de habitantes, representando 8,5% da população nacional. Nesta Região, o Estado do Pará é o mais populoso com, em torno de 8.116.132 milhões de pessoas, enquanto Roraima possui a menor população com 450.479 habitantes.

A Região Norte abriga a Floresta Amazônica e possui a maior biodiversidade do Planeta, fazendo parte de um território constituído por oito países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e um departamento francês - a Guiana Francesa.

O paradoxo amazônico é que, se por um lado a região é riquíssima em recursos hídricos,

naturais, biológicos, naturais, fauna e flora, sendo motivo de preocupação mundial com sua preservação, por outro, é uma região em que boa parte da população vive na extrema pobreza, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), alto índice de analfabetismo e desigualdade social e desmatamento sem controle (Aragon, 2018). A expectativa de quem realiza pesquisa neste território é que o potencial natural da região potencialize o desenvolvimento de políticas públicas que melhorem a qualidade de vida da população, especialmente em áreas como educação, saúde e assistência social.

A partir desta contextualização geográfica, esclarecemos que o segundo movimento de pesquisa na literatura relacionada ao objeto desta tese foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>). No filtro de pesquisa digitamos o termo “Privatização da Educação Básica”, posteriormente, refinamos a pesquisa para Tipo: Doutorado (Teses), Ano: 2015 a 2023; Grande Área de Conhecimento: Ciências Humanas; Área de Conhecimento: Educação. Nesse levantamento, constatamos 39 incidências de Teses. Repetimos os mesmos filtros para a pesquisa do termo “Parceria Público Privada” e encontramos 56 produções. Repetimos a pesquisa com os mesmos termos e filtros, alteramos somente o Tipo: Mestrado (Dissertação), para a pesquisa do termo “Privatização da Educação Básica”, constatamos 51 incidências e do termo “Parceria Público Privada”, encontramos 70 produções.

Nos procedimentos, buscamos a relação do universal para o singular, do todo para as partes e das partes para o todo visando a apreensão da Totalidade. Como a nossa pesquisa de Doutorado em Educação ocorre no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia – PGEDA – Associação Plena em Rede, especificamente sobre a privatização da gestão educacional do Sistema Estadual do Tocantins, localizado na Região Norte do Brasil, é importante buscarmos nos resultados obtidos no Catálogo de Teses da Capes, selecionar as Teses que apresentam tema e objeto que situam a discussão geograficamente na referida região, assim como no Estado do Tocantins, em sintonia com o terceiro movimento desta pesquisa, com destaque para trabalhos relacionados ao objeto de estudo com escopo de apreender a incidência nessa região, com vistas a compreender a sua relevância no âmbito da pesquisa sobre política pública educacional e da possibilidade dos referidos trabalhos contribuírem com esta tese em desenvolvimento.

Quadro 19 - Teses do Catálogo/CAPES com recorte da Região Norte, durante a implementação do PEE/TO (2015-2025)

Autor/a Orientador/a	Título	Objetivo	IES/Ano
Oneide Campos Pojo Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	A Parceria Público-Privada do Instituto Ayrton Senna e a Prefeitura Municipal de Benevides/PA: entre os desafios (pro)postos e os limites da realidade	Analisar a implantação e desenvolvimento dessa parceria entre o IAS e a PMB, com vista a compreender a dinâmica vivenciada pelos diferentes sujeitos envolvidos no processo, as relações construídas, suas formas de atuação e significado da parceria para o Município.	UFPA, 2014.
Vanilson Oliveira Paz Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	Institucionalização da gestão democrática da educação como Política Pública no Sistema Municipal de Ensino de Igarapé-Açu/Pará.	Analisar como se anuncia a gestão democrática da educação no âmbito dos textos legais que dão sustentação ao Sistema Municipal de Ensino e sua efetivação enquanto prática de gestão na educação municipal 2009 a 2014.	UFPA, 2015.
Erbio dos Santos Silva Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	PRONATEC, Educação Profissional e a relação Público-Privada na Amazônia Paraense	Analisar as determinações que priorizam o financiamento público às instituições privadas nas ofertas de educação profissional, por meio do Pronatec na Amazônia paraense.	UFPA, 2017.
Maria Rosana de Oliveira Castro Terezinha Fátima Andrade Monteiro Dos Santos	Uma experiência do Programa Ensino Médio Inovador em Ananindeua/Pará	Analisar o processo de implementação do ProEMI na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Prof. Antônio Gondim Lins, em Ananindeua/PA, (2009 a 2015), especialmente no que se refere à gestão escolar e à melhoria dos resultados da aprendizagem dos estudantes.	UFPA, 2017.
Aurea Peniche Martins Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos.	Educação e Responsabilidade Social Empresarial (Rse): o Projeto Trilhas, do Instituto Natura, na Rede Municipal de Ensino de São Miguel do Guamá/PA	Analisar o processo de implantação e implementação do Trilhas e suas consequências para a Rede Municipal de Ensino de São Miguel do Guamá, cuja questão central é como o Projeto Trilhas foi implantado e implementado em São Miguel do Guamá e quais as consequências para a Rede Municipal de Ensino.	UFPA, 2018.
Maria do Socorro Vasconcelos Pereira Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	O Controle Social do Observatório Social de Abaetetuba/PA na Gestão Pública da Educação Municipal	Investigar o controle social sobre a gestão pública da educação municipal por meio da análise do organismo privado pertencente à rede de Observatórios do Brasil (OSB).	UFPA, 2019.
Gilson Lopes Soares Maria Dilneia Espindola Fernandes	Gestão Democrática: as implicações da relação Público-Privada na Educação em Ji-Paraná/Rondônia (2015-2019)	Verificar como se convivem as orientações do IAS e as leis aprovadas no que tange a gestão escolar, entendendo que a parceria pode se constituir um ponto nevrálgico para a democratização da gestão. Sob esse prisma analisa-se a crise estrutural do capital e a emergência do “terceiro setor” como aspecto central para compreender as reformas que se seguiram.	UFMS, 2021

Autor/a Orientador/a	Título	Objetivo	IES/Ano
Josemar Farias da Silva Selma Suely Baçal de Oliveira	A política de gestão, responsabilização e testagem na Rede Estadual de Ensino do Amazonas: a imposição à lógica de mercado	Analisar um conjunto de propostas e ações organicamente articuladas, desenvolvidas no âmbito da rede estadual de ensino do Amazonas, que se constituiu no que passamos a denominar de “Política de Gestão, Responsabilização e Testagem”.	UFA, 2021
Marcia Angela Patricia Letícia Daiane Boiago	Política de Correção de Fluxo Escolar: uma análise da parceria público-privada entre o Instituto Ayrton Senna e a Seduc/RO	Analisar a política de correção de fluxo escolar para alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental por meio dos Programas “Se Liga” e “Acelera Brasil”, ofertados por meio da parceria entre a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-RO) e o Instituto Ayrton Senna a fim de, com foco na relação entre controle da educação e a disputa pelos fundos públicos, desvelar suas motivações e consequências mais evidentes para a qualidade da educação básica pública no âmbito deste estado.	UEM, 2021
Neli Moraes da Costa Mesquita Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos.	O Projeto “Mundiar” e suas implicações na gestão e na qualidade da Educação Básica pública oferecida em escolas de Ananindeua/PA	Analisar as implicações do Projeto Mundiar, como produto da relação público-privada na efetivação da gestão democrática e na qualidade da Educação Básica pública em Ananindeua/PA.	UFPA, 2022
Mary José Almeida Pereira Arlete Maria Monte de Camargo	Formação continuada de professores no estado do Pará via relação Público-Privada: uma análise do Projeto Trilhas do Instituto Natura em Benevides/PA	Analisar a parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e o Instituto Natura para realização da formação continuada e suas implicações na autonomia e reconhecimento do professor, estabelecendo reflexões críticas acerca da formação docente defendida pela iniciativa privada, em especial, pela empresa Natura, por meio do Projeto Trilhas.	UFPA, 2022
Menissa Cícera Fernandes de Oliveira Bessa Carrijo Maria Vieira Silva	A reconfiguração do direito constitucional e a ingerência privatista na Educação Infantil	Analisar as evidências e as características da omissão do Estado para com esse objeto de direito constitucional.	UFU, 2022
Geyse Patrizzia Teixeira Sadim Maria Almerinda De Souza Matos	Autismo, Terceiro Setor e as políticas públicas de Educação em Manaus/AM	Analisar o papel das Organizações da Sociedade Civil direcionadas às pessoas com Autismo que atuam em Manaus, averiguando se a operacionalização está no modelo clínico ou educacional, à luz das legislações brasileiras.	UFA, 2022
Rudervania Da Silva Lima Aranha Selma Suely Baçal de Oliveira	O Capital Financeiro na educação pública de Manaus/AM: as estratégias mercantilistas para o Endividamento Público	Analisar implicações do Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública de Manaus (PROEMEM) para a educação pública municipal de Manaus/AM, no período de 2013 a 2021, mediante a materialidade do empréstimo externo firmado entre o BID e a Prefeitura Municipal de Manaus, para o financiamento das suas ações.	UFA, 2022

Fonte: CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: set. 2023.

Observamos no levantamento que, no recorte geográfico considerando a Região Norte, quando digitamos a expressão “parceria público-privada” encontramos 12 Teses, sendo a maior incidência, 7, desenvolvidas na UFPA, com 6 sob orientação da Prof^a. Dra. Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, na Linha de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais. Quando digitamos “privatização da educação” encontramos 4 Teses, sendo que 3 se repetem da pesquisa anterior sobre parceria público-privada, das seguintes pesquisadoras: a) Neli Moraes da Costa Mesquita, orientanda de Santos, UFPA; b) Mary José Almeida Pereira, orientanda de Arlete Maria Monte de Camargo, UFPA; e c) Marcia Angela Patricia, orientanda de Daiane Letícia Boiago, UEM. Assim, a única sobre privatização da educação é de Maria do Socorro Vasconcelos Pereira, da UFPA, também, orientada por Santos.

Fora do filtro da CAPES, destaca-se a Tese de Menissa Cícera Fernandes de Oliveira Bessa (Bessa, 2022, p.8), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (MG), que trata da política educacional tocantinense, especificamente, o município de Palmas. Trata da reconfiguração do Direito Educacional e da ingerência privatista na Educação Infantil, que apresentou o objetivo de “analisar as evidências e as características da omissão do Estado para com esse objeto de direito constitucional”.

As 13 Teses do levantamento referem-se, de modo geral, às implicações da relação entre os setores público e privado para a gestão democrática do ensino/educação, formação docente e para os processos de gestão escolar, ensino e aprendizagem, da Educação Infantil ao Ensino Médio; à implementação de programas e projetos por institutos privados como o IAS e o Natura, assim como pelo Banco Mundial, com a justificativa de melhorar a qualidade da Educação Básica pública; às determinações da iniciativa privada para a política da Educação Profissional (PRONATEC) e do Autismo; e a intencionalidade de implementar a lógica do mercado na educação pública, em todas as etapas e diferentes modalidades.

Quadro 20 – Levantamento das Dissertações do Catálogo da CAPES com recorte da Região Norte, considerando o período de implementação do PEE/TO (2015-2025)

Autor/a Orientador/a	Título	Objetivo	IES/Ano
Cassio Vale da Costa Terezinha Fatima Andrade Monteiro dos Santos	Subsunção do Público ao Privado na Educação Paraense	Analisar de que forma ocorre a subsunção do público ao privado na educação paraense via parcerias público privadas, além de desvelar por meio de documentos o que o Estado do Pará idealiza como melhoria para a educação ao realizar as parcerias e quais	UFPA, 2017

		suas implicações no trabalho do gestor escolar focando as análises para a relação entre Prefeituras Municipais paraenses e o Instituto Ayrton Senna (IAS) o qual representa o chamado Terceiro Setor e as parcerias decorrentes do “Pacto pela Educação do Pará” que são estabelecidas entre escolas públicas e empresas privadas que também contam com representantes do Terceiro Setor.	
Vanuza Campos Ribeiro Tania Suely Azevedo Brasileiro	A Parceria Público-Privada na Amazônia: Impactos na Gestão Escolar do Ensino Médio em Santarém-Pará	Refletir sobre como a gestão escolar está sendo impactada diante de duas realidades: de um lado, onde estão as políticas públicas educacionais embasadas em princípios neoliberais, materializados nos programas e projetos de PPP executados nas escolas e, de outro lado, onde se encontra o apelo social por uma gestão democrática emancipatória da escola pública, construído e legalizado historicamente.	UFOPA, 2017
Nilene Fernandes Soares Rosana Maria Gemaque Rolim	O Projeto Escola de Tempo Integral da Rede Estadual do Pará na Perspectiva do Financiamento	Analisar as condições de financiamento do Projeto Escola de Tempo Integral, da secretaria estadual de educação do Pará-SEDUC-PA. Para tanto, a fundamentação teórico-metodológica utilizada pautou-se no aporte teórico com base no materialismo histórico-dialético, possibilitando, assim, uma visão crítica sobre a realidade analisada, além de apreender suas contradições.	UFPA, 2017
Neli Moraes da Costa Mesquita Terezinha Fatima Andrade Monteiro Dos Santos	A Implantação do Projeto de Aceleração da Aprendizagem “Mundiar” como Componente do “Pacto Pela Educação do Pará”	Analisar como se deu a Implantação do Projeto de Aceleração “Mundiar” no Estado do Pará e os objetivos específicos: analisar a concepção de educação expressa nos documentos que normatizam e orientam o Projeto “Mundiar” como proposta do governo para resolver a questão da evasão, abandono e distorção idade/ série na educação paraense e, ainda, identificar como a Parceria Público-Privada se efetivou no contexto do Projeto “Mundiar”	UFPA, 2018
Leonardo Victor dos Santos Rosilene Lagares	Privatizações na educação básica no Tocantins: parcerias público-privadas x regime de colaboração público-público	Analisar como as parcerias público-privadas influenciaram e vem influenciando a redefinição das políticas públicas e da gestão no Sistema de Ensino do Estado do Tocantins, a partir de sua criação em 1994.	UFT, 2019
Juliane Nunes Leão	Trabalho Docente na Educação de Jovens e Adultos: Um Estudo sobre o	Problematizar a EJA como campo em disputa no atual contexto da Educação Básica no Brasil, marcado por ataques declarados da agenda neoliberal à Educação	UFPA, 2022

Salomão Antônio Mufarrej Hage	Projeto Mundiar No Município de Belém- PA	Pública. Com ele oportuniza-se o diálogo e reflexões voltadas para a concepção de educação e do trabalho docente na conjuntura da mundialização do capital por meio das políticas neoliberais implantadas no campo educacional.	
Gerusa Moraes de Souza Maria Nilvane Fernandes	O Público e o Privado No Sistema Prisional do Amazonas	Analisar a relação entre o público e o privado no sistema prisional do estado do Amazonas. Trata-se de uma pesquisa documental e exploratória com abordagem qualitativa.	UFAM, 2022

Fonte: CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: set. 2023.

Os quadros anteriores, que evidenciam as Teses e Dissertações da Região Norte brasileira mostram que a pesquisadora Terezinha Santos se destaca como uma das referências no que diz respeito ao tema política educacional, mais especificamente, ao objeto da privatização da educação. Diante disso, fundamentamo-nos na referida pesquisadora para compreender que a relação público-privada é histórica, com aspectos privatizantes contemporâneos que merecem atenção e um acompanhamento mais sistemático, para entendimento da realidade concreta no qual o objeto está inserido.

No tocante às relações estabelecidas entre a iniciativa privada e o setor público na Região Norte - em particular na Região da Amazônia e no Pará -, com significativa influência para a privatização da Educação Básica pública, Santos (2017, p. 14) esclarece que condições objetivas favorecem este imbricamento:

Como se pode observar, a Amazônia e o Pará, em particular, são espaços propícios para o desenvolvimento de parcerias público-privadas: i) região rica em produtos naturais minerais, vegetais, animais e pobre em condições de vida com uma população quase abandonada pelo poder público em saúde, educação, saneamento básico, moradia; ii) educação precária ou inexistente; iii) ausência de políticas educacionais específicas para sua população, especialmente as tradicionais, como índios, quilombolas, ribeirinhos, iv) Prefeituras pobres, com carência de recursos e o descaso do poder público estadual; v) as grandes distâncias do centro do poder vi) região com profundas desigualdades de toda ordem.

Desde o ano 2007 a autora pesquisa sobre a relação entre o Poder Público e a iniciativa privada, para definição e implementação de políticas para a Educação Básica na Região Norte e em particular no Estado do Pará (Santos, 2017), com destaque para participação no projeto Análise das consequências de parcerias firmadas por municípios brasileiros e a Fundação

Ayrton Senna para a oferta educacional, coordenado por Vera Peroni e Thereza Adrião, conforme relata:

Em 2008, participamos de pesquisa nacional liderada por Vera Peroni e Thereza Adrião, coordenando o Estado do Pará, com o projeto Análise das consequências de parcerias firmadas por municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional. Trabalho realizado por oito universidades (USP-RP, UNESP-RC, UFRGS, UFPB, UFMS, UFPA e UCDB), na busca de analisar as consequências para a oferta e a gestão da educação pública dos Programas Gestão Nota 10 e Escola Campeã, os quais resultaram de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e o Instituto Ayrton Senna - IAS (Santos, 2017, p. 15).

Para Santos (2017, p. 16), em se tratando da relação público-privada, o Estado do Pará tem sido um território fértil para materialização dessa política, uma vez que: “Está se assistindo ao domínio exercido por grupos empresariais, agrupados em OS, na definição dos destinos das políticas sociais, em especial da educação e da saúde, por representarem os detentores da qualidade para administrar as demandas sociais, por sua eficácia e competência como fazem nas empresas.”

Em relação ao Estado do Tocantins, o estabelecimento de Acordos de Cooperação entre a Seduc/TO e os Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa na política/gestão educacional influenciam as dimensões da gestão da educação e da escola, da formação de professores, do currículo, da oferta educacional, de materiais pedagógicos, do monitoramento e avaliação, baseando-se nos princípios da gestão gerencial, meritocrática e excludente, que favorecem o individualismo e competitividade entre escolas, professores e estudantes, parecendo ser a única alternativa (Santos, 2019; Bertagna, 2021).

Sobre os Acordos de Cooperação estabelecidos entre a Seduc/TO e os Aparelhos Privados de Hegemonia, Santos, Silva e Lagares (2017, p. 155) alertam sobre o conteúdo gerencial:

É latente o conteúdo gerencial da relação de parceria estabelecida entre a instituição estatal e a instituição privada, vez que esta última define o controle de gestão, o planejamento estratégico, os objetivos a serem alcançados, o monitoramento por meio de sistema próprio e avaliação sistemática. Nesse contexto, cabe à Secretaria Estadual um papel secundário de acompanhar e apoiar.

A opção pela Política Educacional privatista contraria princípios da CF de 1988, da LDB de 1996 e do PNE de 2014-2024 como: autonomia federativa (Brasil, 1988, art. 18); do regime de colaboração (Art. 23, 211 e 214 da CF/1988; LDB, 1996, arts. 7º e 8º; PNE, 2014); pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (Art. 206 - Inciso III da CF/1988; Art. 3º, Inciso

III da LDB/1996), com graves implicações para o direito social à educação (Art. 6º da CF/1988; Art. 3º, Inciso XIII da LDB/1996); a gestão democrática do ensino público (Art. 206, inciso VI da CF/1988; Art. 3º - Inciso VII e art. 14, incisos I e II da LDB/1996; PNE 2014-2024, art. 9º) e da qualidade da educação (Brasil, 1988, inciso VII; LDB, art. 3º, inciso IX e art. 4º, inciso IX).

Assim, é mister a análise da estreita relação entre a Seduc/TO e os Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa a fim de compreender a condução e a execução da política e da gestão educacional no SEE/TO, no contexto de implementação do PEE/TO.

4 A MATERIALIZAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL NO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DO TOCANTINS

O objetivo desta seção é analisar as relações estabelecidas entre a Seduc-TO e os APH da classe dominante burguesa – Instituto Ayrton Senna (IAS), Instituto Lemann, Instituto Sonho Grande (ISG), Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e Instituto Natura (IN) - por meio dos Acordos de Cooperação pactuados no período da vigência PEE/TO 2015-2025, assim como os processos, mecanismos e estratégias de privatização da gestão educacional e implicações para a efetivação do regime de colaboração.

Na pesquisa, temos por questão central se a privatização da gestão educacional no SEE-TO, justificada no regime de colaboração e no cumprimento do PEE 2015-2025 e materializada nos Acordos de Cooperação estabelecidos entre a Seduc-TO e APH da classe dominante burguesa, encontra-se conformada como política pública estadual em consonância com a política neoliberal nacional e internacional. Nessa linha de raciocínio, entendemos esses Acordos de Cooperação como processos, mecanismos e estratégias de privatização da gestão educacional, à luz de um movimento neoliberal, com implicações para a efetivação do regime de colaboração, para a gestão democrática e o direito humano à educação como política pública sob a gestão do poder público, tanto no âmbito estadual quanto regional, nacional e internacional.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO ESTADO DO TOCANTINS

Tendo como referência o último Censo do IBGE (Brasil, 2022), o Tocantins possui uma área de 277.423.627 km², com 1.511.460 habitantes, com uma população estimada de 1.577.342 pessoas em 2024, com densidade demográfica de 5,45 habitantes por km², o que corresponde a um crescimento populacional de 9,25% nos últimos doze anos, sendo o 24º mais populoso do País²². O Estado possui 139 municípios e sua capital é Palmas, com 302.692 pessoas e uma densidade demográfica de 135,90 habitantes por km² (BRASIL, 2022).

Ainda, com base no IBGE (2017), o Estado está organizado em duas Regiões: Geográficas Imediatas e Geográficas Intermediárias. Essa organização está bem desenhada no Quadro a seguir:

²² Link para informações gerais do Estado do Tocantins (BRASIL, 2022): <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>.

Tabela 1 - Divisão Regional do Tocantins em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias - 2017

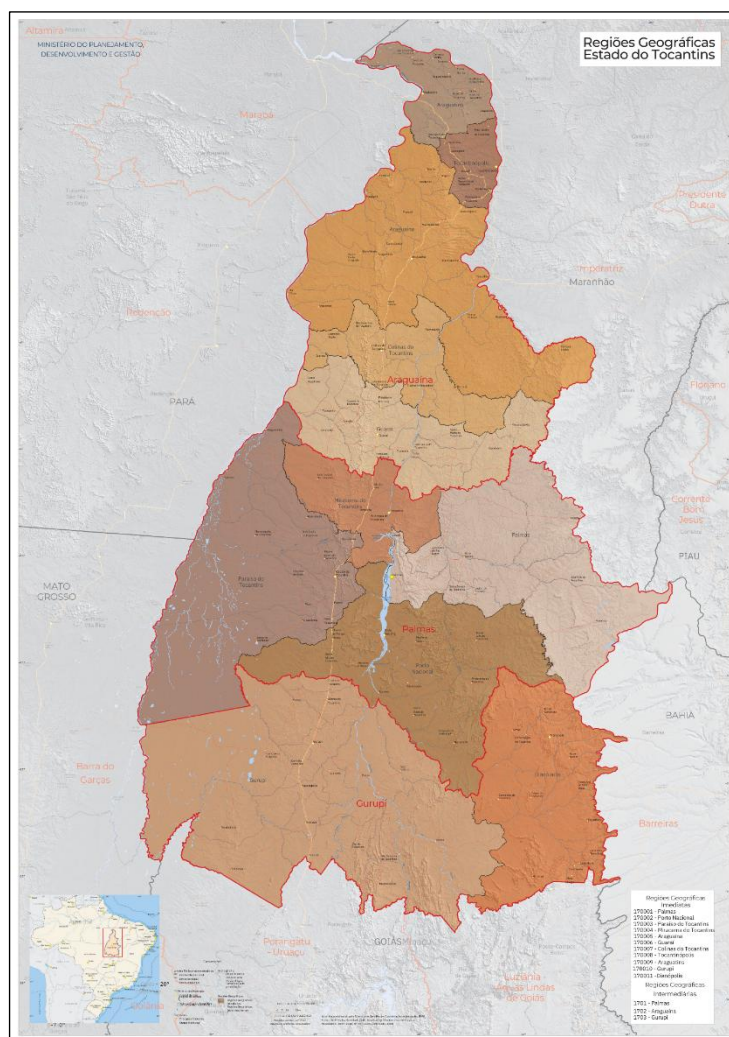
Região Geográfica Intermediária	Número de municípios	Região Geográfica Imediata	Número de municípios
Palmas	42	Palmas	10
		Porto Nacional	13
		Paraíso do Tocantins	14
		Miracema do Tocantins	5
Araguaína	65	Araguaína	21
		Guaraí	14
		Colinas do Tocantins	9
		Tocantinópolis	8
		Araguatins	13
Gurupi	32	Gurupi	18
		Dianópolis	14

Fonte: IBGE (2017) Divisão Regional do Brasil.

Conforme o Quadro, os três Municípios que emprestam nomes às Regiões Geográficas Intermediárias são: Palmas (centro), Araguaína (norte) e Gurupi (sul), respectivamente os Municípios mais populosos dos Estado. Nessa organização administrativa, a maior Região Geográfica Intermediária é Araguaína, com 65 Municípios, distribuídos em cinco (5) Regiões Imediatas: Guaraí, Colinas do Tocantins, Tocantinópolis e Araguatins, além do próprio Município de Araguaína; na Região de Palmas constam 42 Municípios, com quatro (4) Regiões Geográficas Imediatas, sendo, além de Palmas, Paraíso do Tocantins, Miracema do Tocantins e Porto Nacional; e Gurupi, com 32 Municípios, distribuídos entre Gurupi e Dianópolis.

O mapa a seguir permite uma visualização do Território tocaninense, com todos os 139 Municípios nominados:

Figura 13 – Regiões geográficas imediatas por regiões intermediárias do IBGE.



Fonte: IBGE- Malha Municipal, 2015; Base Cartográfica Contínua do Brasil, ao Milionésimo - BCIM 2010; SRTM- Relevo sombreado, 2000; Mapa elaborado pela Diretoria de Geociências Coordenação de Geografia, IBGE

Na sequência, o Quadro 21 lista as regiões geográficas imediatas e intermediárias, com os respectivos municípios tocantinsenses.

Quadro 21 - Municípios das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do Tocantins

Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Municípios
Palmas	Palmas	Aparecida do Rio Negro; Lagoa do Tocantins; Lajeado; Lizarda; Mateiros; Novo Acordo; Palmas; Rio Sono; Santa Tereza do Tocantins e São Félix do Tocantins

	Porto Nacional	Brejinho de Nazaré, Chapada de Natividade; Fátima; Ipueiras; Monte do Carmo; Natividade, Oliveira de Fátima, Pindorama do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins; Porto Nacional; Santa Rita do Tocantins; Santa Rosa do Tocantins; Silvanópolis.
	Paraíso do Tocantins	Abreulândia; Araguacema; Barrolândia; Caseara; Chapada de Areia; Cristalândia; Divinópolis; Lagoa da Confusão; Marianópolis do Tocantins; Monte Santo do Tocantins; Nova Rosalândia; Paraíso do Tocantins; Pium e Pugmil.
	Miracema do Tocantins	Dois Irmãos do Tocantins; Miracema do Tocantins; Miranorte; Rio do Bois e Tocantínia
Araguaína	Araguaína	Ananás; Angico; Aragominas; Araguaína; Araguanã; Arapoema; Babaçulândia; Barra do Ouro; Campos Lindos; Carmolândia; Darcinópolis; Filadélfia; Goiatins; Muricilândia; Nova Olinda; Pau-d'Arco; Piraquê; Riachinho; Santa Fé do Araguaia; Wanderlândia e Xambioá
	Guaraí	Bom Jesus do Tocantins; Centenário; Colméia; Couto Magalhães; Tabocão; Goianorte; Guaraí; Itaporã do Tocantins; Pedro Afonso; Pequizeiro; Presidente Kennedy; Recursolândia; Santa Maria do Tocantins e Tupirama
	Colinas do Tocantins	Bandeirantes do Tocantins, Bernardo Sayão, Brasilândia do Tocantins; Colinas do Tocantins; Itacajá; Itapiratins; Juarina; Palmeirante e Tupiratins
	Tocantinópolis	Aguiarnópolis; Cachoeirinha; Luzinópolis; Maurilândia do Tocantins; Nazaré; Palmeiras do Tocantins; Santa Terezinha do Tocantins e Tocantinópolis
	Araguatins	Araguatins; Augustinópolis; Axixá do Tocantins; Buriti do Tocantins; Carrasco bonito; Esperantina; Itaguatins; Praia Norte; Sampaio; São Bento do Tocantins; São Miguel do Tocantins; São Sebastião do Tocantins e Sítio Novo do Tocantins.
Gurupi	Gurupi	Aliança do Tocantins; Alvorada; Araguaçu; Cariri do Tocantins; Crixás do Tocantins; Dueré; Figueirópolis; Formoso do Araguaia; Gurupi; Jaú do Tocantins; Palmeirópolis; paranã; peixe; Sandolândia; São salvador do Tocantins; São Valério; Sucupira e Talismã.
	Dianópolis	Almas; Arraias; Aurora do Tocantins; Combinado; Conceição do Tocantins; Dianópolis; Lavandeira; Novo Alegre; Novo jardim; Ponte Alta do Bom Jesus; Porto Alegre do Tocantins; Rio da Conceição; Taguatinga e Taipas do Tocantins.

Fonte: IBGE (2017) Divisão Regional do Brasil.

4.2 DADOS DA EDUCAÇÃO ESTADUAL DO TOCANTINS

A partir das análises do catálogo de escolas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2021), do Resumo Técnico do Estado do Tocantins - Censo Escolar da Educação Básica (2021), a Instrução Normativa Nº 15, de 22 de dezembro de 2023 e do Panorama da Educação do Estado do Tocantins (2023), o Sistema Estadual de Ensino do Estado do Tocantins (SEE-TO) está organizado da seguinte forma: Secretaria Estadual de Educação (Seduc-TO), criada em 1989; Conselho Estadual de Educação (CEE-TO), instituído em 1995 como um órgão consultivo, normativo e fiscalizador do SEE-TO; Fórum Estadual de Educação (FEE-TO), instituído em 2011, assim como por 13 Superintendências Regionais de Educação (SRE) e, aproximadamente, 503 unidades escolares.

O IBGE²³ informa que o Estado tinha os seguintes dados em relação ao número de matrículas, professores e estabelecimentos de ensino no ano de 2023: 222.404 matrículas do Ensino Fundamental; 66.103 matrículas no Ensino Médio; 12.691 docentes no Ensino Fundamental; 5.932 docentes do Ensino Médio; 1.217 escolas de Ensino Fundamental; 368 escolas do Ensino Médio.

Em relação aos profissionais que constituem o SEE-TO, a Instrução Normativa Nº 15, de 22 de dezembro de 2023 “dispõe sobre procedimentos relativos à lotação e remoção de servidor público, e adota outras providências, para o exercício de 2024” (TOCANTINS, 2023, p. 1). O Art. 2º deste documento esclarece: “Define-se o quantitativo de servidores públicos das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, em conformidade ao quadro de pessoal das unidades escolares, Anexo I, e das Superintendências Regionais de Educação, conforme o Anexo II a esta Normativa.”

O Quadro a seguir, anexo II da supracitada Instrução Normativa, apresenta a organização administrativa da educação do SEE-TO em 13 regiões, chamadas de Superintendências Regionais de Educação: Araguaína, Araguatins, Arraias, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Miracema do Tocantins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Porto Nacional e Tocantinópolis.

O quantitativo de servidores que atuam em cada uma das 13 Superintendências Regionais de Educação no ano de 2024 está organizado no Anexo II, da Instrução Normativa Nº 15, de 22 de dezembro de 2023.

²³ Link para os dados educacionais informados: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>.

Quadro 22 - Critérios para lotação de pessoal nas Superintendências Regionais de Educação – 2024

[illegible]

	Assistente de Apoio Administrativo - Protocolo e Recepção	AAAPR	2	1	1	1	1	1	2	1	2	1
	Assistente de Apoio ao Usuário - Informática	AAUI	2	1	1	1	1	1	1	1	2	2
	Auxiliar de Higienização - DRE	AHD	8	4	4	4	3	5	6	4	6	5
	Motorista *(por veículo)	MOT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Técnico Regional de Transporte Escolar	TRTE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Técnico Operacional e Suporte às Escolas Indígenas	TOSEI	2	0	0	0	0	0	2	3	0	2
	Técnico de Gestão de Pessoas	TEGP	10	6	4	4	4	4	8	4	8	6
	Auxiliar de Monitoramento do Patrimônio - DRE	AMPD	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
ASSESSORIA REGIONAL DE GESTÃO PEDAGÓGICA E EDUCACIONAL	Assessor Regional de Gestão Pedagógica e Educacional	AGPE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Técnico de Estatísticas e Informações Educacionais/CENSO	TEIEC	2	1	1	1	1	1	2	1	2	1
	Técnico do Sistema de Gerenciamento Escolar	TCSGE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Técnico Pedagógico de Currículo, Formação e Avaliação da Aprendizagem	TPCFA	10	9	9	9	9	9	10	9	10	9
	Técnico Pedagógico do Ensino Fundamental	TPEF	3	2	2	2	2	2	3	2	3	2

Técnico Pedagógico do Ensino Médio	TPEM	3	2	1	2	2	1	3	2	3	2
Técnico Pedagógico de EJA, Campo, Quilombola e Diversidade	TPEJA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Técnico Pedagógico de Educação Especial	TPEE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Técnico Pedagógico de Educação Indígena	TPEI	2	0	0	0	0	0	2	2	0	2
Técnico Pedagógico de Ensino Integral	TPEID	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Técnico Pedagógico de Educação Profissional e Tecnológica	TPEPT	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Técnico de Inspeção Escolar	TIE	12	8	5	5	5	6	12	7	13	8
Técnico Pedagógico de Supervisão e Fortalecimento da Gestão Escolar	TPSE	10	7	5	5	5	5	10	5	10	7
Técnico Pedagógico de Orientação Educacional	TPOE	2	1	1	1	1	1	2	1	2	1
Técnico Pedagógico de Tecnologias e Mídias Educacionais	TPTME	2	2	1	1	1	1	2	1	2	2
Psicólogo	PSIC	3	1	1	1	1	1	3	2	2	2
Assistente Social	ASTS	3	1	1	1	1	1	3	2	2	2
TOTAL GERAL DE SERVIDORES		124	87	70	71	70	72	119	80	115	95

Observações Importantes:

a) A função de Motorista será ocupada de acordo com o número de veículos disponíveis em cada Superintendência Regional de Educação.

b) As Equipes de Currículo, Formação e Avaliação da Aprendizagem serão compostas respectivamente por: 01 Técnico Pedagógico com formação em Letras (sendo: 01 de Letras; e 01 de Língua Estrangeira; Educação Física ou Artes); 02 Técnicos Pedagógicos da área de Matemática (sendo: 01 de Matemática; e 01 de Física ou Química).

da área de Ciências da Natureza (*Ciências; Biologia; Física ou Química*) e 02 Técnico Pedagógico da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (*Filosofia*).

c) O acompanhamento às Escolas Indígenas será realizado pelo Técnico Pedagógico da Educação Indígena, bem como o caso das Escolas do Campo e Pedagógico de Educação de Jovens e Adultos, Campo e Quilombola.

d) Os Psicólogos e Assistentes Sociais lotados nas Superintendências Regionais de Educação, que possuem Escolas Indígenas ficarão responsáveis pelas mesmas.

e) Os Professores Tutores do programa PROFUNCIONÁRIO são definidos por número de turmas, ou seja, para cada turma é lotado um técnico com 20 horas-aula.

Fonte: ANEXO II à Instrução Normativa Nº 15, de 22 de dezembro de 2023.

No quadro anterior, verificamos que as 13 Superintendências Regionais de Educação têm um total geral de 1.165 servidores, sendo as três maiores Araguaína com 124, Gurupi com 119 e a capital Palmas com 115 servidores e as menores Arraias, Colinas do Tocantins, Dianópolis e Guaraí com uma média aproximada de 70 profissionais, distribuídos em 38 funções.

O Diário Oficial 6346, de 12 de junho de 2023, apresenta a Medida Provisória da mesma data, que “Altera os Anexos II e IV da Lei no 3.421, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.” (TOCANTINS, Diário Oficial, 2023, p. 1).

Na observação do Quadro de Lotação da Seduc, constata-se que as Superintendências não são normatizadas com quantitativo de pessoal para as respectivas funções. Diferentemente da organização das Superintendências Regionais e Escolas, na Seduc são especificados apenas os setores/departamentos de cada Superintendência que constitui o órgão.

Quadro 23 - Lotação da SEDUC

DENOMINAÇÃO DA UNIDADE	RELAÇÃO DE CARGOS	Símbolo	Quant.
Gabinete do Secretário	Secretário	DAS-1	1
Gabinete do Secretário Executivo	Secretário Executivo	DAS-2	1
Assessoria de Gabinete I	Assessor de Gabinete I	DAS-3	4
Assessoria de Gabinete II	Assessor de Gabinete II	DAS-4	4
Assessoria de Gabinete III	Assessor de Gabinete III	DAS-5	4
Chefia de Apoio ao Gabinete	Chefe de Apoio ao Gabinete	DAS-4	1
Secretaria-Geral	Secretário-Geral	DAI-1	2

Ouvidoria Geral	Ouvidor Geral	DAI-1	1
Diretoria de Planejamento, Estudos e Projetos	Diretor de Planejamento, Estudos e Projetos	DAS-4	1
Gerência de Execução e Acompanhamento do PROFE e dos Planos Pluri Anual (PPA), de Ações Articuladas (PAR) e Estadual de Educação (PEE)	Gerente de Execução e Acompanhamento do PROFE e dos Planos Pluri Anual (PPA), de Ações Articuladas (PAR) e Estadual de Educação (PEE)	DAI-1	1
Gerência de Elaboração de Estudos, Projetos e Termos de Referência	Gerente de Elaboração de Estudos, Projetos e Termos de Referência	DAI-1	1
Diretoria de Orçamento e Controle de Gestão	Diretor de Orçamento e Controle de Gestão	DAS-4	1
Gerência de Orçamento	Gerente de Orçamento	DAI-1	1
Gerência de Acompanhamento Processual	Gerente de Acompanhamento Processual	DAI-1	1
Diretoria de Comunicação	Diretor de Comunicação	DAS-4	1
Gerência de Jornalismo	Gerente de Jornalismo	DAI-1	1
Gerência de Publicidade & Mídias Sociais	Gerente de Publicidade & Mídias Sociais	DAI-1	1
Gerência de Cerimonial	Gerente de Cerimonial	DAI-1	1
Gerência de Áudio Visual	Gerente de Áudio Visual	DAI-1	1
Superintendência Regional de Educação II	Superintendente Regional de Educação II	DAS-4	3
Diretoria de Unidade Escolar	Diretor de Unidade Escolar	DAS-6	85
Superintendência Jurídica	Superintendente Jurídico	DAS-3	1
Diretoria de Processos Administrativos	Diretor de Processos Administrativos	DAS-4	1
Gerência de Procedimentos Administrativos e Disciplinares	Gerente de Procedimentos Administrativos e Disciplinares	DAI-1	1
Gerência de Procedimentos Administrativos e Judiciais	Gerente de Procedimentos Administrativos e Judiciais	DAI-1	1
Diretoria de Contencioso e Acompanhamento de Atos Regulatórios	Diretor de Contencioso e Acompanhamento de Atos Regulatórios	DAS-4	1
Gerência de Contencioso	Gerente de Contencioso	DAI-1	1
Gerência de Acompanhamento de Atos Regulatórios	Gerente de Acompanhamento de Atos Regulatórios	DAI-1	1
Superintendência de Licitações	Superintendente de Licitações	DAS-3	1
Diretoria de Licitação	Diretor de Licitação	DAS-4	1

Diretoria de Contratações Diretas e Apoio a Associações Escolares	Diretor de Contratações Diretas e Apoio a Associações Escolares	DAS-4	1
Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoal	Superintendente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoal	DAS-3	1
Diretoria de Gestão de Pessoal	Diretor de Gestão de Pessoal	DAS-4	1
Gerência de Avaliação de Desempenho	Gerente de Avaliação de Desempenho	DAI-1	1
Gerência de Informações Funcionais	Gerente de Informações Funcionais	DAI-1	1
Gerência de Atenção ao Bem Estar dos Profissionais da Educação	Gerente de Atenção ao Bem Estar dos Profissionais da Educação	DAI-1	1
Diretoria de Provimento e Folha de Pagamento	Diretor de Provimento e Folha de Pagamento	DAS-4	1
Gerência de Folha de Pagamento	Gerente de Folha de Pagamento	DAI-1	1
Gerência de Lotação e Movimentação	Gerente de Lotação e Movimentação	DAI-1	1
Gerência de Auditoria da Gestão de Pessoal	Gerente de Auditoria da Gestão de Pessoal	DAI-1	1
Superintendência de Administração, Obras e Infraestrutura	Superintendente de Administração, Obras e Infraestrutura	DAS-3	1
Diretoria de Administração	Diretor de Administração	DAS-4	1
Gerência de Compras	Gerente de Compras	DAI-1	1
Gerência Geral de Administração	Gerente Geral de Administração	DAI-1	1
Gerência de Logística e Transportes	Gerente de Logística e Transportes	DAI-1	1
Gerência de Suporte Setorial em Informática	Gerente de Suporte Setorial em Informática	DAI-1	1
Diretoria de Bens e Serviços	Diretor de Bens e Serviços	DAS-4	1
Gerência de Patrimônio	Gerente de Patrimônio	DAI-1	1
Gerência de Almoxarifado	Gerente de Almoxarifado	DAI-1	1
Gerência de Protocolo	Gerente de Protocolo	DAI-1	1
Gerência de Arquivo Central	Gerente de Arquivo Central	DAI-1	1
Diretoria de Infraestrutura e Obras	Diretor de Infraestrutura e Obras	DAS-4	1
Gerência de Gestão de Obras	Gerente de Gestão de Obras	DAI-1	1
Gerência de Fiscalização	Gerente de Fiscalização	DAI-1	1

Gerência de Estudos e Projetos de Infraestrutura	Gerente de Estudos e Projetos de Infraestrutura	DAI-1	1
Gerência de Planejamento e Inovação	Gerente de Planejamento e Inovação	DAI-1	1
Diretoria de Apoio às Escolas	Diretor de Apoio às Escolas	DAS-4	1
Gerência de Transporte Escolar	Gerente de Transporte Escolar	DAI-1	1
Gerência de Alimentação Escolar	Gerente de Alimentação Escolar	DAI-1	1
Gerência de Mobiliário Escolar	Gerente de Mobiliário Escolar	DAI-1	1
Superintendência de Finanças	Superintendente de Finanças	DAS-3	1
Diretoria de Finanças	Diretor de Finanças	DAS-4	1
Gerência de Execução Financeira e Orçamentária	Gerente de Execução Financeira e Orçamentária	DAI-1	1
Gerência de Diárias	Gerente de Diárias	DAI-1	1
Diretoria de Contabilidade	Diretor de Contabilidade	DAS-4	1
Gerência de SIOPE e Demonstrativos Contábeis	Gerente de SIOPE e Demonstrativos Contábeis	DAI-1	1
Gerência de SIAFE e Movimentações de Regularidade Fiscal	Gerente de SIAFE e Movimentações de Regularidade Fiscal	DAI-1	1
Diretoria de Prestação de Contas	Diretor de Prestação de Contas	DAS-4	1
Gerência de Prestação de Contas de Convênios Estaduais	Gerente de Prestação de Contas de Convênios Estaduais	DAI-1	1
Gerência de Prestação de Contas de Convênios Federais	Gerente de Prestação de Contas de Convênios Federais	DAI-1	1
Diretoria do ICMS Educacional	Diretor do ICMS Educacional	DAS-4	1
Gerência de Análise e Gestão do ICMS Educacional	Gerente de Análise e Gestão do ICMS Educacional	DAI-1	1
Gerência de Monitoramento e Transparência do ICMS Educacional	Gerente de Monitoramento e Transparência do ICMS Educacional	DAI-1	1
Diretoria de Contratos e Convênios	Diretor de Contratos e Convênios	DAS-4	1
Gerência de Contratos	Gerente de Contratos	DAI-1	1
Gerência de Convênios Estaduais	Gerente de Convênios Estaduais	DAI-1	1

Gerência de Convênios Federais	Gerente de Convênios Federais	DAI-1	1
Superintendência de Desporto Escolar	Superintendente de Desporto Escolar	DAS-3	1
Diretoria de Lazer, Cultura e Desporto Escolar	Diretor de Lazer, Cultura e Desporto Escolar	DAS-4	1
Gerência de Assessoramento e Execução de Eventos Esportivos e Paradesportivos	Gerente de Assessoramento e Execução de Eventos Esportivos e Paradesportivos	DAI-1	1
Gerência de Arte e Manifestações Culturais	Gerente de Arte e Manifestações Culturais	DAI-1	1
Diretoria Administrativa de Desporto Escolar	Diretor Administrativo de Desporto Escolar	DAS-4	1
Gerência de Formação de Desporto e Paradesporto Educacional	Gerente de Formação de Desporto e Paradesporto Educacional	DAI-1	1
Gerência de Programas e Projetos de Desporto Educacional	Gerente de Programas e Projetos de Desporto Educacional	DAI-1	1
Superintendência de Educação Científica, Tecnológica e Profissional	Superintendente de Educação Científica, Tecnológica e Profissional	DAS-3	1
Diretoria de Formação Inicial e Continuada	Diretor de Formação Inicial e Continuada	DAS-4	1
Gerência de Política de Formação Inicial dos Profissionais da Educação	Gerente de Política de Formação Inicial dos Profissionais da Educação	DAI-1	1
Gerência de Formação Continuada dos Profissionais da Educação	Gerente de Formação Continuada dos Profissionais da Educação	DAI-1	1
Diretoria de Tecnologia e Inovação Educacional	Diretor de Tecnologia e Inovação Educacional	DAS-4	1
Gerência de Sistematização da Educação Híbrida e a Distância	Gerente de Sistematização da Educação Híbrida e a Distância	DAI-1	1
Gerência de Mídias Educacionais e Acompanhamento aos Centros de Mídia	Gerente de Mídias Educacionais e Acompanhamento aos Centros de Mídia	DAI-1	1
Gerência de Design e Produção de Recursos Educacionais	Gerente de Design e Produção de Recursos Educacionais	DAI-1	1
Diretoria de Tecnologia da Informação	Diretor de Tecnologia da Informação	DAS-4	1
Gerência de Sistemas	Gerente de Sistemas	DAI-1	1
Gerência de Análise de Dados e Soluções em Gestão	Gerente de Análise de Dados e Soluções em Gestão	DAI-1	1
Gerência de Apoio ao Usuário e Suporte Técnico	Gerente de Apoio ao Usuário e Suporte Técnico	DAI-1	1

Gerência de Segurança de Rede	Gerente de Segurança de Rede	DAI-1	1
Superintendência de Educação Básica	Superintendente de Educação Básica	DAS-3	1
Diretoria de Gestão Pedagógica	Diretor de Gestão Pedagógica	DAS-4	1
Gerência de Ensino Fundamental	Gerente de Ensino Fundamental	DAI-1	1
Gerência de Ensino Médio	Gerente de Ensino Médio	DAI-1	1
Gerência de Educação Profissional	Gerente de Educação Profissional	DAI-1	1
Gerência de Apoio ao Protagonismo Juvenil	Gerente de Apoio ao Protagonismo Juvenil	DAI-1	1
Diretoria de Gestão Escolar	Diretor de Gestão Escolar	DAS-4	1
Gerência de Fortalecimento da Gestão Democrática e Apoio Pedagógico	Gerente de Fortalecimento da Gestão Democrática e Apoio Pedagógico	DAI-1	1
Gerência de Legislação, Normatização, Certificação e Inspeção Escolar	Gerente de Legislação, Normatização, Certificação e Inspeção Escolar	DAI-1	1
Gerência de Desenvolvimento e Monitoramento Pedagógico	Gerente de Desenvolvimento e Monitoramento Pedagógico	DAI-1	1
Gerência de Sistematização e Gerenciamento Escolar	Gerente de Sistematização e Gerenciamento Escolar	DAI-1	1
Gerência de Estatística e Censo Escolar	Gerente de Estatística e Censo Escolar	DAI-1	1
Diretoria de Currículo e Avaliação da Aprendizagem	Diretor de Currículo e Avaliação da Aprendizagem	DAS-4	1
Gerência de Elaboração de Itens e Análise dos Resultados de Avaliação e Indicadores Educacionais	Gerente de Elaboração de Itens e Análise dos Resultados de Avaliação e Indicadores Educacionais	DAI-1	1
Gerência de Currículo	Gerente de Currículo	DAI-1	1
Gerência de Programas e Projetos Pedagógicos	Gerente de Programas e Projetos Pedagógicos	DAI-1	1
Diretoria de Educação Integral e Jornada Ampliada	Diretor de Educação Integral e Jornada Ampliada	DAS-4	1
Gerência de Desenvolvimento das Políticas de Educação Integral e Jornada Ampliada	Gerente de Desenvolvimento das Políticas de Educação Integral e Jornada Ampliada	DAI-1	1
Gerência de Assessoramento e Monitoramento do Ensino Integral	Gerente de Assessoramento e Monitoramento do Ensino Integral	DAI-1	1
Superintendência de Políticas Educacionais	Superintendente de Políticas Educacionais	DAS-3	1
Diretoria de Modalidades Educacionais	Diretor de Modalidades Educacionais	DAS-4	1
Gerência da Educação Cívico Militar	Gerente da Educação Cívico Militar	DAI-1	1

Gerência da Educação de Jovens e Adultos	Gerente da Educação de Jovens e Adultos	DAI-1	1
Gerência da Educação Socioeducativa e do Sistema Prisional	Gerente da Educação Socioeducativa e do Sistema Prisional	DAI-1	1
Diretoria de Educação dos Povos Originários e Tradicionais	Diretor de Educação dos Povos Originários e Tradicionais	DAS-4	1
Gerência de Educação Indígena	Gerente de Educação Indígena	DAI-1	1
Gerência dos Povos Tradicionais e Educação do Campo	Gerente dos Povos Tradicionais e Educação do Campo	DAI-1	1
Diretoria de Educação Inclusiva e Acessibilidade	Diretor de Educação Inclusiva e Acessibilidade	DAS-4	1
Gerência de Educação Bilíngue de Surdos	Gerente de Educação Bilíngue de Surdos	DAI-1	1
Gerência de Educação para os Transtornos de Neurodesenvolvimento e Classes Hospitalares	Gerente de Educação para os Transtornos de Neurodesenvolvimento e Classes Hospitalares	DAI-1	1
Gerência de Atendimento Educacional Especializado	Gerente de Atendimento Educacional Especializado	DAI-1	1
Diretoria de Desenvolvimento de Competências Socioemocionais	Diretor de Desenvolvimento de Competências Socioemocionais	DAS-4	1
Gerência de Medição Escolar, Cultura de Paz e Direitos Humanos	Gerente de Medição Escolar, Cultura de Paz e Direitos Humanos	DAI-1	1
Gerência de Desenvolvimento Socioemocional	Gerente de Desenvolvimento Socioemocional	DAI-1	1
Diretoria de Políticas Educacionais e Parcerias com os Municipais	Diretor de Políticas Educacionais e Parcerias com os Municipais	DAS-4	1
Gerência de Monitoramento das Políticas Educacionais nos Municípios	Gerente de Monitoramento das Políticas Educacionais nos Municípios	DAI-1	1
Gerência de Monitoramento das Condições Pedagógicas do ICMS Educacionais	Gerente de Monitoramento das Condições Pedagógicas do ICMS Educacionais	DAI-1	1

Fonte: ANEXO II à Instrução Normativa Nº 15, de 22 de dezembro de 2023.

No quadro anterior, verificamos que as 13 Superintendências Regionais de Educação têm um total geral de 1.165 servidores, sendo as três maiores Araguaína com 124, Gurupi com 119 e a capital Palmas com 115 servidores e as menores Arraias, Colinas do Tocantins, Dianópolis e Guaraí com uma média aproximada de 70 profissionais, distribuídos em 38 funções.

O Diário Oficial 6346, de 12 de junho de 2023, apresenta a Medida Provisória da

mesma data, que “Altera os Anexos II e IV da Lei no 3.421, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.” (TOCANTINS, Diário Oficial, 2023, p. 1).

Na observação do Quadro de Lotação da Seduc, constata-se que as Superintendências não são normatizadas com quantitativo de pessoal para as respectivas funções. Diferentemente da organização das Superintendências Regionais e Escolas, na Seduc são especificados apenas os setores/departamentos de cada Superintendência que constitui o órgão.

Quadro 24 - Lotação da SEDUC

DENOMINAÇÃO DA UNIDADE	RELAÇÃO DE CARGOS	Símbolo	Quant.
Gabinete do Secretário	Secretário	DAS-1	1
Gabinete do Secretário Executivo	Secretário Executivo	DAS-2	1
Assessoria de Gabinete I	Assessor de Gabinete I	DAS-3	4
Assessoria de Gabinete II	Assessor de Gabinete II	DAS-4	4
Assessoria de Gabinete III	Assessor de Gabinete III	DAS-5	4
Chefia de Apoio ao Gabinete	Chefe de Apoio ao Gabinete	DAS-4	1
Secretaria-Geral	Secretário-Geral	DAI-1	2
Ouvidoria Geral	Ouvidor Geral	DAI-1	1
Diretoria de Planejamento, Estudos e Projetos	Diretor de Planejamento, Estudos e Projetos	DAS-4	1
Gerência de Execução e Acompanhamento do PROFE e dos Planos Pluri Anual (PPA), de Ações Articuladas (PAR) e Estadual de Educação (PEE)	Gerente de Execução e Acompanhamento do PROFE e dos Planos Pluri Anual (PPA), de Ações Articuladas (PAR) e Estadual de Educação (PEE)	DAI-1	1
Gerência de Elaboração de Estudos, Projetos e Termos de Referência	Gerente de Elaboração de Estudos, Projetos e Termos de Referência	DAI-1	1
Diretoria de Orçamento e Controle de Gestão	Diretor de Orçamento e Controle de Gestão	DAS-4	1
Gerência de Orçamento	Gerente de Orçamento	DAI-1	1
Gerência de Acompanhamento Processual	Gerente de Acompanhamento Processual	DAI-1	1
Diretoria de Comunicação	Diretor de Comunicação	DAS-4	1
Gerência de Jornalismo	Gerente de Jornalismo	DAI-1	1
Gerência de Publicidade & Mídias Sociais	Gerente de Publicidade & Mídias Sociais	DAI-1	1

Gerência de Cerimonial	Gerente de Cerimonial	DAI-1	1
Gerência de Áudio Visual	Gerente de Áudio Visual	DAI-1	1
Superintendência Regional de Educação II	Superintendente Regional de Educação II	DAS-4	3
Diretoria de Unidade Escolar	Diretor de Unidade Escolar	DAS-6	85
Superintendência Jurídica	Superintendente Jurídico	DAS-3	1
Diretoria de Processos Administrativos	Diretor de Processos Administrativos	DAS-4	1
Gerência de Procedimentos Administrativos e Disciplinares	Gerente de Procedimentos Administrativos e Disciplinares	DAI-1	1
Gerência de Procedimentos Administrativos e Judiciais	Gerente de Procedimentos Administrativos e Judiciais	DAI-1	1
Diretoria de Contencioso e Acompanhamento de Atos Regulatórios	Diretor de Contencioso e Acompanhamento de Atos Regulatórios	DAS-4	1
Gerência de Contencioso	Gerente de Contencioso	DAI-1	1
Gerência de Acompanhamento de Atos Regulatórios	Gerente de Acompanhamento de Atos Regulatórios	DAI-1	1
Superintendência de Licitações	Superintendente de Licitações	DAS-3	1
Diretoria de Licitação	Diretor de Licitação	DAS-4	1
Diretoria de Contratações Diretas e Apoio a Associações Escolares	Diretor de Contratações Diretas e Apoio a Associações Escolares	DAS-4	1
Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoal	Superintendente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoal	DAS-3	1
Diretoria de Gestão de Pessoal	Diretor de Gestão de Pessoal	DAS-4	1
Gerência de Avaliação de Desempenho	Gerente de Avaliação de Desempenho	DAI-1	1
Gerência de Informações Funcionais	Gerente de Informações Funcionais	DAI-1	1
Gerência de Atenção ao Bem Estar dos Profissionais da Educação	Gerente de Atenção ao Bem Estar dos Profissionais da Educação	DAI-1	1
Diretoria de Provimento e Folha de Pagamento	Diretor de Provimento e Folha de Pagamento	DAS-4	1
Gerência de Folha de Pagamento	Gerente de Folha de Pagamento	DAI-1	1
Gerência de Lotação e Movimentação	Gerente de Lotação e Movimentação	DAI-1	1

Gerência de Auditoria da Gestão de Pessoal	Gerente de Auditoria da Gestão de Pessoal	DAI-1	1
Superintendência de Administração, Obras e Infraestrutura	Superintendente de Administração, Obras e Infraestrutura	DAS-3	1
Diretoria de Administração	Diretor de Administração	DAS-4	1
Gerência de Compras	Gerente de Compras	DAI-1	1
Gerência Geral de Administração	Gerente Geral de Administração	DAI-1	1
Gerência de Logística e Transportes	Gerente de Logística e Transportes	DAI-1	1
Gerência de Suporte Setorial em Informática	Gerente de Suporte Setorial em Informática	DAI-1	1
Diretoria de Bens e Serviços	Diretor de Bens e Serviços	DAS-4	1
Gerência de Patrimônio	Gerente de Patrimônio	DAI-1	1
Gerência de Almoxarifado	Gerente de Almoxarifado	DAI-1	1
Gerência de Protocolo	Gerente de Protocolo	DAI-1	1
Gerência de Arquivo Central	Gerente de Arquivo Central	DAI-1	1
Diretoria de Infraestrutura e Obras	Diretor de Infraestrutura e Obras	DAS-4	1
Gerência de Gestão de Obras	Gerente de Gestão de Obras	DAI-1	1
Gerência de Fiscalização	Gerente de Fiscalização	DAI-1	1
Gerência de Estudos e Projetos de Infraestrutura	Gerente de Estudos e Projetos de Infraestrutura	DAI-1	1
Gerência de Planejamento e Inovação	Gerente de Planejamento e Inovação	DAI-1	1
Diretoria de Apoio às Escolas	Diretor de Apoio às Escolas	DAS-4	1
Gerência de Transporte Escolar	Gerente de Transporte Escolar	DAI-1	1
Gerência de Alimentação Escolar	Gerente de Alimentação Escolar	DAI-1	1
Gerência de Mobiliário Escolar	Gerente de Mobiliário Escolar	DAI-1	1
Superintendência de Finanças	Superintendente de Finanças	DAS-3	1
Diretoria de Finanças	Diretor de Finanças	DAS-4	1
Gerência de Execução Financeira e Orçamentária	Gerente de Execução Financeira e Orçamentária	DAI-1	1
Gerência de Diárias	Gerente de Diárias	DAI-1	1

Diretoria de Contabilidade	Diretor de Contabilidade	DAS-4	1
Gerência de SIOPE e Demonstrativos Contábeis	Gerente de SIOPE e Demonstrativos Contábeis	DAI-1	1
Gerência de SIAFE e Movimentações de Regularidade Fiscal	Gerente de SIAFE e Movimentações de Regularidade Fiscal	DAI-1	1
Diretoria de Prestação de Contas	Diretor de Prestação de Contas	DAS-4	1
Gerência de Prestação de Contas de Convênios Estaduais	Gerente de Prestação de Contas de Convênios Estaduais	DAI-1	1
Gerência de Prestação de Contas de Convênios Federais	Gerente de Prestação de Contas de Convênios Federais	DAI-1	1
Diretoria do ICMS Educacional	Diretor do ICMS Educacional	DAS-4	1
Gerência de Análise e Gestão do ICMS Educacional	Gerente de Análise e Gestão do ICMS Educacional	DAI-1	1
Gerência de Monitoramento e Transparência do ICMS Educacional	Gerente de Monitoramento e Transparência do ICMS Educacional	DAI-1	1
Diretoria de Contratos e Convênios	Diretor de Contratos e Convênios	DAS-4	1
Gerência de Contratos	Gerente de Contratos	DAI-1	1
Gerência de Convênios Estaduais	Gerente de Convênios Estaduais	DAI-1	1
Gerência de Convênios Federais	Gerente de Convênios Federais	DAI-1	1
Superintendência de Desporto Escolar	Superintendente de Desporto Escolar	DAS-3	1
Diretoria de Lazer, Cultura e Desporto Escolar	Diretor de Lazer, Cultura e Desporto Escolar	DAS-4	1
Gerência de Assessoramento e Execução de Eventos Esportivos e Paradesportivos	Gerente de Assessoramento e Execução de Eventos Esportivos e Paradesportivos	DAI-1	1
Gerência de Arte e Manifestações Culturais	Gerente de Arte e Manifestações Culturais	DAI-1	1
Diretoria Administrativa de Desporto Escolar	Diretor Administrativo de Desporto Escolar	DAS-4	1
Gerência de Formação de Desporto e Paradesporto Educacional	Gerente de Formação de Desporto e Paradesporto Educacional	DAI-1	1
Gerência de Programas e Projetos de Desporto Educacional	Gerente de Programas e Projetos de Desporto Educacional	DAI-1	1
Superintendência de Educação Científica, Tecnológica e Profissional	Superintendente de Educação Científica, Tecnológica e Profissional	DAS-3	1

Diretoria de Formação Inicial e Continuada	Diretor de Formação Inicial e Continuada	DAS-4	1
Gerência de Política de Formação Inicial dos Profissionais da Educação	Gerente de Política de Formação Inicial dos Profissionais da Educação	DAI-1	1
Gerência de Formação Continuada dos Profissionais da Educação	Gerente de Formação Continuada dos Profissionais da Educação	DAI-1	1
Diretoria de Tecnologia e Inovação Educacional	Diretor de Tecnologia e Inovação Educacional	DAS-4	1
Gerência de Sistematização da Educação Híbrida e a Distância	Gerente de Sistematização da Educação Híbrida e a Distância	DAI-1	1
Gerência de Mídias Educacionais e Acompanhamento aos Centros de Mídia	Gerente de Mídias Educacionais e Acompanhamento aos Centros de Mídia	DAI-1	1
Gerência de Design e Produção de Recursos Educacionais	Gerente de Design e Produção de Recursos Educacionais	DAI-1	1
Diretoria de Tecnologia da Informação	Diretor de Tecnologia da Informação	DAS-4	1
Gerência de Sistemas	Gerente de Sistemas	DAI-1	1
Gerência de Análise de Dados e Soluções em Gestão	Gerente de Análise de Dados e Soluções em Gestão	DAI-1	1
Gerência de Apoio ao Usuário e Suporte Técnico	Gerente de Apoio ao Usuário e Suporte Técnico	DAI-1	1
Gerência de Segurança de Rede	Gerente de Segurança de Rede	DAI-1	1
Superintendência de Educação Básica	Superintendente de Educação Básica	DAS-3	1
Diretoria de Gestão Pedagógica	Diretor de Gestão Pedagógica	DAS-4	1
Gerência de Ensino Fundamental	Gerente de Ensino Fundamental	DAI-1	1
Gerência de Ensino Médio	Gerente de Ensino Médio	DAI-1	1
Gerência de Educação Profissional	Gerente de Educação Profissional	DAI-1	1
Gerência de Apoio ao Protagonismo Juvenil	Gerente de Apoio ao Protagonismo Juvenil	DAI-1	1
Diretoria de Gestão Escolar	Diretor de Gestão Escolar	DAS-4	1
Gerência de Fortalecimento da Gestão Democrática e Apoio Pedagógico	Gerente de Fortalecimento da Gestão Democrática e Apoio Pedagógico	DAI-1	1
Gerência de Legislação, Normatização, Certificação e Inspeção Escolar	Gerente de Legislação, Normatização, Certificação e Inspeção Escolar	DAI-1	1

Gerência de Desenvolvimento e Monitoramento Pedagógico	Gerente de Desenvolvimento e Monitoramento Pedagógico	DAI-1	1
Gerência de Sistematização e Gerenciamento Escolar	Gerente de Sistematização e Gerenciamento Escolar	DAI-1	1
Gerência de Estatística e Censo Escolar	Gerente de Estatística e Censo Escolar	DAI-1	1
Diretoria de Currículo e Avaliação da Aprendizagem	Diretor de Currículo e Avaliação da Aprendizagem	DAS-4	1
Gerência de Elaboração de Itens e Análise dos Resultados de Avaliação e Indicadores Educacionais	Gerente de Elaboração de Itens e Análise dos Resultados de Avaliação e Indicadores Educacionais	DAI-1	1
Gerência de Currículo	Gerente de Currículo	DAI-1	1
Gerência de Programas e Projetos Pedagógicos	Gerente de Programas e Projetos Pedagógicos	DAI-1	1
Diretoria de Educação Integral e Jornada Ampliada	Diretor de Educação Integral e Jornada Ampliada	DAS-4	1
Gerência de Desenvolvimento das Políticas de Educação Integral e Jornada Ampliada	Gerente de Desenvolvimento das Políticas de Educação Integral e Jornada Ampliada	DAI-1	1
Gerência de Assessoramento e Monitoramento do Ensino Integral	Gerente de Assessoramento e Monitoramento do Ensino Integral	DAI-1	1
Superintendência de Políticas Educacionais	Superintendente de Políticas Educacionais	DAS-3	1
Diretoria de Modalidades Educacionais	Diretor de Modalidades Educacionais	DAS-4	1
Gerência da Educação Cívico Militar	Gerente da Educação Cívico Militar	DAI-1	1
Gerência da Educação de Jovens e Adultos	Gerente da Educação de Jovens e Adultos	DAI-1	1
Gerência da Educação Socioeducativa e do Sistema Prisional	Gerente da Educação Socioeducativa e do Sistema Prisional	DAI-1	1
Diretoria de Educação dos Povos Originários e Tradicionais	Diretor de Educação dos Povos Originários e Tradicionais	DAS-4	1
Gerência de Educação Indígena	Gerente de Educação Indígena	DAI-1	1
Gerência dos Povos Tradicionais e Educação do Campo	Gerente dos Povos Tradicionais e Educação do Campo	DAI-1	1
Diretoria de Educação Inclusiva e Acessibilidade	Diretor de Educação Inclusiva e Acessibilidade	DAS-4	1
Gerência de Educação Bilíngue de Surdos	Gerente de Educação Bilíngue de Surdos	DAI-1	1

Gerência de Educação para os Transtornos de Neurodesenvolvimento e Classes Hospitalares	Gerente de Educação para os Transtornos de Neurodesenvolvimento e Classes Hospitalares	DAI-1	1
Gerência de Atendimento Educacional Especializado	Gerente de Atendimento Educacional Especializado	DAI-1	1
Diretoria de Desenvolvimento de Competências Socioemocionais	Diretor de Desenvolvimento de Competências Socioemocionais	DAS-4	1
Gerência de Medição Escolar, Cultura de Paz e Direitos Humanos	Gerente de Medição Escolar, Cultura de Paz e Direitos Humanos	DAI-1	1
Gerência de Desenvolvimento Socioemocional	Gerente de Desenvolvimento Socioemocional	DAI-1	1
Diretoria de Políticas Educacionais e Parcerias com os Municipais	Diretor de Políticas Educacionais e Parcerias com os Municipais	DAS-4	1
Gerência de Monitoramento das Políticas Educacionais nos Municípios	Gerente de Monitoramento das Políticas Educacionais nos Municípios	DAI-1	1
Gerência de Monitoramento das Condições Pedagógicas do ICMS Educacionais	Gerente de Monitoramento das Condições Pedagógicas do ICMS Educacionais	DAI-1	1

Fonte: ANEXO II à Instrução Normativa Nº 15, de 22 de dezembro de 2023.

Diante da análise dos quadros de pessoal das 13 Superintendências Regionais de Educação e da Seduc-TO, que somados reúnem mais de duas mil pessoas, a nossa pesquisa questiona: esses profissionais, com as diversas formações acadêmicas na área da educação, não têm condições de pensar e implementar uma política pública educacional para o Estado do Tocantins, mediante uma consulta pública com a participação de diretores, coordenadores pedagógicos, professores, estudantes e pais? Há realmente necessidade do SEE-TO ficar subordinado às orientações dos APH da classe dominante burguesa, como os Institutos Lemann, IAS, ISG, IN, ICE?

O site do IBGE, ano base 2021 do Censo Escolar do Território do Estado do Tocantins, registra 67.256 estudantes matriculados na Educação Infantil, sendo 27.311 na Creche; 39.945 na Pré-Escola; 227.743 no Ensino Fundamental; 68.479 no Ensino Médio. Desse total, aproximadamente, 155 mil, ou 40,6%, são estudantes matriculados no SEE-TO. No total de matrículas no Estado, 90,3% são da rede pública e 9,7% são da rede privada.

Em relação às escolas, dados do Censo Escolar da Educação Básica (2021) e do Panorama da Educação do Estado do Tocantins (2023) registram 776 do Ensino Infantil, sendo 392 Creches e 722 Pré-Escolas; 1.247 escolas do Ensino Fundamental, sendo 979 dos anos iniciais e 677 dos anos finais; e 347 escolas do Ensino Médio, destas 503 são do SEE-TO, ou seja, 31,3%. No tocante aos professores, 4.230 atuam no Ensino Infantil, sendo 2.027 na

Creche e 2.419 na Pré-Escola; 12.118 no Ensino Fundamental, destes 5.982 dos anos iniciais e 7.050 dos anos finais; e 4.863 do Ensino Médio, destes, aproximadamente, 7.800 são vinculados à rede estadual, com uma porcentagem de 35,9%.

4.3 A MATERIALIZAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES NEOLIBERAIS NO SISTEMA ESTADUAL DO TOCANTINS

Conforme anunciado anteriormente, as políticas públicas educacionais específicas do SEE-TO fazem parte de um movimento maior, definido sob as orientações neoliberais, com destaque para os Organismos Multilaterais. Assim, desde a redefinição do Estado brasileiro nos anos 1990, especialmente, a partir do Plano Diretor do Aparelho de Estado (PDRAE) (Brasil, 1995), da Emenda Constitucional (EC) nº 19/1998 e da Lei Complementar nº 101/2000, chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, que fundamenta a opção pelo Estado Mínimo e a concessão legal de transferências de recursos públicos a entidades privadas via os contratos de gestão, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), acirra-se um movimento marcando essa maior relação do setor público com a iniciativa privada (Peroni, 1999 e 2015; Adrião, 2022). Essa base legal é reconhecida como três dos mais relevantes mecanismos para a participação privada no planejamento, definição, implementação e avaliação das políticas sociais em geral e da educação pública em particular (Adrião, 2018; 2022).

De modo mais específico, outros mecanismos têm contribuído para normatizar e instrumentalizar a expansão do protagonismo do setor privado na condução das políticas públicas no tocante à gestão, currículo e oferta educacionais no Brasil e, conseqüentemente, no Estado do Tocantins (Santos, 2019). Nesse diapasão, podemos citar: Lei das Organizações Sociais (OS) nº 9.637/1998 (Brasil, 1998); Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) nº 9.790/1999 (Brasil, 1999); Documento Gestão Pública para um País de Todos, Plano de Gestão do Governo Lula de 2003 (Brasil, 2003); Lei nº 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública (Brasil, 2004).

Ao normatizar e instrumentalizar a participação da iniciativa privada na direção e execução das políticas públicas educacionais, esse movimento consagra um novo regime de contratação administrativa pelo qual o poder público, as chamadas Parcerias Público-Privadas (PPP), via contratos administrativos de concessão, ao permitir que serviços ou obras públicas,

incluindo a infraestrutura das escolas e outros serviços escolares, sejam transferidos para o setor privado lucrativo por meio de concorrência que preveja a participação de grupos internacionais. (Santos, 2019).

Assim, entendemos que o PDRAE e as leis e emendas constitucionais foram criadas e implementadas alinhadas às orientações neoliberais, com ênfase para a atuação e influência dos Organismos Multilaterais. Em sintonia com essa política nacional e internacional, o SEE-TO passa a definir a sua política educacional a partir do estabelecimento de estreitas relações com Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa, materializadas em Termos de Acordos de Cooperação, com fortes evidências de privatização da gestão da educação pública.

4.3.1 A pesquisa documental na Seduc-TO: processos, mecanismos estratégias de privatização

Para a pesquisa documental na Seduc-TO, elencamos organizações específicas e o documento Acordo de Cooperação como elementos da investigação em razão da maior incidência e abrangência nas distintas Regiões, Estados e Municípios brasileiros e, especificamente, no Tocantins, no contexto de implementação do PEE-TO/2015-2025, conforme Adrião (2022); Peroni (1999; 2015); Peroni e Garcia (2020); Garcia e Adrião (2018); Venco, Bertagna e Garcia (Vol. 2/2021 e Vol. 3/2022); Santos (2019).

Iniciamos o levantamento documental no Tocantins no dia 16 de maio de 2022, solicitando ao Secretário Estadual de Educação do Tocantins, Prof. Me. Fábio Pereira Vaz, via ofício (SGD 2022/27009/54925), a disponibilidade de documentos referentes aos acordos de cooperação celebrados entre a Seduc-TO e a iniciativa privada (institutos, fundações e consultorias) a saber: Seduc e Instituto Ayrton Senna (IAS); Seduc e Instituto Lemann; Seduc e Instituto Itaú; Seduc e Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE); Seduc e Instituto Natura (IN); Seduc e Instituto Sonho Grande (ISG), Seduc e Editora Moderna, entre outros.

Fomos orientados a procurar o Setor Diretoria de Contratos e Convênios da Seduc-TO, quando recebemos documentos impressos dos acordos de cooperação estabelecidos entre a Secretaria e o Instituto Ayrton Senna (Tocantins, 2017; 2021); o Instituto Lemann (Tocantins, 2018); o Instituto Sonho Grande, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação e Instituto Natura (Tocantins, 2017; 2021). Na oportunidade, não recebemos documentos

referentes às relações estabelecidas com o Instituto Itaú e a Editora Moderna, mas fomos informados de que não se encontravam no setor Diretoria de Contratos e Convênios.

No período de vigência do PEE-TO a Seduc-TO assinou os seguintes Termos de Acordo de Cooperação:

- em 2017, o Acordo de Cooperação nº 001 (Tocantins, 2017) com o IAS, tendo por escopo alcançar as metas 1, 2, 5 e 7 do Plano Nacional de Educação (PNE/2014) (Brasil, 2014); e nº 02 (Tocantins, 2017) com o ISN, IN e ICE, com vigência de 36 meses, objetivando atingir as metas 3, 6, 7 e 19 do PNE.
- em 2018, o Acordo de Cooperação nº 003 (Tocantins, 2018), com o Instituto Lemann, com o objetivo de realizar a formação de 269 diretores escolares e 269 coordenadores pedagógicos, com o curso Gestão Escolar: desafios e perspectivas para a Efetivação da Autonomia na Gestão Democrática da Escola, no âmbito do Programa “Estrada do Conhecimento”;
- em 2021, novo Acordo de Cooperação com o IAS – Programa Volta ao Novo, sob o nº 13 (Tocantins, 2021), com o objetivo de promover formação das competências socioemocionais, para técnicos da Secretaria, gestores e professores; e nº 06 (Tocantins, 2021) com o ISN, IN e ICE, com vigência de 36 meses, objetivando atingir as metas 3, 6, 7 e 19 do PNE.
- Em 4 de setembro de 2024, o Diário Oficial do Estado do Tocantins, Nº 6648, revela o Extrato de Cooperação, sob o Nº 13/2024, em que estabelece Acordo de Cooperação entre a Seduc-TO e os Institutos Natura e Sonho Grande, com o objetivo executar um conjunto e de projetos, com vistas a auxiliar a Secretaria na continuidade, aprimoramento e expansão do programa de ensino em tempo integral, incluindo todas as modalidades de ensino da educação básica, conforme especificações contidas neste instrumento, no Plano de Trabalho e nos demais anexos previamente aprovados pelas Partes, que constituirão parte integrante deste Acordo para todos os fins de direito. A vigência é de 30/08/2024 até 30/08/2028.
- O Extrato de Acordo de Cooperação, sob o Nº 12/2024, presente no Diário Oficial do Estado do Tocantins, Nº 6664 de 26 de setembro de 2024, estabelece Acordo de Cooperação entre a Seduc-TO e os Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa: **Natura, Associação Bem Comum e Fundação Lemann**, com o objetivo de apoiar o Estado na implementação de regime de colaboração com seus municípios por meio do Programa de Colaboração, visando a melhoria da aprendizagem dos estudantes durante os

anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase na alfabetização das crianças, com de 20/09/2024 até 20/09/2027.

Como continuidade da pesquisa documental, para além dos documentos recebidos da Diretoria de Contratos e Convênios da Seduc-TO, realizamos um levantamento nos diários oficiais do Estado, tendo em vista a possibilidade de encontrar outros Acordos de Cooperação com o setor privado. Assim, ao organizarmos o conjunto de documentos, tanto os disponibilizados pela Secretaria quanto os encontrados nos diários oficiais, verificamos que, no período de vigência do PEE-TO (2015-2025), a Seduc-TO assinou Termos de Acordos de Cooperação com aparelhos privados de hegemonia da classe dominante burguesa e estabeleceu relações mercantis com empresas privadas, conforme apresentamos no quadro a seguir.

Quadro 25 - Documentos estaduais analisados: relação e fontes

Documento Estadual	Descrição do documento	Fonte
Portaria SEDUC Nº 1018, de 06 de abril de 2017.	Declara inexigibilidade de licitação para contratação de empresa para aquisição de materiais para os profissionais, alunos e unidades escolares que foram contemplados com os programas SE LIGA TOCANTINS, ACELERA BRASIL E CIRCUITO CAMPEÃO , no valor de R\$ 1.240.348,10 (um milhão, duzentos e quarenta mil, trezentos e quarenta e oito reais e dez centavos), conforme termo de referência, às fls. 08-16 do processo administrativo nº 2017/27000/007179	Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.845 de 11 de abril de 2017
Portaria SEDUC Nº 1047, de 10 de abril de 2017.	Dispensa de licitação visando atender despesa com locação de 12 salas para formação dos profissionais que atuarão nos Programas Se Liga Tocantins, Acelera Brasil e Circuito Campeão, em parceria com o Instituto Ayrton Senna	Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.845 de 11 de abril de 2017
Retificação de extrato de contrato	Retifica-se o Extrato do Contrato nº 017/2015, referente ao Processo nº 2014/27000/004388, publicado no Diário Oficial do Estado nº 4.444, de 25 de agosto de 2015. Altera vigência do Contrato de 06(seis) para 18(dezoito) meses.	Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.853 de 25 de abril de 2017
Portaria SEDUC Nº 1324, de 5 de maio de 2017	Designar servidores para exercerem o cargo de Fiscal do Contrato, Nº 018/2017, em que a Seduc contrata a empresa GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA, com o objeto de “aquisição do material dos Programas “Se Liga Tocantins” e “Acelera Brasil” que será distribuído aos professores em parceria com o Instituto Ayrton Senna” Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.845 de 11 de abril de 2017	Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.863 de 10 de maio de 2017
Extrato do Termo Acordo de Cooperação Nº 001	Acordo de Cooperação tem como escopo a reunião de esforços e competências entre os parceiros para que as metas do Plano Nacional de Educação acima referidas, sejam alcançadas pelo ESTADO, através da implementação e realização das ações,	Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.864, de 11 de maio de 2017

Documento Estadual	Descrição do documento	Fonte
	inclusive a execução dos Programas: Programa se Liga, Programa Acelera e Programa Circuito Campeão . Objeto: implementação e realização das ações, inclusive a execução dos Programas: Programa se Liga, Programa Acelera e Programa Circuito Campeão.	
Portaria SEDUC Nº 1507, de 2 de maio de 2017	Inexigibilidade de licitação para contratação de empresa para concessão de licença para uso do Sistema Instituto Ayrton Senna de Informações - Gestão de Programas - SIASI-GP, que servirá como gerenciamento dos Programas Se Liga, Acelera Brasil e Circuito Campeão , no valor de R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais), conforme Processo administrativo nº 2017/27000/001119	Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.875, de 26 de maio de 2017
Portaria SEDUC Nº 1683, de 29 de maio de 2017	Designa servidores para exercerem o cargo de Fiscal do Contrato Nº 026/2017-AUGE TECNOLOGIA E SISTEMA LTDA - concessão do direito de uso de licença do software SIASI - GP: SISTEMA INSTITUTO AYRTON SENNA DE INFORMAÇÕES - GESTÃO DE PROGRAMAS , doravante denominado, simplesmente, “SISTEMA”, cuja descrição e especificação encontram-se no Anexo I. Prestação de serviços de manutenção do SISTEMA. Prestação de serviços de suporte técnico à operação do SISTEMA.	Diário Oficial do dia 1º de junho de 2017, sob o Nº 4.879
Extrato do Termo de Cooperação Nº 002/2017	Termo de Cooperação entre Seduc-TO e Instituto Sonho Grande, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação e Instituto Natura .	Diário Oficial Nº 4.888 de 14 de junho de 2017
Portaria SEDUC Nº 4319, de 19 de dezembro de 2017	Dispõe sobre o funcionamento dos Programas Se Liga Tocantins e Acelera Brasil com o objetivo de promover a aprendizagem dos alunos com dois ou mais anos de distorção idade/ano, na faixa etária de 9 a 14 anos, matriculados nas turmas do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, visando o sucesso do aluno e a correção do fluxo escolar.	Diário Oficial do Estado do Tocantins, Nº 5.018, 26 de dezembro de 2017
Portaria SEDUC Nº996, de 03 de abril de 2018	Declara a dispensa de licitação para contratar a empresa GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA, para aquisição de livros para os professores dos Programas de Correção de Fluxo - Se Liga e Acelera Brasil , da parceria com o Instituto Ayrton Senna no valor de R\$ 2.859,50.	Diário Oficial Nº 5.086, do dia 08 de abril de 2018
Portaria SEDUC Nº 1436 de 10 de maio de 2018	Declara a inexigibilidade de licitação para contratar a empresa GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA, para aquisição de Material Didático dos Programas Se Liga Tocantins e Acelera Brasil da parceria com o Instituto Ayrton Senna , no valor de R\$ 128.110,00 (cento e vinte e oito mil e cento e dez reais), conforme Termo de Referência, às fls. 03 a 08 do Processo administrativo nº 2018/27000/000223.	Diário Oficial do Estado, Nº 5.112, 15 de maio de 2018
Termo de Cooperação Técnica Nº 003/2018 de 30 de maio de 2018	Promover formação continuada para 269 diretores escolares e 269 coordenadores pedagógicos, com o curso Gestão Escolar: desafios e perspectivas para a Efetivação da Autonomia na Gestão Democrática da Escola, no âmbito do Programa “Estrada do Conhecimento/Banco Mundial .	-

Documento Estadual	Descrição do documento	Fonte
Extrato de Contrato, Nº 023/2018	Contrata a empresa GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA , pelo valor de R\$ 128.110,00 (cento e vinte e oito mil, cento e dez reais).	Diário Oficial Nº 5.131 de 12 de junho de 2018
Portaria SEDUC Nº 1899, de 14 de junho de 2018	Designa servidores para Fiscal de Contrato, Processo: 2018/27000/000223, Número do Contrato: 023/2018, com a empresa GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA, em que o mesmo estabelece as condições gerais para aquisição de material: livros (módulos) para atender os alunos dos programas, Se Liga e Acelera Brasil da parceria com o Instituto Ayrton Senna , conforme especificações e quantidades constantes no item 3 do Termo de Referência e proposta da empresa fls. 05 e 09 do processo 2018/27000/000223.	Diário Oficial Nº 5.136 de 19 de junho de 2018
Extrato do Acordo de Cooperação Nº 06/2021 assinado em 15 de março de 2021	Renova a continuidade do Acordo de Cooperação de 2017, entre a Seduc-TO, o Instituto Sonho Grande, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação e Instituto Natura , com o objeto de execução de um conjunto de projetos que auxiliem a secretaria na continuidade e no aprimoramento do programa de ensino em tempo integral.	Diário Oficial Nº 5815 de dia 25 de março de 2021
Extrato de Acordo de Cooperação, sob o Nº 13/2021	Estabelece novo Acordo de Cooperação com o IAS – Programa Volta ao Novo , a valer até 31/08/2021, com o objetivo de promover formação das competências socioemocionais, para técnicos da Secretaria, gestores e professores. Em 31 de agosto de 2021 esse Acordo de Cooperação foi renovado até 31 de dezembro de 2021, com a justificativa de atingir o objetivo proposto.	Diário Oficial do Estado do Tocantins, Nº 5852 de 25 de maio de 2021
Extrato de Acordo de Cooperação, sob o Nº 13/2024	Estabelece Acordo de Cooperação com Instituto Natura e Instituto Sonho Grande , com o objetivo executar um conjunto e projetos (“Projetos”) voltados a auxiliar a Secretaria na continuidade, no aprimoramento e na expansão do programa de ensino em tempo integral, incluindo todas as modalidades de ensino da educação básica, conforme especificações contidas neste instrumento, no Plano de Trabalho e nos demais anexos previamente aprovados pelas Partes, que constituirão parte integrante deste Acordo para todos os fins de direito. A vigência é de 30/08/2024 até 30/08/2028.	Diário Oficial do Estado do Tocantins, Nº 6648 de 4 de setembro de 2024
Extrato de Acordo de Cooperação, sob o Nº 12/2024	Estabelece Acordo de Cooperação com Instituto Natura, Associação Bem Comum e Fundação Lemann , com o objetivo de apoiar o Estado na implementação de regime de colaboração com seus municípios por meio do Programa de Colaboração, visando a melhoria da aprendizagem dos estudantes durante os anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase na alfabetização das crianças. A vigência é de 20/09/2024 até 20/09/2027	Diário Oficial do Estado do Tocantins, Nº 6664 de 26 de setembro de 2024

Fonte: Elaborado pelo autor em 30/09/2024.

Este levantamento foi realizado nos Diários Oficiais do Tocantins, a partir da digitação dos termos: Instituto Ayrton Senna; Fundação Lemann, Instituto Sonho Grande, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação e Instituto Natura, relacionada aos Acordos de Cooperação estabelecidos entre a Seduc-TO e os referidos aparelhos privados de hegemonia no contexto de vigência do PEE-TO (2015-2025).

Conforme quadro anterior, constam 18 documentos publicados nos Diários Oficiais do Estado no período de 2017 a 2018, o que evidencia a influência dos Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa na condução e execução da política pública no Tocantins nas diferentes etapas e modalidades. A descrição dos documentos e objeto dos Acordos de Cooperação relacionam-se com a realização de programas e projetos, inexigibilidade de licitação, aquisição de materiais didáticos, livros e contratação de sistema de informações visando a implementação do processo formativo para professores, coordenadores pedagógicos e diretores de escolas.

Assim, observamos que nos Diários Oficiais constam ações de cooperação, para atender, em sua grande maioria, ao Instituto Ayrton Senna, nos Programas Se Liga Tocantins, Acelera Brasil e Circuito Campeão; e, ainda, aos Institutos Sonho Grande, de Corresponsabilidade pela Educação, Natura e Lemann. Esses são os Institutos com maior incidência no Estado no período de vigência do PEE-TO (2015-2025). Todavia, conforme consta no Diário Oficial nº 6664, de 26 de setembro de 2024, a Associação Bem Comum²⁴ alia-se aos Institutos Natura e Lemann como proponente do Acordo de Cooperação nº 12/2024, processo: 2024/27000/013393, visando a satisfação do seguinte objeto: “apoiar o Estado na implementação de regime de colaboração com seus municípios por meio do Programa de Colaboração, visando a melhoria da aprendizagem dos estudantes durante os anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase na alfabetização das crianças.” (Tocantins, 2024, p. 17).

Nos Acordos pactuados com os APH relacionados no Quadro acima, os objetos são formação continuada de técnicos da Secretaria, professores, diretores escolares, coordenadores pedagógicos, a aquisição de materiais livros (módulos) para atender os alunos dos programas, atendimento do programa de ensino em tempo integral, sobressaindo as dimensões da gestão, do currículo e do financiamento para a implementação dos Programas e

²⁴ A Associação Bem Comum não é objeto desta pesquisa, no sentido de um Aparelho Privado de Hegemonia da classe dominante burguesa influente, com incidência na definição e implementação das políticas públicas educacionais no Estado no período de execução do PEE-TO (2015-2025).

um papel puramente técnico e coadjuvante da Seduc-TO, enquanto aos atores privados cabe o papel intelectual e de gestor.

Portanto, a privatização da gestão educacional no SEE-TO, justificada no regime de colaboração e no cumprimento do PEE 2015-2025 e materializada nos supramencionados Acordos de Cooperação estabelecidos entre a Seduc-TO e Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa [Instituto Ayrton Senna (IAS); Fundação Lemann; Instituto Sonho Grande (ISG), Instituto Corresponsabilidade pela Educação (ICE), Instituto Natura (IN)], encontra-se conformada como política pública estadual em consonância com a política neoliberal nacional e internacional. Este é um processo não mais disfarçado, pois, atualmente, está escancarado e normatizado como política pública para o SEE-TO, uma vez que a Seduc compreendeu que a iniciativa privada apresenta as “melhores respostas” e entrega “tudo pronto” no tocante aos desafios da gestão educacional (Sistema), assim como dos processos de gestão, ensino e aprendizagem no âmbito da Escola.

Quadro 26 - Materialização da privatização da gestão educacional no Tocantins durante o período de vigência do PEE-TO: definição da política

Acordo/ano	Instituto	Objetivo	Categoria
Acordo de Cooperação nº 001/2017 (Tocantins, 2017)	IAS	Alcançar as metas 1 (EI), 2 (EF), 5 (A) e 7 (melhoria do fluxo e aprendizagem) do PNE	Gestão e currículo
Acordo de Cooperação nº 002/2017 (Tocantins, 2017)	ISN, IN e ICE	Atingir as metas 3 (taxa de matrícula do EM), 6 (ETI), 7 e 19 do PNE.	Gestão, currículo e oferta
Acordo de Cooperação nº 003/2018 (Tocantins, 2018)	Instituto Lemann	Realizar a formação de 269 diretores escolares e 269 coordenadores pedagógicos, com o curso Gestão Escolar: desafios e perspectivas para a Efetivação da Autonomia na Gestão Democrática da Escola (meta 19), no âmbito do Programa “Estrada do Conhecimento”	Gestão
Acordo de Cooperação nº 006/2021 (Tocantins, 2021)	ISN, IN e ICE	Atingir as metas 3, 6, 7 e 19 do PNE.	Gestão, currículo e oferta
Acordo de Cooperação nº 013/2021 (Tocantins, 2021)	IAS	Promover formação das competências socioemocionais, para técnicos da Secretaria, gestores e professores, no âmbito do Programa Volta ao Novo	Gestão

Acordo de Cooperação nº 013/2024 (Tocantins, 2024)	IN e ISG	Executar um conjunto e de projetos, com vistas a auxiliar a Secretaria na continuidade, aprimoramento e expansão do programa de ensino em tempo integral (meta 6), incluindo todas as modalidades de ensino da educação básica.	Gestão, currículo e oferta
--	----------	---	----------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor em 30/09/2024.

Os documentos analisados da sociedade política (governo = Seduc-TO) evidenciam uma realidade concreta, à medida que foram/são produzidos por sujeitos e instituições reais (e não abstratos), em um movimento de construção histórica. Com esta perspectiva, os nossos esforços em relação à pesquisa documental vão ao encontro do entendimento de Evangelista (2012, p. 58):

Entre as tarefas do pesquisador está a de envidar todos os esforços para encontrar fontes significativas. Não se desiste de uma trajetória de pesquisa sem que seja necessário. De outro lado, o pesquisador não pode dar conta de todas as fontes existentes. Escolhas são necessárias e devem obedecer a critérios derivados da intencionalidade da investigação. Sendo impossível ter acesso a todos os documentos que se relacionam ao tema, é fundamental que se possa encontrar e conhecer os que o determinam historicamente e sem os quais a pesquisa não avança em direção ao conhecimento.

Entendemos, igualmente, com Evangelista (2012, p. 63) sobre a importância de apreensão das intencionalidades dos documentos em uma investigação:

Documentos são produtos de informações selecionadas, de avaliações, de análises, de tendências, de recomendações, de proposições. Expressam e resultam de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos; são constituídos pelo e constituintes do momento histórico. Assim, ao se tratar de política é preciso ter clareza de que eles não expõem as “verdadeiras” intenções de seus autores e nem a “realidade”.

A mesma autora complementa sobre o papel dos intelectuais no desenvolvimento da pesquisa documental ao encontrar os sentidos, construir conhecimentos, desvelar projetos históricos:

Trata-se do papel posto para os intelectuais: encontrar o sentido dos documentos e com eles construir conhecimentos que permitam não apenas o entendimento da fonte, mas dos projetos históricos ali presentes e das perspectivas que – não raro obliteradas no texto – estão em litígio e disputa pelo conceito, pelo que define o mundo, pelo que constitui a história. Podemos afirmar que trabalhar com documentos significa aceder à história, à consciência do homem e às suas possibilidades de transformação (Evangelista, 2012, p. 59-60).

Com base nesta autora, compreendemos que para além da importância do pesquisador encontrar os documentos necessários para produção de conhecimentos, é mister contextualizá-los historicamente.

Nos documentos dos Acordos de Cooperação celebrados entre a Seduc e as organizações privadas, estas últimas estão todas definidas como *instituto*. Contudo, é importante esclarecer a distinção entre *instituto* e *fundação*, uma vez que nos respectivos *sites* das organizações privadas que constituem esta pesquisa, auto declaram-se como *institutos* o IAS, ISG, IN e ICE; e como *fundação*: a Fundação Lemann.

À luz da compreensão de Farias (2021), as fundações são, do ponto de vista da legislação, entidades jurídicas de direito privado sem fins de lucro. Nessa linha, para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012, p. 13), elas se enquadram, simultaneamente, nos cinco seguintes critérios:

a) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado; (b) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros –podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins; (c) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas; (d) auto administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e (e) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

Ainda tendo como referência o IBGE (2012, p. 13), “As fundações são criadas por um instituidor, mediante escritura pública ou testamento, a partir de uma dotação especial de bens livres, especificando a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.”

Na concepção de Sandroni (1999, p. 255) uma fundação significa:

Entidade jurídica sem finalidade lucrativa, destinada à prestação de serviços à coletividade. É criada por meio da constituição de um patrimônio — por doação ou testamento —, que é próprio e independente de indivíduos. A origem mais remota das fundações é a dotação instituída para a construção e manutenção da Biblioteca de Alexandria, no Egito helenístico. Mais tarde, tornou-se comum com o uso dos fundos de caridade levantados pela Igreja. As primeiras fundações brasileiras foram as Santas Casas de Misericórdia, criadas no período colonial e que visavam a fornecer assistência médica à população. Atualmente, o Brasil conta com numerosas fundações sustentadas por contribuições regulares do poder público, como a Fundação Getúlio Vargas (de estudos econômicos), a Fundação Padre Anchieta (mantenedora da TV Educativa do Estado de São Paulo) e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelos censos e índices econômicos oficiais. A lei estabelece normas para a criação das fundações, que são regidas por estatutos próprios, aprovados e fiscalizados pela Justiça.

Diferentemente, do termo *fundação* que encontra regramento no Capítulo III da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil Brasileiro, o termo *instituto* é uma designação genérica que pode ser aplicada a uma variedade de organizações com diferentes propósitos e estruturas jurídicas. No livro *Terceiro setor: regulação no Brasil*, Szazi (2006, p. 27) argumenta:

Situação diversa ocorre com os institutos, pois, embora o termo componha a razão social de entidades, não corresponde a uma espécie de pessoa jurídica, podendo ser utilizado por uma entidade governamental ou privada, lucrativa ou não lucrativa, constituída sob a forma de fundação (IBGE ou Fipe) ou de associação (por exemplo, Instituto Ayrton Senna). Usualmente, vemos o termo “instituto” associado a entidades dedicadas à educação e pesquisa ou à produção científica.

Dessa forma, os institutos podem ser definidos, juridicamente, como fundações ou associações e, portanto, podem assumir as especificidades e diferenças de ambas categorias. Sendo assim, importa elucidar que o Código Civil, no Art. 4º institui:

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I - as associações;

II - as sociedades;

III - as fundações.

IV - as organizações religiosas;

V - os partidos políticos.

§ 1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)

§ 2º As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)

§ 3º Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003) (Brasil, 2002).

Acerca do conceito do termo *associação*, Campinho (2018, p. 10-11) esclarece:

As associações são pessoas jurídicas de direito privado. Nesse gênero também se incluem as sociedades e as fundações, consoante o disposto no artigo 44 do Código Civil.

Diferencia-se a associação da fundação, porquanto esta última requer dotação especial de bens por meio de escritura pública ou disposição testamentária, para os fins delimitados pelo Código Civil, submetendo-se, por esse motivo, a regime jurídico especial e ao controle do Ministério Público.

(...)

Não se perfaz da conjugação de esforços pessoais para a consecução de objetivos comuns, tenham eles ou não conteúdo econômico. Com a sociedade, em sua versão pluripessoal, a associação apresenta traços de identificação, pois ambas exigem o concurso de esforços pessoais de seus integrantes para a realização de fins que lhes são comuns. Haverá, necessariamente, a combinação de esforços e/ou recursos de seus membros para lograrem atingir um objetivo comum.

O Código Civil define associação como a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos (artigo 53). Entretanto, o dispositivo reclama adequada interpretação. Nas associações, os seus componentes não visam à partilha de lucro, mas sim a realizar objetivos de natureza cultural, educacional, assistencial, recreativa, esportiva, filantrópica, entre outros, muitos deles revestidos de economicidade. Circunscrito nesse espírito é que vem a definição do Código Civil de que a associação não tem fim econômico. Isso não quer, logicamente, dizer que a pessoa jurídica não possa auferir rendimentos no desempenho de suas atividades, como, por exemplo, aquelas receitas decorrentes de prestação de serviços remunerados. O que vem obstado pelo ordenamento é que esse ganho remunere, na forma de lucro, o seu quadro social. Deve ser aplicado exclusivamente no desenvolvimento da própria atividade, ou seja, na realização dos fins da própria entidade.

Esta nossa pesquisa compreende os institutos e fundações como Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa. Ao analisar o papel das fundações, institutos e associações empresariais, Farias (2021, p. 736) assinala que essas organizações privadas:

compõem os aparelhos privados de hegemonia na concepção gramsciana que proliferaram nas primeiras décadas do século XXI para expandir, em larga escala e territorialmente, um certo tipo de sociabilidade burguesa que levou à mercantilização e mercadorização da educação escolar e seus sistemas de ensino, como estratégia de conformação da classe trabalhadora aos interesses do capital internacional. As formas de dominação burguesa empresarial, no contexto histórico, social, político e econômico das relações sociais do modo de produção capitalista, sob o comando do capital financeiro, é fenômeno que toma vulto expressivo.

À luz do entendimento de que esta pesquisa desenvolve-se na relação entre o singular e o universal, uma vez que a política pública educacional tocantinense é influenciada pelas diretrizes da política nacional e internacional, nas próximas subseções problematizamos as relações estabelecidas entre a Seduc-TO e os Aparelhos Privados de Hegemonias da classe dominante burguesa IAS, ISG, IN, ICE e a Fundação Lemann e como cada um se auto declara nos seus respectivos *sítios* eletrônicos na internet, assim como analisaremos o seu *modus operandi*, intelectuais orgânicos, campo de atuação, abrangência no território nacional (Estados e Municípios) e principais parceiros que participam das articulações, planejamento e implementação das políticas públicas educacionais. Diante da falta de atualização, transparência e publicização em relação à relatórios, evidências e documentos comprobatórios no tocante ao trabalho realizado pelas organizações privadas, esclarecemos que o levantamento foi feito, principalmente, por meio de fontes disponíveis em meio eletrônico.

4.4 A INFLUÊNCIA DO INSTITUTO AYRTON SENNA NA PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL NO SEE-TO

No período de implementação do PEE-TO, Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015, a Seduc-TO pactuou dois Termos de Acordos de Cooperação com o Instituto Ayrton Senna (IAS): o primeiro Acordo de Cooperação n.º 001 (Tocantins, 2017) foi pactuado em 2017, processo n.º 2016/27000/013556, relacionado no Diário Oficial do Estado do Tocantins n.º 4.864, de 11 de maio de 2017, com o objetivo definido de alcançar as metas 1, 2, 5 e 7 do Plano Nacional de Educação (PNE/2014) (Brasil, 2014); e o segundo em 2021, intitulado Programa Volta ao Novo, sob o nº 13 (Tocantins, 2021), processo nº 2021/27000/000308, consignado no Diário Oficial do Estado do Tocantins, nº 5852 de 25 de maio de 2021, com o objetivo de promover formação das competências socioemocionais, para técnicos da Secretaria, gestores e professores.

O Acordo de Cooperação nº 001 (Tocantins, 2017) foi pactuado para atender determinadas metas do PNE, conforme exposto no Campo 2 - Objeto do Acordo de Cooperação:

O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO tem como escopo a reunião de esforços e competências entre os PARCEIROS para que as metas do Plano Nacional de Educação acima referidas, sejam alcançadas pelo ESTADO, através da implementação e realização das ações, inclusive a execução dos PROGRAMAS no TERRITÓRIO, visando o interesse público e recíproco (Tocantins, 2017, p. 3).

Analisando, comparativamente, a consonância dessas metas, temos o exemplo da meta I da parceria: “Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade.” (TOCANTINS, 2017, p. 1). A meta I que consta no PNE/2014 define “Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.” (Brasil, 2014).

A análise mostra que a meta acordada na parceria entre a Seduc e o IAS não contempla a ampliação da oferta da educação infantil em creches, tendo em vista o atendimento de não menos que 50% das crianças até a idade de 3 (três) anos de idade durante a implementação do PNE (2014-2024).

A meta II da parceria, com base na meta 2 do PNE, é: “Garantir que pelo menos 95% dos alunos conclua o ensino fundamental na idade recomendada, até o último ano de vigência

do plano e abrangidos por força desta PARCERIA, comprometendo-se o ESTADO, para tanto, garantir que os alunos não atrasem a trajetória escolar nos anos iniciais.” (Tocantins, 2017, p. 1)

O conteúdo da meta 2 do PNE registra “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (Brasil, 2014).

Em relação à análise comparativa e consonância da meta 2, presente no Acordo de Cooperação, e a apresentada no PNE, a primeira não está comprometida com a universalização do Ensino Fundamental de 9 anos, dando a entender que se responsabiliza apenas para que 95% dos estudantes matriculados concluam a etapa na idade recomendada.

No Termo de Acordo de Cooperação, a meta III relaciona-se com a meta 5 do PNE, e estabelece: “Alfabetizar todas as crianças abrangidas por força dos projetos desenvolvidos nesta PARCERIA, no máximo, até o 3º ano do Ensino Fundamental.” (Tocantins, 2017, p. 1). Por outro lado, a meta 5 do PNE/2014 registra a seguinte redação: “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.” (Brasil, 2024). Diferentemente das demais, aqui há consonância entre o conteúdo da meta do Acordo e a do PNE, no tocante à alfabetização de todas as crianças até o 3º ano do Ensino Fundamental.

A meta IV do referido Acordo foi planejada a partir da meta 7 do PNE. Na parceria o conteúdo da meta é o seguinte: “Reduzir a distorção idade-série para 5%, fomentando a qualidade da educação básica, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.” (Tocantins, 2017, p. 1). Por outro lado, a meta do PNE apresenta a seguinte redação: “Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.” (Brasil, 2014).

Diferentemente do conteúdo da meta 7 do PNE, que tem como foco atingir médias nacionais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a meta IV do Acordo estabelece a necessidade de redução da distorção idade-série para 5%, portanto, dissonante da meta do PNE.

4.4.1 Sobre o IAS

No *site* do IAS, consta que o referido Instituto foi criado em 1994, após o falecimento do piloto de Fórmula 1, Ayrton Senna da Silva. O IAS, com mais de três décadas de atuação, vem influenciando na condução e execução das políticas públicas voltadas para a educação básica brasileira.

Na página intitulada *Quem Somos*, há uma autodeclaração de que o Instituto seja “uma organização sem fins lucrativos, que atua para que crianças, jovens e educadores desenvolvam seu potencial por meio da promoção de uma educação pública de qualidade”. No Relatório de 2018 (IAS, 2018, p. 2), a Presidente do IAS, Viviane Senna declarou:

O Instituto Ayrton Senna é uma organização não governamental sem fins lucrativos com 24 anos de atuação e uma só bandeira: **a melhoria da qualidade da educação brasileira**. Existimos para dar a crianças e jovens oportunidades de desenvolver seus potenciais por meio da educação. Produzimos conhecimento e experiências educacionais inovadoras capazes de inspirar práticas eficientes, capacitar educadores e propor políticas públicas com foco na **educação integral**. (Grifos nossos).

Conforme destacado por Adrião e Borghi (2023, p. 4), “a atuação na área educacional tem início logo após a criação do Instituto, com programas e ações realizadas principalmente em redes municipais e estaduais.” A partir de sua criação e mediante articulação com outras organizações privadas brasileiras e alinhada às propostas dos Organismos Multilaterais:

Evidencia-se a proeminência do IAS na definição e monitoramento de políticas educacionais para a educação básica, conforme atestado por pesquisas anteriores. Isso ocorre tanto por meio de sua atuação como difusor de orientações propostas por organizações internacionais, como destacado por Adrião (2018), quanto pelo seu papel como articulador de organizações privadas associadas ao mundo corporativo, que apoiam as prioridades educacionais alinhadas para o Brasil. (Adrião e Borghi, 2023, p. 7-8).

No *site* do Instituto, foram disponibilizados cinco relatórios correspondentes aos períodos de 2017 a 2021 (<https://institutoayrtonsenna.org.br/quem-somos/relatorio-anual/>), nos quais são apresentados os resultados alcançados pelos programas e projetos desenvolvidos pelo IAS.

No Relatório do ano de 2017 (IAS, 2017) (https://institutoayrtonsenna.org.br/app/uploads/2022/10/instituto_ayrton_senna_relatorio_2017_consolidado.pdf), constam resultados acerca de sua atuação no desenvolvimento de programas, projetos e ações que visam “Soluções Educacionais”, por intermédio da realização

da “Gestão da Política de Aprendizagem”, formação de gestores e coordenadores pedagógicos, de ações de articulação e mobilização e de combate aos principais desafios educacionais.

Com base neste Relatório (IAS, 2017, p. 11-12), no ano de 2017, o IAS estava presente em 16 Estados brasileiros, 573 municípios, com quase 50 mil educadores formados e mais de 1,5 milhão de crianças e jovens beneficiados com educação pública de qualidade. Em relação à eficiência dos programas, o número de alunos atendidos cresceu mais de 12 vezes em comparação à 2016, com o Programa Gestão da Política de Alfabetização e 64% de crescimento no total de escolas parceiras. A seguir, o Relatório reza que 77% dos estudantes recuperaram a defasagem escolar com a implementação do Programa *Acelera Brasil*; 79% não alfabetizados terminaram o ano adequadamente alfabetizados com o Programa *Se Liga*; 98,1% dos acompanhados pelo Programa *Gestão Nota 10* foram aprovados em 2017; e dos discentes com dificuldade de leitura e escrita, que foram atendidos pela sistemática do Programa Circuito Campeão, 80% terminaram o ano com aprendizado adequado.

O Relatório referente ao ano de 2018 (IAS, 2018) apresenta que, ao realizar o *Diagnóstico da Educação* e entregar aos governos recém-eleitos, o IAS define que o principal desafio da educação brasileira é “priorizar a agenda de aprendizagem de nossas crianças e jovens.” Assim, defende que para superar esse desafio é necessário investimento numa política pública que tenha como primazia quatro alavancas: alfabetização, professores, gestão e educação integral (IAS, 2018, p. 2).

Em relação à atuação e resultados alcançados nos anos de 2018, especificamente, na seção intitulada *Números de Impacto e Eficiência dos Programas*, o Relatório (IAS, 2018, p. 14) anuncia que o IAS estava presente em 455 municípios, de 15 Estados brasileiros, de todas as regiões, com mais de 1,6 milhão de crianças e jovens beneficiados com educação pública de qualidade e com mais de 62 mil educadores impactados com o trabalho de formação continuada. No tocante ao atendimento e resultados alcançados pelos Programas patenteados pelo referido Instituto, o Relatório (IAS, 2018, p. 15) divulga que o número de “alunos atendidos dobrou em relação a 2017”, com o Programa *Gestão de Política de Alfabetização*; que o Programa *Se Liga* contribuiu para que “85% dos estudantes não alfabetizados terminassem o ano adequadamente alfabetizados”; que “93% dos estudantes acompanhados pelo Programa *Gestão Nota 10 - Anos Iniciais* foram aprovados em 2018”; e que o Programa Circuito Campeão influenciou para que “85,5% dos alunos fossem alfabetizados no 2º ano do Ensino Fundamental”; que entre os discente que frequentaram o Programa *Acelera Brasil*,

“75% conseguiram acelerar, em média duas séries em um ano letivo”, de modo a minimizar as implicações negativas da distorção idade-série.

O Relatório de 2019 (IAS, 2019) destaca que o Instituto continua tendo como prioridade uma política com foco na melhoria do processo de alfabetização, correção do fluxo escolar, redução do abandono escolar, com o intuito de promover uma educação para formação integral dos professores e estudantes e desenvolvimento de suas competências socioemocionais. Em referência aos impactos dos programas implementados no ano de 2019, como *Se Liga*, *Acelera Brasil*, *Circuito Campeão*, *Gestão Nota 10*, *Fórmula da Vitória* e *Gestão de Alfabetização*, o Relatório (IAS, 2019, p. 14) considera que são números bastante expressivos, uma vez que “todos os municípios atendidos por distribuição atingiram a meta de 95% de aprovação nos anos iniciais do ensino fundamental.” Ao longo do ano, os programas foram implementados em 3.329 escolas, distribuídas em 385 Municípios, de 17 Estados, com 160.256 educadores impactados com o processo formativo e 1.361.280 crianças e jovens beneficiados com educação pública de qualidade (IAS, 2019, p. 18).

O ano de 2020 foi marcado pela crise de saúde pública em virtude da Pandemia da Covid-19, com implicações negativas imensuráveis e um iminente retrocesso para os processos de gestão, ensino e aprendizagem. Diante deste cenário, o Relatório de 2020 (IAS, 2020) destaca a busca por alternativas e soluções inovadoras, baseadas em evidências científicas, para o enfrentamento da crise social e educacional originada pela Pandemia da Covid-19. Neste sentido, o IAS evidencia, neste Relatório, a relevância do estabelecimento de parcerias com o Conselho Estadual de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime-TO) para desenvolvimento do programa *Volta ao Novo – Programa de Desenvolvimento de Competências Socioemocionais*.

Diante do desafio de contribuir com a definição e implementação de políticas públicas educacionais, disseminando o discurso do compromisso com uma educação pública de qualidade, o IAS continuou, em 2020, com os seguintes programas: *Fórmula da Vitória* (Língua Portuguesa e Matemática), *Gestão Nota 10*, *Gestão da Política de Alfabetização*, *Circuito Campeão*, *Se Liga* e *Acelera Brasil*. Sobre os números, impacto e abrangência do trabalho em 2020, o Relatório (IAS, 2020, p. 19) afirma:

Em 2020, com o apoio fundamental da tecnologia, fizemos esse conhecimento chegar a 26 unidades federativas e centenas de municípios brasileiros. Nossos principais projetos, sempre baseados em evidências e com foco no desenvolvimento integral, alcançaram cerca de 130 mil educadores por meio de diversas formações on-line, que serão responsáveis por levar educação de qualidade para mais de 3 milhões de estudantes brasileiros.

Na seção que aborda o número potencial de impacto (IAS, 2020, p. 19), no que concerne aos programas e projetos realizados, o Relatório especifica que a abrangência de atuação geográfica alcança mais de 988 Municípios em todas as regiões do país, 26 Unidades Federativas do Brasil (a única exceção foi o Estado de Mato Grosso), com 129.195 educadores formados e 3.342.715 crianças e jovens beneficiados.

No Relatório de 2020 (IAS, 2020, p. 25), Emilio Munaro, vice-presidente de desenvolvimento global e comunicação do Instituto Ayrton Senna joga luz na importância da atuação conjunta de empresas e organizações do Terceiro Setor na promoção e incentivo em prol das políticas públicas educacionais:

Quando existe convergência entre propósito de empresas e organizações do terceiro setor, há enorme oportunidade de contribuição. Nos últimos 26 anos, o Marketing de Causa apoiou o Instituto a construir políticas públicas inovadoras e nos permitiu levar educação de qualidade para milhões de estudantes brasileiros. É uma ferramenta fundamental, que aproxima marcas de grandes causas, mostrando que a construção de um país se dá pela união de esforços

Com a continuidade da Pandemia em 2021 e por influência de um cenário marcado por inúmeros desafios sociais, econômicos e educacionais ampliados pela Covid-19, o Relatório (IAS, 2021, p. 5) enfatiza o trabalho de pesquisa e inovação desenvolvido pelo EDULAB 21, um laboratório de ciências para a educação, que desde 2015, “produz, sistematiza e compartilha conhecimento a partir de estudos e pesquisas de ponta sobre os temas mais relevantes para o desenvolvimento do potencial humano.”

Outro aspecto importante que este documento posiciona em relevo é a pesquisa, produção e disseminação de conhecimentos, com base em evidências científicas, tendo em vista a sua disposição para a comunidade acadêmica, gestores e educadores, tendo em vista a melhoria da educação pública, da Alfabetização ao Ensino Médio. Dentre os documentos científicos publicados o Relatório (IAS, 2020, p. 5) registra que: “Entre 2016 e 2021, publicamos 29 documentos científicos, sendo 14 artigos em revistas científicas de excelência internacional e cinco em periódicos nacionais. Além disso, também publicamos diversos outros conteúdos, como e-books.”

A respeito das publicações (IAS, 2021) foram destacadas: a) Motivação para aprender: as atuais contribuições da ciência; b) Competências socioemocionais: a importância do desenvolvimento e monitoramento para a educação integral; c) Competências socioemocionais de educadores: seu papel central para uma concepção de educação integral; e d) Senna inventory for the assessment of social and emotional skills in public school students

in Brazil: measuring both identity and self-efficacy. *Frontiers in psychology*.

Sobre a implementação de projetos relacionados à área de alfabetização, o Relatório (IAS, 2021, p. 15) ilustra:

Em 2021, nossas iniciativas voltadas à gestão de aprendizagem com foco na alfabetização foram levadas a milhares de crianças em quase 40 territórios do país, nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, por meio de licenciamento autônomo ou com suporte - isto é, de forma própria ou com o apoio de um agente técnico formado por nós. São elas: Gestão de Políticas de Alfabetização, Se Liga, Acelera Brasil, Fórmula de Vitória Língua Portuguesa e Matemática, Circuito Campeão e Gestão Nota 10. No total, foram atendidas 544 escolas com a formação de 1,3 mil educadores, alcançando um impacto potencial de 156 mil crianças em todo Brasil.

O desenvolvimento desses projetos voltados para alfabetização e do projeto *Volta ao Novo - Desenvolvimento de Competências Socioemocionais* tiveram uma abrangência expressiva, em 2021, no que se refere à participação dos profissionais da educação e estudantes dos mais diversos Municípios e Estados brasileiros. Dados do Relatório (IAS, 2021) apontam que o projeto *Volta ao Novo* esteve presente em 15 Estados e mais de 1.500 Municípios, com 15 mil educadores e 664 mil estudantes impactados. No total, em 2021, os projetos do IAS (*Gestão de Políticas de Alfabetização, Se Liga, Acelera Brasil, Fórmula de Vitória Língua Portuguesa e Matemática, Circuito Campeão, Gestão Nota 10 e Volta ao Novo*) estiveram presentes em 25 Estados e mais de 1.500 municípios, com 203 mil educadores influenciados e 3,6 milhões de crianças e jovens impactadas com educação pública de qualidade (IAS, 2021, p. 20).

Dentre as parcerias sociais que apoiam a causa da educação junto com o IAS no período dos supracitados Relatórios, identificamos 71 parceiros relacionados em 2017; 58 em 2018; 90 em 2019; 76 em 2020 e 53 em 2021. A relevância da participação de cada parceiro é demonstrada pelo destaque do *slogan* ou nome da empresa no referido Relatório, o que sinaliza que participa como protagonista e articulador ou apenas como apoiador das iniciativas, projetos e programas educacionais.

No Relatório de 2023 (IAS, 2023) foram definidos três pilares de atuação: a) pesquisa científica - inovação na educação; b) disseminação em larga escala - abrangência e impacto; e c) mobilização e advocacy - contribuições com políticas públicas e engajamento. Neste ano, o IAS teve uma abrangência em 25 Unidades Federativas e Distrito Federal, 539 municípios, 3600 Escolas, aproximadamente quatro mil educadores formados e mais de nove mil beneficiados e 723 mil crianças e jovens beneficiados. No Estado do Tocantins, 11 municípios estabeleceram parcerias com o Instituto: Alianças do Tocantins, Alvorada, Araguaçu, Crixás,

Dueré, Formoso do Araguaia, Peixe, Simolândia, São Salvador, São Valério e Sucupira.

O trabalho em 2023 se materializou em 19 publicações científicas, sendo: 3 artigos científicos publicados, 5 livros digitais (ebooks) publicados, 1 livro digital (manual técnico) publicado, 1 capítulo de livro publicado e 9 materiais finalizados e submetidos a periódicos científicos, assim como a realização de 10 eventos científicos, três nacionais e sete internacionais. (Relatório, IAS, 2023).

No tocante à disseminação em larga escala dos programas, projetos e iniciativas do IAS, a implementação ocorre da seguinte forma, conforme o Relatório de 2023 do Instituto: a) *canal direto*: as soluções educacionais são implementadas diretamente nos territórios por meio de profissionais certificados; b) *canal indireto*: são estabelecidas parcerias locais com organizações para a implementação dos programas. Essa via permite que o alcance seja ampliado, garantindo que as propostas cheguem a mais lugares e pessoas; c) *formação e conhecimento para todos*: são ofertados cursos de formação e jornadas de desenvolvimento gratuitos e online, para qualquer educador interessado, que podem ser realizados independentemente de parcerias (Relatório, IAS, 2023).

Nesse período, o Instituto tem apoiado as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação com ações e iniciativas relacionadas à alfabetização, correção de fluxo, gestão escolar, por meio do programa *Educação Integral para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental*, com as conhecidas “soluções educativas”: a) *Se Liga*: Apoia na alfabetização de estudantes do 3º ao 5º ano com atraso escolar em Língua Portuguesa e Matemática, oferecendo condições necessárias para que possam seguir a trajetória escolar mais próxima de colegas da mesma idade; b) *Acelera Brasil*: De forma mais ampla, busca corrigir distorção idade-ano dos estudantes do 3º ao 5º resgatando conteúdo do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, proporcionando a integração do estudante em turmas para a sua idade; c) *Circuito 360*: Pretende subsidiar as secretarias de educação na elaboração e na gestão de sua política educacional do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Nas suas análises da relação entre o público e o privado, as pesquisadoras Peroni e Caetano (2015, p. 340) destacam que o IAS tem pactuado, ao longo de sua história, “parcerias” com Secretarias Estaduais e Municipais, que atendem escolas públicas de ensino fundamental e médio, ofertando projetos e programas padronizados e replicáveis para os diferentes Estados e Municípios do País, com um rigoroso controle e monitoramento dos resultados.

Em relação ao IAS, ao analisarmos o seu campo de atuação, abrangência no território nacional (Estados e Municípios) e principais parceiros que participam das articulações,

planejamento e implementação das políticas públicas educacionais, verificamos a presença de institutos, fundações, bancos e outras empresas dos mais diversos tipos de negócios, representando uma expressiva rede de poder e influência sob a direção e execução da política educacional brasileira em geral e da tocantinense em particular.

Nos relatórios observamos o quanto os sujeitos do IAS se dedicam em registrar a sua busca contínua de soluções educacionais visando a melhoria da qualidade da educação pública brasileira, o que configura uma forte estratégia de marketing para aprimoramento e aceitação da imagem, assim como consenso e consentimento do exercício da função social do referido Aparelho Privado de Hegemonia da classe dominante burguesa.

Nessa perspectiva, entendemos que o IAS é um ator privado representado por sujeitos concretos, que exercem funções estratégicas no Instituto. Nesse sentido, com base em Caetano e Peroni (2015), é preciso identificar e analisar os sujeitos que constituem o Espaço de Governança, tendo em vista que exercem o papel de intelectuais orgânicos, pois atuam visando influenciar a direção e execução das políticas educativas públicas, conforme a sua visão de mundo, baseado na gestão de resultados e padrão do mercado, ao estabelecerem relações com o poder público. Para compreendermos a atuação do IAS, apresentamos no Quadro abaixo o Conselho de Governança e sua composição.

4.4.2 Intelectuais orgânicos do Instituto Ayrton Senna

Quadro 27 – Intelectuais Orgânicos do IAS e representatividade

Espaço de Governança	Intelectual orgânico	Função	Empresa que representa
Conselho Deliberativo	MARIA HELENA G. DE CASTRO	Titular da Cátedra	
	VIVIANE SENNA	Presidente do Instituto Ayrton Senna	
	MOZART NEVES RAMOS	Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira	
	EWERTON FULINI	Vice-presidente do Instituto Ayrton Senna	

	CARLA APARECIDA VENTURA	Coordenadora do Instituto de Estudos Avançados da USP, polo Ribeirão Preto	
	GISELE ALVES	Gerente executiva do eduLab21®, do Instituto Ayrton Senna	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Relatório Anual de 2023 do Instituto Ayrton Senna.²⁵

Registramos no quadro anterior os sujeitos que constituem o Conselho de Governança, considerando-os como os principais articuladores para direcionamento da atuação do Instituto frente às demandas da política educacional brasileira. Na perspectiva de Caetano e Peroni (2015, p. 103),

[...] essa rede de empresários e intelectuais orgânicos precisa exercer uma atividade ininterrupta para não perder a sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade. Eles se utilizam de estratégias de obtenção de consensos, do estabelecimento de relações entre empresas e buscam a adesão da população ao seu projeto político e econômico.

Os empresários e intelectuais orgânicos estabelecem estreitas relações com os governos federais, estaduais e municipais para influenciarem a política/gestão das políticas públicas em geral (saúde, educação, cultura, infraestrutura, entre outros). Todavia, a área da educação tem se sobressaído e sido eleita pela maioria das empresas, institutos, fundações, associações para atuarem através e com o Estado no sentido de direcionarem as suas ações de responsabilidade social por conta de se relacionar diretamente com a formação humana de milhões de profissionais da educação, por meio das formações continuadas, e estudantes que serão a força de trabalho que lhes interessa alcançar com a sua concepção de mundo.

4.5 A PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA E GESTÃO DO ENSINO MÉDIO NO SEE-TO: A ATUAÇÃO DO ISN, IN E ICE E A JUSTIFICATIVA DE ATINGIR METAS DO PNE

O contexto de ampliação e consolidação de implementação da política de Ensino

²⁵ Recuperado de <https://institutoayrtonsenna.org.br/quem-somos/relatorio-anual/>

Médio em Tempo Integral no Brasil assenta-se na Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016 (Brasil, 2016), na qual foi primeiramente submetida a Reforma do Ensino Médio ou Novo Ensino Médio, instituída pela Lei federal nº 13.415, de 17 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017). Nesse diapasão, a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral foi criada e regulamentada pela Portaria nº 1.145 de 10 de outubro de 2016 (Brasil, 2016) do MEC, com o objetivo de estabelecer uma mudança na estrutura e impulsionar a ampliação progressiva da carga horária na última etapa da Educação Básica, conforme prescrito na lei supracitada.

No período de implementação do PEE-TO (2015-2025), a Seduc-TO estabeleceu dois Acordos de Cooperação, de forma conjunta, com o ISN, IN e ICE: o nº 02 (Tocantins, 2017), e o nº 06 (Tocantins, 2021), ambos com vigência de 36 meses, tendo como objetivo atingir as metas 3, 6, 7 e 19 do PNE. Especificamente sobre o Objeto dos Acordos (Tocantins, 2017; Tocantins, 2021), presente na Cláusula Primeira de um e outro, reza:

O principal objetivo é o apoio técnico e jurídico para o desenvolvimento de um conjunto de ações que auxiliem o TOCANTINS na implementação do Programa de Ensino Médio em Tempo Integral, objetivando a melhoria da oferta e da qualidade do ensino público de nível médio no Estado, assegurando a efetividade de suas ações no âmbito da rede pública, conjugado com ações comunitárias, observando os princípios constantes na Constituição da República e das leis específicas [...] (Tocantins, 2017, p. 2; grifo nosso).

No tocante ao PNE (2014), a meta 3 diz respeito a “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.” (Brasil, 2014). Todavia, no Acordo de Cooperação nº 06 (Tocantins, 2021, p. 2) a redação da referida meta aparece da seguinte maneira: “elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.” Desta forma, não está claro o compromisso de garantir o acesso escolar para todos os estudantes de 15 a 17 anos, em parcial dissonância com o PNE.

A meta 6 refere-se a “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.”

A meta 7 “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio. No Acordo de Cooperação a redação limita-se a:

“estabelecer melhorias no fluxo e na aprendizagem dos estudantes”, sem especificar a meta a ser atingida no Ensino Médio, etapa da Educação Básica pactuada no Acordo supracitado.

A meta 19 associa-se à efetivação da gestão democrática: “Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.” No Acordo de Cooperação, a referência à satisfação da meta 19 é posta da seguinte maneira: “estabelecer a utilização de critérios técnicos de mérito e de desempenho na gestão escolar.” É latente a forma restrita, resumida e intencional como a mencionada meta é escrita no Acordo, desmerecendo a consulta pública à comunidade escolar (profissionais da educação, estudantes, pais e responsáveis), aspecto fundamental para a garantia da gestão democrática na Escola.

No Anexo 1, consta o Plano de Trabalho (Tocantins, 2017; 2021) elaborado com as respectivas responsabilidades dos Institutos e equipe do Estado (Seduc-TO). Em relação às questões jurídicas, à equipe do Estado compete atribuições como “redigir e publicar marcos legais”, assim como “regulamentar a criação/transformação das unidades escolares”, enquanto aos Institutos concerne o “apoio na adequação das minutas dos referidos marcos legais às normativas do MEC”. É de responsabilidade da Seduc-TO as demandas referentes aos seguintes aspectos: “definir equipe de implantação”, “definir equipes escolares”, “seleção das escolas”, “infraestrutura e materiais”, quando, por outro lado, os Institutos são intendentess das formações e da propriedade intelectual dos materiais criados e produzidos com vistas ao treinamento para formação de: equipes de implantação, gestores, professores e equipes de apoio, como também “disponibilização das diretrizes gerais para auxílio na elaboração do plano de comunicação do Estado” (Tocantins, 2017; 2021).

Na concepção gramsciana de Estado Integral, o termo hegemonia caracteriza direção e domínio, no sentido de dirigente e dominante. Nas relações estabelecidas entre os Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa e a Seduc-TO, os primeiros exercem a função de dirigentes, com papel diretivo na formulação e implementação das políticas públicas no Estado. Assim, Fontes (2010, p. 136) corrobora:

Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia.

Nesse sentido, o exercício da hegemonia do privado sobre o público, no sentido gramsciano de direção e domínio, é materializada a partir da articulação de sujeitos concretos da iniciativa privada e das instâncias estatais que reconhecem a incompetência e crise de má gestão do setor público que só será resolvida com a presença e participação efetiva do setor privado mercantil e a adoção de princípios da administração empresarial.

Para Santos e Lagares (2022, p. 3),

Da análise em desenvolvimento no âmbito do Estado do Tocantins a respeito das relações estabelecidas entre a Seduc e os Institutos de natureza privada, nos anos de 2017 e 2021, justificadas oficialmente para a implantação do Ensino Médio em Tempo Integral, apreendemos que a sua normatização é fundada na Portaria nº 1.145/2016 (Brasil, 2016), que trata do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, iniciativa do Ministério da Educação, criado em 2016, com o objetivo de dar suporte financeiro para os Estados implantarem escolas de tempo integral em nível médio, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Brasil, 2014, art. 42); e no Decreto Estadual nº 5.816, de 10 de maio de 2018 (Tocantins, 2018), estes dois últimos referentes às disposições dos acordos de cooperação entre o poder público e o setor privado.

Durante a pesquisa dessa situação, Santos e Lagares (2022) concluíram que à Seduc-TO cabe um papel mais secundário, de suporte e operacionalização, enquanto os Institutos apropriam-se do protagonismo e intelectualidade na formulação e implementação da gestão da política de tempo integral nas escolas estaduais. Nesse sentido, uma das atribuições da Seduc-TO na implantação do Programa é: “prover meios logísticos para deslocamento da equipe técnica dos parceiros” e disponibilizar “todas as informações e todos os documentos necessários à realização do programa.” (Tocantins, 2017, s/p; 2021, s/p). Aos Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa imputa-se a direção “do processo de concepção, planejamento, implementação, gestão e avaliação do Programa nas Escolas do Estado.” (Tocantins, 2017, s/p; 2021, s/p).

4.5.1 Sobre o ISG, ICE e IN

4.5.1.1 O ISG

No site do ISG (<https://www.sonhogrande.org/sobre-o-instituto-sonho-grande/pt?>), na parte *Quem Somos*, aparece a seguinte explicação: “O Instituto Sonho Grande é uma organização sem fins lucrativos e apartidária que trabalha em colaboração com estados e terceiro setor para a melhoria da qualidade do ensino das redes públicas. Desde 2015,

apoiamos a expansão do Ensino Médio Integral e avaliamos os resultados do modelo.”

Segundo o escrito, o foco deste Instituto é a busca pela melhoria da qualidade da educação pública no país por meio da expansão do Ensino Médio de Tempo Integral. Seria, assim, uma organização privada que atua em colaboração com Estados e outras organizações da iniciativa privada na implementação de políticas educativas, influenciando a gestão, o planejamento e a implementação de estratégias, processos e mecanismos, materializados em programas e projetos educacionais. Nesse sentido, na concepção do ISG:

O Ensino Médio Integral (EMI) visa a formação integral dos estudantes, a partir de uma proposta pedagógica multidimensional, conectada à realidade dos jovens e ao desenvolvimento de suas competências cognitivas e socioemocionais. A ampliação da jornada escolar (para 7 ou 9 horas diárias) auxilia na solidificação dos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e proporciona o desenvolvimento de habilidades em diferentes práticas educativas oferecidas no modelo.

Na aba, Como atuamos, o Instituto discorre sobre a organização geral do trabalho a partir de parâmetros relacionados à Implementação & Governança, Práticas pedagógicas & Gestão escolar, Comunicação & Advocacy e Avaliação & Pesquisa. Sobre Implementação & Governança, o Instituto manifesta que apoia: “[...] as secretarias de educação na implementação e expansão do Ensino Médio Integral com revisão de governança e aplicação de ferramentas, o que otimiza processos, facilita o planejamento logístico e de infraestrutura, além de proporcionar o uso mais eficiente dos recursos públicos.”

O ponto central é a privatização da gestão por meio da revisão da governança e a intenção de influenciar o uso dos recursos públicos conforme a orientação do setor privado mercantil. Desvela-se a indução do ISG na gestão das secretarias de educação, especificamente, na revisão do modelo de gestão, na aplicação de ferramentas, na organização dos processos, na orientação do planejamento estratégico e na infraestrutura e destinação dos recursos.

Ao abordar as Práticas pedagógicas & Gestão escolar o site esclarece que auxilia “[...] as redes escolares na implementação de um modelo inovador centrado no desenvolvimento integral dos estudantes a partir da formação de professores e equipes escolares em novas práticas pedagógicas e da adoção de metodologias de gestão escolar.”

Nesse ponto, o direcionamento do ator privado é em relação à formação dos profissionais da educação e dos estudantes, a partir da definição sobre o que (currículo) e como (metodologia) ensinar e da identificação de um padrão de gestão escolar sistematizado pelo Instituto. A influência sobre a gestão e o currículo é uma estratégia dos atores privados

para privatização da educação pública.

Na seção Comunicação & Advocacy, o ISG apresenta em seu site que desenvolve “[...] uma agenda pública de disseminação de conhecimento sobre o Ensino Médio Integral para engajamento de gestores públicos, legisladores, especialistas, famílias e estudantes a favor do modelo EMI como solução transformadora para o Ensino Médio.”

A iniciativa privada assume o papel intelectual e de articulador de sujeitos e segmentos da sociedade para participação no desenvolvimento de uma agenda pública visando a expansão e melhoria do Ensino Médio de Tempo Integral. O que causa estranheza é o poder público, com toda a sua capacidade legal, técnica, política e moral, assumir o papel de coadjuvante numa etapa fundamental da educação básica pública.

Na aba Avaliação & Pesquisa, declara que realiza “[...] pesquisas e avaliações sobre os resultados diretos e indiretos do Ensino Médio Integral em diferentes variáveis como aprendizagem e desenvolvimento de competências socioemocionais, fluxo escolar, indicadores socioeconômicos e satisfação de estudantes, responsáveis e professores. É perceptível o interesse do setor privado na realização de pesquisas e avaliações visando conhecer as condições sociais, culturais, econômicas e educacionais dos sujeitos que constituem o ambiente escolar da Educação Básica Brasileira.

A análise do conteúdo dos parâmetros relacionados à Implementação & Governança, Práticas pedagógicas & Gestão escolar, Comunicação & Advocacy e Avaliação & Pesquisa evidencia que o apoio à política de implementação e expansão do Ensino Médio de Tempo Integral vai no sentido da indução da gestão educacional e escolar para a definição da política em dimensões estruturais, como: modelo de governança, planejamento estratégico, formação de professores, aprendizagem dos estudantes, infraestrutura e destinação dos recursos públicos. Portanto, há clareza de que o ISG delinea os processos de gestão, ensino e aprendizagem da educação básica pública brasileira.

Todavia, o que impulsiona a preocupação da iniciativa privada na sua relação com o setor público é menos o compromisso com a justiça social ou materialização de direitos, como a melhoria do acesso, permanência e da qualidade da educação, e mais o lucro, como corroborado por Santos (2019, p. 52-53):

[...] as ONGs, OS, Oscips, institutos, fundações e empresários se juntam na governança constituindo redes de políticas públicas e que essas redes de governança, que constituem a NGP, se interessam pela educação porque esta tem como função social a formação humana e lida com a produção e disseminação de conhecimentos. Nesse cenário, buscam alinhar as políticas de formação às demandas de mãos-de-obra e o perfil dos consumidores aos interesses do mercado.

A produção e disseminação de conhecimentos pela escola tendo em vista a formação humana, alinhada às políticas de formação para mão-de-obra e perfil dos consumidores, conforme os interesses da classe dominante burguesa, envolve a socialização de, aproximadamente, 7,7 milhões de matrículas registradas no Ensino Médio, em 2023, no Brasil, conforme o Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica. A base dos trabalhadores nas diversas áreas do mercado.

Sobre a produção, disseminação e apropriação do conhecimento, Peroni e Caetano (2015, p. 338) fazem a seguinte reflexão:

Ao analisarmos a relação entre o público e o privado na educação, surge a questão da produção e da apropriação do conhecimento. Perguntamos então: qual conhecimento? Quem decide o que ensinar e como ensinar? Em nossas pesquisas, principalmente as que analisam as parcerias entre instituições privadas e escolas públicas, verificamos que o privado define o conteúdo do público, tanto nos aspectos de gestão quanto nos aspectos pedagógicos. Nesse sentido, temos uma definição maior acerca de um currículo nacional que pode significar um avanço no processo democrático, se for definido coletivamente e respeitar as diversidades culturais. No entanto, pode também significar uma maior prescrição e diminuição da autonomia docente. O privado, pela grande influência que tem no atual processo de correlação de forças, pode influenciar muito na definição do currículo nacional, o que trará consequências ainda maiores para a democratização no País, com o aumento do processo de mercadificação já em curso.

No livro *A Escola não é Empresa - o neoliberalismo em ataque ao ensino público*, Christian Laval (2019, p. 17) discute o papel da escola na sociedade capitalista e a sua relação com o mercado de trabalho. Para este autor:

A concepção dominante de educação tem duas dimensões: ela é ao mesmo tempo utilitarista na ideia que confere ao saber e liberal no modo de organização da escola. Se a escola é um instrumento do bem-estar econômico, é porque o conhecimento é visto como uma *ferramenta* que serve a um interesse individual ou a uma soma de interesses individuais. A instituição escolar parece existir apenas para fornecer às empresas o *capital humano* de que elas necessitam. De maneira complementar, ela é liberal pelo lugar que ocupa no *mercado* de ensino. Se o conhecimento é acima de tudo, ou fundamentalmente, um recurso privado que gera rendas mais elevadas e propicia posições sociais mais vantajosas, deduz-se facilmente que a relação educacional deve ser regida por uma relação de tipo comercial ou ao menos imitar o modelo de mercado.

Nesse sentido, as gestões educacionais (sistema) e escolares (escola) se espelham nas empresas como referência para organizar as suas atividades educativas. Com base nessa perspectiva, os processos de gestão, ensino e aprendizagem são orientados para implementar o modelo de gestão gerencial, de modo a estimular entre os diretores, professores e estudantes a prática de conceitos como individualismo, competitividade, meritocracia, liderança,

produtividade, agilidade, eficiência, qualidade total, à luz de uma gestão gerencial, com avaliação padronizada e controle de resultados, em detrimento da gestão democrática, participativa, inclusiva, emancipatória e de qualidade socialmente referenciada, que valoriza a solidariedade, a coletividade e os processos.

Na sua página na *internet*, o ISG apresenta números significativos no tocante à abrangência de sua atuação, o que caracteriza um forte *marketing* de convencimento e consenso em relação à qualidade do trabalho realizado. No *site* aparece que o referido Instituto apoia diretamente 21 Estados, 5,8 mil Escolas e mais de 1 milhão de estudantes, com a colaboração de parceiros estratégicos como o Instituto Natura (IN) e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), configurando uma rede que “que dirige as ações de hegemonia de forma orgânica e capilarizada, com a finalidade de generalizar concepções de educação e de mundo das frações empresariais da burguesia à classe trabalhadora.” (Farias, 2021, p. 735). Para essa finalidade, conta com a liderança e articulação de intelectuais orgânicos que influenciam a definição da agenda educacional pública para atender aos interesses do mercado.

No Quadro a seguir, relacionamos os intelectuais orgânicos do ISG, esclarecendo as funções assumidas e as empresas que são vinculados.

Quadro 28 - Intelectuais orgânicos do Instituto Sonho Grande

Espaço de Governança	Intelectual orgânico	Função	Empresa
Equipe de Gestão	Rodrigo Figueiredo de Souza	Presidente ²⁶	Sócio Operacional Sênior Investimentos LTS - Os fundadores da 3G Capital, Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira, se juntaram a Munib Islam, ex-chefe de investimentos do Third Point, para criar um fundo ativista. Um amigo em comum teria apresentado os veteranos da holding LTS Investments - as iniciais do sobrenome dos três -, a Islam. ²⁷
	Ana Paula Pereira	Diretora-executiva	Trabalhou como consultora de gestão na Bain & Company por 5 anos e como líder de projetos na edtech Geekie. Ana Paula é Lemann Fellow, bolsista da Fundação Estudar e Person of the Year Fellow da Câmara de Comércio Brasil-Americana.

Fonte: Elaborado pelo autor com informações do LinkedIn

²⁶Fonte: Informação recuperada de <https://cnpj.linkana.com/cnpj/instituto-sonho-grande/22915504000174>

²⁷Fonte: <https://pipelinevalor.globo.com/mercado/noticia/lemann-telles-e-sicupira-montam-fundo-ativista-com-ex-third-point.ghml>

O site do ISG não apresenta informações da organização da gestão do Instituto, sendo as informações contidas no Quadro anterior coletadas em outra base na internet. No entanto, informações apresentadas pelo Instituto apresentam 20 estados federativos como colaboradores: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Nesse contexto, é fundamental identificar e analisar os sujeitos que atuam como intelectuais orgânicos dos Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa, pois são eles que articulam estratégias para buscar consensos na sociedade civil e na sociedade política, assim como o apoio da população para a sua concepção de educação e de mundo.

4.5.1.2 O ICE

Para conhecer o contexto histórico de criação e delineamento do trabalho e campo de atuação do ICE, realizamos uma pesquisa em seu site²⁸ (<https://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/>), e de forma específica na seção de conteúdos/publicações há um Livreto Institucional em que o ICE se autodenomina como:

uma entidade sem fins econômicos que visa primordialmente a melhoria da qualidade da educação básica pública no Brasil, produzindo soluções educacionais inovadoras em conteúdo, método e gestão. Foi criado em 2003 por representantes da sociedade civil motivados a conceber um novo modelo de escola e resgatar o padrão de excelência do então decadente e secular Ginásio Pernambucano, localizado em Recife.

Em conformidade com o *site* do Instituto, na seção que aborda sobre o contexto histórico de criação do Instituto, há a ilustração de que “A história do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) nasceu de um ‘acaso’ e da trajetória de retomada do ensino de qualidade em Pernambuco.” Adiante apresenta três aspectos que esclarecem a história de sua criação, intitulados *O acaso*, *O caso* e *A causa*.

No tocante ao *acaso* assinala:

A nossa história começa em 2000, com a retomada da educação de qualidade em Pernambuco. A mobilização de um ex-aluno do Ginásio Pernambucano – uma das mais antigas e importantes escolas do país –, sensível ao seu estado de deterioração, reuniu a sociedade civil em favor da educação pública pernambucana e iniciou o trabalho de recuperação do prédio onde estudou e no qual também estudaram

²⁸ Pesquisa realizada em: <https://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/#nossa-historia>. Acesso em: 16/10/2024.

personalidades como ex-presidente Eptácio Pessoa, Ariano Suassuna e Clarice Lispector, entre outros.

Mesmo sendo uma edificação histórica, cuidar da estrutura física foi a parte mais fácil. Para isso, a Associação dos Amigos do Ginásio Pernambucano foi fundamental ao instalar o ambiente de parceria entre a sociedade civil e a Secretaria Estadual de Educação. O mais complexo foi resgatar o padrão de excelência, marca do Ginásio Pernambucano durante décadas. Como ponto de partida, o ICE concebeu um programa de educação denominado PROCENTRO, inaugurando um novo modo de ver, sentir e cuidar da juventude.

Ao contextualizar sobre *O caso* o descreve da seguinte maneira:

O “acaso” transformou-se num “caso” que vislumbrava uma “causa” muito maior: desenvolver inovações em conteúdo, método e gestão para enfrentar os desafios do Ensino Médio oferecendo um novo modelo de educação pública de qualidade à juventude.

Para isso, o ICE mobilizou dois parceiros notáveis: Antônio Carlos Gomes da Costa, referência no cenário da infância e da juventude no Brasil e, Bruno Silveira, estrategista e apoiador da mudança do panorama legal da grande causa nacional para a infância e a adolescência. Nos anos 80, ambos colaboraram intensamente no Artigo 227 da Constituição Brasileira e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Juntos, conceberam a essência do Modelo que reposicionou o Ginásio Pernambucano como referência em educação de qualidade, seguindo novos paradigmas em pedagogia e gestão.

Na parte em que destaca *A causa* que move a organização do trabalho, campo de atuação e a finalidade, o Instituto descreve:

O Ginásio Pernambucano foi o ponto de partida da Causa da Juventude com a concepção de um Modelo de educação inovador denominado Escola da Escolha e cujo foco é o Jovem e a construção do seu Projeto de Vida. Após o desenvolvimento do Modelo e da consolidação da política pública em Pernambuco, o ICE iniciou a sua expansão junto às Secretarias de Educação estaduais e municipais nas cinco regiões brasileiras e continua com intenso trabalho de mobilização para a realização da sua Visão. Hoje a Escola da Escolha atende o Ensino Médio e o Ensino Fundamental.

Tendo o site do Instituto como referência de pesquisa, constatamos que o ICE conta com *parceiros estratégicos, parceiros técnicos e investidores* para implementação de seus programas e projetos educacionais. Os parceiros estratégicos são o Instituto Natura, o Instituto Sonho Grande e a Viven - *cidadãos para um amanhã melhor* e como parceiros técnicos o Instituto Qualidade no Ensino (IQE) e STEM - Brasil. Como principais investidores fazem parte: Instituto Natura, Instituto Sonho Grande, Itaú BBA, FIAT Chrysler, JEEP, Instituto Cacau Show, Instituto Conceição Moura, entre outros. Entre os que estabeleceram Acordo de Colaboração Técnica com o ICE constam 19 Secretarias Estaduais de Educação, incluso a Seduc-TO com o Programa Escola Jovem em Ação e 23 Secretarias Municipais de Educação,

sendo 18 no Estado de Pernambuco e nenhuma em Tocantins.

Para além de parceiros estratégicos, parceiros técnicos e investidores, o Instituto conta com intelectuais orgânicos que ocupam o Espaço de Governança com funções estratégicas e representando empresas que buscam relações com o campo da educação para justificar a sua responsabilidade social e melhorar sua imagem através de um marketing junto a uma área que tem um forte apelo social.

No Quadro a seguir, relacionamos os intelectuais orgânicos do ICE, esclarecendo as funções assumidas e as empresas que são vinculados.

Quadro 29 - Intelectuais orgânicos do Instituto Corresponsabilidade pela Educação

Espaço de Governança	Intelectual orgânico	Função	Empresa
CONSELHO SUPERVISOR	Marcos Antônio Magalhães	Fundador e Presidente	Ex-presidente da Philips do Brasil e América Latina. Também como Presidente do IQE – Instituto de Qualidade no Ensino. Membro fundador do Movimento “Todos pela Educação” e Membro do Conselho Internacional do World Fund for Education.
	Alberto Chinen	Conselheiro	Chinen & Barreto consultores associados LTDA
CORE TEAM	Juliana M. Zimmerman	Vice Presidente	Atuou no Instituto Ecofuturo e no Instituto Qualidade no Ensino (IQE).
	Teresa Paes Barreto	Diretora Pedagógica	Exerceu o cargo de Diretora do Colégio de Aplicação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (1996/2003), Gestora do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (2003/2008), Coordenadora da Educação Profissional da Secretaria de Educação do Ceará (2009/2010)
	Liane Muniz	Diretora Executiva	Diretora - sócia fundadora Diretora - sócia fundadora Liane Muniz Assessoria e Consultoria projetos sócio-culturais e sustentabilidade

Fonte: Elaborado pelo autor com informações recuperadas de <https://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/>.

Em adição aos intelectuais orgânicos da governança, a equipe de trabalho do Instituto conta com 34 profissionais, sendo 10 colaboradores nas áreas de administração, comunicação

e financeiro, 5 supervisores, 4 gerentes de projetos, 4 responsáveis por ações protagonistas, 7 consultores de gestão e 5 consultores pedagógicos. Na perspectiva de Caetano e Peroni (2015, p. 103):

A indústria de especialistas é parte do novo setor de serviços de educação que inclui um número crescente de consultores que operam globalmente, organizações de gestão da educação, bem como fundações de ensino e filantropos engajados na concepção da prática e da política educacional. Nesse contexto, delega-se ao mercado o poder de decisão da coisa pública. Dessa forma, a privatização do público influencia procedimentos, conteúdos e relações de poder, que passam a funcionar sob o dogma do mercado.

O contexto histórico de criação e expansão do ICE se relaciona estreitamente com a necessidade da definição e implementação de políticas públicas educacionais no Brasil. Assim, está claro que, na sua perspectiva, atua visando a melhoria da educação pública com o desenvolvimento de inovações em conteúdo, método e um novo modelo de gestão escolar, inicialmente no Estado de Pernambuco e depois com forte mobilização para expansão de sua visão junto às Secretarias de Educação estaduais e municipais em todas as regiões do território brasileiro.

4.5.1.3 Sobre o IN

No seu *site* do Instituto Natura²⁹ se autodeclara da seguinte forma:

Somos uma organização sem fins lucrativos, que atua em conjunto com diferentes setores da sociedade para transformar a educação, sempre em busca de garantir aprendizagem de qualidade para todas as crianças e jovens.
Nossa forma de atuação global segue três grandes pilares: apoio à implementação de políticas públicas de educação; articulação das agendas prioritárias da educação; e a educação e mobilização para as Consultoras de Beleza Natura.

Em análise da seção *Quem Somos*³⁰, observamos que o IN é constituído por uma equipe composta por 24 pessoas e um Comitê de Governança formado por um Conselho Administrativo, com um Presidente e seis Conselheiros; um Conselho Fiscal, representado por um Presidente e dois Conselheiros. Para a nossa pesquisa, é importante identificar e analisar quem são os sujeitos responsáveis por articular as relações estabelecidas entre o IN, reconhecido como um Aparelho Privado de Hegemonia da classe dominante burguesa, e a

²⁹ Pesquisa realizada em: <https://www.institutonatura.org/>.

³⁰ Pesquisa realizada em: <https://www.institutonatura.org/o-instituto/>.

instância estatal da educação, como as secretarias estaduais e municipais.

No Quadro a seguir, relacionamos os intelectuais orgânicos do ISG, esclarecendo as funções assumidas e as empresas que são vinculados.

Quadro 30 - Intelectuais orgânicos do Instituto Natura

Espaço de Governança	Intelectual orgânico	Função	Empresa
Conselho administrativo	Pedro Villares	Presidente	Maraé Investimentos
	Antônio Luiz da Cunha Seabra	Conselheiro	Presidente da Natura. De acordo com o ranking de bilionários da revista Forbes 2021, Antônio Luiz Seabra é a 18ª pessoa mais rica do Brasil, com uma fortuna estimada de 15,5 bilhões de reais. ³¹
	Pedro Luiz Barreiros Passos	Conselheiro	Co-fundador da Natura. Presidente do Conselho de Administração da Totvs, com faturamento de R\$ 4,6 bilhões em 2023. ³²
	Denis Mizne	Conselheiro	Fundação Leman
	Diego de Leone	Conselheiro	Vice-presidente de Natura Cosméticos para América Hispana: Argentina, Chile, Colombia, México y Perú.
	Guilherme Peirão Leal	Conselheiro	É cofundador da Natura Cosméticos, um dos maiores grupos de beleza do mundo. Co-presidente do Conselho de Administração da empresa, detém 11% das ações. ³³
	João Paulo Ferreira	Conselheiro	Diretor -Executivo da Natura. Atuou 19 anos na Unilever.
Conselho Fiscal	Lucilene Prado	Presidente	Administracao Sócia em FMDerraik
	Cynthia May Hobbs Pinho	Conselheira	Vice-presidente do IBEF – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - São Paulo
	Lavinia Junqueira	Conselheira	Sócia da Junqueira Ie Advogados

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações recuperadas de <https://www.institutonatura.org/o-instituto/>.

³¹ Fonte: <https://www.suno.com.br/tudo-sobre/antonio-luiz-seabra/>

³² Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Totvs>

³³ Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guilherme_Peir%C3%A3o_Leal

A análise do Quadro que descreve o Conselho Administrativo do IN revela que os seus integrantes não tem conhecimento teórico-prático na área da educação, uma vez que são sujeitos com princípios, mestria e experiência empresarial e no setor de finanças, o que causa estranheza a sua atuação como intelectuais orgânicos que influenciam a agenda pública educacional em vários Estados brasileiros.

Os sujeitos relacionados no Quadro, reconhecidos como intelectuais orgânicos do IN, desvela que os atores privados se articulam em redes para consolidar a sua hegemonia sobre a educação pública em particular e sobre o conjunto da sociedade de modo geral, por meio de estratégias para a obtenção de consensos da sociedade civil e da sociedade política, seja quem for o governo ou governos de plantão.

A literatura especializada na qual esta pesquisa se baseia indica o IN como uma das organizações privadas com maior abrangência e incidência no país e os Acordos de Cooperação analisados nesta tese confirmam a construção dessa hegemonia mercadológica no Estado do Tocantins. Na concepção de Souza e Silva (2023, p. 8-9),

Como se percebe, é nítido o objetivo do IN em incidir na agenda pública e nas políticas educacionais, colaborando significativamente para realização dos interesses privados [mercadológicos] a partir das ações governamentais. Para alcançar de forma mais eficaz seus objetivos, buscou cercar-se de colaboradores com formação e experiência acumulada nos meios acadêmicos, político-partidários e governamentais, alguns com atuação em postos de relevância nacional. Desse modo, supõe-se, que os documentos e materiais produzidos pelo próprio IN poderão ter maior acolhida pública ou maior respaldo de legitimidade tendo como referência os colaboradores signatários.

Acerca dos colaboradores do IN, o *site* descreve 28 nomes, com sendo “Parceiros”, dentre os quais estão Associação Bem Comum, Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed), Itaú – Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Fundação Telefônica Vivo, Fundação Victor Civita, Instituto Ayrton Senna, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), Instituto Península, Instituto Sonho Grande (ISG), Instituto Unibanco, Movimento pela Base, Todos pela Educação (TPE) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Entre as iniciativas está o *apoio à implementação de políticas públicas de educação*, com atuação na área de Alfabetização e Ensino Médio Integral. Em relação à Alfabetização atua junto com a Fundação Lemann e Associação Bem Comum formando a “Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC), que oferece apoio e suporte técnico às Secretarias Estaduais de Educação” e aos respectivos municípios. Assim, a página do *site*

apresenta que são 12 Estados apoiados, com 2.240 municípios participantes e 1.748.380 estudantes beneficiados.

No tocante ao Ensino Médio Integral (EMI), o IN justifica que atua para contribuir com o atendimento à meta 6 do PNE, que prevê a oferta de “educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica” (Tocantins, 2014).

O referido Instituto elucida que forma uma aliança estratégica com o ISG e o ICE para implementar e expandir a Política de EMI em 21 Estados brasileiros, incluindo o Tocantins, com um total de 3.449 Escolas de Tempo Integral e 822.968 alunos beneficiados no Brasil.

As ações conjuntas entre os Institutos visando a implementação da política de EMI são sistematizadas em duas frentes: a) apoio à implementação, expansão e consolidação da política de EMI; e b) *advocacy*, comunicação e produção do conhecimento. Essas frentes são assim descritas:

Na primeira frente apoiamos a implantação do modelo de EMI através de apoio técnico, estratégico e pedagógico aos estados parceiros, ou seja, estados compromissados em oferecer uma educação de qualidade que transforma vidas aos seus estudantes.

Na segunda frente, demos um importante passo na produção de evidências sobre a educação integral através da criação do Centro de Evidências da Educação Integral (CEEI), uma iniciativa do Insper, que recebe o nosso apoio e o apoio do ISG. O CEEI é dedicado a produzir, organizar e sistematizar conhecimento científico sobre educação integral para o desenvolvimento humano, com o objetivo de contribuir para que a política da educação integral possa ser utilizada de maneira eficaz na garantia do direito à educação de qualidade a todos. O CEEI é coordenado pelo professor Ricardo Paes de Barros, uma importante referência de educação no Brasil.

A articulação e atuação conjunta dos Institutos ISG, ICE e IN, por meio da realização de programas e projetos educacionais, materializam um conjunto de evidências concretas de estratégias, processos e mecanismos de privatização da educação básica pública em etapas, modalidades, dimensões e áreas estruturais, de modo a direcionar a formação humana, sua concepção e visão de mundo, conforme os interesses da classe dominante burguesa, o que ao nosso ver, influenciam nas relações do ser humano na família, na escola e na sociedade.

4.6 A FUNDAÇÃO LEMANN: ATUAÇÃO HEGEMÔNICA NA FORMAÇÃO DE GESTORES EDUCACIONAIS

Conforme informações publicizadas em seu *site*, a Fundação Lemann³⁴ se auto declara como:

A Fundação Lemann é uma organização de filantropia familiar, independente e apartidária, nascida em 2002, a partir do desejo de contribuir significativamente para um Brasil mais justo e avançado. Nossa atuação está fundamentada em dois focos estratégicos: Educação e Liderança, ambos com compromisso transversal pela equidade racial.

Em relação à Fundação Lemann, Farias (2021, p. 763) esclarece: a “*Fundação Lemann* é uma organização suíça-brasileira. No Brasil, a partir de 2011, os convênios estabelecidos com o poder público se firmaram com o Instituto Lemann, instituição reconhecida pela Receita Federal.”

Adiante o conteúdo da página revela que os dois focos estratégicos em que estão fundamentadas a sua atuação tem como principais ações: “a alfabetização no tempo adequado, a recomposição das aprendizagens com redução da desigualdade racial, o desenvolvimento e conexão de um grupo relevante de lideranças diversas e representativas para o país, e a garantia de um serviço público efetivo e pautado na gestão de pessoas.”

Em relação à sua contribuição para alcançar o primeiro foco estratégico, que é uma *educação pública de qualidade*, a Fundação Lemann destaca três pontos fundamentais: a universalização da alfabetização, aprendizagem adequada e tecnologia e inovação. No tocante ao segundo, *formação de lideranças*, o trabalho é organizado para atuar com base no desenvolvimento das seguintes ações: *rede de líderes*, *gestão de lideranças no setor público* e *mais lideranças com equidade*.

No que se refere à *rede de líderes*, o conteúdo do *site* registra que essa frente conta com 698 membros, sendo 475 brancos, 125 pardos, 75 negros, 17 amarelos e 6 indígenas, com 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Os setores de atuação estão assim distribuídos: 22% academia e pesquisa; 13% empreendedorismo social; 18% terceiro setor; 5% educadores em escolas; 17% setor público executivo; 5% organismo multilateral/internacional; 12% setor privado; 5% setor público legislativo. Sobre a *rede de*

³⁴Pesquisa realizada em: <https://fundacaolemann.org.br/institucional/quem-somos>. Acesso em: 16/10/2024.

líderes o site destaca:

A Rede de Líderes Fundação Lemann reúne um grupo de pessoas extraordinárias, que exercem liderança, com grande potencial de mudar o Brasil e que já estão agindo para transformá-lo em um país mais justo e avançado. Aqui, você pode estabelecer contato com outras lideranças, realizar projetos juntos e colaborar trocando experiências. Também tem acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional para conseguir atingir seus objetivos e apoiar na resolução dos principais problemas coletivos do Brasil.

No que concerne à abrangência no território nacional, a rede de líderes está presente em 24 Estados brasileiros das 5 regiões, com os mais diversos temas de interesse: Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Educação, Gestão Pública, Infraestrutura, Justiça Social, Meio Ambiente/Sustentabilidade e Saúde. Como podemos observar, temas e áreas de responsabilidade social do Poder Público.

A segunda frente de atuação para *formação de lideranças* da Fundação Lemann é a *gestão de lideranças no setor público*. Dentre as iniciativas realizadas para o desenvolvimento dessa ação sobressaem três: a) a parceria Vamos - Transformar Lideranças no Setor Público e no Setor Privado³⁵; b) Movimento Pessoas à Frente³⁶; c) Vetor Brasil³⁷.

A terceira frente para *formação de lideranças* é intitulada *mais lideranças com equidade*. Entre as iniciativas próprias e apoiadas para implementação dessa ação são desenvolvidos os seguintes programas: a) Lemann Fellowship³⁸; b) Brasil On Campus³⁹; c)

³⁵ Com base no site da Fundação Lemann, a parceria Vamos – Transformar Lideranças no Setor Público e Terceiro Setor é formada por três organizações empenhadas em construir um modelo inovador de cocriação e investimento compartilhado para, assim, fortalecer lideranças do governo e da sociedade civil para transformar o Brasil. São parte da parceria Fundação Lemann, Instituto Humanize e República.org.

³⁶ Conforme a página da Fundação Lemann, O Movimento Pessoas à Frente é suprapartidário, formado por pessoas e organizações com coragem, inteligência e disposição para construir um país melhor e preparar gestoras e gestores públicos para o Brasil do futuro, contribuindo para a construção de um melhor Estado. O Movimento tem o compromisso de promover um diálogo plural, somar diferentes visões e construir coletivamente propostas e posicionamentos. Tudo para promover melhores políticas e serviços públicos à sociedade brasileira.

³⁷ Sobre essa iniciativa, a Fundação Lemann declara: "Apoiamos o programa de trainee da Vetor Brasil que tem como objetivo atrair, selecionar, alocar e desenvolver profissionais, que estão nos primeiros anos de carreira, mas são altamente qualificados e têm potencial de rendimento em governo."

³⁸ O programa Lemann Fellowship apoia a formação de pessoas que sonham em contribuir para um Brasil mais justo e avançado, e buscar soluções para os desafios coletivos do país. Esta bolsa está disponível apenas em universidades parcerias, que selecionam os Lemann Fellow Candidates dentre os alunos brasileiros aprovados nos processos seletivos dos seus programas.

³⁹ O programa oferece oportunidades de conexão para alunos brasileiros nas universidades Harvard, Columbia, Stanford, MIT e Oxford que desejam trabalhar com impacto social no Brasil. O objetivo é incentivar a experiência internacional e formar lideranças capacitadas para enfrentar os desafios do país, aprendendo com referências globais e possibilitando a troca entre os estudantes de diferentes centros de excelência internacionais.

Programa Alcance⁴⁰; d) Centros de Excelência⁴¹; e) Bolsas de Graduação no Brasil⁴²; f) Diálogos⁴³; g) Instituto Four - Pró-Líder⁴⁴; e h) Ensina Brasil - Programa de Liderança⁴⁵.

Um dos focos das iniciativas, programas e projetos planejados e implementados pela Fundação Lemann é a seleção e formação de lideranças, conforme a sua concepção e visão de mundo e de educação, tendo em vista a formação humana e profissional para atuar e influenciar a política/gestão da educação pública para atender os interesses do mercado. Nesse contexto, Farias (2021, p. 739) conclui: “Para tanto, o projeto estratégico se concentra na seleção e na formação, do que eles denominam, de jovens “lideranças ou talentos”, oriundos das distintas classes, para cumprirem com o papel de prepostos da burguesia nas empresas, nos APHE e na gestão e na educação públicas.”

Para o desenvolvimento de seus programas e projetos, a Fundação Lemann articula o que denomina “parcerias de impacto”⁴⁶, com a participação de governos, organizações da sociedade civil, universidades, pesquisadores e lideranças renomadas nacional e internacionalmente. Dentre os principais parceiros aparecem: Nova Escola; Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação; *Reúna*; *MegaEdu*; Motriz; e Associação Bem Comum. Ainda, conta com, aproximadamente, 77 organizações parceiras, entre as quais citamos: Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed); Fundação Getúlio Vargas (FGV); Movimento pela Base Nacional Comum; Insper; Todos pela Educação (TPE); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Itaú Social; Instituto Votorantim; Instituto Unibanco; Instituto Sonho Grande; Instituto Natura; Fundação Vale; Fundação

⁴⁰ O programa visa promover equidade racial e econômica no acesso a programas de mestrado profissional em algumas das melhores universidades do mundo. O objetivo da edição 2021 é apoiar por meio de programa preparatório 20 estudantes negros e indígenas nos processos de candidatura em programas de mestrado profissional parceiros da Fundação Lemann.

⁴¹ Investimos na produção e na disseminação de conhecimento por meio dos Centros de Excelência globais para a capacitação de pesquisadores, gestores e líderes brasileiros na busca de soluções para o país. Mantemos o Centro Lemann para Liderança e Equidade na Educação, em Sobral (CE), três Centros de Pesquisa Lemann nos Estados Unidos e a Cátedra Fundação Lemann no Insper.

⁴² A Fundação Lemann, por meio dos parceiros Instituto Singularidades, Albert Einstein, FGV e Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, custeia bolsas destinadas a estudantes negros de baixa renda da rede pública.

⁴³ Fomentamos a realização de eventos e seminários que coloquem em pauta discussões importantes sobre o país e contem com especialistas e tomadores de decisão do Brasil e do mundo como a Brazil Conference at Harvard & MIT, organizada por estudantes brasileiros nos campi dessas universidades, e Lemann Dialogue, que em 2023 aconteceu na universidade de Illinois.

⁴⁴ É um programa gratuito de formação de lideranças que consiste em discutir o cenário atual brasileiro, junto a grandes referências, com o principal objetivo de criar negócios de transformação que contribuam para o desenvolvimento do Brasil.

⁴⁵ Trabalha no desenvolvimento de lideranças que, pela prática docente, se aprofundam em problemas complexos, conhecendo-os de perto e sendo capazes de intervir e impactar positivamente na sociedade.

⁴⁶ Pesquisa realizada em: <https://fundacaolemann.org.br/parceiros>. Acesso em: 16/10/2024.

Telefônica Vivo; Fundação Roberto Marinho; entre tantas outras organizações, instituições financeiras, empresas e instituições privadas, que articuladas em rede têm como objetivo influenciar governos, “assumindo o que seriam tarefas do Estado para com as políticas públicas de educação.” (Caetano e Peroni, 2015, p. 104). A articulação e atuação conjunta desses atores privados “demonstra o interesse e a determinação política desse setor em contribuir para a consolidação e construção hegemônica neoliberal privatista como estratégia de poder e dominação de classe.” (Souza e Silva, 2023, p. 13).

Dentre as universidades denominadas parceiras estão as registradas na figura que segue.

Figura 14 - Universidades Parceiras da Fundação Lemman



Fonte: Extraída do sítio da Fundação Lemann

Farias (2023, p. 2) comenta sobre as estratégias e ações de hegemonia da classe dominante:

As classes dominantes têm se utilizado de diferentes estratégias para impor às classes subalternas o seu projeto societário por meio das ações de hegemonia produzidas pelas Fundações, pelos Institutos e pelas Organizações Sociais empresariais, compreendidos, nesta pesquisa, por Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais (APHEs), a partir dos estudos gramscianos. No campo da educação, a Fundação Lemann é o principal APHE no papel diretivo e formador do

consenso, visto que as outras organizações cumprem funções complementares e especializadas.

No desenvolvimento de suas pesquisas, Farias (2021, p. 739) reconhece a ação de hegemonia exercida pela Fundação Lemann tanto na sociedade civil quanto na sociedade política, que constituem o Estado Integral gramsciano:

A Fundação Lemann é a mais importante matriz do projeto de conformação burguesa empresarial constituída da trama dos aparelhos privados de hegemonia, isto é, do conjunto complexo e emaranhado de institutos, fundações e organizações sociais que dirigem, financiam e executam as ações de hegemonia de uma determinada fração da classe empresarial na sociedade civil e na sociedade política constitutivas do Estado ampliado.

As relações estabelecidas da Fundação Lemann com institutos, outras fundações, universidades e organizações da sociedade civil e com governos são articuladas por intelectuais orgânicos que formam seu Conselho de Administração, o qual é constituído por integrantes da família Lemann e por representantes de empresas e instituições com estreita relação com o mercado.

4.6.1 Intelectuais orgânicos da Fundação Lemann

Quadro 31 - Intelectuais orgânicos da Fundação Lemann

Espaço de Governança	Intelectual orgânico	Função	Empresa
<i>Conselho de Administração da Fundação Lemann</i>	Jorge Paulo Lemann	Fundador e Presidente do Conselho	Patrimônio líquido orçado pela Forbes de 16,1 bilhões USD (2024). Um dos fundadores da AMBEV e 3G Capital ⁴⁷
	Susanna Lemann	Conselheira	Esposa de Jorge Paulo Lemann
	Paulo Lemann	Conselheiro	Sócio Fundador da Vitreo, Presidente da Sinery Fund NY, 3G Capital, diretor da ABInBev, membro do Conselho Administrativo da Associação Nova Escola, do Grupo Eleva, foi sócio da Pollux Capital Holding LTDA. ⁴⁸

⁴⁷ Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jorge_Paulo_Lemann e <https://exame.com/invest/guia/quem-e-o-homem-mais-rico-do-brasil/>

⁴⁸ Fonte: Sousa, Fernando Martins Parreira e. Base Nacional Comum Curricular: Atuação da Fundação Lemann na definição da política curricular para o Ensino Médio. 2023, p.73. Recuperado de

	Florian Bartunek	Conselheiro	Fundador, sócio e Chief Investment Officer (CIO, diretor de investimentos) da Constellation Asset Management, uma gestora de fundos sediada em São Paulo. Gestor de fundos e ações do mercado financeiro.
	Peter Nobel	Conselheiro	Professor doutor suíço da área de Direito Comercial e Privado. É uma autoridade do mercado de bolsa de valores.
	Peter Graber	Conselheiro	Diretor Executivo da Peter Graber Tecnologia em Segurança. Fundador da “Graber Segurança Ltda” e presidente da Graber Holding.
	Milton Seligman	Conselheiro	AMBEV
Gestão e Governança	Denis Mizne	Diretor Executivo da Fundação Lemann	Membro do conselho da Fundação Roberto Marinho
	Camila Pereira	Diretora de Impacto	Global School Leaders

Fonte: Elaborado pelo autor com informações recuperadas de <https://relatorioanual2023.fundacaolemann.org.br/ficha-tecnica>

Em conformidade com os Acordos de Cooperação Técnica estabelecidos no período de 2015 a 2025, entre a Seduc-TO e os Institutos privados, no quadro a seguir descrevemos a atuação destes Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa (Institutos privados) que influenciam a política e a gestão educacional pública no Estado do Tocantins, tanto no âmbito da gestão educacional (Seduc-TO) quanto na gestão escolar (Escola), tendo como base as categorias gestão e currículo.

Quadro 32 - Categorias da privatização da gestão da educação no SEE-TO

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO	Institutos Privados ou APH da classe dominante burguesa
------------	-----------	---

Gestão e currículo	Elabora, implementa, acompanha, monitora e avalia a política educacional pública, por meio de Acordos de Cooperação Técnica; Formula a concepção e construção da política e gestão da agenda e ações educacionais, como: articular a implementação dos programas a) <i>Se Liga</i> - visa a alfabetização de estudantes com distorção idade/série, matriculados do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental; b) <i>Acelera</i> : objetiva a correção da distorção idade/série de alunos alfabetizados e matriculados do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental; c) <i>Circuito Campeão</i> : visa o acompanhamento das turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e formação de coordenadores pedagógicos (TOCANTINS, 2017); d) Programa Volta ao Novo - Desenvolvimento de Competências Socioemocionais (TOCANTINS, 2021); orienta a Seduc-TO para a aquisição de materiais didáticos, livros e outros produtos para auxiliar os profissionais da Seduc-TO, professores e estudantes, no planejamento e desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. (TOCANTINS, 2017; 2018).	Instituto Ayrton Senna
Gestão	Elabora, implementa, acompanha, monitora e avalia a política educacional pública, por meio de Acordos de Cooperação Técnica; Indução na concepção/construção da política e gestão da agenda e ações educacionais, como: responsabilizar pela gestão do processo de formação continuada, acompanhamento e avaliação dos técnicos da Seduc-TO e diretores e coordenadores de escolas; e contratar equipe para desenvolver o curso de formação de gestores. (TOCANTINS, 2018).	Fundação Lemann
Gestão	Elabora, implementa, acompanha, monitora e avalia a política educacional pública, por meio de Acordos de Cooperação Técnica; Indução na concepção/construção da política e gestão da agenda e ações educacionais, como: articular a captação de recursos; assessoria de comunicação e jurídica; apoiar na adequação das minutas dos referidos marcos legais às normativas do MEC; disponibilizar as diretrizes gerais para auxílio na elaboração do plano de comunicação do Estado; responsabilizar pela gestão do processo de formação continuada das equipes da Seduc-TO e escolas; selecionar equipe de implantação do Programa; atuar na definição da concepção, planejamento, implantação, acompanhamento, gestão e avaliação da implementação do Programa; participar do Conselho de Governança composto pelas partes que integram os Acordos de Cooperação pactuados. (TOCANTINS, 2017; 2021).	Instituto Sonho Grande
Gestão	Elabora, implementa, acompanha, monitora e avalia a política educacional pública, por meio de Acordos de Cooperação Técnica; Indução na concepção/construção da política e gestão da agenda e ações educacionais, como: articular a captação de recursos; assessoria de comunicação e jurídica; apoiar na adequação das minutas dos referidos marcos legais às normativas do MEC; disponibilizar as diretrizes gerais para auxílio na elaboração do plano de comunicação do Estado; responsabilizar pela gestão do processo de formação continuada das equipes da Seduc-TO e escolas; apoiar o ICE na implantação de inovações pedagógicas demandadas pelo Plano de Trabalho; apoiar na definição da concepção, planejamento, implantação, acompanhamento, gestão e avaliação da implementação do Programa; participar do Conselho de Governança composto pelas partes que integram os Acordos de Cooperação pactuados. (TOCANTINS, 2017; 2021)	Instituto Natura
Gestão	Participa, em sistema de cogestão e corresponsabilidade, do processo de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação da política educacional pública, por meio de Acordos de Cooperação Técnica; Assegurar a transferência para as escolas de tecnologias educacional, organizacional e de gestão referentes à implementação do Programa; apoiar o poder público na captação de recursos; participar do Conselho de Governança composto pelas partes que integram os Acordos de Cooperação pactuados. (TOCANTINS, 2017; 2021).	Instituto de Corresponsabilidade e pela Educação
Gestão, currículo	Executam a política por meio de Acordos de Cooperação Técnica, projetos e ações, assim como aquisição de materiais, livros e outros produtos para auxiliar os professores no planejamento e desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. (TOCANTINS, 2017; 2018; 2021).	Fundação Lemann, IAS, ISG, ICE e IN

Fonte: organizado pelo autor, com base nos Acordos de Cooperação analisados nesta Tese.

Em uma análise das informações descritas no quadro anterior, constatamos a influência exercida pelos APH da classe dominante burguesa em todo o processo de construção da política educacional pública no SEE-TO: elaboração, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação. Os Acordos mostram a adesão da Seduc-TO aos ditames e práticas do mercado, uma vez que no conteúdo dos objetos e atribuições das partes está evidenciado o seu papel de coadjuvante na condução da gestão/política educacional pública. Por outro lado, ao setor privado cabe o papel hegemônico e de protagonista no que diz respeito a caminhos e possibilidades para responder às seguintes respostas: o que fazer, como fazer, onde fazer, com quem fazer, quando fazer, visando o alcance das metas do PNE (2014) e PEE-TO (2015).

5 POSSIBILIDADE DE REGIME DE COLABORAÇÃO DE CARÁTER CONTRA-HEGEMÔNICO NA GESTÃO EDUCACIONAL DO SISTEMA DE ENSINO DO TOCANTINS: PROGRAMA INTERINSTITUCIONAL REDE COLABORAÇÃO TOCANTINS

Temos por objetivo, nesta seção, examinar o Programa Interinstitucional Rede ColaborAção Tocantins (RCT), desenvolvido desde o ano de 2020, à luz da perspectiva gramsciana de Estado Integral, tendo em vista a constituição de outras formas de organização do SEE-TO, com a busca de construção do regime de colaboração de caráter contra-hegemônico.

Na esteira desse objetivo, desenvolvemos uma análise da base legal e do quadro teórico sobre o direito à educação e o regime de colaboração no Brasil e no Tocantins, assim como acerca das ideias que sustentam a possibilidade de construção do regime de colaboração numa perspectiva contra-hegemônica, com o intuito de influenciar a formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação crítica da política e gestão da agenda e ações educacionais no SEE-TO.

A indução e construção de uma concepção nesta perspectiva tem como princípio fundamental a garantia do direito à educação com qualidade social. Para tanto, esta pesquisa considera como princípios basilares para a política e gestão da Educação Básica: a defesa intransigente de uma educação pública, com gestão pública, democrática, participativa, inclusiva, emancipatória, de caráter solidária e cooperativa. Esses princípios basilares estão em rota de coalizão com os preceitos neoliberais, mercantilistas e privatistas dos Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa que exercem a hegemonia sobre a gestão da política pública do SEE-TO, como IAS, Fundação Lemann, ISG, IN e ICE. Esses atores privados estão alinhados a uma concepção de educação que advoga em favor da gestão gerencial, privada, representativa, orientada para a competitividade e qualidade total, que valoriza o individualismo e o mérito, com padronização de objetivos educacionais e controle de resultados para premiação de gestores, professores e estudantes.

5.1 DIREITO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: BASES NORMATIVAS E QUADRO TEÓRICO

O direito à educação com qualidade social que esta pesquisa joga luz está estabelecido

como um dos direitos sociais no art. 6º e como direito de todos (as) e dever do Estado no art. 205 da CF de 1988, assim como o art. 206, Inciso IX da CF e o art. 3º, inciso XIII, da LDB/1996, que definem os princípios em que o ensino será ministrado, que visam a garantia do direito à educação e aprendizagem ao longo da vida para todos(as) os(as) cidadãos(ãs) brasileiros(as), assim como nos comandos das metas e estratégias do PNE/2014. Assim, o art. 3º da LDB recepciona e amplia o veredito da educação como direito estabelecido no art. 206 da Carta Magna, mediante o entendimento de que só será consumado com a efetivação dos princípios.

Em síntese, todo o capítulo relacionado à educação na CF de 1988, assim como toda a LDB e PNE giram em torno de como os princípios devem ser efetivados para garantia do direito à educação. Com base nos Princípios de Abidjan (2022, p. 11):

O direito à educação não é apenas um direito humano em si, mas é também um direito autonomizador, multiplicador e transformador. Ele inclui um direito à educação, os direitos na educação e os direitos através da educação. A educação desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social das pessoas, permitindo que pais, famílias e comunidades transmitam os valores e as práticas sociais e culturais do respeito aos direitos humanos. A educação igualmente contribui para a realização do bem comum e para o desenvolvimento e a manutenção de sociedades saudáveis, abertas, transparentes, tolerantes, justas, não discriminatórias e inclusivas que proporcionem um ambiente propício à realização dos direitos humanos. Isso é particularmente importante para grupos vulneráveis, marginalizados e desfavorecidos, que incluem povos indígenas, meninas e mulheres, minorias, pessoas com deficiência e pessoas que vivem em situação de pobreza.

Mesmo diante dos avanços nos aspectos normativos e bases legais da CF, LDB e Planos Decenais, assim como nas discussões, pesquisas, produções teóricas e disseminação do conhecimento a respeito da temática, garantir o direito à educação não é uma tarefa fácil, ainda mais num país de dimensões continental e populacional como o Brasil, com profundas e persistentes desigualdades sociais, econômicas e geográficas, o que amplia a complexidade para gestão das políticas públicas educacionais e exige articulação, planejamento e ações intergovernamentais conjuntas e integradas nacionalmente. Nesta perspectiva, Dourado (2013, p. 772) corrobora:

O direito à educação básica de qualidade constitui um grande desafio para o Estado brasileiro e se explicita por indicadores educacionais, demarcados por assimetrias regionais, estaduais e municipais que requerem um novo esforço e um pacto federativo assentado na efetiva coordenação e cooperação, para a maior organicidade entre os processos, as políticas e programas educacionais, a gestão e o financiamento, e para a democratização da organização e gestão educacional, incluindo a ampliação do direito e a regulação.

Nessa perspectiva, para a garantia do direito à educação de qualidade é mister que o Estado assuma o seu dever constitucional e subjetivo, pois a obrigação é estatal podendo a autoridade competente ser responsabilizada em caso de descumprimento, pois com base no § 1º do art. 208 da CF “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” e o § 2º adverte que “a autoridade competente poderá ser responsabilizada”.

Em relação ao entendimento de direito à educação, Araújo (2010, p. 231) explica:

O direito à educação pode ser definido pela gratuidade da oferta da etapa elementar de escolarização, cuja duração varia segundo os contextos específicos de cada país, e pela obrigatoriedade, tanto do poder público em oferecer escolas com nível de qualidade equivalente para todos, quanto dos indivíduos em frequentá-las (Horta, 1998; Sacristán, 2001). Assim, para a efetivação do direito à educação, é imprescindível a existência do Estado e de instituições que viabilizem a escolarização da população.

Portanto, é imperiosa a existência do Estado com instituições acessíveis para assegurar o direito à educação para todas as pessoas, especialmente tendo como pilares fundamentais e basilares a gratuidade e obrigatoriedade, esta última no tocante à soma de esforços integrados para garantia de políticas educacionais de acesso e de permanência na escola, com qualidade na aprendizagem. No que se refere à constituição do Estado brasileiro Araújo (2010, p. 232) apresenta o seguinte fundamento:

O Estado brasileiro não é um ente abstrato. Ele é composto por instituições políticas, sociais e econômicas, tendo um determinado regime e uma forma de organização. Este regime é o republicano e a forma de organização é a federativa, pois segundo o Artigo 1º do texto constitucional a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e do Distrito Federal (Brasil, 1988).

O Documento Final da CONAE 2024 esclarece que a cooperação e colaboração “vão além de relações interfederativas e devem ser princípios das relações intra e extraescolares e das demais instituições educacionais” (CONAE, 2024, p. 64), uma vez que “abrange ações intencionais, planejadas, articuladas e transparentes entre os entes da federação, que materializarão a instituição efetiva do SNE” (CONAE, 2024, p.46).

5.2 REGIME DE COLABORAÇÃO NO BRASIL: BASE LEGAL E TEÓRICA

No Brasil, o regime de colaboração está fundamentado, inicialmente, na Constituição Federal de 1988 (CF de 1988) (Brasil, 1988). Na Carta Magna, está estabelecido que os entes

federados (União, Estados, Distrito e Municípios) devem organizar seus sistemas de ensino/educação em regime de colaboração. À luz do texto constitucional, o Regime de Colaboração tem sido frequentemente legitimado e validado em outros dispositivos constitucionais e na legislação infraconstitucional, como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/1996) (Brasil, 1996) e na Lei nº 13.0005, do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014) (Brasil, 2014), assim como tem sido objeto de pesquisa e produção de conhecimentos na literatura educacional: Araújo (2010); Abicalil (2015); Dourado (2013); Duarte e Saraiva (2021); Lagares (2022); Saviani (2010), entre outros.

No que se refere à CF de 1988, o Art. 211 apresenta uma nova redação a partir da Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009, no § 4º, com o seguinte texto: “Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.” (Brasil, 1988). Isto significa que, no federalismo de cooperação os entes federados são autônomos, mas interdependentes, e devem se organizar de modo articulado e orgânico, para definir formas de colaboração conjuntas, com o intuito de garantir a universalização do ensino obrigatório e uma educação de qualidade para as crianças e jovens do Brasil. Segundo Dourado (2007, p. 240-241):

A busca por melhoria da qualidade da educação exige medidas não só no campo do ingresso e da permanência, mas requer ações que possam reverter a situação de baixa qualidade da aprendizagem na educação básica, o que pressupõe, por um lado, identificar os condicionantes da política de gestão e, por outro, refletir sobre a construção de estratégias de mudança do quadro atual. O conceito de qualidade, nessa perspectiva, não pode ser reduzido a rendimento escolar, nem tomado como referência para o estabelecimento de mero ranking entre as instituições de ensino. Assim, uma educação com qualidade social é caracterizada por um conjunto de fatores intra e extraescolares que se referem às condições de vida dos alunos e de suas famílias, ao seu contexto social, cultural e econômico e à própria escola – professores, diretores, projeto pedagógico, recursos, instalações, estrutura organizacional, ambiente escolar e relações intersubjetivas no cotidiano escolar.

Nessa concepção de Dourado (2007) assentamos o nosso entendimento de qualidade de educação socialmente referenciada. Assim, o regime de colaboração visa promover a unidade e o alinhamento na condução e execução das políticas públicas em geral e da educação em particular, conforme a cooperação federativa prevista no Art. 23 da CF de 1988, revisada pela EC nº 53/2006 que assinala:

Art. 23 – É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V – promover o acesso à cultura, à educação e à ciência;

Parágrafo Único – Leis complementares fixarão as normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e o bem-estar em âmbito nacional. (Brasil, 1988).

A inexistência de uma regulamentação, com lei específica para normatizar o regime de colaboração, conforme estabelecido pelo *Parágrafo Único* do art. 23, implica na desarticulação de esforços que materializam uma política pública efetivamente integrada entre as diversas esferas vinculadas aos entes federados. Sobre a questão normativa do termo, Araújo (2010, p. 238) esclarece:

Quando falamos na necessidade de estabelecimento de normas de cooperação (art. 23, parágrafo único) ou de regulamentação do regime de colaboração, estamos nos referindo à necessidade de regulamentação de um instituto jurídico, que regulamente a gestão associada das competências materiais comuns, previstas no artigo 23 da Constituição Federal de 1988.

A colaboração intergovernamental para garantia do acesso, permanência e qualidade social da educação refere-se à repartição das atribuições para tomada de decisões e exercício das competências concorrentes e comuns, uma vez que estas devem ser planejadas e executadas conjuntamente e não isoladamente (Araújo, 2010).

A LDB trata o regime de colaboração no Art. 8º da seguinte forma:

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei (Brasil, 1996).

A organização dos respectivos sistemas de ensino amplia a capacidade institucional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios na constituição, consolidação e exercício da sua autonomia, com o objetivo de planejar e implementar as suas políticas públicas educacionais de maneira articulada e orgânica, tendo em vista o cumprimento das incumbências educacionais, no que se refere às diretrizes, metas e estratégias de manutenção e desenvolvimento da educação, estabelecidas nos Planos Decenais, para os diversos níveis, etapas e modalidades.

No tocante ao PNE, o regime de colaboração é abordado no art. 7º: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao

alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano” (Brasil, 2014). As diretrizes, metas e estratégias poderão ser alcançadas com a participação conjunta, articulada e efetiva dos entes federados, uma vez que o PNE, o PEE -TO e os PME precisam estar articulados, alinhados e em consonância para que, como política de Estado, cumpram com suas incumbências educacionais.

A necessidade de implementação do regime de colaboração com regulamentação estabelecida por lei entre os entes federados para elaboração e implementação dos Planos Decenais é concreta por se tratar de uma política pública estatal que ultrapassa mandatos, uma vez que o plano é decenal, o que abrange dois mandatos e meio. Especificamente, em relação ao regime de colaboração, Saviani (2010, p. 29) esclarece:

O regime de colaboração é um preceito constitucional que, obviamente, não fere a autonomia dos entes federativos. Mesmo porque, como já afirmei, sistema não é a unidade da identidade, mas unidade da variedade. Logo, a melhor maneira de preservar a diversidade e as peculiaridades locais não é isolá-las e considerá-las em si mesmas, secundarizando suas inter relações. Ao contrário, trata-se de articulá-las num todo coerente, como elementos que são da mesma nação, a brasileira, no interior da qual se expressam toda a sua força e significado.

Nesse sentido, a organização dos respectivos sistemas de ensino em regime de colaboração pelos entes federados, conforme art. 211 da CF de 1988, exige planejamento democrático e participativo e ações conjuntas e articuladas, considerando as particularidades locais tendo vista a garantia do direito à educação e universalização do ensino para todas as pessoas em todos os níveis e modalidades. Para satisfação desse enunciado, os Planos Decenais de Educação devem ser consolidados como o epicentro das políticas públicas educacionais, uma vez que a consonância de suas diretrizes, metas e estratégias contribuem com a materialização da unidade das políticas planejadas e desenvolvidas no território nacional, respeitando as distintas realidades e especificidades dos diversos entes federados. Nesses termos, os planos de educação têm a capacidade de articular os elementos do(s) sistema(s) de educação, seja ele nacional, estadual ou municipal, tendo como finalidade satisfazer o art. 3º da LDB, assim como o art. 214 do PNE, assim como se estabelecer como parâmetro para que as relações intergovernamentais cumpram os objetivos comuns das respectivas redes e sistemas de educação.

Em relação à LDB, o Título II trata Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, art. 3º:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)
- IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)
- XV – garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024) (Brasil, 1996).

No tocante ao art. 214 do PNE, o regime de colaboração pode se efetivar por meio da articulação orgânica, alinhamento e consonância entre as diretrizes, objetivos, metas e estratégias dos Planos interfederativos, com os respectivos incisos de I a VI, conforme sinaliza a seguinte redação:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – melhoria da qualidade do ensino;
- IV – formação para o trabalho;
- V – promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Brasil, 1988).

A satisfação dos artigos 3º da LDB e 214 do PNE, com seus respectivos incisos, será possível com a implementação de políticas públicas educacionais planejadas, acompanhadas, monitoradas e avaliadas continuamente e com ações integradas pelos governos e instâncias interfederativas. Diante disto, é inadiável a regulamentação do Regime de Colaboração interfederativo visando o cumprimento dos princípios da educação pública presente nos

Planos Decenais, assim como “proposições direcionadas ao fortalecimento e à articulação de mecanismos e de instâncias plurais de diálogo e de atuação conjunta entre a sociedade civil e a sociedade política.” (CONAE, 2024, p. 15).

A materialização dos Planos Decenais como política de Estado para a educação e não de governo e como epicentro para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas educativas para todos os níveis, etapas e modalidades, joga luz à importância da referida política visando atingir os propósitos constitucionais e das leis infraconstitucionais que regem a educação brasileira. Tendo como referência o Documento Final da Conferência Nacional de Educação de 2024 (CONAE 2024), em relação ao Plano Nacional de Educação (2024 - 2034): *política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável*, o PNE é o articulador do Sistema Nacional de Educação e faz-se premente a sua vinculação aos planos decenais estaduais, distrital e municipais em favor de ações integradas e intersetoriais, em Regime de Colaboração interfederativa. Isto posto, vislumbra-se com o referido documento:

a necessidade de maior articulação entre os entes federados e os setores da sociedade e apresentadas as diretrizes, metas, estratégias e ações para a conformação de uma efetiva política de Estado para a educação, sempre com o horizonte de assegurar democratização, universalização, qualidade social, inclusão, igualdade, equidade e respeito às diversidades. (CONAE, 2024, p. 10).

Lagares (2022, p. 260) escreve sobre a relevância do regime de colaboração para construção do Sistema Nacional de Educação tendo em vista a repartição das responsabilidades entre os entes federados para melhoria da qualidade da educação pública. Para a autora,

O regime de colaboração é enfatizado por muitos como sendo o ponto de referência para a construção do Sistema Nacional de Educação, sendo que a sua tradução em ação representa uma partilha das responsabilidades entre os referidos entes, todos movidos para o mesmo objetivo, a mesma intencionalidade, de prover uma educação com padrão único de qualidade a toda a população do Brasil.

Mas, por que é importante a regulamentação e efetivação do regime de colaboração no âmbito das políticas públicas educacionais? A regulamentação e efetivação do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios devem conduzir à efetivação do SNE, assentada na construção de uma política pública educacional conjunta, com um funcionamento pleno e articulado organicamente, com ações integradas e planejadas democraticamente entre suas secretarias, órgãos, respectivos segmentos, instâncias e esferas

educativas “sem prejuízo ao estabelecimento de relações de cooperação, onde haja uma relação proporcional entre competências e capacidade financeira” (Dourado, 2013, p. 769).

Essa pactuação interfederativa no campo da educação é importante para garantir: I) o direito à educação, com democratização do acesso, garantia da permanência e qualidade social da educação em todos os níveis, etapas e modalidades; II) garantia de condições para superação do analfabetismo; III) melhoria contínua dos processos de gestão (sistema e escola), ensino e aprendizagem; IV) implementação de políticas de valorização dos profissionais da educação; V) efetivação democrática da educação; e, em síntese, VI) cumprimento das diretrizes, objetivos, metas e estratégias dos Planos Decenais de Educação interfederativos (PNE, PEE-TO e PME). Assim, as relações intergovernamentais devem ser organizadas de modo integrado para que todo o capítulo da CF de 1988 relacionado à educação e toda a LDB possam conduzir ao cumprimento dos princípios, objetivos, diretrizes e metas educacionais, comuns a todos os entes federados.

Araújo (2010, p. 237) argumenta sobre a importância da efetiva regulamentação do Regime de Colaboração ao assinalar:

A indefinição das normas de cooperação, a falta de regulamentação do regime de colaboração, em conjunto com a extrema fragmentação orçamentária da descentralização de perfil municipalista mitigam as possibilidades de melhoria das políticas de acesso e de permanência na escola, reforçam a pluralização de redes/sistemas de ensino dos entes federados com realidades socioeconômicas e políticas distintas, bem como uma capacidade técnica, orçamentária e administrativa bastante desigual, de maneira que um aluno de uma rede ou de um sistema de ensino municipal de dada região metropolitana tenha comprometido o seu direito ao acesso, à permanência e à qualidade na escola, comparado a um município vizinho. Isto é notável, por exemplo, no que se refere à infraestrutura das escolas, plano de carreira docente, políticas, programas e projetos educacionais.

O paradoxo que amontoa obstáculos que dificultam o cumprimento dos objetivos educacionais é que a educação brasileira no geral e a tocaninense em particular têm sido conduzidas em sintonia com as orientações neoliberais, à luz de políticas educativas privatistas e mercadológicas, que tem como finalidade atender os interesses do mercado e não da comunidade escolar (profissionais da educação, estudantes e pais), o que implica numa formação aligeirada e incompleta, em virtude da racionalização de recursos, gestão gerencial, meritocracia e individualismo.

5.3 REGIME DE COLABORAÇÃO NO TOCANTINS: ARRANJOS ADMINISTRATIVOS FRÁGEIS E EFÊMEROS

No Estado do Tocantins, desde a instituição do Sistema Estadual de Ensino, em 1994, até a primeira metade da terceira década do século XXI, as relações para planejamento e implementação das políticas públicas educacionais, entre o Estado e os 139 municípios, não favoreceram o estabelecimento do preceito constitucional do Regime de Colaboração (Lagares, 2022). Nesse período, a ausência de normatização e vontade política para efetivação do Regime de Colaboração entre os entes federados impediu a construção de uma política pública e gestão educacional com a justa repartição das responsabilidades, com articulação orgânica e com ações planejadas, integradas e executadas democrática e horizontalmente, com vistas à garantia do direito à educação com qualidade social para todas as pessoas do Estado, indistintamente, em todos os níveis, etapas e modalidades. Ao contrário, Lagares (2022, p. 271) argumenta:

As relações instituídas entre os sistemas estadual, municipais e as redes de ensino, aconteceram, especialmente, por meio de arranjos e departamentos na Seduc (Assessoria aos Sistemas Municipais de Ensino, Gerência de Apoio aos Municípios, Diretoria de Assistência aos Municípios e Assessoria de Apoio aos Municípios), podendo ser caracterizados mais como arranjos legais e administrativos; com ações de cooperação mais pontuais, temporárias, não sistemáticas ou sistêmicas; na forma de termos de cooperação, protocolos de intenções e convênios; mais como mediação de programas do governo federal; com a indução de políticas para a área da educação; não trabalhando com a ideia da organização/divisão justa e equitativa de tarefas e custos das políticas educacionais; denominados, equivocadamente, como regime de colaboração, como é o caso dos processos de municipalização do ensino fundamental e de elaboração ou adequação dos PME.

No contexto em que a hegemonia sobre os rumos da educação passa a ser subjugada pelos Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa, como institutos, fundações e movimentos que influenciam a educação pública com o padrão do mercado e da concepção neoliberal de mundo, é constituída no Estado do Tocantins a Rede Colaboração Tocantins (RCT), que busca a perspectiva contra-hegemônica e crítica dos fundamentos do neoliberalismo e das práticas mercadológicas e privatistas, à luz da defesa intransigente de um Regime de Colaboração sistêmico e articulado entre o Estado e os municípios tocaninenses e entre os sistemas de ensino/educação e as instituições de caráter público presentes no Estado do Tocantins. No plano ideal, a normatização e pactuação desse regime visa se sustentar em programas, projetos e ações planejadas, integradas, implementadas e avaliadas democrática e horizontalmente para a garantia de uma educação pública, com gestão pública, democrática e

participativa, laica, inclusiva, emancipatória e de qualidade socialmente referenciada.

5.4 A PESQUISA DOCUMENTAL SOBRE A REDE COLABORAÇÃO TOCANTINS (RCT)

A pesquisa documental sobre a RCT, também, se relaciona com a tese desta investigação, tendo em vista a contra-hegemonia no âmbito da política/gestão educacional no Tocantins. Nesta subseção, o trabalho concentra-se no tratamento contextualizado de documentos da RCT e da legislação educacional, concatenando os pressupostos legais e o quadro teórico conceitual. A base legal refere-se a CF de 1988, LDB/1996, PNE/2014, PEE-TO/2015, entre outros, e a referência teórica assenta-se em autores como: Abicalil (2014); Dourado (2007); Lagares et al (2020); Lagares et al (2021); Lagares (2022); Lagares, Carvalho e Brito (2022); Nunes (2023); Nunes, Vizolli e Santos (2021); e Santos (2019) .

5.4.1 Histórico de criação da RCT

Em março de 2020, no contexto da pandemia da Covid-19, as escolas e demais instituições de ensino do Estado do Tocantins foram fechadas. Com a limitação da convivência entre as pessoas e o consequente isolamento social, o MEC, o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Governo do Estado do Tocantins, representado pela Seduc-TO e o Conselho Estadual de Educação (CEE-TO), em uma atuação desordenada, fragmentada e com ações pontuais, passaram a publicar vários documentos, decretos e outros mecanismos normativos sobre a suspensão das atividades educacionais (Lagares, 2021).

Neste cenário, o direito à educação foi profundamente comprometido e as desigualdades sociais e educacionais ampliadas diante da inexistência do regime de colaboração, como regulamentado entre União, Estados e Municípios. No Tocantins, a falta de ações coordenadas, planejadas e articuladas entre a Seduc-TO, CEE-TO e os municípios impediu a construção de um planejamento consistente, participativo e democrático, com repartição das responsabilidades entre os órgãos e instâncias intergovernamentais. Outro agravante foi o fato de que no início da pandemia menos da metade dos 139 municípios do Estado possuíam sistema municipal de ensino/educação instituído por lei, com capacidade técnica, política, administrativa e financeira para definição de suas incumbências educacionais com autonomia, o que acarretou na subordinação às orientações da Seduc-TO e CEE-TO.

Pesquisadores da UFT, especialistas em educação, como Lagares, Carvalho e Brito

(2022, p. 67), denunciaram essa situação de descaso com a educação pública no SEE-TO:

No âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Tocantins, no período da pandemia, o Conselho Estadual de Educação (CEE-TO) seguiu as diretrizes do CNE, elaborou e aprovou normativas para a Rede Estadual e as redes que integram o Sistema Estadual de Ensino do Tocantins (SEE-TO), silenciando a prerrogativa de colaboração com os municípios. Da situação, apreende-se, também, a negligência, no sentido de deixar à margem de entendimento, o apoio às Redes e aos Sistemas Municipais de Ensino ou a intencionalidade de deixar o caminho aberto para as investidas do setor privado na educação pública.

Na perspectiva de Lagares (2022), desde criação do SEE-TO, as relações institucionais entre o Estado e os 139 municípios e entre o SEE-TO e os sistemas e redes de ensino/educação não foram regulamentadas, com vistas ao regime de colaboração. Para a pesquisadora, relações institucionais foram disciplinadas com vários arranjos administrativos⁴⁹: a) 1998 – 2004: Coordenadoria de Projetos Especiais (Fundescola) – discurso da interlocução com os municípios; b) 2004 – 2013: Assessoria aos Sistemas Municipais de Ensino (Asmet) – mediação de programas federais; c) 2014: Diretoria de Assistência aos Municípios (Dam) – planejamento da educação na Amazônia Tocantinense; d) 2015 – 2018: Gerência de Apoio aos Municípios; e) 2019 – 2024: Assessoria de Apoio aos Municípios (Asmet) – regime de colaboração a ser instituído (Lagares, 2022).

No dia 03 de abril de 2024, sob o Governo de Wanderlei Barbosa Castro, do Partido Republicanos, é publicado o Diário Oficial nº 6.542, Decreto nº 6.772, que “Dispõe sobre o regime de colaboração instituído pela Lei no 4.220, de 28 de agosto de 2023, entre o Estado do Tocantins, por meio da Secretaria da Educação, e os municípios tocaninenses, e adota outras providências.”

Com base em Araújo (2010) e Lagares (2022), compreendemos que temos avançado no que diz respeito à normatização das relações intergovernamentais entre os entes federados, contudo, essas iniciativas do Estado com leis, decretos e arranjos administrativos limitam-se a ações pontuais e isoladas, uma vez que não organiza a repartição de responsabilidades e competências de forma integrada e democrática, especialmente respeitando a autonomia municipal.

49

Ver

Lagares

(2022):

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/18645/10312>.

5.4.2 O direito à educação no Tocantins ameaçado pela pandemia da Covid-19

Os principais desafios para a organização da educação no Tocantins ficaram evidentes no contexto da pandemia da Covid-19, com a latência das indefinições quanto às funções e a repartição de responsabilidades entre o Estado e os 139 Municípios, o que resultou em ações desarticuladas e com atuações isoladas entre os órgãos e instâncias educativas dos entes federados, reiterando o que consta no Documento Final da CONAE (2024, p. 14):

A pandemia afetou decisivamente a qualidade e o direito à educação, mediante o fechamento de instituições educativas, a adoção de novas formas de ensino, para as quais não havia oferta de condições objetivas e formação adequada, a interrupção de projetos e a restrição do convívio social. Tudo com consequência negativa no campo educacional. Já existia um cenário com enormes desigualdades de acesso, conclusão, aprendizado que, com efeito, a pandemia aprofundou.

Diante da suspensão das atividades educacionais ocasionada pela crise da pandemia da Covid-19, a Undime Nacional realizou a pesquisa Conviva (Undime, 2020; Nunes, Vizolli e Santos, 2021), tendo em vista conhecer a realidade educacional do contexto pandêmico. Em relação aos 139 Municípios tocaninenses, a pandemia afetou o cenário educacional em 2020 da seguinte maneira: em março 124 municípios estavam com atividades suspensas; em junho 101 municípios já estavam com atividades escolares remotas; e em agosto 130 já estavam desenvolvendo atividades remotas e com ainda nove com atividades suspensas.⁵⁰

Assim, com base em Lagares (2021, p. 13) e pesquisa Conviva (2020), os principais entraves enfrentados para garantia da educação no contexto pandêmico foram:

implementação de estratégias de ensino remoto; normativas e planejamento; reorganização curricular; ausência de mecanismos de monitoramento; orientações de apoio e formação da equipe. A pesquisa Conviva revelou, ainda, que 58% dos estudantes viviam em famílias vulneráveis e que, apenas 25%, tinham acesso à internet e computador em casa.

Neste contexto e a partir da busca de apoio e orientação por parte dos Dirigentes Municipais de Educação do Tocantins, foi criado em 2020, o Programa Interinstitucional Rede colaboração Tocantins (RCT) – formação continuada, acompanhamento, monitoramento e avaliação, por sujeitos representantes de instituições de caráter público no Tocantins: Universidade Federal do Tocantins (UFT), Ministério Público Estadual do Tocantins (MPTO)

⁵⁰ Fonte: Pesquisa CONVIVA e monitoramento UNDIME/CAOPIJE/2020.

e União dos Dirigentes Municipais de Educação no Tocantins (Undime) (RCT, 2020; Lagares; Santos, 2022), tendo por objetivo geral:

[...] apoiar as redes e os sistemas municipais de educação/ensino do Estado do Tocantins no enfrentamento da crise educacional derivada da pandemia da Covid-19, notadamente, na sistematização da oferta educacional no período da pandemia e no processo de retomada das atividades educacionais, por meio de formação, acompanhamento e avaliação dos processos de gestão, ensino e aprendizagem (RCT, 2020, s/p).

Sem o regime de colaboração normatizado para efetivação do direito à educação, os secretários municipais de educação do Tocantins se mobilizaram para reivindicar a Undime-TO em busca de apoio e orientações visando a organização dos processos de gestão (sistema e escola), ensino e aprendizagem (Nunes, Vizolli e Santos, 2021). Naquele contexto, surgiu a RCT:

Na ausência de um plano nacional de enfrentamento a crise educacional derivada da pandemia ocasionada pela Covid-19, e com as atividades educacionais suspensas desde meados de março de 2020, representantes de algumas instituições e alguns profissionais envolvidos com a educação municipal no estado do Tocantins, em regime de colaboração, articularam a criação de uma Rede de Colaboração Técnica Especializada, com o objetivo de “apoiar as redes e os sistemas municipais de educação/ensino do Estado do Tocantins no enfrentamento da crise educacional derivada da pandemia da Covid-19, notadamente, na sistematização da oferta educacional no período da pandemia e no processo de retomada das atividades educacionais, por meio de formação, acompanhamento e avaliação dos processos de gestão, ensino e aprendizagem. (Lagares, 2020, p. 5).

Nesta pesquisa, as instituições colaboradoras da RCT são representadas por sujeitos que são considerados intelectuais orgânicos na perspectiva gramsciana, uma vez que planejam e executam o movimento de formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos programas e projetos (a proposta de política educacional).

Para Nunes (2023, p. 255) a RCT resulta de trabalho coletivo:

É resultado de uma força de trabalho coletivo, composta, inicialmente, por instituições que atuam indiretamente para manutenção do direito à educação básica, dentre elas o Ministério Público do Estado do Tocantins, precisamente, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude do Ministério Público do Tocantins (Caopije/Mpe/TO); a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, exclusivamente a Seccional Tocantins (Undime/TO); membros e pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins, especificamente, do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal e Observatório de Sistemas e Planos de Educação (GepeEM/ObSPE/UFT).

A autora explica que a Rede teve início com profissionais representantes do grupo de pesquisa GepeEM/ObSPE/UFT, do Caopije/MPE/TO e da Undime-TO e que, com a proposta em construção, outras instituições foram convidadas para compor o grupo de trabalho, como a ATM, o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, o Instituto Federal do Tocantins (IFTO) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Tocantins (Sebrae-TO) (Nunes, 2023). Todavia, destas últimas, apenas a ATM continuou como instituição colaboradora da RCT, mesmo sem assinatura de um Termo de Colaboração/Cooperação formalizado, com as atribuições comuns e específicas definidas.

A reunião de esforços desses profissionais resultou na criação da proposta da RCT, que foi desenvolvida tendo como base a pesquisa Conviva da Undime e a aplicação de instrumento diagnóstico da educação municipal no contexto da pandemia, com o objetivo de conhecer as condições objetivas de cada município, no que tange aos aspectos políticos, geográficos, financeiros, técnicos e administrativos. Nesse meandro:

Para apoiar os municípios tocaninenses no campo educacional, a Rede ColaborAção Tocantins (RCT) deu suporte para formação, acompanhamento e avaliação das ações das redes e dos sistemas de ensino/educação, com apoio de uma base legal que propicia discussões e orientações a respeito da sistematização da oferta educacional no contexto pandêmico da covid-19, especialmente quanto à validação das atividades remotas, finalização e regularização do ano de 2020 e ao processo de retomada das atividades educacionais em 2021 (Lagares, 2020, p. 5).

O ineditismo da proposta construída pelos intelectuais orgânicos da RCT reside nos princípios que sustentam e direcionam seu trabalho: a) um movimento formativo efetivamente continuado e com acompanhamento, monitoramento e avaliação formativos; e b) na reunião de esforços de instituições colaboradoras de caráter e responsabilidade pública, que pactuaram termos de colaboração/cooperação interinstitucional, conforme as cláusulas estabelecidas.

No tocante ao processo de formação continuada baseado na formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação, todo o movimento é formativo. Brito, Sousa e Carvalho (2021, p. 6-7) explicam a sua dinâmica no artigo *Avaliação, monitoramento e acompanhamento do processo formativo na RCT: aspectos teórico-práticos e operacionais*. Para estes autores, a perspectiva adotada na RCT é a democrático-popular/político-emancipatória em vez da estratégico-empresarial/econômico mercantil em que se fundamentam os institutos, fundações e consultorias privadas, uma vez que as implicações para o processo formativo são distintas: a Rede tem como foco a formação humana, na construção do conhecimento, na formação omnilateral (ampla e humana) e na formação de qualidade socialmente referenciada. O setor privado busca influenciar as políticas

educacionais públicas na perspectiva da profissionalização, imediatismo e pragmatismo mercantil, com vistas ao produtivismo, utilitarismo e conformismo com a lógica mercantil, com foco na formação unilateral: estreita e bárbara, e na pedagogia dos resultados quantitativos.

Nesse ponto, reside uma contradição tensionada entre a concepção de formação humana proposta pelos intelectuais orgânicos da RCT e a dos Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa (institutos IAS, Lemann, ISG, IN e ICE). A primeira, defende uma educação pública, com gestão pública, democrática e participativa, orientada por uma formação omnilateral, inclusiva, emancipatória, laica, solidária, que valorize os processos e que busque como meta principal o direito a uma educação de qualidade socialmente referenciada. Os Institutos baseiam-se na perspectiva da gestão gerencial, com os conceitos de eficiência, qualidade total, avaliação, controle de resultados, individualismo, competitividade, meritocracia, liderança, flexibilidade, produtividade, agilidade e descentralização, alinhados à lógica empresarial para atender as predileções do mercado.

No entendimento de Brito, Sousa e Carvalho (2021, p. 8):

São esses os fundamentos que guiaram a elaboração dos instrumentos, a produção, organização e análise dos dados em relação ao processo avaliativo, no âmbito da RCT, acrescidos da referência à concepção de gestão democrático-participativa do processo educativo, conduzido na perspectiva da construção da autonomia pelos sistemas/redes de educação/ensino, incluída a priorização da participação, também, na avaliação do processo formativo.

Em relação à necessidade de articulação conjunta entre os entes federados, com seus respectivos sistemas de ensino, órgãos e esferas administrativas, assim como as instituições educativas, Abicalil (2014, p. 250) adverte:

A intrínseca relação entre o PNE e a articulação do Sistema Nacional de Educação (SNE) ganhou estatura constitucional inédita, exigindo necessária regulação atualizada da cooperação federativa e da colaboração entre os sistemas, assim como uma nova interação intersetorial e interinstitucional das políticas públicas em cada esfera de governo.

Posto isto, a constituição da RCT busca efetivar-se como um programa interinstitucional que materializa a cooperação federativa, a colaboração entre os sistemas e a interação articulada entre os diversos órgãos, instâncias e esferas institucionais da União, Estado e Municípios tocantinenses, de modo a representar um movimento da sociedade civil que defende a educação pública, trazendo matizes, concepções e princípios constitucionais e

infraconstitucionais importantes para promoção das políticas públicas educacionais, conforme os Termos de Colaboração/Cooperação estabelecidos entre as instituições colaboradoras, sendo basicamente os seguintes: garantia de formação continuada na área de atuação dos profissionais da educação municipal (meta 16 do PNE 2014 e meta 20 do PEE-TO); autonomia federativa dos municípios (Brasil, 1988, art. 18); direito social à educação (Art. 6º da CF/1988; Art. 3º, Inciso XIII da LDB/1996); gestão democrática do ensino público (Art. 206, inciso VI da CF/1988; Art. 3º - Inciso VII e art. 14, incisos I e II da LDB/1996; PNE 2014-2024, art. 9º); do regime de colaboração (Art. 23, 211 e 214 da CF/1988; LDB, 1996, art. 8º; PNE, 2014; e meta 23, especificamente, a estratégia 23.42 do PEE-TO); pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (Art. 206 - Inciso III da CF/1988; Art. 3º, Inciso III da LDB/1996); e da qualidade da educação (Brasil, 1988, inciso VII; LDB, art. 3º, inciso IX e art. 4º, inciso IX). (RCT, 2020).

Nesse sentido, Lagares, Carvalho e Brito (2022, p. 95) corroboram ao dimensionar a importância da constituição da RCT para as redes e sistemas municipais de ensino/educação do Tocantins:

Devido às ações empreendidas, a RCT se tornou referência para os profissionais da educação municipal. No desenvolvimento desse trabalho, a RCT buscou atender aos anseios, às dúvidas e aos questionamentos dos cursistas expostos no chat das salas de formação e nas avaliações individuais, bem como empreender ações administrativas e pedagógico-curriculares de sistematização da oferta educacional em 2020 do ensino remoto, subsidiar e acompanhar a retomada das atividades presenciais e/ou híbridas em 2021, com base na autonomia do poder municipal na organização e gestão dos sistemas e das redes de ensino/educação do Estado do Tocantins.

Com o desenvolvimento dos projetos e ações do Programa, e o reconhecimento de sua importância pelas instituições colaboradoras, dirigentes municipais de educação e cursistas em geral, em 2022 a Secretaria Estadual de Educação (Seduc-TO) firma o compromisso de atuar como instituição colaboradora da RCT. (Termo de Colaboração/Cooperação Interinstitucional, RCT, 2022).

O Termo de Colaboração/Cooperação é um instrumento formal para constituição da RCT para definição de funções, atribuições e repartição de responsabilidades comuns e específicas por cada instituição envolvida. Nesse sentido, as responsabilidades comuns referem-se à pactuação de um:

Acordo de Cooperação Técnica Interinstitucional tem como escopo a reunião de esforços, em regime de colaboração, para criação e manutenção da Rede

Colaboração Tocantins (RCT), com a finalidade de: a) Apoiar as redes e os sistemas municipais de ensino/educação do Estado do Tocantins no enfrentamento da crise educacional derivada da pandemia da COVID-19, notadamente, na sistematização da oferta educacional no período da pandemia e no processo de retomada das atividades educacionais; b) Disponibilizar rede de apoio e suporte técnico aos sistemas e redes municipais de educação/ensino para o enfrentamento da crise educacional; c) Acompanhar e avaliar as ações propostas pelas redes e sistemas municipais de educação/ensino; d) Proporcionar formação para a equipe gestora voltada para o enfrentamento da crise educacional; e) Proporcionar formação para os professores e coordenadores pedagógicos voltada para os desafios da crise educacional (RCT, 2020, p.5).

A RCT se constitui, nesse período, como uma organização interinstitucional que busca o regime de colaboração entre instituições públicas educativas do Estado, todavia, como anunciado, conta com o apoio de associações civis de direito privado, sem fins lucrativos, como a Undime-TO e ATM. Ou seja, na concepção dos intelectuais orgânicos da RCT, o ideal é o regime de colaboração público-público, como defendido na Dissertação de Santos (2019), contudo, por compreender as relações de poder e o estreito vínculo existente entre a Undime-TO e a ATM com os Municípios e as redes e sistemas municipais de educação, é aceitável o estabelecimento de Termos de Cooperação/Colaboração com essas entidades privadas, desde que atuem na RCT com o compromisso de assumir as responsabilidades e atribuições comuns e específicas inerentes a cada instituição colaboradora.

Os Termos de Colaboração/Cooperação entre as instituições colaboradoras têm como signatário proponente a Undime-TO, que é a representante legal das Secretarias Municipais de Educação que aderem aos programas e projetos da RCT. Para legitimar e validar a atuação da Rede os Termos necessitam ser pactuados juntamente com cada instituição colaboradora, no início de cada ciclo de programas, projetos e ações. Nesse sentido, a Undime-TO e as instituições colaboradoras comprometem-se, conforme Cláusula Primeira - Do Objetivo Geral:

O presente Acordo de Cooperação Técnica Interinstitucional tem como escopo a reunião de esforços, em regime de colaboração entre instituições presentes no Estado do Tocantins, para criação e manutenção da Rede ColaborAção Tocantins (RCT), cuja finalidade é apoiar redes e sistemas de ensino/educação do Estado do Tocantins por meio de formação continuada, acompanhamento e monitoramento contínuos e avaliação periódica, de profissionais das redes e dos sistemas municipais de ensino/educação e de outros profissionais envolvidos com a educação nos Municípios, nas áreas de gestão e atuação pedagógica, mediante a execução dos Projetos [...] (RCT, 2022, Termo de Colaboração Interinstitucional).

Na RCT, a partir do amadurecimento das concepções, passou-se a buscar o defendido por Santos (2019), o regime de colaboração público-público como o ideal, com o

envolvimento entre instituições públicas presentes no Tocantins, com o objetivo de formular e implementar a política pública educacional no âmbito dos Municípios. Essa perspectiva é considerada contra-hegemônica por ser materializada pela sociedade civil organizada que defende a educação pública e com gestão pública. Nesse sentido, parece se aproximar do disposto na Lei 2.977, de 08 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.411, que aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO (2015-2025) (Tocantins, 2015), especificamente na meta 23, estratégia 23.42, que objetiva:

estabelecer e assegurar, até o segundo ano de vigência deste PEE/TO, um pacto estadual pelo fortalecimento da educação básica entre a Seduc/TO, as diretorias regionais de educação, as unidades escolares e as instituições de ensino superior, com metas e responsabilidades específicas para todos os parceiros, objetivando elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem e a qualificação dos profissionais da educação.

Uma vez que as condições objetivas não permitiam a organização e realização do trabalho da RCT assentados apenas no Regime de colaboração público-público, os intelectuais orgânicos da RCT buscaram a sua consolidação tendo como referência o Estado Integral proposto por Gramsci, em uma perspectiva contra-hegemônica: sociedade política (Estado) + sociedade civil, ou seja, com instituições estatais e Aparelhos Privados de Hegemonia presentes no Estado que assumiram o compromisso inegociável de defender uma educação pública, com gestão pública, democrática e participativa. Para Shiroma e Evangelista (2014, p. 31-32):

O legado teórico de Gramsci – especialmente os conceitos de hegemonia, Estado Ampliado, intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia – oferece inúmeras possibilidades de análise desses novos sujeitos na configuração de arranjos entre organizações governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, num amálgama particular entre Sociedade Política e Sociedade Civil.

Conforme o seu *site*, a RCT é uma organização interinstitucional, constituída por um conjunto de representantes de instituições presentes no Estado do Tocantins, União Nacional dos Dirigentes Municipais – seccional Tocantins (Undime-TO), Ministério Público do Estado do Tocantins (MPETO), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Associação Tocantinense dos Municípios (ATM) e Secretaria Estadual de Educação (Seduc-TO), com o apoio do Ministério da Educação (MEC), instituições estas que assinam um Termo de Colaboração/Cooperação assumindo a responsabilidade legal e social de promover e garantir o direito à educação pública, com gestão pública, laica, democrática, inclusiva e de qualidade

socialmente referenciada à todos os (as) estudantes da Educação Básica do território tocantinense.

Essas instituições atuam em regime de colaboração para apoiar as redes e sistemas municipais de ensino/educação do Tocantins, com repartição de responsabilidades, planejamento e ações integradas, visando a garantia das diretrizes, metas e objetivos estabelecidos nos Planos Decenais de Educação.

5.4.3 Instituições colaboradoras da RCT: o ineditismo de uma proposta em defesa do direito à educação pública de qualidade socialmente referenciada

A seguir, apresentaremos cada uma das instituições colaboradoras da RCT, com a descrição das responsabilidades de cada uma, conforme Termo de Colaboração/Cooperação pactuados:

5.4.3.1 Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A UFT desempenha um papel de destaque na constituição e organização da RCT desde o início, com professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação compondo a equipe de colaboradores, no planejamento e sistematização da proposta, assim como na operacionalização do processo de formação continuada, acompanhamento, monitoramento e avaliação. No site da UFT (online, s/d) consta:

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) é uma entidade pública de educação superior vinculada ao Ministério da Educação (MEC) destinada à promoção do ensino, da pesquisa e da extensão. Foi instituída pela Lei 10.032, de **23 de outubro de 2000**, a partir da federalização da então Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), e implantada em **15 de maio de 2003**, com a posse dos primeiros servidores.

Originalmente com sete câmpus, em 2019 a UFT foi desmembrada em duas, dando origem à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Com sua configuração atual de cinco câmpus – Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas e Porto Nacional – e 19 polos de educação a distância (EaD), a UFT está presente de norte a sul do Tocantins e desenvolve projetos de ensino, pesquisa e extensão que se estendem, para além das divisas do Estado, por toda a região da Amazônia Legal.

Em 29 de junho de 2022, a UFT assinou o Termo de Colaboração/Cooperação Interinstitucional Nº 02/2022, com vigência até dezembro de 2023, tendo como objetivo promover formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação no âmbito dos processos de gestão, ensino e aprendizagem para as redes e sistemas municipais de ensino do Estado do

Tocantins, por meio da atuação da RCT.

Conforme o Termo, as responsabilidades específicas da UFT são:

- a) Participar da construção da Proposta Rede Colaboração Tocantins, por meio dos professores, técnicos e acadêmicos membros.
- b) Autorizar Coordenadores dos seguintes Grupos de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação a integrarem o Comitê Gestor da RCT: Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal (GepeEM) e Observatório de Sistemas de Planos de Educação no Tocantins (ObsPE); Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão de Políticas Curriculares e Educativa e do Observatório dos Sistemas e Planos de Educação do Tocantins; Grupo de Estudos e Pesquisas em Fazeres e Saberes em Contextos Sociais e Educacionais (GEPEFAZE); e Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação, Desigualdade Social e Políticas Públicas (NEPED/UFT).
- c) Apoiar o processo de implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Proposta Rede de Colaboração Tocantins.
- d) Empenhar-se para captação de recursos de terceiros para a completa execução das ações propostas de formação, acompanhamento e avaliação das redes e sistemas de ensino.
- e) Demandar necessidades e prioridades das redes e sistemas municipais de ensino/educação quanto a atuação em favor da melhoria da qualidade social da educação.
- f) Disponibilizar a plataforma Moodle para realização do movimento formativo.
- g) Autorizar professores e outros servidores técnicos para integrarem a Rede Colaboração Tocantins.
- h) Garantir a gestão financeira dos recursos captados para as ações da Rede pela Fundação da UFT.
- i) Realizar a certificação dos cursistas e participantes da Rede.
- j) Disponibilizar espaços físicos adequados (salas de aula, auditório), para realização de encontros de formação e de eventos presenciais.
- k) Disponibilizar veículos, abastecidos pela Rede, para transporte dos colaboradores, visando acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações do Programa.
- l) Participar das reuniões entre as instituições colaboradoras na Câmara de Colaboração.
- m) Participar de eventos e ações promovidas pela Rede (RCT, 2022).

Ao constituir a Rede por meio de representantes de professores, técnicos e estudantes de graduação, Mestrado e Doutorado, integrantes de grupos de pesquisas vinculados aos programas de graduação, pós-graduação e formação de professores, a referida Universidade cumpre o propósito a qual destina-se na academia e na sociedade, de promoção do ensino, pesquisa e extensão, uma vez que a RCT é, hodiernamente, reconhecida como um programa de extensão da UFT.

5.4.3.2 Ministério Público do Estado do Tocantins

Na sua página na *internet*, atualizada em 17/03/2015, o Ministério Público do Estado do Tocantins informa que foi criado

O Ministério Público do Estado do Tocantins foi criado no dia da instalação do próprio Estado do Tocantins, em 1º de janeiro de 1989, por meio da Medida Provisória nº 1, documento que institui a primeira estrutura organizacional do poder Executivo estadual.

Atualmente, o Ministério Público do Tocantins é integrado por 12 procuradores de Justiça, cerca de 100 promotores de Justiça e conta com um quadro auxiliar de aproximadamente 400 servidores efetivos, além de estagiários e colaboradores terceirizados (MPE/TO, online. 2015).

Considerando que o MPTO é uma instância do poder público que tem como objetivo defender os direitos do cidadão e os interesses da sociedade⁵¹, vale destacar a sua importância na constituição inicial da RCT, uma vez que no contexto da pandemia os dirigentes municipais de ensino, gestores escolares e profissionais da educação em geral o procuram em busca de “orientações, instruções, segurança jurídica para a condução da nova realidade educacional, sem contar com a instituição escola.” (Nunes, p. 20, 2024).

No dia 17 de dezembro de 2021, o MPTO assinou o Termo de Colaboração/Cooperação Interinstitucional Nº 010/2021 para constituição da RCT, publicado no Diário Oficial MPE/TO N. 1387, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência de cinco anos, até 17/12/2025, tendo como signatário proponente a Undime-TO, com o seguinte objeto: “O Acordo de Cooperação Técnica Interinstitucional tem como escopo a reunião de esforços, em regime de colaboração, para criação e manutenção da Rede Colaboração Tocantins (RCT)”, tendo na Cláusula Segunda - Das Obrigações do MPTO:

- a) Participar da construção da Proposta Rede Colaboração Tocantins;
- b) Disponibilizar, formalmente, representante para compor a Câmara de Colaboração;
- c) Apoiar o processo de implementação, acompanhamento e avaliação da Proposta Rede de Colaboração Tocantins;
- d) Orientar a RCT sobre captação de recursos de terceiros para a completa execução das ações propostas de formação, acompanhamento e avaliação das redes e sistemas de ensino;
- e) Demandar, sempre que possível, necessidades e prioridades das redes e sistemas municipais de educação quanto a atuação em prol da melhoria da qualidade social da educação, conforme demandas apresentadas pelas Promotorias de Justiça;
- f) Contribuir com o monitoramento das redes e sistemas municipais de educação;
- g) Compartilhar dados do monitoramento das redes e sistemas municipais de educação com a RCT;
- h) Participar das reuniões entre as instituições colaboradoras.

No Termo de Colaboração/Cooperação para constituição da RCT, o MPTO participa por meio e com representantes do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e

⁵¹ <https://www.mpto.mp.br/portal/areas-de-atuacao/#educacao>.

Juventude do Ministério Público do Tocantins (Caopije/MPTO), conforme será melhor apresentado mais à frente.

5.4.3.3 União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - seccional Tocantins (Undime-TO)

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) foi criada em outubro de 1986 (Cruz e Marcassa, 2020), num período em que se observava uma latente contradição: enquanto os organismos multilaterais orientavam para políticas de cunho neoliberal no plano internacional, no Brasil havia um movimento de transição para o regime democrático, processo de municipalização e reconhecimento da autonomia municipal, com os segmentos sociais se organizando para a participação popular e defesa dos princípios democráticos na implementação das políticas públicas em geral e da educação em particular, o que culminou com a CF de 1988 (Santos, 2019).

No Capítulo I, Art. 1º, do Estatuto da Undime-TO está descrito que a mesma foi constituída em 09 de novembro de 1994, denominando-se como uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial (Undime-TO), que atua como entidade representativa das redes e sistemas municipais de ensino/educação do Tocantins. Este período é marcado pelo estabelecimento do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) (Brasil, 1995), do Ministro da Administração e Reforma, Bresser Pereira, que foi um mecanismo legal para diminuir a responsabilidade estatal na definição e execução das políticas sociais, entre elas a educação. Esse Plano favoreceu sobremaneira a influência e atuação do setor privado e a constituição de redes de governança, com uma nova forma de gestão pública.

No contexto da Pandemia da Covid-19, partir de março de 2020, a Undime-TO assumiu o papel de signatária proponente na articulação para pactuação dos Acordos de Cooperação construção da proposta da RCT, com competências e responsabilidades articuladas e integradas conjuntamente com as instituições colaboradoras, uma vez que representa as secretarias municipais de educação a ela vinculadas. estabeleceu Colaboração com a RCT, para a sistematização da oferta educacional no período da pandemia e no processo de retomada das atividades educacionais, por meio de formação, acompanhamento e avaliação dos processos de gestão, ensino e aprendizagem.

Conforme os Termos de Cooperação pactuados com a instituições colaboradoras da RCT são obrigações da Undime-TO:

- a) Designar, formalmente, um representante para se responsabilizar pelas atribuições da UNDIME-TO e contribuir com a implantação da Proposta de formação, acompanhamento e avaliação das redes e sistemas municipais de ensino.
- b) Designar, formalmente, dois servidores para participarem do Comitê Gestor da Rede de Colaboração Tocantins.
- c) Apoiar o processo de implementação, acompanhamento e avaliação da Proposta Rede de Colaboração Tocantins.
- d) Articular a adesão das instituições colaboradoras.
- e) Promover a realização de reuniões entre as instituições colaboradoras.
- f) Registrar a proposta Rede de Colaboração Tocantins em cartório.
- g) Empenhar-se para captação de recursos de terceiros para a completa execução das ações propostas de formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das redes e sistemas de ensino.
- h) Divulgar e sensibilizar os dirigentes municipais de educação para adesão à Proposta.
- i) Mobilizar dirigentes municipais de educação, técnicos e professores para se inscreverem nos módulos das formações ofertadas.
- j) Apoiar, acompanhar e avaliar a implementação das formações e acompanhamento das redes e sistemas de educação por meio da Câmara de Colaboração.
- k) Demandar necessidades e prioridades das redes e sistemas municipais de educação quanto a atuação em prol da melhoria da qualidade social da educação.

Esse conjunto de obrigações revela o papel fundamental que a Undime-TO exerce tanto na constituição quanto no desenvolvimento do trabalho da RCT, uma vez que tem se constituído como instância representativa dos Secretários Municipais de Educação e entidade influenciadora no encaminhamento das decisões em relação às políticas públicas, assim como desempenha tarefa indispensável na produção de consensos das redes e sistemas municipais de ensino/educação (Cruz e Marcassa, 2020).

5.4.3.4 Associação Tocantinense dos Municípios - ATM

A Associação Tocantinense dos Municípios (ATM) contribui com a realização dos programas e projetos da RCT, todavia, até o momento, ainda não formalizou o Termo de Colaboração/Cooperação com as demais instituições colaboradoras da RCT.

5.4.3.5 Secretaria Estadual de Educação do Tocantins - Seduc-TO

Em 08 de agosto de 2022, a Seduc-TO assinou o Termo de Colaboração/Cooperação Interinstitucional Nº 01/2022, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 6289,

de 14 de março de 2023, p. 15, com vigência até 31 de dezembro de 2023, com o objetivo de promover formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação no âmbito dos processos de gestão, ensino e aprendizagem para as redes e sistemas municipais de ensino do Estado do Tocantins, por meio da atuação da Rede ColaborAção Tocantins.

Conforme o presente Termo são obrigações da Seduc-TO:

- a) Contribuir com aporte técnico e material pedagógico para a construção e execução de programas e projetos prioritários para a Educação Municipal do Estado do Tocantins;
- b) Indicar, formalmente, um representante para se responsabilizar pelas atribuições da SEDUC e representar a instituição no Comitê Gestor, respeitado o perfil e indicações do Comitê Gestor;
- c) Indicar, formalmente, dois servidores para participarem da Equipe RCT, para atuarem nos projetos e programas;
- d) Apoiar o processo de implementação, acompanhamento e avaliação da Proposta Rede ColaborAção Tocantins;
- e) Empenhar-se para captação de recursos de terceiros para a completa execução das ações propostas de formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das redes e sistemas de ensino/educação;
- f) Apoiar, acompanhar e avaliar a implementação das formações, acompanhamento, monitoramento e avaliação das redes e sistemas de ensino/educação por meio da Câmara de ColaborAção;
- g) Designar treze servidores da SEDUC, sendo um por regional, lotados na sede das Diretorias Regionais de Educação (DRE), para atuarem como articuladores do Projeto EducaTO, com atribuição de apoio e acompanhamento das ações desenvolvidas pelas redes/sistemas de ensino/educação no âmbito do projeto;
- h) Garantir transporte e diárias para os servidores das Diretorias Regionais de Educação, com atuação no Projeto EducaTO realizarem o acompanhamento e monitoramento das redes e sistemas municipais de ensino/educação.

Desde o início da RCT, em 2020, a Seduc-TO foi procurada para participar como instituição colaboradora, tendo em vista a sua importância política e administrativa e pelo papel influente que desempenha nas relações de poder com o poder público municipal. Entretanto, a Secretária de Educação da época, professora Adriana Aguiar, não teve interesse em pactuar o Termo de Colaboração/Cooperação. Desse modo, a assinatura do Termo de Colaboração/Cooperação da Seduc-TO como instituição colaboradora na RCT, em 2022, pelo Secretário Estadual de Educação, Fábio Vaz, consolida o reconhecimento e fortalecimento da Rede como programa interinstitucional no Estado do Tocantins e junto ao Ministério da Educação (MEC). Todavia, é oportuno compreender que a ocupação de espaço da Seduc-TO traz como exigência a necessidade contínua de articulação e manutenção do diálogo entre os sujeitos que integram a RCT com os gestores da Secretaria, especialmente do Comitê Gestor, a fim de não haver sobreposição e minimizar o conflito de interesses das instituições que constituem o Programa, tanto no planejamento quanto na implementação das atividades de

formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação junto às redes e sistemas municipais de ensino/educação.

5.4.3.6 Ministério da Educação (MEC)

No início da constituição da RCT, no ano de 2020, os seus instituidores que integram o Comitê Gestor realizaram as atividades de planejamento, pesquisa, diagnóstico e de organização e sistematização do programa educacional de forma voluntária, pois não havia perspectiva de financiamento público para realização do trabalho de apoio às redes e sistemas municipais de ensino/educação do Estado do Tocantins no enfrentamento da crise educacional agravada pela pandemia da Covid-19.

Naquele contexto, no mês de agosto de 2020, houve uma articulação política entre os instituidores da RCT e o Presidente da Undime-TO e Dirigente Municipal de Educação do Município de Santa Rita do Tocantins à época, Wesley Lopes Fonseca, para apresentação de uma proposta de trabalho para a Bancada Federal do Estado do Tocantins, que foi representada pela Senadora Kátia Abreu (Partido Progressista em 2020) e os Deputados Federais Maria Auxiliadora Seabra Rezende, Dorinha, (Partido Democratas em 2020) e Célio Moura (Partido dos Trabalhadores em 2020). Doravante, o trabalho desenvolvido pela RCT foi reconhecido pelos referidos parlamentares como estratégia para assegurar o direito à educação nos Municípios tocaninenses, uma vez que assumiram o compromisso político e intermediaram junto ao MEC/FNDE o financiamento de R\$ 1.5000.000,00 (Hum Milhão e Quinhentos Mil Reais) para realização do trabalho formativo. Em virtude do tensionamento político⁵² entre a Senadora Kátia Abreu e a Deputada Federal, Professora Dorinha, na política tocaninense, a partir de 2022 esta última assumiu as intermediações entre a RCT e o MEC, marcando reuniões e apresentações das propostas do Plano de Trabalho, visando a continuidade do financiamento.

É oportuno ressaltar que os intelectuais orgânicos da RCT compreenderam que conhecimento, vontade coletiva e uma proposta adequada não seria suficiente para materializar um programa de formação que atendesse e apoiasse a realidade concreta das redes

⁵² Esse tensionamento político resultou na disputa eleitoral pela vaga no Senado Federal representando o Estado do Tocantins, com vitória da Deputada Federal, Professora Dorinha (União Brasil), com 395.408 votos, o correspondente a 50,42% dos votos válidos. Fonte: Agência Senado. Disponível em: (<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/02/professora-dorinha-e-eleita-senadora-pelo-tocantins>). Data de acesso: 01/02/2025.

e sistemas municipais de ensino/educação nas suas especificidades e necessidades. Nesse meandro, apoiamo-nos em Carvalho, Carvalho, Arraes e Silva (2023, p. 7) para justificar a articulação entre a sociedade civil e a sociedade política para viabilidade do Programa Interinstitucional RCT:

Ressaltamos, entretanto, que a modificação da realidade efetiva exige dos sujeitos sociais mais do que conhecimento e vontade; requer, além disso, uma ação política que articule um agir orgânico nos espaços decisórios da sociedade política ou aparelho político-administrativo e nos diversos espaços de produção e reprodução da vida social, envolvendo os ambientes formais e não-formais, parlamentares e extraparlamentares. Esse movimento pode potencializar um importante processo de autonomia e de democracia efetivamente participativa na sociedade, em geral, e nas instituições sociais, como as educacionais.

Desde então, o Programa Interinstitucional RCT tem planejado e executado o seu Plano de Trabalho, com recurso financeiro descentralizado pelo MEC/FNDE para a Universidade Federal do Tocantins (UFT), sob a gestão e execução financeira pela Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (Fapto).⁵³

No quadro a seguir revelamos a descrição do financiamento público, que tem como instituição responsável a Secretaria da Educação Básica do Ministério da Educação - MEC/SEB e como Unidade Descentralizadora o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no período de 2020 a 2025:

Quadro 33 - Descrição do Financiamento Público do MEC via Termo de Execução Descentralizada (TED)

(TED)	Recurso	Vigência	Objeto
TED nº 9975/2020 - MEC - Rede Colaboração	R\$ 1.500,00 (um milhão e quinhentos reais)	De 29/12/2020 a 31/12/2021	Apoiar as redes e os sistemas municipais de educação/ensino do Estado do Tocantins no enfrentamento da crise educacional derivada da pandemia da Covid-19, notadamente, na sistematização da oferta educacional no período da pandemia e no processo de retomada das atividades educacionais, por meio de formação, acompanhamento e avaliação dos processos de gestão, ensino e aprendizagem.

⁵³ As informações sobre a gestão financeira e prestação de contas do Programa RCT estão disponíveis no Portal de Transparência da Fapto. Fonte: https://sistemas.fapto.org.br/PortalTransparencia/pagamentos_pt.

TED nº 11456/2022 - MEC - Rede Colaboração	R\$ 2.500,00 (dois milhões e quinhentos reais)	De 15 de novembro de 2022 a 31 de agosto de 2023. ⁵⁴	Formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação, para apoiar os processos de institucionalização, gestão e prática pedagógica da/na educação básica [pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental] municipal no Tocantins estruturando-se em dois eixos: i) o Plano Municipal de Educação (PME) e o Plano de Ações Articuladas (PAR) como articuladores do Sistema Municipal de Ensino/Educação; e ii) o Acompanhamento da Aprendizagem como respaldo às redes e aos sistemas na retomada das aulas presenciais.
TED nº 13114/2023 - MEC - Rede Colaboração	R\$ 2.500,00 (dois milhões e quinhentos reais)	De 12 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2025	Rede ColaborAção Tocantins: formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos processos de gestão, ensino e aprendizagem das redes e sistemas municipais de ensino/educação do Tocantins.
TED nº 13114/2023 - MEC - Rede Colaboração (ADITIVO) ⁵⁵	R\$ 2.500,00 (dois milhões e quinhentos reais) - ADITIVO	até 31 de dezembro de 2025 - ADITIVO	Rede ColaborAção Tocantins: formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos processos de gestão, ensino e aprendizagem das redes e sistemas municipais de ensino/educação do Tocantins.

Fonte: Elaborado pelo autor tendo como referência os arquivos disponíveis no Drive da RCT (2025), Nunes (2023) e informações do Portal de Transparência da Fapto.

As informações apresentadas no Quadro evidenciam a materialidade de um regime de colaboração entre instituições e representantes da sociedade política e da sociedade civil que de forma articulada se uniram para assumir o compromisso político e cidadão, com vistas a buscar garantir o direito à educação pública, com gestão pública, democrática, participativa e de qualidade socialmente referenciada.

Instituições colaboradoras: análise crítica das relações de poder

Por outro lado, não se pode desconsiderar as relações de poder, disputa de projetos e ocupação de espaços em relação aos programas e projetos desenvolvidos pelo MEC no território nacional em geral e no Tocantins em particular. Nesse meandro, a concepção de Lagares (2022, p. 271-272) corrobora com a reflexão ao assinalar que:

Também, não podemos secundarizar a história de tensões políticas, de interesses conflitantes e de relações competitivas, baseada em jogos de interesses, de poder e de força no País, na sociedade e na esfera educacional, pelo controle das diversas

⁵⁴ Observação: Este recurso foi utilizado a partir do mês de agosto de 2022. De janeiro a julho de 2022 os colaboradores do Programa RCT apoiaram as redes e sistemas de ensino/educação do Estado do Tocantins sem financiamento público, portanto, de forma voluntária.

⁵⁵ O Recurso solicitado para execução do Plano de Trabalho em 2024 foi no valor de R\$ 5.000.000,00 (R\$ cinco milhões). Todavia, foram disponibilizados 50% desse total em 2024 e um Aditivo com a outra metade para continuidade das atividades em 2025.

instâncias do poder. Nesse processo, compreendemos que é preciso superar visões sistêmicas neutras e avançar para análises e propostas que deem centralidade às tensões políticas inerentes aos jogos de poder.

Esse entendimento parte da premissa de que os órgãos e estabelecimentos de ensino do poder público, assim como do setor privado, não são instâncias abstratas. Esses espaços são ocupados por sujeitos concretos, que têm capacidade individual e coletiva objetivas para estabelecer relações convergentes ou divergentes em relação à política educacional adequada para o SEE-TO e das redes e sistemas municipais de ensino/educação.

A RCT propõe um trabalho articulado pelos sujeitos representantes das instituições colaborativas, a partir de uma relação de interdependência entre instituições públicas dos entes federados, como o Ministério da Educação (MEC), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Ministério Público do Tocantins (MPTO), Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (Seduc-TO) e as Secretarias Municipais de Educação do Tocantins (Semeds), com o apoio de duas associações civis de direito privado e sem fins lucrativos: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Seccional Tocantins (Undime-TO) e da Associação Tocantinense dos Municípios (ATM). Todavia, o desenvolvimento deste trabalho não é desenvolvido sem lutas, tensionamentos e conflitos internos e nas relações institucionais externas, tendo em vista a investida de institutos, fundações e consultorias na gestão da Seduc-TO e da Undime-TO, influenciando a implementação de programas, projetos e ações voltados para a definição do currículo, da estrutura das escolas, a formação de gestores e professores, à luz de uma intensa disputa de projetos educacionais.

Em contraposição às orientações neoliberais que possuem pautas mercantilistas e privatistas, ao enxergarem no mercado e na iniciativa privada o parâmetro de qualidade para a educação pública, a RCT foi criada e organizada pelos seus intelectuais orgânicos para assentar-se na perspectiva crítica e contra-hegemônica. Nessa perspectiva, a organização da RCT vai ao encontro da concepção de Dourado (2007, p. 939 - 940) para quem:

assegurar condições políticas e de gestão para o envolvimento e a participação da sociedade civil na formulação, implementação das ações e programas de universalização da educação básica, bem como a melhoria da educação nos diferentes níveis e modalidades, é tarefa dos poderes públicos. No Brasil, dada a natureza patrimonial do Estado, muito há que ser feito, a fim de garantir a participação da sociedade civil nas políticas públicas, especialmente na educação.

Mesmo considerando que a organização da RCT tem como base a concepção de educação que os seus intelectuais orgânicos definiram, há fatores que devem ser analisados

criticamente, tendo em vista a compreensão da sua atuação no campo das políticas públicas educacionais. Dentre esses fatores destacam-se a correlação de forças e a disputa de projetos educacionais entre os sujeitos que constituem a Rede, uma vez que representam instituições com atribuições e atuações distintas no campo educacional.

Em síntese, dentre as instituições colaboradoras da RCT, o MPTO exerce uma função fiscalizadora em relação ao direito à educação, mediante acompanhamento e controle da política pública educacional.⁵⁶ Para Ximenes *et al* (2022, p. 403):

O MP é uma instituição permanente, desenhada constitucionalmente, cujas funções incluem a fiscalização da aplicação das leis, a defesa do patrimônio público e o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e aos direitos assegurados na Constituição. Para o exercício da missão institucional, a Constituição Federal e a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (LONMP) estipularam garantias e prerrogativas, bem como disciplinaram os instrumentos necessários ao pleno e livre exercício funcional dos membros da instituição, de modo a assegurar a esses uma atuação independente.

Em relação à UFT, o tripé de sua atuação refere-se à pesquisa, ensino e extensão, com formação inicial (meta 15 do PNE/2014) nos vários cursos de licenciatura distribuídos em sedes multi-campi pelo Estado e no âmbito da formação continuada (meta 16 do PNE/2014), em regime de colaboração com a Seduc, Semeds, Superintendências Regionais de Educação e Escolas Estaduais e Municipais do Estado do Tocantins.

A UFT é importante na constituição da RCT, especialmente, pela riqueza humana e teórica de seus colaboradores, ao participar como instituição colaboradora do processo de formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação com seus professores, técnicos e acadêmicos dos cursos de graduação, mestrado e doutorado, que integram grupos de pesquisa que produzem e disseminam conhecimentos sobre formação de professores e gestores, gestão da educação municipal, planos decenais de educação, institucionalização e gestão de sistemas municipais de ensino/educação, entre outros. Para além da participação desses especialistas em política/gestão da educação em geral e da municipal em particular, a Universidade desempenha um papel fundamental como instituição social que atua em defesa da universalidade, com práticas republicanas e democráticas (Chauí, 2003), o que vai ao encontro dos princípios defendidos pela RCT.

Ao afirmar a universidade como instituição social e criticar a sua reestruturação como

⁵⁶ Fonte: Ximenes, S. B., Stuchi, C. G., Marinho, C. M., Taporosky, B. C. H., & Jurkstas, A. B. (2022). Especialização do Ministério Público nos Estados na Temática Educação: Extensão, Características e Dinâmica Institucional. *Direito Público*, 19(101). Disponível em: <https://doi.org/10.11117/rdp.v19i101.5791>. Data de acesso: 22/01/2025.

organização social a partir da reforma do Estado brasileiro, tecendo uma análise sobre as suas diferenças, Chauí (2003, p. 6) explica que:

A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições, impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições, e sim vencer a competição com seus supostos iguais.

Nessa perspectiva, a Universidade como instituição social está inserida na sociedade como um todo, onde deve buscar apreender a sua realidade concreta, compreendendo as suas contradições, visando a sua transformação, contribuindo sobremaneira para a concreticidade dos direitos sociais, entre eles a educação. O sentido da Universidade deve visar a produção do conhecimento científico crítico e reflexivo, assim como o desenvolvimento de pesquisas e processos formativos para a docência, em conformidade com as necessidades regionais e locais. Desse modo, é oportuno articular a atuação da Universidade com a educação básica a fim de assegurar a formação omnilateral, crítica, inclusiva, laica, emancipatória, democrática, participativa e de qualidade socialmente referenciada para todas as pessoas em todos os níveis e modalidades.

No tocante à Undime, a partir da década de 90, tem sido um Aparelho Privado de Hegemonia fundamental na lógica de alinhamento subordinado e sintonia às orientações neoliberais. Desde então, tem participado efetivamente na construção de pautas e políticas educacionais e produzindo consensos institucionais na sua influência representativa exercida diante das redes e sistemas municipais de ensino/educação do país. (Cruz e Marcassa, 2020). Assim, com base em Cruz e Marcassa (2020), na década de 80, ela surge no contexto da redemocratização, fortalecimento do poder local, reconhecimento da autonomia municipal na CF de 1988, descentralização governamental e como espaço de participação na definição e implementação das políticas públicas educacionais para os Secretários Municipais de Educação. Cruz e Marcassa (2020, p. 606) explicam que:

O contexto de surgimento da UNDIME está relacionado, portanto, ao movimento de transição ao regime democrático no país e ao movimento de municipalização, decorrente da política de descentralização governamental, proposta pela reforma do aparelho do Estado. Inicialmente, a sua pauta preponderante esteve atrelada

justamente à defesa da autonomia dos municípios, tendo em vista a promoção do desenvolvimento local, de forma menos subjugada às determinações das esferas estadual e federal, sobretudo, no que se refere às transferências de recursos.

Diante expansão dos princípios neoliberais pelo mundo e da redefinição do papel do Estado no Brasil, a Undime passa a estreitar laços com fundações, institutos e consultorias privadas para apoiar as redes e sistemas municipais de ensino/educação no processo de municipalização das políticas educacionais, numa latente sintonia com a gestão/política das organizações empresariais, atrelando a sua atuação à manutenção e ampliação da hegemonia burguesa de sociedade.

Esse imbricamento com o setor privado se materializa no processo de elaboração, socialização e implementação de políticas educativas para as redes e sistemas municipais de ensino/educação, especialmente, por meio da realização de congressos, fóruns temáticos e seminários para o estabelecimento de consensos, realizados conjuntamente com órgãos da sociedade política, como o Ministério da Educação e Secretarias Estaduais de Educação e, também, com organizações da sociedade civil como fundações, institutos e consultorias privadas (Cruz e Marcassa, 2020).

5.4.4 A participação das redes e sistemas municipais de ensino/educação no processo formativo da RCT: a busca pela autonomia municipal na gestão da política educacional

No tocante à participação dos Municípios tocaninenses junto à Rede ColaborAção Tocantins, é importante esclarecer que estes participam da Rede por adesão, ou seja, as redes e sistemas municipais de ensino/educação assinam um Termo de Adesão para que os seus profissionais da educação (dirigentes municipais, técnicos de secretaria, representantes dos conselhos de educação, diretores de escola, coordenadores pedagógicos, professores, entre outros) possam participar como cursistas do processo de formação continuada, acompanhamento, monitoramento e avaliação da RCT.

Assim, especificamente, em relação à adesão, o quadro a seguir apresenta a relação dos Municípios tocaninenses que aderiram à RCT no período de desenvolvimento do Programa, compreendido entre os anos de 2020 a 2024, como se observa:

Quadro 34 - Relação dos Municípios que aderiram à Rede Colaboração Tocantins:

Ano da Oferta	Quantidade Municípios	Relação de municípios
2020	129	Abreulândia; Aguiarnópolis; Aliança do Tocantins; Almas; Alvorada; Ananás; Angico; Aparecida do Rio Negro; Aragominas; Araguacema; Araguaçu; Araguaína; Araguanã; Araguatins; Arapoema; Arraias; Augustinópolis; Aurora do Tocantins; Axixá do Tocantins; Babaçulândia; Bandeirantes do Tocantins; Barra do Ouro; Barrolândia; Bernardo Sayão; Bom Jesus do Tocantins; Brasilândia do Tocantins; Brejinho de Nazaré; Buriti do Tocantins; Cachoeirinha; Campos Lindos; Cariri do Tocantins; Carmolândia; Carrasco Bonito; Caseara; Centenário; Chapada da Natividade; Chapada de Areia; Colinas do Tocantins; Colmeia; Combinado; Conceição do Tocantins; Couto Magalhães; Cristalândia; Crixás do Tocantins; Dianópolis; Divinópolis do Tocantins; Dois Irmãos do Tocantins; Dueré; Fátima; Figueirópolis; Filadélfia; Formoso do Araguaia; Fortaleza do Tabocão; Goianorte; Goiatins; Guaraí; Gurupi; Ipueiras; Itaguatins; Itaporã do Tocantins; Jaú do Tocantins; Juarina; Lagoa da Confusão; Lagoa do Tocantins; Lajeado; Lavandeira; Lizarda; Luzinópolis; Marianópolis do Tocantins; Mateiros; Maurilândia do Tocantins; Miranorte; Monte do Carmo; Monte Santo do Tocantins; Muricilândia; Natividade; Nazaré; Nova Olinda; Nova Rosalândia; Novo Acordo; Novo Alegre; Novo Jardim; Oliveira de Fátima; Palmeirante; Palmeirópolis; Paraíso do Tocantins; Pau d'Arco; Pedro Afonso; Peixe; Pequizeiro; Pindorama do Tocantins; Piraquê; Pium; Ponte Alta do Bom Jesus; Ponte Alta do Tocantins; Porto Alegre do Tocantins; Porto Nacional; Praia Norte; Presidente Kennedy; Pugmil; Recursolândia; Riachinho; Rio da Conceição; Rio dos Bois; Rio Sono; Sampaio; Sandolândia; Santa Fé do Araguaia; Santa Maria do Tocantins; Santa Rita do Tocantins; Santa Rosa do Tocantins; Santa Tereza do Tocantins; Santa Terezinha do Tocantins; São Bento do Tocantins; São Félix do Tocantins; São Miguel do Tocantins; São Salvador do Tocantins; São Sebastião do Tocantins; São Valério; Silvanópolis; Sítio Novo do Tocantins; Sucupira; Taguatinga; Taipas do Tocantins; Talismã; Tupirama; Tupiratins; Wanderlândia; Xambioá.
2021	124	Abreulândia; Aguiarnópolis; Aliança do Tocantins; Almas; Ananás; Angico; Aparecida do Rio Negro; Aragominas; Araguacema; Araguaçu; Araguaína; Araguanã; Araguatins; Arapoema; Arraias; Augustinópolis; Aurora do Tocantins; Axixá do Tocantins; Babaçulândia; Bandeirantes do Tocantins; Barra do Ouro; Barrolândia; Bernardo Sayão; Bom Jesus do Tocantins; Brasilândia do Tocantins; Buriti do Tocantins; Cachoeirinha; Campos Lindos; Cariri do Tocantins; Carmolândia; Carrasco Bonito; Caseara; Centenário; Chapada de Areia; Colmeia; Combinado; Conceição do Tocantins; Couto Magalhães; Cristalândia; Crixás do Tocantins; Darcinópolis; Dianópolis; Divinópolis do Tocantins; Dois Irmãos do Tocantins; Dueré; Fátima; Figueirópolis; Filadélfia; Formoso do Araguaia; Goianorte; Goiatins; Guaraí; Gurupi; Ipueiras; Itaguatins; Itapiratin; Itaporã do Tocantins; Jaú do Tocantins; Juarina; Lagoa da Confusão; Lagoa do Tocantins; Lajeado; Lavandeira; Lizarda; Luzinópolis; Marianópolis do Tocantins; Maurilândia do Tocantins; Miracema; Miranorte; Monte do Carmo; Monte Santo do Tocantins; Natividade; Nova Rosalândia; Novo Acordo; Novo Alegre; Novo Jardim; Oliveira de Fátima; Palmas; Palmeirante; Palmeirópolis; Paraíso do Tocantins; Paranã; Pau d'Arco; Pedro Afonso; Peixe; Pequizeiro; Pindorama do Tocantins; Piraquê; Pium; Ponte Alta do Bom Jesus; Ponte Alta do Tocantins; Porto Alegre do Tocantins; Praia Norte; Presidente Kennedy; Pugmil; Recursolândia; Riachinho; Rio da Conceição; Rio dos Bois; Rio Sono; Sampaio; Sandolândia; Santa Fé do Araguaia; Santa Maria do Tocantins; Santa Rita do Tocantins; Santa Rosa do Tocantins; Santa Tereza do Tocantins; Santa Terezinha do Tocantins; São Bento do Tocantins; São Félix do Tocantins; São Miguel do Tocantins; São Salvador do Tocantins; São Sebastião do Tocantins; São Valério; Sítio Novo do Tocantins; Sucupira; Taguatinga; Taipas do Tocantins; Talismã; Tupirama; Tupiratins; Wanderlândia; Xambioá.

2022/2023	114	Abreulândia; Aguiarnópolis; Almas; Ananás; Angico; Aragominas; Araguaçu; Araguanã; Araguatins; Arapoema; Augustinópolis; Axixá do TO; Babaçulândia; Bandeirantes do Tocantins; Barra do Ouro; Barrolândia; Bernardo Sayão; Bom Jesus do Tocantins; Brasilândia; Brejinho de Nazaré; Buriti do Tocantins; Cachoeirinha; Campos Lindos; Cariri do Tocantins; Carmolândia; Carrasco Bonito; Caseara; Centenário; Chapada da Natividade; Chapada de Areia; Colinas do Tocantins; Colmeia; Combinado ; Conceição do Tocantins; Cristalândia; Crixás do TO; Darcinópolis; Dianópolis; Divinópolis; Dois Irmãos; Dueré; Esperantina; Fátima; Filadélfia; Formoso do Araguaia; Goianorte; Goiatins; Ipueiras; Itacajá; Itaguatins; Itapiratins; Itaporã; Jaú do Tocantins; Juarina; Lajeado; Lavandeira; Lizarda; Luzinópolis; Marianópolis do Tocantins; Maurilândia do Tocantins; Miranorte; Monte do Carmo; Monte Santo do Tocantins; Natividade; Nova Olinda; Nova Rosalândia; Novo Alegre; Novo Jardim; Oliveira de Fátima; Palmeirante; Palmeirópolis; Paraíso do Tocantins; Paranã; Pau D'Arco; Peixe; Pequizeiro; Pindorama; Piraquê; Pium; Porto Alegre do Tocantins; Porto Nacional; Praia Norte; Presidente Kennedy; Pugmil; Recursolândia; Riachinho; Rio da Conceição; Rio dos Bois; Rio Sono; Sampaio; Sandolândia; Santa Fé do Araguaia; Santa Maria do Tocantins; Santa Rita; Santa Rosa do Tocantins; Santa Tereza do Tocantins; Santa Terezinha; São Bento do Tocantins; São Felix do Tocantins; São Miguel do Tocantins; São Salvador do Tocantins; São Sebastião do Tocantins; São Valério; Silvanópolis; Sítio Novo; Sucupira; Tabocão; Taguatinga; Taipas; Talismã; Tocantinópolis; Tupirats e Xambioá.
2023/2024	117	Abreulândia; Aguiarnópolis; Aliança; Almas; Ananás; Angico; Aparecida do Rio Negro; Aragominas; Araguaçu; Araguaína; Araguanã; Araguatins; Arapoema; Arraias; Axixá; Babaçulândia; Bandeirantes; Barra do Ouro; Barrolândia; Bernardo Sayão; Bom Jesus; Brasilândia; Buriti; Cachoeirinha; Campos Lindos; Cariri; Carrasco; Caseara; Carmolândia; Centenário; Chapada da Areia; Chapada da Natividade; Colinas do Tocantins; Conceição do Tocantins; Couto Magalhães; Cristalândia; Crixás; Darcinópolis; Dianópolis; Divinópolis; Dueré; Esperantina; Fátima; Filadélfia; Formoso do Araguaia; Goianorte; Goiatins; Gurupi; Ipueiras; Itacajá; Itaguatins; Itapiratins; Jaú; Juarina; Lagoa do Tocantins; Lajeado; Lavandeira; Lizarda; Luzinópolis; Marianópolis; Mateiros; Maurilândia; Miranorte; Monte do Carmo; Monte santo; Natividade; Nazaré; Nova Olinda; Novo Acordo; Novo Jardim; Oliveira de Fátima; Palmeirante; Palmeiras; Palmeirópolis; Paraíso; Paranã; Pau Darco; Pedro Afonso; Peixe; Pequizeiro; Pindorama; Piraquê; Pium; Ponte Alta do TO; Porto Nacional; Praia Norte; Pugmil; Recursolândia; Riachinho; Rio da Conceição; Rio Sono; Sandolândia; Santa Fé; Santa Maria; Santa Rita; Santa Rosa; Santa Tereza; Santa Terezinha; São Bento; São Félix; São Miguel do Tocantins; São Sebastião; São Valério; Silvanópolis; Sítio Novo; Sucupira; Tabocão; Taguatinga; Taipas; Talismã; Tocantínia ; Tocantinópolis; Tupirats; Tupirama; Wanderlândia; Xambioá; São Salvador.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nas informações de pesquisa no *site* da RCT. Disponível em: <https://www.rctocantins.com.br/>. Acesso em: 15/01/2025.

O presente quadro destaca os municípios que aderiram à RCT no período de 2020 a 2024. Conforme o diagnóstico e pesquisa desenvolvidos pela Rede, dos 139 municípios do Estado, a adesão em números foi conforme a seguir: em 2020 foram 129 municípios; 2021: 124; 2022: 114; e 2023/2024: 117⁵⁷. A adesão ou não teve relação estreita com o processo de autonomia municipal no tocante à política educacional. Conforme o art. 11 da LDB (1996), os municípios possuem três opções para organização de seus respectivos sistemas municipais de ensino: instituir o próprio sistema e exercer a sua autonomia, integrar-se ao sistema estadual de ensino ou compor com o estado um sistema único de educação básica. Segundo Debrey (2003, p. 56) “o termo autonomia deriva etimologicamente do grego e significa deter a autoria do *nómos*, da regra, da norma, supondo, independência moral e intelectual, na construção de normas e processos de existência de determinada instituição”.

⁵⁷ Fonte: <https://www.rctocantins.com.br/>.

No Tocantins, o quantitativo de Municípios em processo de institucionalização dos sistemas municipais de ensino (Lagares, 2008) tem avançado com a atuação da RCT: em 2020 eram 45 municípios; em 2021, 80; em 2022 e 2023, 95; e em 2024, 105.⁵⁸ Contudo, Medeiros e Luce (2006, p. 21) esclarecem que o entendimento de autonomia na educação é relativo e interdependente, carecendo de contínua articulação orgânica e construção coletiva.

No sentido da afirmação da autonomia em educação, seja em nível das escolas ou dos sistemas de ensino, gostaríamos de enfatizar, com outros autores (Barroso, 2000; Gutierrez & Catani, 2000), o caráter relativo e interdependente da autonomia. A autonomia não dispensa relação e articulação entre escolas, sistemas de ensino e poderes, tampouco é a liberdade e a direção dada por apenas um segmento social. Logo, não se pretende a autonomia dos professores, ou dos pais, ou dos estudantes. A autonomia é sempre de um coletivo, a comunidade escolar, e para ser legítima e legitimada depende de que este coletivo reconheça sua identidade em um todo mais amplo e diverso, que por sua vez o reconhecerá como parte de si. A autonomia, portanto, se edifica na confluência, na negociação de várias lógicas e interesses; acontece em um campo de forças no qual se confrontam e equilibram diferentes poderes de influência, internos e externos. Por isso, a autonomia de uma escola, a gestão democrática da escola, deve ser cuidadosamente trabalhada, para não camuflar autoritarismos, nem fomentar processos de desarticulação e voluntarismos.

Portanto, os Municípios que possuem o sistema instituído por Lei têm autonomia para planejar, implementar e avaliar as suas políticas públicas educacionais na medida em que respeitam as relações de interdependência com os outros sistemas constituídos, cumprem as incumbências educacionais e se integram às políticas públicas educacionais do Estado e da União. Para tanto, devem assegurar a organização dos elementos do Sistema, com seus respectivos espaços e mecanismos para efetivação da gestão democrática. São espaços de gestão democrática do Sistema Municipal de Ensino: equipe da secretaria municipal de ensino; constituição e fortalecimento dos conselhos e fóruns municipais de educação; constituição e fortalecimento dos conselhos escolares; equipes das Unidades Escolares; realização de consultas à comunidade escolar; constituição e fortalecimento dos grêmios estudantis; constituição e fortalecimento das associações de pais e/ou responsáveis; promoção e valorização da participação da comunidade escolar. São mecanismos de gestão democrática: o plano da secretaria municipal de educação, o Plano Municipal de Educação, os planos dos conselhos e fóruns municipais de educação, Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico, o plano de trabalho do Governo Estudantil, legislação específica para nomeação dos diretores de escolas com a participação da comunidade escolar, entre outros. (Coletânea de Política e Gestão Educacional, PRISME/RCT, 2023).

⁵⁸ Fonte: <https://www.rctocantins.com.br/>.

5.4.5 O movimento formativo da RCT: acompanhamento, monitoramento e avaliação

Em 2020 e 2021 os Municípios tocaninenses vivenciaram o auge da pandemia da Covid-19. Nestes dois anos, a RCT teve objetivos comuns e continuados com público distinto, ou seja, em 2020 o processo formativo teve como cursistas os dirigentes municipais de educação e os técnicos de secretaria e em 2021 passou a atender, também, representantes dos conselhos municipais de educação, gestão pedagógica e professores, com o objetivo de, em síntese:

apoiar as redes e os sistemas municipais de educação/ensino do Estado do Tocantins no enfrentamento da crise educacional derivada da pandemia da Covid-19, notadamente, na sistematização da oferta educacional no período da pandemia e no processo de retomada das atividades educacionais, por meio de formação, acompanhamento e avaliação dos processos de gestão, ensino e aprendizagem. (RCT, 2020, s/p).

De modo geral, as orientações circundam sobre a organização dos sistemas e redes de ensino para a retomada das atividades escolares de forma remota, a construção dos planos de retorno à escola, realização do diagnóstico situacional no contexto da pandemia, reorganização curricular, reestruturação do calendário, validação das ações pedagógicas e administrativas e finalização do ano letivo de 2020, com base na autonomia municipal. (Lagares *et al*, 2021; Lagares, Carvalho e Brito, 2022; Nunes, Vizolli e Santos, 2021). Para tanto, o desenvolvimento do trabalho da RCT foi organizado em 2020 e 2021 a partir de três blocos inter relacionados:

Bloco I – Formação para a Gestão da Educação Municipal: Formar profissionais envolvidos com a gestão da educação municipal (secretaria e instituições educacionais), notadamente voltadas para o enfrentamento dos desafios no âmbito administrativo e pedagógico curricular, relacionados ao planejamento e à gestão da crise forjada pela pandemia do coronavírus, a partir de um diagnóstico da oferta e das atividades educacionais das redes e sistemas de ensino/educação.

Bloco II – Rede Permanente de Acompanhamento (apoio) e Avaliação da Gestão da Educação Municipal: Disponibilizar uma rede de profissionais especializados para o acompanhamento e avaliação dos cursistas que são os profissionais da gestão da educação municipal para apoio e suporte técnico às redes e sistemas municipais de educação/ensino no desenvolvimento de suas propostas e ações no âmbito da educação municipal para o enfrentamento da crise educacional.

Bloco III – Formação para Professores e Coordenadores Pedagógicos: objetiva a formação por etapas de ensino e áreas de conhecimento para os professores e coordenadores pedagógicos a fim de orientar a oferta educacional em tempos de pandemia e na retomada das atividades presenciais. (RCT, 2020).

A sistematização em blocos, naquele cenário, visava a satisfação do supramencionado objetivo, considerando as especificidades dos municípios e com base na reunião de esforços e articulação conjunta, tendo como referência a autonomia federativa e do regime de colaboração para efetivação da gestão democrática do ensino/educação, com o objetivo precípua de assegurar o direito à educação de qualidade socialmente referenciada.

Com base em Lagares *et al* (2021, p. 14), os objetivos específicos para efetivação deste trabalho foram:

- Realizar diagnóstico das redes e dos sistemas municipais de ensino/ educação.
- Proporcionar formação para dirigentes municipais de educação, técnicos, equipes gestoras escolares e professores, voltada para o enfrentamento da crise provocada pelo evento do Coronavírus.
- Refletir sobre as orientações curriculares para aprendizagem de qualidade a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Curricular do Tocantins (DCT).
- Disponibilizar rede de apoio e suporte técnico aos sistemas e redes municipais de educação/ensino para o enfrentamento da crise, tendo como referência a legislação relacionada à Covid-19.
- Acompanhar e avaliar as ações propostas pelas redes e sistemas municipais de educação/ensino, com base na legislação relacionada à Covid-19.
- Realizar Seminário da Superação da Crise com a participação de pesquisadores do Tocantins e de âmbito nacional, vinculados ao campo democrático popular, apresentação de trabalhos e avaliação das ações realizadas pelas redes e sistemas municipais de ensino/educação.

Este trabalho tem sido planejado e executado pelos intelectuais orgânicos da RCT. Como já apresentado nesta pesquisa, com base na concepção gramsciana (Shiroma e Evangelista, 2014; Gramsci, 1982; 2011), o intelectual orgânico deve ser aquele que define a concepção de mundo, a visão de sociedade e de política educacional, direcionando o caminho a ser seguido. Nesse sentido, a escola/educação é o principal instrumento no qual os intelectuais orgânicos devem atuar para formar a consciência política, moral, cultural e intelectual, influenciando a construção coletiva de uma contra-hegemonia para definição e execução das políticas públicas educacionais, por meio de estratégias de obtenção de consensos, como forma de superação da hegemonia dominante burguesa.

5.4.5.1 Os intelectuais orgânicos da RCT: o Comitê Gestor

No quadro a seguir, relacionamos os intelectuais orgânicos que integram o Comitê Gestor da RCT, com destaque para suas respectivas funções, vínculo institucional e formação acadêmica:

Quadro 35 - Intelectuais orgânicos que integram o Comitê Gestor da RCT

Nome	Função	Vínculo Institucional	Formação Acadêmica
Leonardo Victor dos Santos	Coordenador Geral	Professor de Educação Básica do Sistema Estadual de Educação do Tocantins.	Doutorando do Programa de Pós-Graduação na Amazônia (PGEDA), Associação Plena em Rede, na Universidade Federal do Tocantins (UFT), na Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão da Educação, turma 2021. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), ano 2019. Possui graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) (1999) e Especialização em Gestão Educacional (2008) pela Universidade Católica de Brasília.
Idemar Vizolli	Coordenador Administrativo e Financeiro	Professor Associado da Universidade Federal do Tocantins; professor e orientador no Programa de Mestrado Acadêmico em Educação na UFT; no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) na Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC); no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (EDUCANORTE) - Associação Plena em Rede	Possui graduação em Ciências Naturais pela UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1985), graduação em Matemática pela UnC - Universidade do Contestado (1997); Mestrado em Educação pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina (2001), Doutorado em Educação pela UFPR Universidade Federal do Paraná (2006) e Pós-doutoramento em Educação pela Universidade Estadual do Pará (2020).
Rosilene Lagares	Coordenadora do Programa PRISME	Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Palmas: Curso de Pedagogia, Programas de Pós Graduação em Educação: Mestrado acadêmico e Doutorado em Educação na Amazônia PGEDA/Rede Educante.	Pós-Doutora em Educação (Unoesc, 2019), Doutora e Mestre em Educação (UFG, 2007; 1998). Graduada em Pedagogia (UFG, 1989). Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Palmas: Curso de Pedagogia, Programas de Pós Graduação em Educação: Mestrado acadêmico e Doutorado em Educação na Amazônia PGEDA/Rede Educante.
Elaine Aires Nunes	Coordenadora do Programa EducaTO	Professora de Educação Básica do Sistema Estadual de Educação do Tocantins. Analista especializada no Centro Operacional de Apoio às Promotorias de Justiça com atuação nas áreas da Infância, Juventude e Educação (CAOPIJE) - Ministério Público do Tocantins.	Mestra em Educação pela Universidade Federal do Tocantins. Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (2003). Especialista em Gestão Pública Municipal, Gestão da Educação Municipal e Educação do Campo pela Universidade Federal do Tocantins e graduanda do curso de Direito - UFT.
Ítalo Bruno Paiva Gonçalves	Coordenador de Acompanhamento	Professor da Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino do Tocantins.	Doutorando em Educação na Amazônia pela UFT (Rede EDUCANORTE). Mestre em Educação (UFT, 2022). Graduado em História (UFG, 2009).
Kátia Cristina C. F. Brito	Coordenadora de Monitoramento e	Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT),	Doutora em Educação pela UFSCAR (2019). Mestre em Engenharia de Produção pela

	Avaliação do Programa PRISME	Campus de Palmas, Curso de Pedagogia e Programa de Pós Graduação em Educação (profissional).	Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (1993).
Juciley Silva Evangelista Freire	Coordenadora do Projeto AlfabeTO do EducaTO	Professora adjunta da Universidade Federal do Tocantins, atuando no Curso de Pedagogia do Campus de Palmas e no Curso de Mestrado Profissional em Educação do PPPGE/UFT.	Graduada em Pedagogia pela Universidade do Tocantins em 2006, Mestre em Educação Brasileira (2001) e Doutora em Educação (2011) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE/UFG).
Rute Soares Rodrigues	Assessora de Articulação com os Municípios	Secretaria Municipal de Educação de Palmas-TO. União dos Dirigentes Municipais de Educação do Tocantins	Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins. Graduação em História pela Fundação Universidade Federal do Tocantins (1999) e Pedagogia.
Maria Solange Rodrigues	Assessora de Articulação dos Municípios do Programa EducaTO	Aposentada do SEE-TO e do SME de Palmas. Hodiernamente, atua na Undime-TO.	Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Tocantins (1994). Especialização em Psicopedagogia pela Universidade de Amparo, São Paulo. Especialização em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Fonte: Site da RCT.

O Comitê Gestor da RCT tem como objetivo coordenar a atuação dos profissionais da RCT e os processos de ordem pedagógica, política, financeira, ideológica e institucional.

A análise deste quadro permite compreender que os sujeitos intelectuais orgânicos do Comitê Gestor da RCT são profissionais que atuam em instituições públicas da educação do Estado, como UFT, Sistema Estadual ou Municipal de Ensino e todos possuem experiência educativa e formação acadêmica na área de gestão da educação e formação de professores e gestores de modo geral e na municipal especificamente, assim como capacidade técnica e política para organizar os programas, projetos e ações da RCT. Esses aspectos jogam luz na latente diferença que existe entre os integrantes do Comitê Gestor da RCT e os intelectuais orgânicos que compõem a gestão dos institutos IAS, Lemann, ISG, IN e ICE, que têm exercido a sua hegemonia sobre os rumos da educação pública no SEE-TO, ao definirem a política educativa de formação de professores, coordenadores e diretores escolares, assim como o currículo e o formato das escolas, nos diferentes níveis e modalidades.

5.4.5.2 A Reorganização da RCT em programas: PRISME e EducaTO

A pandemia da Covid-19 suscitou uma severa crise sanitária e social no Tocantins, no Brasil e no Mundo, e as suas implicações para o campo da educação foram trágicas, uma vez

que dificultou, ainda mais, a garantia do direito à educação, especificamente por fragilizar os processos de gestão, ensino e aprendizagem. Com o fechamento das escolas, as desigualdades educacionais foram escancaradas, tanto na gestão educacional (sistema) quanto na gestão escolar (escola), de modo particular no Tocantins com as suas assimetrias regionais e ausência de um regime de colaboração institucionalizado entre Estado e Municípios.

Diante dessa realidade, a partir de 2022, a RCT reorganiza o seu trabalho de apoio às redes e sistemas municipais de ensino/educação com a estruturação de dois programas: a) PRISME – Programa de Institucionalização Efetiva e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação: formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação em política/gestão educacional; e b) EducaTO - Formação Continuada, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Processo de Gestão e Prática Pedagógica, com os quais compromete-se, por meio dos Termos de Cooperação Interinstitucional (RCT, Termo de Colaboração/Cooperação, 2022, s/p) a:

apoiar redes e sistemas de ensino/educação do Estado do Tocantins por meio de formação continuada, acompanhamento e monitoramento contínuos e avaliação periódica, de profissionais das redes e dos sistemas municipais de ensino/educação e de outros profissionais envolvidos com a educação nos Municípios, nas áreas de gestão e atuação pedagógica, mediante a execução dos Projetos: i. **PRISME** – Processo de Institucionalização Efetiva e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação: Assegurar formação continuada, acompanhamento, monitoramento contínuos e avaliação periódica, de profissionais da gestão da educação municipal e escolar e pessoas envolvidas com a educação nos Municípios, para apoiar o processo de institucionalização efetiva e gestão de sistemas municipais de ensino/educação no Tocantins, de modo que os Municípios constituam a autonomia municipal e cumpram suas incumbências educacionais, integrando-se às políticas e planos da União e do Estado. ii. **EducaTO**: Proporcionar às redes e sistemas municipais de ensino do Estado do Tocantins formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação, visando a melhoria do processo de gestão e prática pedagógica voltados para o fortalecimento da aprendizagem, consideradas as fragilidades agravadas pela crise educacional ocasionada pela Pandemia da Covid-19.

Desde então, a RCT oferta formação continuada, acompanhamento, monitoramento e avaliação com o objetivo de apoiar a gestão e institucionalização efetiva de sistemas municipais de ensino/educação, os processos de gestão do processo pedagógico e da prática docente, tendo como cursistas dirigentes municipais de ensino/educação, técnicos de secretaria, representantes dos conselhos municipais de educação, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores, com vistas à “constituição da autonomia municipal e o cumprimento das incumbências educacionais, integrando-se às políticas e planos da União e do Estado” (PRISME, 2024, p. 8), assim como a melhoria dos processos de ensino e

aprendizagem, por meio dos programas EducaTO e PRISME.

Sobre o processo formativo da RCT, especificamente no tocante à avaliação formativa, Brito, Sousa e Carvalho (2021, p. 7-8) apresentam o seguinte ponto de vista:

afirmamos que não se pretende realizá-la na lógica empresarial do imediatismo, do utilitarismo, do economicismo, do produtivismo; e na lógica do mercado, do conformismo dos caminhos já trilhados, da uniformidade, da avaliação somativa, do interesse preferencialmente pelo produto, do pensamento da qualidade entendida como quantidade, do sonho com o impacto na mídia e por meio do desmonte do espaço público. Assim, por contraposição tensionada, o que propomos é uma avaliação na lógica do sistema/rede de ensino/educação e da instituição escolar viva, capaz de ver o presente (com seus entraves e suas realizações) sem perder de vista o futuro, que pode realizar o útil sem tornar-se utilitarista, que pode ser eficiente sem cair no eficientismo, que pode ser produtiva sem ser vitimada pelo produtivismo (Chauí, 1980); na lógica do espaço educacional (sistema/rede municipal e escolar concreto), da autonomia, da construção do conhecimento e dos saberes, do respeito às diferenças, da avaliação formativa, da valorização dos processos e da qualidade social substantiva como meta principal. (grifos nossos).

À luz desse entendimento, a dinâmica do processo formativo da RCT apresenta-se na contramão da lógica empresarial dos institutos, fundações e consultorias, pois, enquanto os Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa buscam definir a política pública educacional verticalmente, com formações definidas “de cima pra baixo” (Santos, 2019, p. 70), aligeirada, padronizada e com foco nos resultados para atender os interesses do mercado, os intelectuais orgânicos da RCT pensam, planejam, implementam e avaliam o processo formativo numa perspectiva contra-hegemônica, no sentido de que quem planeja a proposta é protagonista na sua execução e quem executa participa efetivamente do processo de planejamento, ou seja, os processos de planejamento e execução são articulados organicamente.

Nesse diapasão, são obrigações da RCT:

1. Propiciar formação continuada do supervisor municipal PRISME e EducaTO;
2. Propiciar formação continuada de profissionais da gestão da educação municipal e escolar, membros dos colegiados da educação municipal e convidados, com vistas a criação de condições técnicas, institucionais, jurídicas, políticas e financeiras para o processo efetivo de institucionalização e gestão dos sme no Tocantins;
3. Acompanhar continuamente e sistematicamente a formação continuada e o processo efetivo de institucionalização e gestão de sistemas municipais de educação/ensino, nas dimensões do planejamento pedagógico e de gestão da educação municipal;
4. Monitorar e avaliar continuamente a formação continuada e o processo efetivo de institucionalização e gestão de sistemas municipais de educação/ensino, para viabilizar o processo de acompanhamento contínuo;

5. Continuar o processo de estruturação do ambiente virtual de natureza educativa interativa (AVNEI), para a gestão do PRISME e o apoio ao processo efetivo de institucionalização e gestão de sistemas municipais de educação/ensino;
6. Apoiar os municípios na realização do processo efetivo de institucionalização e gestão de seus sme por meio do avnei;
7. Produzir e difundir cientificamente conhecimentos transformando os dados e as informações gerados no prisme em conhecimento científico materializado em artigos, dossiês, livros/e-books, coletâneas, vídeos, entre outros.
8. Proporcionar formação para os professores voltada para a aquisição, recuperação, recomposição e fortalecimento da alfabetização, leitura, escrita e conhecimentos matemáticos no processo de aprendizagem de estudantes, em especial, do Ensino Fundamental anos finais, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Indígena e Quilombola e Educação Especial;
9. Proporcionar formação para as equipes multiprofissionais e gestores pedagógicos do Ensino Fundamental anos finais, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Indígena e Quilombola e Educação Especial;
10. Orientar a sistematização de processos e fluxos de proteção à criança e adolescente mediados pelas equipes multiprofissionais dos sistemas e redes municipais de educação no Estado do Tocantins;
11. Disponibilizar rede de apoio e suporte técnico aos sistemas e redes municipais de ensino para recomposição da aprendizagem.
12. Acompanhar as ações de gestão da recomposição da aprendizagem propostas pelas redes e sistemas municipais de educação/ensino.
13. Monitorar as ações relativas à implantação do processo de recomposição da aprendizagem proposto pelas redes e sistemas municipais de educação/ensino. (Termo de Adesão ao Programa RCT, 2024, s/p). Fonte: <https://www.rctocantins.com.br/>. Acesso em: 29/01/2025.

No Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 13114/2023, com vigência até 31 de dezembro de 2025, a RCT assumiu o compromisso com o MEC em apoiar o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada no Estado do Tocantins, instituído pelo Decreto nº 11.556/2023, com o objetivo de contribuir para a garantia do direito à alfabetização das crianças matriculadas nas redes e sistemas municipais de ensino/educação do Estado. Nessa esteira, visando a continuidade do desenvolvimento de seu trabalho, neste Plano a RCT propõe ações articuladas aos eixos I – governança e gestão da política de alfabetização, sob a responsabilidade e gestão do PRISME e II - formação de profissionais da educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão Escolar, sob a responsabilidade e gestão do EducaTO, eixos estes constantes no Artigo 12 do decreto 11.556 de 12 de junho de 2023 (BRASIL, 2023).

5.4.5.3 Programa PRISME - Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação: formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação em política/gestão educacional

O Programa PRISME se situa na organização e sistematização da gestão e

institucionalização efetiva de sistemas municipais de ensino/educação, com ênfase nos aspectos legais, normatização e regulamentação da gestão democrática; o planejamento da educação municipal, por meio do trabalho com os planos decenais de educação (plano nacional, plano estadual e planos municipais de educação), considerando o contínuo processo formativo, assentado nos pilares de formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação, tendo em vista a busca pela autonomia municipal e a ampliação da capacidade institucional, administrativa, técnica, financeira e política do Município, numa relação interdependente e integrada às políticas do Estado e da União para cumprimento das incumbências educacionais. (PRISME/RCT, 2023).

Na Coletânea de Política e Gestão Educacional - Volume I (PRISME/RCT, 2023, p. 7), organizada pelo coletivo PRISME, está descrito que:

O Programa de Institucionalização e Gestão dos Sistemas Municipais de Ensino/Educação (PRISME) tem como objeto e centralidade a formação continuada e a constituição de Ambiente Virtual de Natureza Educativa/Interativa (AVNEI), para acompanhamento e monitoramento contínuos dos elementos constitutivos dos Sistemas Municipais de Ensino/Educação (SME), além de avaliação periódica dos participantes do movimento formativo. Nesse sentido, o programa busca apoiar o processo de institucionalização efetiva e gestão do SME no âmbito dos Municípios atendidos, com a intenção de que constituam autonomia e cumpram suas incumbências educacionais, integrando-se às políticas e planos da União e do Estado, tendo por eixos o Plano Municipal de Educação (PME) e o Plano de Ações Articuladas (PAR) como articuladores do sistema.

Diante disto, o PRISME está organizado para cumprir o seguinte objetivo geral:

Assegurar formação continuada e constituição de Ambiente Virtual de Natureza Educativa Interativa (Avnei), para acompanhamento e monitoramento contínuos dos elementos constitutivos do Sistema Municipal de Ensino/Educação (SME) e avaliação periódica dos sujeitos do movimento formativo [cursistas], apoiando o processo efetivo de institucionalização e gestão do SME, com a intenção de que os municípios constituam autonomia e cumpram suas incumbências educacionais, integrando-se às políticas e planos da União e do Estado, tendo por eixos o Plano Municipal de Educação (PME) e o Plano de Ações Articuladas (PAR) como articuladores do sistema (PRISME/RCT, 2022, p. 13).

Ao assinarem o Termo de Adesão, os Municípios assumem responsabilidades e obrigações com vistas ao cumprimento efetivo dos projetos e ações planejadas, tanto no âmbito do Programa PRISME quanto do Programa EducaTO. Dentre as atribuições assumidas está a responsabilidade em operacionalizar os projetos e ações propostas na esfera da Secretaria Municipal de Educação, conselhos, fóruns e Escolas jurisdicionadas. Para tanto, é

necessário participar efetivamente dos momentos formativos presenciais e virtuais, das atividades síncronas e assíncronas, visando o acompanhamento, monitoramento e avaliação formativos.

Conforme consta no *site* da RCT, para participar do movimento formativo do PRISME os Municípios devem pactuar responsabilidades e obrigações, estabelecidas em Termo de Adesão formal, assinado pelo Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Educação. Assim, de acordo com o conteúdo presente nos Termos de Adesão pactuados, são obrigações dos Municípios para participar do Programa PRISME:

- Divulgar e efetuar a inscrição dos cursistas das formações ofertadas pelo Programa Interinstitucional **RCT** dentro dos períodos disponibilizados.
- Condições objetivas para execução do PRISME:
 1. disponibilizar um **Supervisor Municipal, preferencialmente, um servidor municipal efetivo**, para operacionalização do Programa na esfera Municipal e mediação com os profissionais da RCT, com carga horária suficiente e dedicação para cumprimento das ações propostas, considerando as especificidades de cada rede/sistema, conforme número de cursistas e escolas;
 1. realizar as inscrições dos sujeitos/cursistas dentro dos períodos disponibilizados;
 2. monitorar e registrar a frequência dos sujeitos/cursistas em todas as atividades do Programa (síncronas, assíncronas e presenciais);
 3. acompanhar e estimular o desenvolvimento de todas as atividades previstas;
 4. garantir a interlocução entre os sujeitos/cursistas, o titular da Secretaria Municipal de Educação e os colaboradores do PRISME;
 5. disponibilizar recursos materiais e tecnológicos e acesso à internet de qualidade para o Supervisor Municipal e os cursistas, em especial, para o trabalho no Ambiente Virtual de Natureza Educativa/Interativa (AVNEI).
 6. custear as despesas do Supervisor Municipal para garantia da participação nos dois ou três encontros formativos presenciais que ocorrerão em Palmas;
 7. custear despesas e executar os encontros presenciais no Município;
 8. fornecer informações e evidências das ações realizadas no âmbito do Município;
 9. desenvolver processos de política/gestão orientados pelo PRISME no âmbito dos órgãos e das instituições do sistema de ensino/educação;
 10. organizar/reorganizar a Comissão Municipal (ou outro coletivo) de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação;
 11. realizar o diagnóstico da educação municipal, para elaboração do novo Plano Municipal de Educação, com caráter participativo e formativo;
 12. atender outras demandas de formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação necessárias ao desenvolvimento do Programa. (Termo de Adesão ao Programa RCT, 2024, s/p). Fonte: <https://www.rctocantins.com.br/>. Acesso em: 29/01/2025.

Essas condições objetivas pactuadas no Termo de Adesão dos Municípios revelam que o Supervisor Municipal é um sujeito fundamental no movimento formativo do PRISME, pois assume no âmbito do Município a responsabilidade de assegurar o desenvolvimento das atividades previstas no plano de trabalho para todos os partícipes do processo, com

acompanhamento, monitoramento e avaliação contínuos.

Em relação ao Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 13114/2023, com vigência até 31 de dezembro de 2025, os colaboradores do PRISME são responsáveis pela gestão e operacionalização das atividades de formação relacionadas ao Eixo I – Governança e Gestão da política de alfabetização, voltado para formação continuada, acompanhamento, monitoramento e avaliação no campo da gestão democrática; do planejamento da educação municipal [com vistas a avaliação dos Planos Municipais de Educação vigentes e a elaboração dos novos Planos em consonância com o novo Plano Nacional de Educação]; de institucionalização do sistema municipal de ensino/educação (com vistas a ampliação da capacidade institucional dos sistemas municipais de ensino/educação, para que constituam autonomia e cumpram suas incumbências educacionais, integrando-se às políticas e planos da União e do Estado), juntamente com os profissionais da educação e membros de colegiados da educação municipal.

Conforme descrito no Eixo I do Plano de Trabalho encaminhado ao MEC, o PRISME assumiu o compromisso de planejar e implementar a ação proposta com o objetivo de apoiar os Municípios do Tocantins na efetivação da gestão democrática; no processo de monitoramento, avaliação e reelaboração dos Planos Municipais de Educação; e no movimento de institucionalização efetiva do sistema municipal de ensino/educação.

Tendo como referência o Relatório Parcial PRISME, correspondente ao período de dezembro de 2023 a junho de 2024, o Programa é materializado por meio de três Projetos: “I – Plano Municipal de Educação (PME), II – Sistema Municipal de Ensino/Educação (SME) e III – Ambiente Virtual (AVNEI).” (PRISME/RCT, 2024, p. 8).

De acordo com o Plano de Trabalho do TED nº 13114/2023, esses projetos são integrados e articulados e estão organizados visando atingir metas pré-estabelecidas da seguinte forma:

PROJETO 1. Planos Decenais de Educação: *monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PME) vigentes e elaboração dos novos Planos em consonância com o novo Plano Nacional de Educação (PNE).*

META 1: Acompanhamento, monitoramento e avaliação de aproximadamente 100 (cem) Municípios que aderirem à RCT, no monitoramento e na avaliação da execução dos Planos Decenais de Educação [Nacional e Municipal], do cumprimento de suas metas, estratégias e demais dispositivos; no movimento de

institucionalização efetiva do Sistema Municipal de Educação Inclusivo, Intercultural, Intergeracional, com Gestão Democrática da Educação e da Escola e Valorização do Magistério, assentado em método específico e no Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI).

PROJETO 2. Institucionalização Efetiva do Sistema Municipal de Educação Inclusivo, Intercultural, Intergeracional, com Gestão Democrática da Educação e da Escola e Valorização do Magistério: *capacidades técnicas, institucionais, jurídicas, políticas e financeiras*.

META 2: Formação continuada em política e gestão educacional de 2.000 (dois) mil profissionais da gestão da educação municipal e escolar e de membros dos colegiados da educação nos Municípios que aderirem à RCT, com 02 (dois) momentos formativos síncronos e 01 (um) presencial para: secretários municipais de educação, técnicos da gestão da secretaria e das escolas municipais, diretores escolares e membros dos colegiados da educação municipal – Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselho de Alimentação Escolar, Fórum dos Conselhos Escolares.

PROJETO 3. Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI): *lócus* de trabalho do PRISME.

META 3: Modelagem de 01 (um) Ambiente Virtual de Aprendizagem de Natureza Educativa Interativa (AVNEI), para a gestão do PRISME e o apoio aos processos de planejamento da educação municipal; de institucionalização efetiva e gestão democrática de sistemas municipais de ensino/educação.

META 4: Produção e difusão de conhecimentos (técnica e científica): 1 dossiê, 1 e-book, 1 coletânea, 3 cadernos de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação, vídeos.

Os projetos 1, 2 e 3 do PRISME, com as suas respectivas metas, são planejados e executados pelos intelectuais orgânicos do PRISME/RCT, visando a efetivação do processo de institucionalização do SME nos Municípios tocantinenses que aderirem ao Programa. Tanto o projeto 1, que aborda sobre o PME, quanto o projeto 2 que se refere ao SME, possuem

270 horas de carga horária, enquanto o projeto 3, que tem como objeto o AVNEI, a carga horária é de 360 horas. (PRISME/RCT, 2024).

Quadro 36 - Quadro descritivo com nome, função, vínculo institucional e formação acadêmica dos Intelectuais orgânicos do PRISME.

Função	Intelectual Orgânico	Vínculo Institucional	Formação Acadêmica
Coordenação Geral	Rosilene Lagares	UFT	Pós-Doutora em Educação (Unoesc, 2019), Doutora e Mestre em Educação (UFG, 2007; 1998). Graduada em Pedagogia (UFG, 1989). Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Palmas: Curso de Pedagogia, Programas de Pós Graduação em Educação: Mestrado acadêmico e Doutorado em Educação na Amazônia PGEDA/Rede Educante.
Coordenação Avnei	Adaires Rodrigues de Sousa	Seduc-TO	Mestre em Educação e Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT); Membro consultor externo - amigo crítico - da Equipe de Autoavaliação do Agrupamento de Escolas de Mangualde; Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal na UFT (GepeEM), cadastrado no CNPQ/CAPES. Membro do Observatório de Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObsPE). Formador no Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino Educação (PRISME). Atuou como membro da Rede de Assistência Técnica no Apoio ao Monitoramento Contínuo e Avaliações Periódicas dos Planos Estadual e Municipais de Educação - Avaliador Educacional Técnico - da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação SASE/MEC.
Coord. Acompanhamento	Ítalo Bruno Paiva Gonçalves	Seduc-TO	Doutorando em Educação na Amazônia pela UFT (Rede EDUCANORTE). Mestre em Educação (UFT, 2022). Especialização em Psicopedagogia Escolar (ITOP, 2019) e História Cultural (Claretiano, 2014). Graduado em História (UFG, 2009) e professor da educação básica do Sistema Estadual de Ensino do Tocantins desde 2010, onde também já atuou como coordenador financeiro e de pedagógico. Atualmente trabalha como técnico de currículo na Gerência de Currículo e Avaliação da Aprendizagem na Seduc-TO. Membro do grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal na UFT (GepeEM), cadastrado no CNPQ/CAPES. Membro do Observatório de Sistemas e Planos de Educação do Tocantins (ObsPE). Membro da pesquisa em Rede Mapa/Gestão Democrática do ensino público. Pesquisador da Rede Colaboração Tocantins/Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação (PRISME). Filiado a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped) e a Associação Nacional de Administração em Educação (Anpae). Membro do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Tocantins (CEEI-TO) e do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Tocantins (Cepir). Desenvolve pesquisa no âmbito da educação municipal e ensino de história.
Coord. Monitor/ Avaliação	Katia Cristina Custódio Ferreira Brito	UFT	Doutora em Educação pela UFSCAR (2019). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (1993). Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Palmas, Curso de Pedagogia e Programa de Pós Graduação em Educação (profissional). Ex Secretária Municipal de Educação no Município de Guaraí TO.

			Atua no Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal na UFT (GepeEM), no Observatório de Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObsPE) e na Pesquisa Afirmação da accountability na gestão da educação pública: rebatimentos no plano da democratização. Filiada a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped) e a Associação Nacional de Administração em Educação (Anpae). Desenvolve pesquisas com ênfase em Estado e Políticas Educacionais; Gestão escolar e Conselhos Escolares; Carreira docente e valorização profissional; Práticas Pedagógicas no ensino fundamental e educação infantil.
Assessora de Gestão	Meire Lúcia Andrade da Silva	SME Gurupi	Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2024), na linha de Pesquisa: Estado, Políticas e História da Educação. Mestre em Educação (2019) pela UFT. Graduada em Pedagogia/UFT. Professora no Curso de Pedagogia na Universidade de Gurupi (Unirg); Professora da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Gurupi-TO, atualmente exerce a função de Diretora de Gestão Pedagógica. Especialista em Coordenação Pedagógica (2012), Mídias na Educação (2012) pela UFT; e Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (2015) pelo IFTO. Membro do Grupo de Estudo, Pesquisas e Extensão em Educação Municipal na UFT (GepeEM), cadastrado no CNPQ/CAPES; do Observatório de Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObsPE); da Pesquisa Rede Mapa: Gestão democrática do ensino público e do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Documentação: Educação, Sociedade e Cultura (Nedesc/UFG). Pesquisadora da Rede Colaboração Tocantins. Filiada a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped) e a Associação Nacional de Administração em Educação (Anpae). Secretária Executiva do Fórum Municipal de Educação de Gurupi (FMEG). Tem experiência na área de educação, com ênfase em educação municipal; planos de educação; planejamento educacional; direito à educação; políticas públicas; gestão educacional e gestão democrática.
Coord. Formação	Roberto Francisco de Carvalho	UFT	PhD em Políticas Públicas e Formação Humana (Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ). Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Participou da escrita de vários artigos e da organização de vários livros e, também, é autor dos livros Gestão Escolar Autônoma e Compartilhada: gerencialismo ou democratização? e Gestão e participação universitária no século XXI. Na sua carreira profissional atuou como docente na Educação Básica e no Magistério Superior, além de ter trabalhado na esfera técnico-administrativa em escolas, órgãos regionais como: Diretoria de Ensino (DRE); Secretaria Estadual de Educação (SEDUC); e Ministério da Educação e Cultura, prestando assessoria técnica à coordenação Nacional do Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO). Exerceu, ainda, a função de Diretor de Programas e Projetos Educacionais na Pró-Reitoria de Graduação da UFT. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Campus Universitário de Palmas, Cursos de Filosofia e Teatro. Membro do corpo docente do Mestrado Profissional em Educação da UFT (PPPGE). Pesquisador nas linhas de estudos pesquisas: Educação Ético-Política/Econômica, Cultura, Estado e Política Educacional; Estado, políticas públicas, gestão e fundamentos da educação; e Currículos específicos de etapas e modalidades de educação. Desenvolve estudos e pesquisas abrangendo a área de Sociedade, Política, Planejamento e Gestão Educacional/Escolar e Currículo na perspectiva do Estado ampliado e da filosofia da práxis. É Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Práxis Socioeducativa e Cultural (PRÁXIS). É membro da Rede Colaboração Tocantins. Está associado ANPED e ANPAE; Participa dos Grupos: Grupo de Pesquisa

			em Educação, Políticas Públicas e Desigualdades Sociais (GEPEDS); Trabalho na Educação Superior e Rede Universitas/Br.
Formador (a)	Ana Cleia Gomes da Silva	SME Palmas	Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins PPGE/UFT (2022), Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade e Práticas Educativas; Especialização em Gestão Estratégica da Inovação e Política de Ciência e Tecnologia /UFT (2017); Curso de Aperfeiçoamento em Docência na Escola de Tempo Integral (2016); Especialização em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo/FESPSP (2014) e Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins/UFT (2006). Atualmente trabalha na Secretaria Municipal da Educação de Palmas/TO, como Técnica, lotada na Diretoria do Ensino Fundamental; Coordenadora Científica da Feira de Empreendedorismo, Ciência, Inovação e Tecnologia (Fecit); Coordenadora do Fórum Permanente de Educação de Palmas/TO e Vice-presidente da Câmara de Educação Básica do CME. Tem experiência na área social, com ênfase em projetos Educacionais. É Sócia da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN). Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal (GEPeEm); Observatório dos Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObSPE/TO) e do Projeto de Pesquisa da REDE MAPA (Gestão Democrática do Ensino Público: mapeamento das bases normativas e das condições político-institucionais dos sistemas municipais de ensino), coordenado pela Professora Doutora Rosilene Lagares - docente da UFT/PPGE/PEDAGOGIA e Membro do projeto de pesquisa: Afirmção da accountability na gestão da educação pública: rebatimentos no plano da democratização, coordenado pelo prof. Dr. Elton Nardi da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).
	Ângela Noleto da Silva	UFT	Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UNB). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (2001) e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2009). Atualmente é professora efetiva do magisterio superior- Universidade Federal do Tocantins e foi servidora efetiva do quadro de servidores da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (2003 a 06/2013). Na área profissional tem experiência com a formação de professores com ênfase em Ciências Humanas, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, EAD e cursos de especialização on-line. Pesquisadora na área de Educação, Tecnologias e Comunicação, com ênfase em estudos acerca da Ecologia dos Meios, Narrativas Transmídia e Cultura Jovem na Ciberultura.
	Celestina Maria Pereira de Souza	Seduc-TO	Doutoranda em Educação no Programa de Pós graduação em Educação na Amazônia (PGEDA/EDUCANORTE/UFT). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins (PPGE/UFT). Graduada em Processamento de Dados pela UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS (2000) e licenciada em Matemática pela UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS (2002). Especialista em Educação Matemática pela Universidade Federal do Tocantins. Servidora de carreira da Secretaria de Estado da Educação desde 2002, atuou como colaboradora do Ministério da Educação como avaliadora

		educacional na elaboração/adequação e monitoramento/avaliação dos Planos Municipais de Educação do Tocantins, e como Avaliadora Educacional na ação de Gestão da Articulação com os Sistemas de Ensino, e atualmente é Superintendente de Educação Básica na SEDUC-TO
Diogo Teixeira de Castro Silva	SME Palmas	Mestrando em Educação (PPGE/UFT). Graduado em Pedagogia (UFT/CUP, 2013). Professor efetivo da Rede Municipal de Educação em Palmas - TO. Integrante do Grupo de Estudo, Pesquisas e Extensão em Educação Municipal na UFT (GepeEM), cadastrado no CNPQ/CAPES. Membro do Observatório de Sistemas e Planos de Educação do Tocantins (ObsPE). Integrante da Pesquisa em Rede: Afirmação da accountability na gestão da educação pública: rebatimentos no plano da democratização. Pesquisador da Rede Colaboração Tocantins/Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação (PRISME). Associado a Associação Nacional de Administração em Educação (Anpae).
Doracy Dias Aguiar de Carvalho	UFT	Mestrando em Educação (PPGE/UFT). Graduado em Pedagogia (UFT/CUP, 2013). Professor efetivo da Rede Municipal de Educação em Palmas - TO. Integrante do Grupo de Estudo, Pesquisas e Extensão em Educação Municipal na UFT (GepeEM), cadastrado no CNPQ/CAPES. Membro do Observatório de Sistemas e Planos de Educação do Tocantins (ObsPE). Integrante da Pesquisa em Rede: Afirmação da accountability na gestão da educação pública: rebatimentos no plano da democratização. Pesquisador da Rede Colaboração Tocantins/Programa de Institucionalização e Gestão de Sistemas Municipais de Ensino/Educação (PRISME). Associado a Associação Nacional de Administração em Educação (Anpae).
Geraldo Grossi Junior	GepEM ObsPE	Possui graduação em Ciências - 1º Grau pela Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari (1981), graduação em Matemática - Licenciatura pela Universidade do Oeste Paulista (1999) e mestrado em EDUCAÇÃO pela Universidade Federal de Mato Grosso (2011). Atualmente é técnico do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em LICENCIATURA, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão, política, ensino e educação de jovens e adultos.
Greice Quele Mesquita Almeida	IFTO	Doutoranda em Educação na Amazônia pela UFPA/UFT- Rede EDUCANORTE. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (2017). Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica (2014). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins (2010). Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Tocantins, campus Dianópolis. Foi Professora da Educação Básica/Séries Iniciais, SEDUC-TO (2010-2014). Filiada a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped) e a Associação Nacional de Administração em Educação (Anpae). Membro do Grupo de Estudo, Pesquisas e Extensão em Educação Municipal na UFT (GepeEM), cadastrado no CNPQ/CAPES e do Observatório de Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObsPE). Extensionista Formadora na Rede Colaboração Tocantins (RCT) do Programa de Institucionalização e Gestão da Educação Municipal: formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação (PRISME). Membro do Grupo de Educação, Inovação e Tecnologia do Tocantins do Instituto Federal do Tocantins, campus Dianópolis/TO. Membro da Comissão Permanente de Avaliação Institucional do Instituto Federal do Tocantins/Campus Dianópolis.

	Maria Raimunda Carvalho Araújo de Cerqueira	Seduc-TO	Doutoranda em Educação na Amazônia. Possui Mestrado em Ensino na Educação Básica pelo Centro de Ensino e Pesquisas Aplicadas à Educação -CEPAE /UFG (2017). Especialização em Educação à Distância pelo Instituto Federal do Paraná (2016). Graduação em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (2011). Graduação em Teologia pela Faculdade de Teologia Hokemah (2007) e graduação em Pedagogia pela Fundação Universidade Federal do Tocantins (1997). Atualmente é concursada da Secretaria da Educação do estado do Tocantins (Seduc). Tem experiência na área de Educação básica, bem como na área de Gestão Pública como técnica Pedagógica, Administrativa e Financeira da Seduc Tocantins.É filiada à Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação - ANPAE e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED. É membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal - (GepeEM), cadastrado no CNPQ/CAPES.Pesquisadora e extensionista na Rede Colaboração Tocantins do Programa de Institucionalização e Gestão da Educação Municipal: formação, monitoramento, acompanhamento e avaliação (PRISME).
	Meyrivane Teixeira Santos Arraes	SEE-TO Paraíso	Mestra em Educação pela UFT (Universidade Federal do Tocantins) - 2023- Linha de Pesquisa Estado, Sociedade e Prática Educativa. Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal da UFT (GepeEM), Membro do Observatório dos Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObsSPE) ,Filiada a Associação Nacional de Administração em Educação (ANPAE), Filiada a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Pesquisa sobre Sistemas Municipais de Ensino/Educação. Especialista em Pesquisa Educacional: Abordagens e Métodos pela UEPA (Universidade Estadual do Pará) 2023, Especialista em Gestão Educacional e Metodologias de Ensino em Ciências Humanas - História e Geografia (2006). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação Ciências e Letras de Paraíso (1998). Ingressou na rede Municipal de Ensino de Paraíso do Tocantins no ano de 1996, como professora do Ensino Fundamental. No ano de 2002 ingressou na rede Estadual do Tocantins como professora da Educação Básica . Dentre as funções que atuou na educação, destaca-se as seguintes: Professora do Ensino Fundamental, Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Paraíso, Coordenadora Pedagógica do Curso de Pedagogia da FECIPAR - Faculdade de Educação Ciências e Letras de Paraíso, Tutora em EAD do Curso Normal Superior-EADCON, Coordenadora Pedagógica de Unidade Escolar Estadual, Coordenadora Pedagógica , Supervisora Escolar, Gerente de Educação Básica na Diretoria Regional de Educação, Diretora Regional de Educação de Paraíso do Tocantins. Formadora na Regional de Paraíso do PRISME (Programa de Institucionalização e Gestão dos Sistemas Municipais de Ensino).
	Paulo Vinicius Santos Sulli Luduvic	SME Palmas	Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins UFT, com Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB Departamento de Educação Campus XII. Atualmente é Professor PIV Efetivo da Secretária Municipal de Educação de Palmas-TO. Compõe o GepeEM/Observatório de Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObsSPE) UFT, é associado a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped) a Associação Nacional de Administração em Educação (Anpae) o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca). Atuando principalmente nas discussões

			de temas como: Financiamento da Educação Básica, Estado e Políticas Públicas Educacionais, Formação social brasileira, Teorias Pedagógicas, Educação em Tempo Integral e Educação Física Escolar, Esportes, Lazer e Recreação.
	Robson Vila Nova Lopes	Seduc-TO	Doutorando (2021) e Mestre (2017) em Educação, área de concentração Políticas Públicas e Gestão da Educação, pela Universidade de Brasília - UnB. Licenciado em Pedagogia (2008) e Especialista em Gestão da Educação Municipal (2015) pela Universidade Federal do Tocantins - UFT, Especialista em Estatísticas e Avaliação Educacional (2021) pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Especialista em Legislação Educacional (2021) pela Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS. É Professor da Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação do Tocantins (desde 2010), onde exerceu os cargos de Subsecretário de Estado (2018); Secretário Executivo da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins (2019-2021); Coordenador de Avaliação e Acompanhamento do Ensino e suas Modalidades (2011). Atuou como Professor do Ensino Superior na Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus Universitário de Palmas (2017/2018, 2012/2013) e Campus Universitário de Arraias (2009). É filiado à Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação - ANPAE e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd. É Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a contribuição de Anísio Teixeira para a educação brasileira - GEPAT/UnB; Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal - EPEEMun./UFT e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Mundialização da Educação - GEPMund./UnB. Foi Presidente (2019/2021) e Vice-Presidente (2022/2024) do Conselho Estadual de Educação do Tocantins - CEE/TO, onde atuou como Conselheiro no período de 2015 a 2024. Foi Presidente da Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas - FESP (2021). Foi Secretário Municipal de Educação de Miracema do Tocantins (entre 2013 e 2016). Organizador do livro: "Políticas e Gestão da Educação Municipal: Práticas Pedagógicas, Formações e Informações Educacionais" (2016). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em direito à educação; sistemas educacionais; políticas públicas e gestão educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação municipal; conselhos de educação; políticas e gestão da educação; e políticas públicas.
Assessores de Formação	Deyvison Bispo de Oliveira Santos		Licenciado em Pedagogia pela UFT- Universidade Federal do Tocantins. Professor efetivo da rede municipal de educação básica do município de Porto Nacional/TO. Coordenador do Ensino Fundamental na Secretaria Municipal de Educação em Porto Nacional. Foi professor efetivo da rede municipal de educação básica do município de São João d'Aliança-GO (2019). Atuando em uma escola rural na comunidade quilombola do Distrito do Forte. Local onde desenvolveu pesquisas relacionadas à ocupação dos espaços e suas implicações; Comunidades tradicionais e educação; Gestão e políticas públicas para educação das relações étnico-raciais. Foi eleito conselheiro tutelar dos direitos das crianças e adolescentes em Arraias/TO (2016-2017). Acadêmico do curso de licenciatura em Geografia - UFT. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - (PIBID/UFT), subprojeto de Geografia, Campus de Porto Nacional, no período de agosto de 2021 até abril de 2022 (Escola Família Agrícola). Desenvolvendo pesquisas, ações e oficinas didáticas pedagógicas voltadas para a educação territorial e para as relações étnicos raciais e o desafio da implantação da Lei 10639/2003.

	Francinete Ribeiro Ferreira Fonseca	Seduc-TO	Possui graduação em Letras - Português e Espanhol pela Universidade Estadual do Tocantins (2010). Atualmente é Diretora de Políticas Educacionais Parceria com os Municípios na Secretaria Estadual de Educação do Tocantins.
	Jemima Gertrudes Barreira Cavalcante		Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Católica de Goiás (1989), é Mestre em Educação pela UFT-Universidade Federal do Tocantins- TO, Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade e Práticas Educativas com o Tema: A organização da educação municipal no Tocantins e as relações de cooperação e colaboração entre municípios e Estado (2015) Tem especializações em Psicologia Educacional (1993), Planejamento Educacional (1994), Gestão Educacional (2006) e Gestão Pública Municipal (2010). . Trabalhou como Professora nos cursos de pedagogia, biologia e letras na modalidade de Regime Especial, no curso de História modalidade Regular e no curso Normal Superior modalidade Tele presencial na Universidade do Tocantins UNITINS. Atuou como gestora, por onze anos intercalados (1996 a 2015), no Colégio Estadual Odolfo Soares (Sistema Estadual de Ensino do Tocantins), no Município de Ponte Alta do Tocantins onde também foi dirigente municipal e coordenadora de projetos e programas da Secretaria Municipal de Educação. É aposentada pela (SEDUC) Secretaria Estadual da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins. Último cargo na SEDUC foi como Gerente da Gerência de Desenvolvimento e Fortalecimento da Educação Profissional em Palmas. Foi pesquisadora de campo da FAPTO - Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins. É pedagoga credenciada do Tribunal de Justiça do Tocantins. Foi contratada como Mediadora de Aulas Presenciais do Curso Gestão para a Educação Municipal (GEM) pela WIDE Desenvolvimento Humano E Tecnologia S.A. Membro do GepeEM -Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal da UFT, do Observatório dos Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObsPE), da Rede MAPA. É filiada à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (Anped) e a Associação Nacional de Administração em Educação (Anpae -TO), tem experiência na área de Educação, com ênfase em Planejamento, Gestão, Formação de Professores e Ensino e Aprendizagem.
	Paulo Fernando de Melo Martins	UFT	Historiador (UERJ), pedagogo (UERJ), Mestre em Educação (UERJ) e Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). É Professor Associado da Universidade Federal do Tocantins - UFT, desde 2003, no Curso de Pedagogia. As atividades profissionais na educação básica, durante 15 anos, no Rio de Janeiro, foram marcadas pela experiência na direção geral do Centro Integrado de Educação Pública (CIEP Compositor Donga/SME-Rio), em assessoria técnico-pedagógica na SME-Rio de Janeiro, na coordenação pedagógica e na regência de turmas da educação infantil, ensino fundamental e médio. Na UFT exerceu as funções de Chefe de Gabinete da Reitoria (2003-2008), Assessor para Assuntos Estratégicos da Reitoria (2012-2016), Ouvidor Geral (2016-2019) e Professor Efetivo no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (2013-2021). Na Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO) exerceu a função de Diretor Executivo (2012-2014). Na Prefeitura de Palmas/TO, cedido pela UFT, desempenhou a função de Diretor Presidente da Fundação Municipal de Ensino, Ciência e Tecnologia (2009-2010). Atualmente é professor efetivo no Programa de Pós-graduação Profissional em Educação (PPPGE/UFT), coordena o Projeto Central QualiTOPAMA (projeto em parceria com o Ministério da Saúde) e o Núcleo Interdisciplinar de Educação em Direitos Humanos (NIEDIH) desenvolvendo estudos acerca da

		democratização da educação, das metodologias do ensino de história, da educação das relações étnico-raciais e dos direitos humanos. Foi representante titular da UFT no Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos (CEEDH-TO). No Laboratório para Estudos sobre Carreira Docente (LECDOC/UFT) desenvolve estudos sobre a formação e profissionalização docente. No Projeto Universidade da Maturidade (UMA) da UFT participa em atividades de pesquisa e extensão sobre cidadania e envelhecimento humano, em especial, em relação ao processo de envelhecimento na profissão docente. Na Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) está como Coordenador Estadual (TO). No Fórum Estadual Permanente de Apoio a Formação Docente no Tocantins (FEPAD-TO) representa a ANFOPE na condição de titular e no Fórum Estadual de Educação (FEE-TO) como suplente.
Raimundo Ferreira Rodrigues	SME Palmas	Doutorando em Educação (PGEDA, Associação Plena em Rede - EDUCANORTE / UFT). Mestre em Gestão de Políticas Públicas (GESPOL - UFT, 2017/2019). Aluno Especial dos Mestrados: PPGCOM - UFT (Disciplinas: Ciberultura e Tendências do Jornalismo, 2017/1; Tópicos Especiais em Comunicação: Mídia Regional, 2017/2). Pós-graduado (Lato Sensu) em: Formação Sócio Econômica do Brasil (História, Geografia e Sociologia - Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO), Gestão Escolar (Universidade Federal de Goiás - UFG), História e Cultura Afro-brasileira (Faculdade do Noroeste de Minas Gerais - FINOM), Docência do Ensino Superior (Universidade Cândido Mendes - UCAM), Marketing e Gestão Estratégica (UCAM), Formação de Gestores Educacionais (Escola de Gestão Palmas TO / Myongji College Coreia do Sul / unY LeYa S.A. Brasil), Gestão Estratégica da Inovação e Política Científica e Tecnológica - PCT - UFT), Ciência Política (Faculdade ÚNICA - FUNIP), Gestão de Políticas Públicas (Faculdade ÚNICA - FUNIP). Licenciado em Pedagogia com habilitação em Administração Escolar e Docência na Ed. Inf. e Anos Iniciais do Ens. Fundamental (2001 - 2005 - UFT). Bacharel em Comunicação Social: Jornalismo (2012 - 2016 - UFT), Graduado em Artes Visuais (2021 - Centro Universitário ETEP / Faculdade FABRAS). Técnico em Magistério com habilitação em docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental (CEPPA/GO). Atuou como professor dos Cursos de Pós-graduação Lato Sensu, Complementação Pedagógica e Segunda Graduação (FACULDADES ÚNICA FUNIP/UCAM/PROMINAS) e professor substituto na Universidade Federal do Tocantins. Atualmente é Professor do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Palmas - TO; Diretor e Consultor educacional das Faculdades Única FUNIP Polo de Palmas TO e Campos Belos GO. Membro dos Grupos de Pesquisa: Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal (GepeEM), Observatório dos Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObSPE) do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (EDUCANORTE Associação em Rede) Linha de Pesquisa: Estado, políticas públicas e gestão da educação. Grupos Informação, Comunicação e Memória; Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE), ambos da UFT e do Grupo de Pesquisa Comunicação e Tecnologias Contemporâneas na UNITINS. Atua também com os temas: Gestão Escolar, Privatização da educação; Práticas Educativas de Interação entre Família e Escola; História da Educação Escolar do Negro no Brasil; Recursos Humanos; Ações Pedagógicas com ênfase em Formação de Professores; Arte educação; Tecnologias; Educomunicação; Jornalismo, mídias e cultura com ênfase em Webjornalismo e Tendências do Jornalismo.

	Regivane Martins Ambrózio Silva	Seduc-TO	Mestranda em Educação UFT (em andamento/2023), na linha de Pesquisa: Estado, Sociedade e Práticas Educativas, com ênfase de pesquisa em educação municipal. Graduada em Pedagogia/UNITINS. Professora da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino em Palmas -TO, atualmente na função de Diretora do ICMS Educacional na Secretaria de Educação/TO. Especialista em Pedagogia Escolar e Supervisão Educacional/ UNINTER (1995). Graduada em Direito/ FASEC- TO (2015) e Especialização em Processo Civil pelo Instituto DAMÁSIO (2017). Membro do Grupo de Estudo, Pesquisas e Extensão em Educação Municipal na UFT (GepeEM). Advogada. Atua nas áreas de Direito Administrativo e Direito Público Educacional com ênfase em Legislação Educacional. Membro da Comissão de implantação do ICMS Educacional na Secretaria da Estadual de Educação do estado do Tocantins. Membro do Conselho do Índice de Participação dos Municípios - IPM na SEFAZ/TO (Biênio 2023/2024) e Membro do Conselho Estadual de Educação do Tocantins - CEE/TO - atuando na função de Vice Presidente do CEE/TO(Biênio 2024/2026).
	Rute Soares Rodrigues	SME de Palmas e Undime-TO	Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins. Professora Graduada em História pela Fundação Universidade Federal do Tocantins (1999) e Pedagogia. Atuou como Supervisora Pedagógica do FNDE na coordenação do Plano de Desenvolvimento da Escola e no Planejamento Estratégico da Secretaria. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão Educacional, tem conhecimento básico no uso de tecnologia digital e inovação pedagógica. Atua como assessora Pedagógica da UNDIME-TO, Foi Avaliadora Educacional da SASE/MEC entre 2013 a 2015. Pesquisa sobre gestão educacional, planos municipais de educação e é membro do Subgrupo de Pesquisa e Extensão em Educação Municipal da UFT e membro da Rede Mapa - Mapa da Gestão Democrática do Ensino Público, foi Presidente do Conselho Municipal de Educação de Palmas no período de 2019 a 2021 e atualmente é Coordenadora do Fórum Permanente de Educação de Palmas (FE-Palmas). Membro da Rede Colaboração Tocantins e Secretária Executiva da Undime seccional Tocantins.
	Venícios Cassiano Linden	UFT	Doutor em Educação (2023) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na linha de Trabalho, Educação e Política (TEP); mestre em Linguística (2017) na área de concentração Linguística Aplicada e linha de pesquisa Língua Brasileira de Sinais (Libras) pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da mesma universidade; e graduado em Letras-Libras Bacharelado (2014) também na UFSC. Trabalho como professor de Língua Brasileira de Sinais na Universidade Federal do Tocantins (UFT), lotado no curso de Pedagogia, ofertando disciplinas de Libras para as licenciaturas em Teatro e Filosofia. Tenho interesse por pesquisas sobre o trabalho na Educação Especial e na Educação Bilíngue para surdos e sobre a digitalização na Educação Básica. Atualmente vinculado ao 'Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal' (GEpeEM) da UFT e ao 'Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho' (GEPETO) da UFSC.
Assistentes de Formação	Adriano Pereira de Miranda	Seduc-TO	Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT-2023-2025)- Linha de pesquisa: Currículos Específicos de Etapas e Modalidades de Educação. Graduado em PEDAGOGIA pela Faculdade Guaraí (2005) e em MATEMÁTICA pela Universidade Federal do Tocantins UFT (2016). Especialização em Práticas Pedagógicas na Educação Infantil e Ensino Fundamental (Faculdade Guaraí FAG), Gestão Escolar pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) através do Programa Nacional Escola de Gestores e em Metodologias para Educação à Distância (Unopar). Já atuei como

		Coordenador da Formação Continuada na Secretaria Municipal de Educação de Guaraí, na qual respondi pela tutoria dos programas: Pró-letramento: na área de Alfabetização e Linguagem e Gestar II na área de Língua Portuguesa. Atuei como membro voluntário do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal do FUNDEB. Trabalhei também como professor assistente de turma na Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica da Universidade Federal do Tocantins (2009-2010) e como Formador Virtual do PROUCA Programa Um Computador por Aluno (2013-2014). Professor da Educação Básica no Colégio Estadual Raimundo Alencar Leão, ministrando a disciplina de Matemática nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio Integrado à Técnico em Informática. (2013-2018). Atualmente, sou professor na Escola Estadual Onesina Bandeira (Miracema do Tocantins e Escola Municipal de Tempo Integral Antônio Benvindo da Luz (Tocantínia).
Angêla Sousa Silva	UFT	Tem experiência na área de Educação, com ênfase na própria educação. Posuo curso técnico em Secretariado escolar pondo em destaque a organização de documentos, em nuvem ou mesmo em acervos, organização, respeito e compartilhamento de dados. Atualmente sou graduanda no curso de Licenciatura em Pedagogia, onde estou reafirmando o meu desejo de ser uma graduada com excelência, pelo fato de ser um curso que faz a diferença, e é para isso que estou cursando, para fazer a diferença na vida de uma criança e ser um espelho que muitos queiram ser o reflexo.
Joildy Gomes Brito	UFT	Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFT, campus Palmas. Graduada em Pedagogia, UFT Campus Palmas (2024). Graduada no curso superior de Tecnologia em Agronegócio, IFTO Campus Palmas (2017). Especialista em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Gran Centro Universitário (2024). Atuou como Coordenadora Pedagógica do Instituto Embelleze na Franquia de Palmas Tocantins (2018 a 2022). Foi membra do Programa de Educação Tutorial do Curso Pedagogia do Campus de Palmas da UFT (2022 a 2024), desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente (2024) participa como Assistente Pedagógico de Formação e Assistente da Coordenação de Monitoramento e Avaliação e Apoio aos Formadores do Programa de Institucionalização e Gestão dos Sistemas Municipais de Ensino/Educação do Tocantins (PRISME), Rede Colaboração do Tocantins (RCT) e Universidade Federal do TO (UFT).joildy.gomes@mail.uft.edu.br.
Ronaldo Muniz Silva	UFT	Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), do Campus de Palmas. Membro do Grupo de Estudo, Pesquisas e Extensão em Educação Municipal na UFT (GepeEM), cadastrado no CNPQ. Participou como Integrante do Programa de Educação Tutorial do Curso de Pedagogia (PET PedPalmas 2019-2024). Membro do Observatório de Sistemas e Planos de Educação no Tocantins (ObsPE). Integrante do Programa de Institucionalização e Gestão da Educação Municipal: formação, monitoramento, acompanhamento e avaliação (PRISME) da Rede Colaboração Tocantins (RCT). Filiado a Associação Nacional de Administração em Educação (ANPAE). Participou como Relator na CONAE 2024-Etapa Estadual- Tocantins e eleito Delegado para representar os estudantes do Ensino Superior do Tocantins na CONAE-2024 em Brasília. Desenvolveu pesquisa com a temática "Atuação dos municípios de Araguaína e Araguatins e Centenário no que diz respeito à meta 19, especificamente a estratégia 19.1, Título: Escolha de diretores (as) escolares no Tocantins: desafios enfrentados pelos municípios de Araguaína, Araguatins e

			Centenário, sob orientação da Prof. Dra. Rosilene Lagares (Pós-Doutora em Educação (Unoesc, 2019), Doutora e Mestre em Educação (UFG, 2007; 1998). Graduada em Pedagogia (UFG, 1989). Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Campus de Palmas: Curso de Pedagogia, tutora do Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Pós Graduação em Educação Mestrado acadêmico e Doutorado em Educação na Amazônia ? PGEDA/Educanorte)
Produção do Conhecimento	Jocyléia Santana dos Santos	UFT	Pós-doutorado em Educação/UEPA. Doutora em História/UFPE. Mestre em História/UFPE. Coordenadora do Polo Tocantins do Doutorado em Educação na Amazônia - Rede EDUCANORTE/PGDEA. Coordenadora do Mestrado Acadêmico em Educação- PPGE/UFT. Coordenadora Local do Procad/Amazônia e Pesquisadora do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia: UEPA, UFRN e UFT (Procad/2018). Sócia da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (Anped)/GT -2 -História da Educação. Membro e Avaliadora da Anped/Norte. Sócia da Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Sócia da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Pesquisadora da Rede Inter-Regional Norte, Nordeste e Centro-Oeste sobre Docência na Educação Básica e Superior (Rides). Membro do Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação (Forpred). Membro do Comitê Técnico-Científico da (CTC/UFT). É avaliadora ad-hoc da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, da Revista Histedbr On Line e da Revista OPSIS -UFG-Catalão-GO. Professora Associada IV da UFT. Tem experiência na gestão superior de cursos de graduação e programas de pós-graduação. Líder de grupo de pesquisa História, Historiografia, Fontes de Pesquisa em Educação pelo CNPq(2004). Tem experiência e atuação nos temas e na área de Educação, História, Ensino, História Oral, Memória e História, Cultura Escolar.
	Temis Gomes Parente	UFT	Possui graduação em História pela Universidade Federal do Piauí (1986), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1996) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Fez Pós-Doutora pelo CEDEPLAR/UFMG (2010). Atualmente é Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Tocantins. Professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da mesma Universidade. Foi colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Coordenou o Doutorado Interinstitucional - DINTER - junto ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006-2011). Coordenou o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (2012-2013). Foi diretora da Região Norte de História Oral (2008-2009). Foi membro do conselho Editorial da Editora Universitária - EdFUT - da área de Ciências Humanas, Letras e Artes) Fez parte da Diretoria da Associação Brasileira de História oral (2014-2016). Faz parte do Comitê Editorial da Revista História Oral. É coordenadora do Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero - NEDIG- da Universidade Federal do Tocantins. Faz parte del Comitê Técnico-Acadêmico de la Red Temática de Paz, Interculturalidad y Democracia del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología desde abril de 2015. Faz parte Associada Nacional de História. Faz parte Associação Brasileira de História Oral. Em 2024 recebeu Prêmio Michel Marie Le Ven", reconhecendo sua significativa contribuição para o desenvolvimento e consolidação da História Oral no Brasil. É membro do Comitê Editorial da Revista de História oral . Tem experiência na área de História do Brasil, com ênfase em Historia Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero e memória, Gênero e desenvolvimento Regional, história

			e gênero, história oral, história e cultura e história do tempo presente. Consultora do Banco Mundial junto a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins no Projeto Estrada do Conhecimento. Pesquisadora e consultora do Programa de Institucionalização e Gestão de Ensino da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins.
Diagramação	Luana Oliveira Lagares		
Avnei	Eduardo José Cezari	UFT	Doutor em Educação em Ciências e Matemática - UFMT/REAMEC (2014); Mestre em Ciências do Ambiente - UFT (2010); Especialista em Docência do Ensino Superior - FALBE (2008); Graduado em Ciências Biológicas - CEULP/ULBRA(2006); Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, no curso de Pedagogia - Palmas e Professor Pesquisador no Curso de Ciências Biológicas - EAD - UFT. Professor do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação - UFT. Foi Coordenador do Curso de Pedagogia (2015-2018) e Vice-diretor do Câmpus de Palmas (2018-2020). Atualmente é Pró-reitor de Graduação da UFT. Áreas de atuação: Integração Curricular, Gestão do Ensino Superior e Formação de Professores para a Educação em Ciências.
	Luis Felipe Nunes de Carvalho	UFT	Estudante de Ciências da Computação na Universidade Federal do Tocantins.
	Werley Teixeira Reinaldo	UFT	Possui graduação em Sistemas de Informação pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (2009) e MBA em Gerenciamento de Projetos Governamentais pela Universidade do Tocantins (2013). Mestre em Administração Pública (PROFIAP/UFT). Atualmente é Analista de Tecnologia da Informação da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em projetos e desenvolvimento de soluções governamentais.

Fonte: Elaborado pelo autor com informações do site da Rede Colaboração Tocantins. Disponível em: <https://www.rctocantins.com.br/equipe>. Data de acesso: 10/02/2025.

O presente quadro apresenta um minicurriculo dos intelectuais orgânicos do PRISME/RCT, que é constituído por 11 formadores (as), 11 assessores (as) de formação, 3 colaboradores (as) do AVNEI, 2 assessores de produção e difusão do conhecimento científico e técnico, 1 assessor de gestão da informação e comunicação, 1 coordenadora geral, 1 coordenadora de gestão, 1 coordenador de formação, 1 coordenador de acompanhamento, 1 coordenadora de monitoramento e avaliação e 1 coordenador do AVNEI, totalizando um coletivo de trabalho com 34 profissionais que estudam, pesquisam, produzem e disseminam o conhecimento científico no âmbito da Educação Superior e Básica, uma vez que possuem formação e especialização na área da política e gestão educacional. (PRISME, 2024, p. 14).

Na Apresentação do Dossiê “Movimento de Institucionalização e Gestão dos Sistemas Municipais de Educação”, Lagares, Carvalho e Brito (2024, p. 1) esclarecem que o PRISME é um Programa da RCT que agrega

um conjunto de pesquisadores que estuda, pesquisa, ensina e faz extensão abordando a temática da Política e Gestão da Educação e, no caso específico da presente produção, tem como foco o “Movimento de Institucionalização e Gestão dos Sistemas Municipais de Educação”, em diálogo com pesquisadores brasileiros e de outros países.

Nessa perspectiva, o programa PRISME/RCT orienta seus estudos, pesquisa, produção e planejamento da política pública no âmbito da gestão e institucionalização dos SME do Estado do Tocantins com base em referenciais normativos como a CF de 1988, a LDB de 1996, o PNE de 2014 e as normas infraconstitucionais complementares, assim como à luz de pesquisadores do campo crítico que produzem e disseminam conhecimentos sobre a política/gestão da educação brasileira, em especial, da gestão democrática da educação, planos decenais de educação e sistemas de ensino/educação.

5.4.5.4 EducaTO - Formação Continuada, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Processo de Gestão e Prática Pedagógica

O Programa EducaTO é uma realização da RCT, desde 2022, tendo como campo de atuação a gestão escolar (Escola) com seus elementos constitutivos (mecanismos e espaços de gestão democrática), com vistas a assegurar formação continuada para os profissionais que atuam na Escola, tanto no planejamento quanto na execução da proposta pedagógica, tendo como cursistas diretores (as), coordenadores (as), professores (as) e demais profissionais que apoiam a gestão escolar.

Conforme o Relatório Final de 2023, quando ainda era chamado de Projeto EducaTO, na UFT, o Programa EducaTO está vinculado aos seguintes segmentos: Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação, Desigualdade Social e Políticas Públicas (NEPED); Grupo de Pesquisa: Grupo de Estudo e Pesquisas em Saberes e Fazeres em Contextos Socioculturais e Educacionais (GEPEFAZE); Programa Profissional de Pós-Graduação em Educação (PPPGE) – Linha de Pesquisa: Currículos específicos de etapas e modalidades de educação; Programa de Pós-Graduação em Educação/Doutorado na Amazônia (Educanorte – Associação em Rede) – Linha de Pesquisa: Saberes, Linguagem e Educação; Curso de Pedagogia – Campus de Palmas, Campus de Miracema e Campus de Arraias; e o Curso de

Matemática – Campus de Arraias. (Projeto EducaTO, 2023, p. 15).

No Relatório de Ações e Resultados do EducaTO - um programa da Rede ColaborAção Tocantins (2024, p. 1) está descrito que:

O Programa EducaTO é uma das ações da Rede ColaborAção Tocantins (RCT) e tem como objetivo formar continuamente gestores pedagógicos, professores e demais profissionais que atuam na escola, com vistas à otimização e sistematização dos processos de gestão e de práticas pedagógicas de alfabetização, formação leitora de produção escrita e conhecimentos matemáticos, visando o desenvolvimento da aprendizagem de estudantes regularmente matriculados nos sistemas e nas redes de ensino municipais no âmbito do território educacional do Estado do Tocantins.

Assim como no Programa PRISME, para participar do movimento formativo do EducaTO/RCT os Municípios devem pactuar responsabilidades e obrigações, estabelecidas em Termo de Adesão formal, assinado pelo Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Educação. Assim, de acordo com o conteúdo presente nos Termos de Adesão pactuados, são obrigações dos Municípios no tocante à participação no Programa EducaTO/RCT:

- Divulgar e efetuar a inscrição dos cursistas das formações ofertadas pelo Programa Interinstitucional **RCT** dentro dos períodos disponibilizados.

1. Disponibilizar equipe para operacionalização do Programa na esfera Municipal, com carga horária e dedicação para cumprimento das ações propostas, considerando as especificidades de cada rede, conforme número de cursistas e escolas, sendo:

- a) Indicar um servidor, considerados os critérios técnicos, para a função de **Supervisor Municipal** que doravante será responsável pela execução do Projeto EducaTO;

- b) Indicar servidor(es), considerados os critérios técnicos, para a função de **Orientadores de Estudos do Projeto EducaTO**, responsáveis pelo eixo de Formação de Professores, conforme demandas constituídas pela rede.

2. Disponibilizar recursos materiais e tecnológicos, acesso à internet de qualidade para equipe municipal e cursistas.

3. Custear as despesas dos Supervisores Municipais e Orientadores de Estudos para garantia da participação desses nos três encontros formativos presenciais que ocorrerão na capital.

4. Custear despesas e executar os encontros presenciais das etapas municipais;

5. Responsabilizar-se pela frequência e participação dos cursistas da etapa municipal;

6. Fornecer informações e evidências das ações da Etapa Municipal;

7. Implantar processos de gestão orientados pelo EducaTO no âmbito das unidades escolares – sistema, metodologia de acompanhamento, monitoramento e avaliação.

8. Realizar o Diagnósticos de gestão e da aprendizagem;

9. Construir e executar os fluxos de atuação para proteção e garantia da aprendizagem de crianças e adolescentes para efetivação da aprendizagem;

10. Construir e executar o Plano de Recomposição das aprendizagens para cumprimento legal da garantia do direito à Educação de Qualidade

11. Atender as demandas de monitoramento propostas pelo EducaTO (Termo de Adesão ao Programa RCT, 2024, s/p). Fonte: <https://www.rctocantins.com.br/>. Acesso em: 29/01/2025.

O programa EducaTO/RCT possui uma organização específica para realização das atividades de formação continuada, com estruturação em dois eixos articulados:

Eixo I: Formação continuada para gestão do processo pedagógico e da prática docente com vistas ao planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação da recomposição das aprendizagens de alfabetização, considerados os princípios de igualdade, inclusão e equidade e garantia de direitos e proteção dos alunos. Eixo II: Acompanhamento, monitoramento e avaliação da gestão pedagógica para o aprimoramento do processo de gestão e prática pedagógica e garantia dos direitos dos alunos para efetivação da aprendizagem, por meio da implementação de fluxos intersetoriais (educação, saúde e assistência social) e articulação da equipe multiprofissional das escolas (assistentes sociais, orientadores educacionais e psicólogos), com vistas ao fortalecimento da rede de proteção no âmbito dos sistemas municipais de ensino tocaninenses (Nunes, 2024, p. 17).

Para realização desses dois eixos e considerando a análise dos diagnósticos e avaliações contínuas do processo formativo, o Programa reorganizou a sua atuação em três projetos: AlfabeTO, DireiTO e GesTO, com a seguinte sistematização:

a) **AlfabeTO:** Formação continuada para professores da Educação Básica, especificamente (i) do Ensino Fundamental Anos Finais, (ii) da Educação do Campo, Indígena e Quilombola de Escolas Multisseriadas da Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais e (iii) Educação de Jovens e Adultos – I Segmento, dos sistemas municipais de ensino e acadêmicos do curso de Pedagogia ofertados no Estado do Tocantins, com foco no aperfeiçoamento do profissional para a apropriação da práxis alfabetizadora necessária à recomposição e a recuperação das aprendizagens com vistas ao desenvolvimento de um trabalho educativo que promova a formação humana. b) **DireiTO:** Formação continuada para (i) equipes multiprofissionais (Assistentes Sociais, Orientadores Educacionais e Psicólogos) e agentes sociais responsáveis pela proteção (identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes) e a garantia dos direitos da crianças e adolescentes e (ii) professores das salas de AEE para o desenvolvimento de práticas inclusivas e atividades pedagógicas adaptadas às necessidades especiais para aprendizagem de estudantes com transtornos, deficiências e síndromes. c) **GesTO:** Formação continuada para (i) equipes de gestão pedagógica de escolas municipais que atuam no Ensino Fundamental (Anos Finais), Educação do Campo, Indígena e Quilombola, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (I segmento), com o propósito de sistematização do processo de gestão pedagógica para o desenvolvimento infantil, da alfabetização e aprendizagem, com efeito no planejamento, no acompanhamento, no monitoramento e na avaliação do ensino e da aprendizagem, especificamente, com foco na implantação e gestão das políticas públicas municipais de oferta educacional equânime (Relatório de Ações e Resultados do EducaTO, 2024, p. 29).

A efetivação significativa desse processo compreende uma sistematização de fluxos com encontros presenciais em Palmas-TO e online (*YouTube* e *Google Meet*) durante o ano; reuniões mensais para acompanhamento e monitoramento das atividades formativas, com a participação dos supervisores municipais e orientadores de estudos; grupos de *whatsapp* e plantões pedagógicos para apoio, acompanhamento, monitoramento e avaliação contínuos das

atividades em desenvolvimento, assim como sanar dúvidas e aprofundar os conhecimentos.

No documento *Entendendo o EducaTO - Um Programa da RCT* (Nunes, 2024, p. 40), o fluxo formativo está sistematizado da seguinte forma:

Encontros remotos no YouTube: Esse momento formativo tem por finalidade subsidiar teoricamente os estudos, mobilizando palestrantes, pesquisadores, especialistas das áreas da pedagogia e do direito à educação. Os encontros poderão variar entre 2h/a ou 3h/a, por módulo. Os municípios são orientados a organizar momentos conjuntos mediados pelos orientadores de estudos, para que todos os cursistas, de todas as turmas, possam interagir acerca da temática abordada. A temática e os conteúdos abordados, nesse momento, serão escolhidos a partir da definição de cada módulo, com vistas a manutenção da unicidade da temática geral proposta. Serão duas palestras para cada momento, sendo uma direcionada aos aspectos pedagógicos e outra direcionada ao direito (educação, proteção à criança e ao adolescente e garantias para o desenvolvimento da aprendizagem).

• **Encontros remotos no Google Meet:** Os cursistas de todos os municípios deverão se reunir em salas do Google Meet com os formadores do EducaTO para participarem diretamente dos encontros formativos mediados pelos especialistas e pesquisadores das áreas específicas de cada módulo. Esse momento será dedicado ao aprofundamento dos conteúdos abordados e à discussão sobre a práxis educativa. Os encontros serão planejados por módulo com duração de 2h/a. Espera-se que os municípios organizem espaços específicos para cada turma, com o intuito de possibilitar a interação entre os seus cursistas, sob mediação dos orientadores de estudos das turmas. A temática e os conteúdos abordados, nesse momento, serão específicos para cada etapa/modalidade.

• **Encontros Presenciais em Palmas para equipes municipais:** Serão destinadas 16 horas para o encontro presencial com as equipes municipais, supervisores municipais e orientadores de estudos, dos quais 12 horas/aulas serão para o desenvolvimento de Oficinas Pedagógicas. Essas Oficinas visam atender às demandas apontadas pelas redes de ensino, no processo avaliativo do programa. O planejamento das Oficinas considera que as demandas serão trabalhadas, presencialmente, pelos orientadores de estudos com os cursistas, em seus municípios.

• **Encontros Presenciais da Etapa Municipal:** Os orientadores de estudos, com base na formação presencial nas Oficinas Pedagógicas ministradas pelos especialistas do EducaTO, trabalharão com os cursistas da etapa municipal, uma carga horária referente às 16h/a, de atividades presenciais. As atividades desenvolvidas pelo orientador de estudos de planejamento, estudo e desenvolvimento das Oficinas Pedagógicas para os cursistas municipais serão consideradas parte das atividades assíncronas do Orientador de Estudo. Para o cursista municipal, a participação nas oficinas corresponderá ao cumprimento das horas aulas presenciais.

Nesse sentido, o principal objetivo do projeto EducaTO/RCT relaciona-se com a melhoria dos processos de gestão, ensino e aprendizagem no âmbito da Escola, conforme a seguir:

Proporcionar às redes e sistemas municipais de ensino do estado do Tocantins formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para melhoria do processo de gestão e prática pedagógica, voltada para o fortalecimento da aprendizagem, consideradas as fragilidades acentuadas pela crise educacional derivada do fechamento das escolas em virtude da Pandemia da Covid-19 (Projeto EducaTO, 2023, p. 29).

O Relatório de Ações e Resultados do EducaTO (2024, p. 27) traz informações de que a RCT e a Seduc-TO realizaram reuniões para alinhamento das atividades de formação continuada para as redes e sistemas municipais de ensino/educação, assim como evitar conflitos e sobreposição em relação ao público, etapas e modalidades atendidas.

A fim de dimensionar a atuação produtiva e eficiente do Tocantins frente às responsabilidades com o Programa Criança Alfabetizada, a RCT e SEDUC/TO discutiram e distribuíram os campos a serem atendidos de forma distinta. Em acordo, o EducaTO/RCT se ocuparia com etapas e modalidades, a saber: Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Educação Infantil, Educação do Campo Indígena e Quilombola (salas multisseriadas), Educação de Jovens e Adultos, Atendimento Educacional Especializado e Gestão Pedagógica, visando as etapas e modalidades supracitadas. Dessa forma, o EducaTO/RCT estruturou o apoio e a formação para tais etapas e modalidades apresentadas no presente relatório.

Para cada uma dessas etapas e modalidades há formadores e assessores do Programa EducaTO responsáveis pelo processo de formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação contínuos, com formação específica para a sua área de atuação. Esses profissionais são reconhecidos como os intelectuais orgânicos do Programa, pois assumem a responsabilidade de pensar e executar a política educacional planejada democraticamente a partir dos diagnósticos e avaliações realizadas.

Quadro 37 - Relação dos Intelectuais orgânicos do Programa EducaTO/RCT:

Função no EducaTO	Intelectual Orgânico	Vínculo Institucional	Formação Acadêmica
Coordenadora do Programa EducaTO	Ma. Elaine Aires Nunes	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC Tocantins e Ministério Público do Estado do Tocantins	Mestra em Educação (PPGE,UFT-TO, 2019-2021); Graduanda em Direito pela UFT; Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (2003); Especialista em Gestão Pública Municipal(2013), Gestão da Educação Municipal(2014) e Educação do Campo(2013), todas pela UFT. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Saberes e Fazeres em Contextos Socioculturais e Educacionais - (GEPEFAZE/UFT) Professora da Educação Básica - SEDUC-TO; Atuou no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior, também exerceu as funções Secretária Municipal de Educação em Arraias-TO, Supervisora Pedagógica, Coordenadora Pedagógica, Secretária de Controle Interno de Combinado-TO, Coordenadora Financeira de escola da Rede Estadual e Diretora Regional de Ensino de Arraias-TO. No Ensino Superior, ministrou as Disciplinas Alfabetização e Letramento, LPPT e Arte Educação como professora Substituta da UFT/Arraias e Literatura Brasileira e Literatura Goiana pela UEG/Arraias. Na formação de professores atuou nos PCN's em Ação, Proletramento Língua Portuguesa - CFORM/UNB e PNAIC/UFT de 2014 a 2017. Atua no Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação (CAOPIJE), no Ministério Público Estadual do Tocantins. Membro instituidora da Rede Colaboração Tocantins - Rede de Colaboração Técnica Especializada: Formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das Redes Públicas Municipais de Educação do Tocantins (2020 - 2024). Coordenadora do Projeto EducaTO/RCT(2022-2024)

Assistente Administrativo e Financeiro - Intérprete de Libras	Ma. Raquel Nascimento de Souza	Universidade Federal do Tocantins	Mestra em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins, Especialista em Língua Brasileira de Sinais pela Faculdade Integrada de Jacarepaguá - FIJ/RJ, Bacharel em Letras com habilitação em Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, possui habilitação em Atendimento Educacional Especializado pelo programa RENAFOR da Universidade Federal Rural da Amazônia. Atua na área da educação em atendimento à pessoas surdas e Tradução e Interpretação em Libras/L. Portuguesa. Tradutora e intérprete de Libras na Universidade Federal do Tocantins, câmpus Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor, Arraias -TO. Graduada em Educação Física pela Universidade do Estado do Pará, registrada no Conselho Regional de Educação Física 003147-G/Pa, 18 região Ap/Pa.
Assessora de Relações Institucionais	Esp. Maria Solange Rodrigues de Sousa	União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME-TO	Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Tocantins (1994). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem. Tem Especialização em Psicopedagogia pela Universidade de Amparo, São Paulo, Especialização em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Experiência profissional: Professora de alfabetização no período de 1987 a 1992; Professora no Magistério de 1997 a 2000; Professora no Ensino Médio na área de humanas de 2000 a 2010; Professora no Curso de Pedagogia de 2003 a 2005; Dirigente Municipal de Educação de Guaraí Tocantins de 2005 a 2009; Presidente da Undime Tocantins de 2009 a 2010; Secretária Executiva da Undime Tocantins de 2011 a 2021. Técnica da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Tocantins. Participa da Rede Colaboração Tocantins (RCT) desde 2020, atualmente coordena o Projeto EducaTO, Coordenadora representando a Undime no Programa Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais da Região Norte – Cecampe Norte.
Assessor de Gestão	Esp. Juniezer Barros de Souza	Universidade Federal do Tocantins	Graduado em PEDAGOGIA pela Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT (2006) e Pós-graduado em Novas Tecnologias na Educação, pela Escola Superior Aberta do Brasil - ESAB. Técnico Administrativo, atualmente Designer Gráfico no CUP/UFT Campus de Palmas - da Universidade Federal do Tocantins.
Coordenadora do Projeto AlfabeTO	Dra. Juciley Silva Evangelista Freire	Universidade Federal do Tocantins	Doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (PPGE/UFG). Graduada em Pedagogia. Professora adjunta na Universidade Federal do Tocantins, campus de Palmas. Docente no Programa de Pós-graduação Profissional em Educação - PPPGE/UFT. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação, Desigualdade Social e Políticas Públicas (NEPED/UFT) e líder do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desigualdades Sociais (GEPEDS). Assessora Pedagógica no Projeto EducaTO da RCT/UFT/NEPED. Pesquisadora na área de política e gestão da educação; currículo e avaliação da educação infantil; infância, educação e pobreza; educação, pobreza e desigualdade social.
Supervisora Regional	Gda. Cristiane Hermelinda Castro Gáspio Santos	Universidade Federal do Tocantins	Graduanda em Licenciatura em matemática (UFT/TO); Graduanda em Pedagogia (CRUZEIRO DO SUL); Diretora/Presidente da Cooperativa de Trabalho Educacional de Pais e Professores de Arraias - TO.
Formadora	Ma. Luciana Patricia da Silva Frutuoso	Rede Municipal de Ensino	Mestra em Educação (UFT). Pós graduada em: Psicopedagogia Clínica e Institucional/Neuropsicopedagogia/Educação de Surdos/Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado/Artes e Educação/Educação profissional, Científica e Tecnológica/Educação no Campo e Graduada em Pedagogia (UEPA). Formadora e Coordenadora Geral da Educação Infantil e Educação Especial no município de Couto Magalhães/TO. Coordenadora Pedagógica da UEPA/Campus VII - Conceição do Araguaia/PA. Pesquisadora na área da Educação Especial/Inclusiva.

Formadora	Dda. Jardilene Gualberto Pereira Fôlha	Rede Municipal de Ensino	Doutoranda em Educação na Amazônia (UFT); Mestre em Educação (UFT); Especialista em: Educação Infantil e Alfabetização / Gestão, Orientação e Supervisão Escolar / Gestão Pública e graduada em Pedagogia (UFT). Professora de crianças e bebês, atuou como Diretora, Supervisora/Técnica da Rede Municipal de Palmas, Gerente de Educação e Capacitação da Escola de Gestão Fazendária/SEFAZ. Coordenou a elaboração do Currículo - Educação Infantil. Formadora da Rede Colaboração Tocantins (2020-2024). Escritora de literatura infantil e contadora de história. Pesquisa: Infâncias, Currículo e Comunidades Tradicionais. Integrante da Comunidade de Remanescente Quilombola Lajeado, da ANPED e da Rede Internacional de Povos Originários e Comunidades Tradicionais. Faz parte dos grupos de pesquisas: Gepce UFT/TO e GEDGS UNESP-SP. Tem experiência na área de Educação Infantil: docência, técnica, gestão, assessoria e formação de professores, nas diversas especificidades: urbanas, campo, indígenas e quilombolas.
Supervisora Regional	Ma. Priscila de Freitas Machado	Rede Municipal de Ensino	Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2013). Graduada em Letras Português/Inglês (Faculdade Campos Elíseos/2020). Pós-graduada em Psicopedagogia Escolar (Itop/2014) e em Educação Infantil (UFT/2016), Mestra em Educação PPPGE/UFT, bolsista Capes-Canadá do Programa de Aperfeiçoamento para Professores da Educação Básica. Participou como convidada para debater e avaliar os dados do Seminário Estadual da BNCC em Tocantins. Destacou-se entre os 3 melhores inscritos do estado do Tocantins no 10º Prêmio Professores do Brasil. Classificou-se em 1º lugar no Estado do Tocantins no Prêmio Conectando Boas Práticas da Fundação Lemann. Finalista do Prêmio Educador Nota 10 (2020). Atuou como Interlocutora Estadual de Etapa Curricular de Ensino do Estado do Tocantins. Vencedora do Prêmio Boas Práticas de Professores na Educação Infantil Durante a Pandemia/2021 da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Atuou como colunista da Rede Professores Transformadores. Atuou como professora convidada na Universidade Federal do Tocantins no curso de Pedagogia do campus de Palmas, atualmente é professora efetiva da Rede Municipal de Palmas estando lotada como Gestora do CMEI Príncipes e Princesas.
Formadora	Dra. Kethlen Leite de Moura-Berto	Universidade Federal do Tocantins	Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (2010). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade América Latina (2012) e Especialista em Letramento e Educação Infantil (2019). Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2013). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2019). Experiência na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Curso Profissionalizante Técnico de Nível Médio e Ensino Superior. Foi Coordenadora Pedagógica do Centro Universitário Famma e Coordenadora do Curso de Pedagogia Presencial e a Distância do Centro Universitário FAMMA. Ex-integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas e Gestão da Educação (GEPPGE), atualmente integra o Grupo de Estudos e Pesquisa Práxis e do Observatório de Artes e EduRural. Atuou como Professora de Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Gestão Educacional e Gestão Escolar. Docente Orientadora do Programa Residência Pedagógica do Curso de Pedagogia. Produtora de Material Didático nas áreas de Gestão Educacional e Gestão Escolar, Políticas Públicas, Educação de Jovens e Adultos, Ludicidade e Infância, Psicomotricidade entre outros. Professora Adjunta no Colegiado de Pedagogia do campus universitário de Miracema do Tocantins, da Universidade Federal do Tocantins. Parecerista <i>ad hoc</i> de Períodos Nacionais e Membro do Corpo Editorial da Revista Teoria e Prática da Educação (UEM). Pesquisadora nas áreas de: Infantilização da Pobreza, Políticas Educacionais para Educação Básica, Educação e Pobreza, Infância e Ludicidade e Alfabetização.

Formadora	Mda. Cleide Diamantino Lopes	Rede Municipal de Ensino	Mestranda em Educação (PPPGE-UFT). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Bahia - UNEB (2006). Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Guanambi - FG (2007), e Educação Física Escolar pela Faculdade Sulamérica (2016). Professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Palmas-TO desde 2010.
Assessora de Gestão	Dra. Ana Carmen de Souza Santana	Universidade Federal do Tocantins	Pedagoga formada pela Universidade Federal do Ceará- UFC em 2003. Especialista em Informática Educativa (UFC). Mestre e Doutora em Educação Brasileira, na Linha de Pesquisa Educação, Currículo e Ensino (LECE/PPGE/UFC). Professora do Magistério Superior na Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Curso de Pedagogia- Campus de Arraias, desde 2010. Coordena o Laboratório Interdisciplinar de Multimídia, Tecnologia da Informação e Comunicação (LIMITIC). É pesquisadora do Laboratório de Pesquisas Multimeios- Faced/ UFC. Foi bolsista Cnpq na categoria extensão, pelo projeto Centros Rurais de Inclusão Digital- CRID, coordenando as ações educacionais. É pesquisadora e extensionista em Formação de professores, Metodologias participativas e ativas de Ensino, Tecnologias Digitais no Currículo e Educomunicação. Formadora atuando na assessoria do AlfabeTO, projeto voltado para os Anos Finais do Ensino Fundamental, EJA e ECIQ no projeto Rede Colaboração Tocantins - Rede de Colaboração Técnica Especializada: Formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das Redes Públicas Municipais de Educação do Tocantins - RCT. Atualmente cursa Especialização em Educação Digital (SENAI/SC).
Formadora	Ma. Rita de Cássia Carvalho do Amaral	Rede Municipal de Ensino	Graduada em Matemática pela UNITINS; pós graduação em Gestão Educacional pela Universidade Católica de Brasília; mestre em Psicologia Educacional - Unifiel de Osasco/SP; Formadora e Consultora Pedagógica; Professora efetiva no município de Araguaína desde 2005. Tem experiência como professora de Ensino Médio e Ensino Fundamental. Foi Coordenadora do Programa ProJovem Urbano/MEC de 2011 a 2014. Atuou como Diretora de Recursos Humanos de 2015 a 20217 na Secretaria Municipal de Educação de Araguaína. Atualmente exerce a função de Diretora da Creche Municipal Constantino Pacífico de Oliveira desde 2021. formadora da Rede Colaboração Tocantins (RCT) desde 2021. Pós graduanda em Atendimento Educacional Especializado - AEE pela UNOPAR Araguaína.
Formadora	Esp. Josélia Sampaio de Sousa	Rede Municipal de Ensino	Graduada em Pedagogia; Especialista em Educação Básica (UFCG); Pós-graduanda em Psicopedagogia Institucional; Tem curso de aperfeiçoamento em atendimento educacional especializado: deficiência intelectual e múltipla sensorial (UFT); Curso de extensão em autismo e deficiência intelectual: saberes e práticas educacionais inclusivas (CEAD/UFU), Curso de aperfeiçoamento na atuação do profissional de apoio escolar no processo de inclusão de alunos com deficiência (UFU). Está cursando Especialização em Políticas Públicas e Socioeducação (UNB). Professora efetiva na rede pública da Paraíba há vinte e cinco anos (atualmente licenciada); Professora efetiva no município de Araguaína desde 2021; Técnica credenciada no grupo Gestor das Equipes Multiprofissionais (GGEM) do Tribunal de Justiça-TO; Já foi formadora em projetos de larga escala promovido pelo BNDES, a exemplo do Educação Conectada, atuando nos estados do PR, RS, SE, BA, PB e TO. Atualmente é Assessora Técnica na SEMASTH -Araguaína. Compõe a equipe de formadores do EducaTO/RCT desde 2021.

Formadora	Dra. Layanna Giordana B. Lima	Universidade Federal do Tocantins	Doutora em Ciência área de concentração em Geografia Humana (2012-2016) pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Ciência do Ambiente (2009) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Graduada em Pedagogia (2001) pela Universidade do Estado do Tocantins (Unitins) .Docente na Universidade Federal do Tocantins desde de 2010, atuando no curso de Pedagogia. Atuou como Diretora - Adjunta e coordenadora pedagógica d projetos de educação socioeducativa na Instituição Educacional Casa de Eurípedes na cidade de Colinas do Tocantins entre os anos de 2002 e 2010. Atualmente Coordenadora do Curso de Pedagogia da UFT- Câmpus Universitário de Miracema no período de 2023- 2025. Vice-líder do Grupo de pesquisa educação, cultura e mundo rural - EDURURAL (UFT/Miracema) e pesquisadora Geografia Agrária (USP).Coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Prática Pedagógica - LIPPed. Coordenadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docencia - Pibid período 2022-2024 Núcleo de Pedagogia UFT- Câmpus Universitário de Miracema.Áreas de ensino e pesquisa campo do ensino de geografia, ciências, educação ambiental; educação do campo; e educação indígena. No âmbito da pesquisa em geografia : questões indígenas; geografia agrária; campo e território.
Coordenadora do Projeto GesTO	Dra. Leni Barbosa Feitosa	Universidade Federal do Tocantins	Doutora em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA)/ Universidade Federal do Tocantins (UFT). Linha de Pesquisa: Saberes, Linguagem e Educação. Mestra em Educação - Universidade Federal do Tocantins (UFT) - Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE)/UFT, Especialista em Tecnologias Educacionais para a Prática Docente do Ensino da Saúde na Escola - Fundação Oswaldo Cruz-RJ; Especialista em Educação do Campo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); e Especialista em Biologia/Entomologia - Universidade Federal de Lavras- MG (UFLA). Graduada em Ciências Naturais Habilitação em Física - Universidade do Estado do Pará (UEPA), e Enfermagem - Universidade Estadual do Pará (UEPA). Membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Social (GEPES) - linha de pesquisa: Educação Indígena na Amazônia Paraense/Universidade do Estado do Pará (UEPA); Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática na Formação de Professores (GEPEMFOR) - Linha de pesquisa: Educação, Diversidade e Interculturalidade/Universidade Federal do Tocantins (UFT); Grupo de Estudos e Pesquisas Territórios indígenas e Etno-envolvimento (GPTIE) - linha de pesquisa: Educação Escolar Indígena/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); e. Grupo de Pesquisa em Saberes e Fazeres em Contextos Socioculturais e Educacionais (GEPEFAZE)/Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Formadora	Ma. Laurenita Gualberto Pereira Alves	Rede Municipal de Ensino	Doutoranda em Ciências do Ambiente - UFT, Mestre em Educação - UFT (2021). Especialista em Gênero e Diversidade na Escola - UFT (2016), Especialista em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar pela Faculdade João Calvino (2011). Pedagoga e Normalista pela Universidade do Tocantins - UNITINS (2004). Bacharela em Administração Pública UFT/UAB (2018). Professora, atualmente está desempenhando a função de Assessora Pedagógica lotada no Polo da UAB/UFT Campus Dianópolis. É membro e representante da Comunidade de Remanescentes Quilombolas de Lajeado-Dianópolis-TO. É integrante do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social - GEDGS (UNESP-Tupã); Grupo de Estudos e Pesquisas em Saberes e Fazeres em Contextos Socioculturais e Educacionais- GEPEFAZE (UFT-Palmas); e Pesquisadora associada da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais - RedeCT (com sede na UNESP-Tupã). É Formadora na modalidade de Educação do Campo, Indígena e Quilombola do Programa AlfabeTO - FNDE/UFT/MEC/FAPTO/UNDIME/SEDUC. Tem interesse em temáticas ligado as questões étnicas raciais. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação.
Assessora de Monitoramento	Mda. Liz Adriana Santos Martins	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC Tocantins	Mestranda em Educação pela UFT, Especialista em Psicopedagogia pela Uninter(2002), Pedagoga com Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Tocantins (1997), Professora da Educação Básica Concursada da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins desde 1992. Atualmente na Assessoria de Supervisão e Fortalecimento da Gestão Escolar na SRE-Araraí e na Assessoria do Programa EducaTo da Rede Colaboração Tocantins.
Coordenadora do Projeto DireiTO	Esp. Cleidiana Santana Parente	Ministério Público do Estado do Tocantins	Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (UFT-TO,2017). Graduada em Letras (Unitins-TO,1998). Graduada em Pedagogia (2ª graduação, 2021). Filiada a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped) e a Associação Nacional de Administração em Educação (Anpae). Participa da Rede Colaboração Tocantins - Rede de Colaboração Técnica Especializada: Formação, acompanhamento, e avaliação - Gestão da Crise originada pela pandemia da COVID-19 nas Redes Públicas Municipais de Educação do Tocantins (2020 - 2024). Professora de Educação Básica do Sistema Estadual de Educação do TO, atuando na função de Analista em Educação, no Ministério Público do Estado do Tocantins. Tem experiência como Técnica de Gestão e Pedagógica na Assessoria de Apoio aos Municípios (Asmet-Seduc-TO/ 2013 - 2021) e na área de Letras, com ênfase em currículo Linguagens - Língua Portuguesa e formação de professores de Ensino Fundamental Anos Iniciais, Alfabetização e de Educação Infantil. Participou, como Avaliadora Educacional, da Rede de Assistência Técnica da Secretaria de Articulação com Sistemas Municipais de Educação (SASE-MEC, 2014-2018). Participou, como Redatora e Formadora de Currículo de Educação Infantil, Equipe Pro-Bncc (MEC-CONSED-UNDIME, 2017-2020). Formadora de professores das redes estadual e municipais do Tocantins (SEDUC-TO, 2005-2021) e atuou como formadora de professores, nos Programas PACTO- PNAIC, nas etapas Alfabetização e Educação Infantil (MEC-CONSED-UNDIME, 2013-2014;2017-2018). Membro do Fórum de Educação Infantil do Tocantins e Movimento Inter fóruns de Educação Infantil do Brasil (FEITO e MIEIB, 2023 2025).
Assistente de Gestão	Gdo. André Nunes Gáspio	Universidade Federal do Tocantins	Graduando em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal do Tocantins/UFT; Atuou como técnico na Rede Colaboração Tocantins 2021 - 2022. Atuou como técnico no Curso de aperfeiçoamento saberes do magistério e assistente no Projeto EducaTO/RCT 2022-2023.

Supervisor Regional	Esp. Rodson Layne Luiz Barbosa	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC Tocantins	Possui graduação em GEOGRAFIA pela Universidade Estadual do Tocantins (2002), Especialização em GEOGRAFIA (360h) pela Universidade Federal do Tocantins (2007), Especialização em HISTÓRIA e ANTROPOLOGIA (500h) pela Faculdade Única de Ipatinga - MG (2021), Especialização em FILOSOFIA e SOCIOLOGIA (720h) pela Faculdade Única de Ipatinga - MG. Possui cursos complementares em: PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS - TEMAS TRANSVERSAIS - 20h, (1999); ORIENTAÇÃO PARA O CRÉDITO -16h, (2000); CAPACITAÇÃO EM PROJETOS - 8h (2001); GESTÃO COMPARTILHADA - 20h, (2002); ESTUDOS INTEGRADOS DE GEOGRAFIA - 60h, (2002); ESCOLA COMUNITÁRIA DE GESTÃO COMPARTILHADA - 20h, (2003); SALTO PARA O FUTURO - 80h, (2004); EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO E NAS RELAÇÕES DE TRABALHO - 16h, (2005); INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO - 40h, (2006); DISSEMINADORES DE EDUCAÇÃO FISCAL - 80h, (2006); INCLUSÃO E GESTÃO DE ENSINO -16h, (2006); O ENSINO MÉDIO EM QUESTÃO - 16h, (2007); EDUCAÇÃO: INCLUSÃO PELO ESPORTE, ARTE E CULTURA - 12h, (2008) e GESTÃO ESCOLAR - PROGESTÃO - 300h, (2012). Atualmente é PROEB (Professor da Educação Básica) - SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia.
Supervisora Regional	Esp. Maria do Rosário Dias Rodrigues	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC	Pedagoga com Licenciatura Plena pela Faculdade de Filosofia e Ciências humanas de Gurupi (FAFICH) (1994), Especialista em Psicopedagogia pela FAFICH(1996) e Docência do Ensino Superior pelo ITOP (2006), Professora Concursada da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins desde 1990. Atualmente é Gerente de Sistematização da Educação Híbrida e a Distância - SEDUC, Professora Formadora da Rede Colaboração Tocantins e Supervisora do EducaTO e consultora pedagógica da Empresa Recriar Vidas e ITAC e formadora do CIEDS/BNDS/Votorantim no programa Parceria pela Valorização da Educação - PVE.
Supervisora Regional	Esp. Vivianny Damaso Cardoso	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC	Bacharel em Ciências Biológicas - Universidade Federal do Tocantins; Licenciada em Ciências Biológicas - Faculdade Unica; Pós - Graduanda em Biologia na Educação Básica, Pós - Graduanda em Docência em Biologia e Práticas Pedagógicas, aluna do curso de Enfermagem - UFT, Analista na Gerência de Formação Continuada dos Profissionais da Educação - SEDUC.
Assessora de Acompanhamento	Esp. Ana Karlla Aires Nunes	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC Tocantins	Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal do Tocantins; Graduada em Normal Superior pela Universidade Estadual do Tocantins - Unitins/ Educon (2003). Professora de Educação Básica pela Seduc e maior atuação como professora alfabetizadora. Formadora pedagógica no Projeto Rede Colaboração Tocantins. Atualmente Técnica de Recursos Humanos na Secretaria da Educação e Assessora de Monitoramento no Programa EducaTo da Rede Colaboração Tocantins.

Assessor de Avaliação	Dr. José Carlos da Silva Freire	Universidade Federal do Tocantins	Graduação em Pedagogia,UECE, 1994. Mestrado (2002) e Doutorado (2013) em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Pós-doutorado em Educação, UEPA, 2021. Vinte e oito anos de atuação como docente da Educação Superior, na área de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, cursos de licenciatura da Unitins e UFT. Atua como professor Curso de Licenciatura em Pedagogia, UFT. É Docente-Orientador Programa de Residência Pedagógica, Sub-Projeto Pedagogia-Alfabetização UFT. É Assessor de Avaliação do Projeto de Extensão EducaTO, da Rede Colaboração Tocantins. Docente do Mestrado em Educação Profissional da UFT. Membro do Grupo de Pesquisa - Formação de Professores: Fundamentos e Metodologias de Ensino (FORPROF). Membro de Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Desigualdade Social e Políticas Públicas - NEPED – UFT. Desenvolve pesquisas na área de Educação, com ênfase nos temas: Formação de Professores, Docência e Práticas Educativas, Avaliação. Membro da Associação Francofone Internacional De Pesquisa Científica em Educação Afirse – Seccção Brasileira. Filiado a Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação - Anfope. Coordenador de Curricularização da Extensão, PROEX/UFT.
Assessor de Gestão	Me. Rogério Castro Ferreira	Universidade Federal do Tocantins	Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (2015). Possui graduação em GEOGRAFIA pela mesma Universidade (2012). Servidor da Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana e Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: dinâmica espacial, interações espaciais, rede urbana, centralidades e hierarquias, desenvolvimento e desigualdades regionais, análise socioeconômica e manifestações artísticas e culturais no ensino de Geografia. É pesquisador do Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais (OPTE) e do Instituto de Atenção às Cidades do Tocantins (IAC). Além disso, atua também na elaboração e execução de projetos socioculturais e produções artísticas.
Assistente de Gestão	Me. Adriano Fraga Rodrigues Vital	Universidade Federal do Tocantins	Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Especialista em Educação, Cultura e Contextualidade, pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia - Departamento de Ciências Humanas/ Campus IV, Jacobina-BA. Graduado em Administração Pública pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Atuou 4 anos como docente na rede estadual de educação do Tocantins. Atualmente é servidor federal efetivo na Universidade Federal do Tocantins - UFT/Campus de Gurupi na função de Coordenador de Planejamento e Administração .
Assistente de Gestão	Dra. Katya Lacerda Fernandes	Universidade Federal do Tocantins	Doutora em Educação, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Educação, Especialista em Administração Pública com “Ênfase em Gestão Universitária” (2008) e graduada em Pedagogia (2003-2007), pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Ocupa o cargo de Pedagoga na UFT, Campus Palmas. Pesquisadora na área de Política e Gestão Educacional discute: Gestão e Planejamento Educacional, modo e modelo de produção, modelo de Estado, Plano Nacional de Educação (2014-2024) e praxis pedagógica. Vincula-se ao Grupo de Estudo e Pesquisa Praxis Socioeducativa e Cultural (PRÁXIS-UFT) e ao Laboratório de Gestão Educacional (LAGE-Unicamp).

Supervisor Regional	Me. Alexandre Oliveira da Silva	Rede Municipal de Ensino	Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins. Possui graduação em Matemática pela Universidade Federal do Tocantins, graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri e Graduação em Pedagogia pela Faculdade São Marcos; Pós-Graduação em Ensino da Matemática pela Faculdade Antônio Propício de Aguiar Franco (FAPAF); Pós Graduação em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar pela Faculdade Suldamérica e MBA em Agronegócio pela Universidade Federal do Tocantins. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Diversidade e Desigualdades Sociais (GEPED) e Participa do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Desigualdade Social e Políticas Públicas (NEPED,UFT). Foi redator do Componente Curricular de Matemática no Documento Curricular do Tocantins (DCT) elaborado através de estudos sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Trabalhou como professor de Matemática na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Meira Matos, SEDUC,TO; Diretor da Escola Municipal Luza Machado de Miranda nos anos de 2013 à 2016; Secretário Municipal de Educação e Cultura na Prefeitura Municipal de Aparecida do Rio Negro TO no período de 2017 à junho de 2020.
Formadora	Esp. Silvia Maria Albuquerque Soares	Ministério Público do Estado do Tocantins	Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2003). Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins. Especialista em Ciências Criminais pela Faculdade Gama Filho (2011). Servidora concursada do Ministério Público do Estado do Tocantins, com atuação nas áreas da Infância Juventude e Educação. Participante do PET-Programa de Educação Tutorial da UFT, no curso de Pedagogia.
Assistente de Gestão	Dr. Gilberto Paulino de Araújo	Universidade Federal do Tocantins	Licenciado em Letras pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Educação e Gestão Ambiental pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS/UnB. Mestre em Ciência Política: Direitos Humanos, Violência e Cidadania pelo Centro Universitário Euroamericano - Dissertação "Política Nacional de Educação Ambiental: aplicação e implicações na ARIE JK". Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGL/UnB: Área de Concentração: Linguagem e Sociedade. Tese: O conhecimento etnobotânico dos Kalunga: uma relação entre língua e meio ambiente. Pós-Doutorado em Ecologia e Evolução: linha de pesquisa: Etnoecologia - Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professor do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Universidade Federal do Tocantins - Câmpus Arraias. Membro dos seguintes grupos certificados pelo CNPq: Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Ecológica (GEPL/UnB/ vice-líder); Núcleo de Estudos de Ecolinguística e Imaginário (NELIM/UFG); Sociolinguística, Letramento e Educação (SOLEDUC/FUP-UnB); Etnobiologia e Patrimônio Biocultural (UEFS). Membro da Rede de Colaboração do Tocantins.
Formadora	Ma. Eleny Silva Barbosa	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC	Graduação em Letras.Universidade Estadual de Goiás, UEG (2003). Mestranda em Educação PPGE/UFT Palmas. Especialização em Gestão Escolar.Faculdade Invest de Ciência e Tecnologia, INVEST, Brasil. Especialização em GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (SUPERVISÃO, ORIENTAÇÃO, INSPEÇÃO, E ADM).FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, IESX_PPROV, Venda Nova Do Imigrante, Brasil. Especialização em tecnologias digitais da informação e comunicação na educação.FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, IESX_PPROV, Venda Nova Do Imigrante, Brasil. Especialização em BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ENSINO MÉDIO.FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, IESX_PPROV, Venda Nova Do Imigrante, Brasil. Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal.

Formadora	Dra. Maria Irenilce Rodrigues Barros	Universidade Federal do Tocantins	Graduação em Letras, pela Universidade Federal do Ceará; Mestre em Linguística Aplicada, com bolsa do CNPq; Doutora em Estudos Linguísticos, com bolsa da FAPEMIG, ambos os títulos pela Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Mundo Rural (EDURURAL-UFT/Campus de Miracema) e Membro do Laboratório de Estudos Discursivos (LEDIF-UFU). Professora de Língua Portuguesa do Curso de Pedagogia, UFT/Campus de Miracema; Autora do livro, "Percurso discursivo nas canções de Chico Buarque: da ditadura à democracia".
Formadora	Dra. Gisele Detomazi Almeida	Universidade Federal do Tocantins	Graduada Bacharel em Matemática pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Mestre em Análise Matemática pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Doutora em Matemática pela Universidade Estadual de Maringá (área de concentração Análise); Professora do Curso de Licenciatura em Matemática UFT Campus de Arraias; Professora Efetiva Matemática Seduc-TO (2002-2005); Professora Formadora Projeto Cesgranrio-Seduc; Coordenadora Regional TO 01 OBMEP 2012-2015; pesquisadora na Área de Análise Matemática, subárea Equações Diferenciais Parcial, com ênfase em Estabilidade Orbital de Equações da Onda.
Assistente e Intérprete de Libras	Esp. Maiquel Krutzmann	Universidade do Estado do Tocantins	Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Tocantins (2023) e Teologia pela Universidade Luterana do Brasil (2003). Especialista em LIBRAS (UNITINS, 2009). Atualmente é professor e intérprete de Libras na Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS. Acadêmico de Letras/Libras pela Universidade Estácio de Sá. Professor de Libras, Estágio em Educação Especial e Metodologia Científica no Centro Universitário ITOP - UNITOP, Palmas, TO
Técnica	Ma. Chera Rosane Leles de Bessa	Universidade Federal do Tocantins	Mestra em Ensino pelo ProfEPT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO/Palmas). Possui Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Especialização em Gestão Pública pela Universidade Cândido Mendes e Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Tocantins. Servidora Assistente Administrativa da Fundação Universidade Federal do Tocantins desde 2008, com atuação nos Setores de Gestão de Recursos Humanos e Biblioteca do Câmpus de Arraias-TO e Atualmente desempenhando atribuições de secretária da Comissão de Residência Médica - COREME/UFT/Palmas.
Técnica	Gda. Joyce Adriana Silva Aquino de Queiroz	Rede Municipal de Ensino	Graduada em Ppedagogia pelo Instituto Federal Goiano - IFGO (2023).

Formadora	Dra. Érica de Cássia Maia Ferreira	Rede Municipal de Ensino	Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/PDPG-UNIFESSPA), com bolsa CAPES. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLIT/UFNT) com bolsa CAPES, e mestra em Letras pelo Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), com bolsa CAPES. Possui graduação em Letras pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Atua na formação de professores da educação básica em municípios do Tocantins. Integra grupo "Práticas discursivas: saber, poder e resistência cultural", o GESTO (Grupo de Estudos do Sentido - Tocantins) e o Coletivas Raimundas (Coletivo de mulheres, professoras que escrevem, leem, debatem). Atuou como Avaliadora Educacional da Rede PCR pela SASE/MEC (2016-2018). Atuou como técnica de Linguagens na Diretoria Regional de Educação de Araguaína DREA/SEDUC. Tem experiência na área de Letras, no ensino de Língua Portuguesa e respectivas Literaturas, com expressiva atuação na Educação Básica e Superior. Tem experiência em gestão da educação municipal. Atuou como Diretora Regional de Educação de Araguaína pela SEDUC-TO (maio de 2018), Secretária Municipal de Educação de Araguatins e Conselheira de Representantes da UNDIME-TO, na gestão 2013/2016.
Formadora	Dra. Cleivane Peres dos Reis	Universidade Federal do Tocantins	Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2015). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2002). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa (1999). Atualmente é professora efetiva do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins e analista ministerial especializada em Educação do Ministério Público do Estado do Tocantins, onde atua como Coordenadora Pedagógica da Escola Superior do Ministério Público do Tocantins. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo (GEPEC/UFSCAR) e do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação, Desigualdades Sociais e Políticas Públicas (NEPED/UFT) e da Rede de Colaboração Técnica Especializada - formação, acompanhamento e avaliação da gestão educacional (RCT). Tem sobre: políticas públicas educacionais, legislação, financiamento da educação; gestão educacional; educação, desigualdades sociais e políticas públicas; direitos humanos de crianças e adolescentes, crianças e adolescentes em situação de risco; educação do campo; educação não escolar.
Supervisora Regional	Esp. Valdijane Alves Melo	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC	Economista. Pós graduada em Gestão Econômica e Finanças pela Faculdade Única de Ipatinga (2019-2020). Especialista em Gestão Estratégica da Inovação e Política de Ciência e Tecnologia - UFT Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Tocantins - UFT (2009 - 2014).

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do site da RCT. Disponível em: <https://www.rctocantins.com.br/equipe>. Data de acesso: 10/02/2025.

O presente quadro apresenta um minicurrículo dos intelectuais orgânicos do EducaTO, que é constituído por quatro coordenações, sendo uma coordenação geral e as coordenações de cada um dos projetos (AlfabeTO, GesTO e DireiTO); 16 assessores de formação; dez assessores de acompanhamento e monitoramento; e três assessores do processo de avaliação, totalizando uma equipe de colaboradores (as) com 36 profissionais que estudam, pesquisam, produzem e disseminam o conhecimento científico no âmbito da Educação Superior e Básica, uma vez que possuem formação e especialização na área da política e gestão educacional em

geral e, especificamente, nas modalidades e etapas que constituem o campo de atuação do Programa EducaTO. (Projeto EducaTO, 2023).

5.4.5.5 A RCT como uma proposta contra-hegemônica na discussão e construção da política/gestão da educação pública no Tocantins

Na correlação de forças entre projetos societários e de educação que são implementados na política/gestão da educação pública brasileira em geral e do Estado do Tocantins em particular, as ações de hegemonia produzidas pelos intelectuais orgânicos que atuam nos Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa, que representa a sociedade civil do capital, estão mais organizadas do que as construídas pelos intelectuais orgânicos dos Aparelhos Privados de Hegemonia que defendem a escola pública, com gestão pública e democrático-popular. Portanto, os primeiros exercem a sua hegemonia (concepção de mundo e de educação), tanto na sociedade civil quanto na sociedade política, no sentido de “domínio e direção” da concepção gramsciana, influenciando sobremaneira a definição da agenda da educação pública brasileira, nas esferas nacional, estadual e municipal. Nesse sentido, Saviani (2014, p. 105) corrobora ao sinalizar que:

[...] é fundamental uma grande mobilização dos setores populares articulados pelas várias organizações dos educadores reunidas em âmbito nacional, regional e local. Para isso parece desejável retomar os Fóruns em Defesa da Escola Pública nos níveis nacional, estadual e municipal. Eis o que pode e deve ser feito para que os limites sejam superados e se abram novas perspectivas para a educação pública em nosso país.

Nesse plano, a RCT tem se apresentado e ocupado espaços, tanto na sociedade civil ao vincular-se a representantes das diversas entidades e associações de profissionais da educação, como Anpae, Anped e grupos de pesquisas da UFT de Palmas-TO, quanto na sociedade política ao articular a classe política do Estado do Tocantins em busca de apoio para construir coletivamente uma proposta democrática-participativa de educação pública com gestão pública. Esses coletivos de profissionais da educação se caracterizam como importantes espaços de luta pela construção coletiva da contra-hegemonia.

A proposta contra-hegemônica que tem sido construída pela RCT desde 2020, como um Programa Interinstitucional de formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação, com o objetivo de apoiar os processos de gestão e institucionalização dos SME, por meio do PRISME, e da gestão e prática pedagógica pelo EducaTO, tem contribuído,

significativamente, com a satisfação de resultados concretos no território do Estado do Tocantins, dentre os quais podemos citar: melhoria dos processos de gestão, ensino e aprendizagem nas redes e sistemas municipais de ensino; avanço significativo no número de Sistemas Municipais de Ensino em processo de institucionalização, conforme a seguir: 45 em 2020; 80 em 2021; 95 de 2022 para 2023 e 105 de 2023 para 2024, o que tem fortalecido a autonomia municipal na definição e implementação das políticas públicas educacionais; melhoria do acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação, cumprindo de forma integrada e articulada com o Estado e a União as políticas públicas educacionais; melhoria na atuação dos colegiados da educação, especialmente Conselhos e Fóruns Municipais de Educação; ações e evidências para os municípios receberem o ICMS Educacional com o atingimento dos indicadores educacionais, referentes à comprovação da adesão formal dos municípios e a certificação dos profissionais da educação nas formações realizadas; cumprimento de condicionalidades de complementação do VAAR (redução das desigualdades e provimento do cargo de director escolar); possibilidade de progressão na carreira com a certificação das formações promovidas pela RCT (EducaTO e PRISME); estabelecimento de relações que tem motivado o ingresso de cursistas em programas de pós-graduação, por exemplo, Mestrado; investimento em produções como artigos, dossiês, coletâneas, relatórios e vídeos/palestras no *YouTube*, que para a pesquisa e melhoria da gestão da educação municipal; cumprimento da legislação pelos municípios no tocante à garantia de formação continuada, meta do Plano Municipal de Educação; entre outros.

À luz do trabalho desenvolvido pela RCT e pelos setores acadêmicos críticos que tutelam a educação pública, esta Tese defende a contra-hegemonia construída na disputa de espaços e projetos educacionais, à luz da democratização da política, da gestão e das práticas educativas, com foco na garantia de participação consciente e efetiva dos profissionais da educação de todos os níveis, etapas e modalidades, assim como a comunidade escolar (pais, responsáveis e estudantes), na definição, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais. Esta nova hegemonia é assentada na defesa da educação pública, com gestão pública, democrática, participativa, inclusiva, emancipatória, tendo em vista a garantia do direito à educação com qualidade socialmente referenciada.

Acerca disso, ao nosso ver, a relação entre pensar e executar a política educativa deve ser articulada organicamente, de modo que quem define e planeja a política responsabiliza-se pela sua execução, assim como aqueles que são reconhecidos como executores, também, têm

condições objetivas para participar do planejamento e definição da agenda educacional.

Azevedo (2011, p. 418) corrobora com esses pressupostos ao assinalar que a gestão e a democratização da política educacional implicam

[...] a participação consciente e esclarecida dos que direta ou indiretamente têm ligações com esses processos [...] nas decisões significativas e na sua efetivação, de modo que os processos de escolarização se efetivem com sucesso e, por conseguinte, com qualidade social.

Na esteira desse posicionamento, entendemos que a conquista da qualidade socialmente referenciada perpassa, essencialmente, pela ampliação do debate e a participação efetiva dos sujeitos da educação nos processos decisórios, na execução e avaliação da política pública educacional, com vistas à construção de uma nova ideologia, à luz do enfoque ideológico educativo da filosofia da práxis. Com base em Gramsci, Atílio Monasta (2010, p. 30) entende a filosofia da práxis da seguinte forma:

um instrumento ideológico para expandir a consciência das massas sobre o mecanismo da política e da cultura e sobre a determinação histórica e econômica das ideias, tornando as massas populares melhor capacitadas para controlar suas vidas e ‘dirigir’ a sociedade ou ‘controlando os que a dirigem’.

No plano da etapa da Educação Básica, Santos (2019, p. 8) defende a participação efetiva da comunidade escolar na definição, planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais. Para este autor precisamos ter consciência crítica de que:

pesquisas e experiências nos ensinam que essa comunidade escolar tem capacidade e legitimidade para contribuir com as tomadas de decisões, planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Acreditamos que quem executa também tem condições de pensar a educação do Estado do Tocantins, por isso, uma contraproposta seria a cooperação público-público no âmbito do próprio Estado.

Assim, com o contínuo amadurecimento dessa contradição tensionada frente aos ditames e influências da sociedade civil e política do capital, e com essa postura de ocupação de espaços na tomada de decisões e no planejamento das políticas públicas, acreditamos que é possível “transferir o controle privatista da educação para a esfera pública, com ética, justiça e solidariedade.” (Debrey, 2003, p. 71). Portanto, os sujeitos do campo crítico, como intelectuais orgânicos que atuam em defesa da Escola pública, com gestão pública, precisam atuar como instrumento de resistência na construção coletiva de uma nova hegemonia e de um projeto de educação que se ocupe do universal e do republicano. Na concepção de

Carvalho, Carvalho, Arraes e Silva (2023, p. 6):

A construção de hegemonia democrático-popular precisa articular as lutas macrossociais com as microssociais, ou seja, abranger todos os espaços sociais possíveis, compreendendo a sociedade civil e a sociedade política. Nesse sentido, a batalha para se construir uma hegemonia democrático-popular envolve, certamente, as instituições sociais como igrejas, escolas, universidades e outros aparelhos privados de hegemonias. No caso das instituições educacionais como arena de luta pelas políticas educacionais, essas são, pois, espaços concretos de luta política por democracia e participação efetiva que passa pela conquista do poder de decisão, podendo diminuir, assim, a distância entre dirigentes e dirigidos.

Contudo, a construção de uma educação efetivamente democrática e de qualidade socialmente referenciada é uma tarefa desafiadora para os educadores, portanto, a disputa de projetos de educação precisa ser construído a partir da articulação entre os profissionais da Educação Básica (Sistemas Municipal e Estadual de Educação) e Superior (Universidade Pública), com outros segmentos, entidades e organizações da sociedade civil que defendem a educação pública, com a responsabilização do Estado na condução e execução da política pública educacional em contradição com os avanços neoliberais de valorização do mercado e da crescente participação da iniciativa privada na condução da política e dos investimentos públicos. Nesse sentido,

Pode-se dizer, aliás, que a crise escolar que hoje se difunde liga-se precisamente ao fato de que este processo de diferenciação e particularização ocorre de modo caótico, sem princípios claros e precisos, sem um plano bem estruturado e conscientemente estabelecido: a crise do programa e da organização escolar, isto é, da orientação geral de uma política de formação dos modernos quadros intelectuais, é em grande parte um aspecto e uma complexificação da crise orgânica mais ampla e mais geral. (Gramsci, 2011, P. 33, C. 12, § 1)[1]).

Nesse aspecto, a contra-hegemonia proposta nesta Tese relaciona-se à construção coletiva de uma política pública educacional no SEE-TO, com a participação efetiva, em audiências públicas e assembleias, de todos os profissionais da educação no debate e tomada de decisões, “pois quanto mais coletiva é a decisão mais democrática ela é” (Vieira, 2001, p. 14). A proposta contra-hegemônica aqui defendida precisa estar articulada ao envolvimento efetivo dos profissionais das instituições educativas públicas presentes no Estado, como Universidade Federal do Tocantins, Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Secretaria Estadual de Educação, Superintendências Regionais de Educação, Secretarias Municipais de Educação, Escolas Estaduais e Municipais, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, Fóruns Estaduais e Municipais de Educação, entre outros.

Nessa linha de raciocínio, faz-se essencialmente necessário o envolvimento, ainda, dos sujeitos que integram os APH que lutam para construção da contra-hegemonia e em defesa da escola pública com gestão pública, com concepções em defesa da educação pública, com gestão pública, democrática, participativa, inclusiva, emancipatória, laica, solidária e de qualidade socialmente referenciada, como por exemplo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped; Associação Nacional de Política e Administração da Educação - Anpae; Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - Anfope; Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE; Sindicatos de Trabalhadores da Educação; Grupos de Pesquisa da UFT e Unitins; e o Programa Interinstitucional Rede ColaborAção Tocantins (RCT).

Por fim, a construção contra-hegemônica na educação requer a ampliação do poder de inserção desses sujeitos e segmentos na definição da política/gestão educacional no Estado, em contradição com a lógica neoliberal, com a busca contínua pelo acirramento das contradições e a luta política pela constituição de outras formas de organização do sistema por meio de relações de colaboração de caráter contra-hegemônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa pesquisa constatou que, no Brasil, a relação entre o público e o privado na educação é um fenômeno histórico, e vários pesquisadores a têm tratado como um movimento articulado por sujeitos que defendem a hegemonia da iniciativa privada sobre a educação pública desde a Primeira República (1889 a 1930).

Os movimentos em defesa da redemocratização nacional, abertura política e pela ampliação dos direitos sociais em geral, realizados no final da década de 70 e durante os anos 1980, culminaram na promulgação da Constituição Federal de 1988, e refletiu no campo educacional com a exigência de políticas relacionadas à universalização, gratuidade e obrigatoriedade da oferta, gestão democrática do ensino público, garantia de qualidade, liberdade de pensamento, entre outros estabelecidos no artigo 206 da Carta Magna.

Contudo, o advento do neoliberalismo no plano internacional veio redefinir o papel do Estado brasileiro nos anos 1990, especialmente, a partir do PDRAE de 1995 com a justificativa e defesa do Estado Mínimo, em sintonia com um movimento maior, definido sob as orientações neoliberais internacionais, com destaque para os Organismos Multilaterais. Esse cenário foi a abertura e o impulso necessários para uma sistemática atuação dos intelectuais orgânicos do neoliberalismo para desqualificar a competência do Estado como gestor das políticas públicas em geral e da educação em particular, aliada ao reconhecimento e enaltecimento da lógica empresarial e do padrão de qualidade defendido para atender aos interesses do mercado, o que resultou na justificativa para privatização do público, em especial, da educação pública em vários aspectos, como na gestão educacional, gestão escolar, da oferta, do currículo, da formação de professores e gestores, do monitoramento, dos processos de avaliação, entre outros, em vários Estados e Municípios brasileiros.

Constatamos, então, que em cumprimento a essa política educativa neoliberal, o Estado do Tocantins, por meio da Seduc-TO (sociedade política na perspectiva gramsciana), passou a receber forte influência dos Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa (sociedade civil na perspectiva gramsciana), em consonância com as orientações neoliberais no plano nacional e internacional, desde o início da primeira década do Século XXI, no tocante à definição, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais, o que evidencia um movimento de privatização da educação, primeiro no âmbito da gestão educacional (SEE-TO) e, conseqüentemente, na definição dos processos de gestão, ensino e aprendizagem da Escola, com implicações para a sua conformação em toda a política

educativa.

Nesta Tese, pesquisamos o tema gestão educacional no Estado do Tocantins e, especificamente, o objeto da privatização da gestão educacional no SEE-TO, com o objetivo geral de analisar os processos de privatização da gestão educacional no SEE-TO, justificada no regime de colaboração e no cumprimento do PEE/TO 2015-2025 e materializada nos Acordos de Cooperação estabelecidos entre a Seduc-TO e Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa – IAS, Fundação Lemann, ISG, ICE e IN, e as relações com a política educacional neoliberal nacional e internacional.

Ao realizarmos a pesquisa documental nos Acordos pactuados, entendemos que se tratam de processos, mecanismos e estratégias de privatização da gestão educacional com a justificativa de cumprir metas do PNE (2024-2024), à luz de um movimento neoliberal nacional e internacional, pois os institutos privados exercem a função de hegemonia ao definirem a política pública educacional que será implementada no SEE-TO, nas diversas áreas, etapas e modalidades da Educação Básica, conforme a seguir:

- a) IAS com a implementação de programas e projetos para cumprimento das metas 1 (Educação Infantil), 2 (Ensino Fundamental I), 5 (Alfabetização) e 7 (melhoria do fluxo escolar e aprendizagem) do PNE; b) *Instituto Lemann* na formação de gestores e coordenadores pedagógicos; c) *ISG, ICE e IN* com o alcance das metas 3 (elevar a taxa de matrícula no Ensino Médio), 6 (Educação em Tempo Integral), 7 (melhorias no fluxo e aprendizagem dos estudantes) e 19 (gestão democrática) do PNE.

Em relação à análise dos Acordos de Cooperação estabelecidos entre a Seduc-TO e o IAS no período do PEE-TO em vigência, constatamos que o IAS tem definido e implementado seus programas e projetos, como o Circuito Campeão, Se Liga e Acelera, com a intenção de ajudar o Estado a cumprir as supramencionadas metas do PEE-TO em consonância com o PNE, relacionadas à Educação Infantil, Alfabetização, Ensino Fundamental I e no que se refere à melhoria do fluxo escolar e aprendizagem. Para desenvolvimento dos programas e projetos de propriedade intelectual do Instituto, o Estado responsabiliza-se pelas despesas gerais com os recursos públicos, muitas vezes dispensando o processo licitatório, e o IAS ainda tem acesso livre aos dados públicos para diagnóstico, planejamento e organização das atividades formativas. Também, é importante destacar que o IAS exerce a sua hegemonia na definição e implementação desses programas e projetos no SEE-TO desde 2004, apesar de que esta pesquisa remete-se ao contexto do PEE-TO atual.

Nos Acordos de Cooperação pactuados entre a Seduc-TO e o Instituto Lemann, no

contexto do PEE-TO (2015-2025), observamos que este ator privado atua com o desenvolvimento de programas e projetos para influenciar e orientar a formação de lideranças, conforme a sua perspectiva, concepção, visão de mundo, de sociedade e de política pública educacional, com vistas à formação humana e profissional visando atender à lógica empresarial e os interesses do mercado. No SEE-TO, essa atuação conjunta entre o público e o privado é histórica, uma vez que o primeiro Acordo estabelecido entre as partes data de duas décadas atrás, em 2005.

Os Institutos ISG, IN e ICE iniciaram a sua influência na condução e execução da política de Ensino Médio em Tempo Integral, no SEE-TO, em 2017, na conjuntura de ampliação e consolidação da política de Ensino Médio em Tempo Integral no Brasil. Para tanto, os dois Acordos de Cooperação pactuados com a Seduc-TO foram no sentido de apoio para cumprimento das metas do PEE-TO, em consonância com o PNE, relacionados a universalizar a oferta escolar para as pessoas de 15 a 17 anos de idade (meta 3); ampliar a oferta de escolar e o atendimento aos estudantes em tempo integral na Educação Básica (meta 6); melhorar o fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes em todas as etapas e modalidades da Educação Básica (meta 7); e assegurar a efetividade da gestão democrática na educação pública (meta 19).

Consideramos a busca para cumprir as metas dos Planos Decenais fundamental para assegurar o direito à educação de qualidade socialmente referenciada para todos e todas, nos diversos níveis, etapas e modalidades da Educação Básica Pública brasileira em geral e da tocanтинense em particular. Entretanto, o que contestamos são esses arquétipos privatizantes que definem a política e gestão educacional, o modelo de escola, o currículo, a oferta, a formação de professores, gestores e demais profissionais da educação, com profundos impactos para a autonomia pedagógica, administrativa e financeira do SEE-TO e das escolas, sem a necessária participação da comunidade escolar nos processos decisórios.

Compreendemos que para a implementação da política de Ensino Médio em Tempo Integral no Estado, os Institutos ISG, IN e ICE se juntaram constituindo uma rede de governança, conhecida como a *Nova Gestão Pública*, para direcionar a formulação de políticas e gestão educacional e escolar, haja vista que a sua atuação influencia a formação profissional de milhares de jovens no Tocantins e milhões pelo Brasil, determinando a identidade das pessoas, tanto no âmbito pessoal quanto profissional. Assim, os princípios neoliberais adotados pelos Institutos reconstróem não só o que os profissionais da educação fazem, mas também quem são na prática social.

A partir da análise desses Acordos, verificamos que o histórico de privatização da gestão educacional no SEE-TO visa influenciar o planejamento, a definição, implementação e avaliação da política pública educacional em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. Nesse sentido, afirmamos que esse movimento de privatização encontra-se conformado como política pública estadual, por meio dos Acordos de Cooperação, o que tem implicado na fragilidade do processo democrático, republicano e universal da educação pública tocantinense.

Assim, esta pesquisa desenvolveu-se na análise da relação entre o singular e o universal para compreensão da totalidade, uma vez que a política pública educacional tocantinense é influenciada pelas diretrizes da política nacional e internacional.

A realização desta pesquisa à luz da perspectiva gramsciana foi fundamental para estruturar e desenvolver o conteúdo de cada capítulo, especialmente no tocante aos conceitos de Estado Integral, hegemonia, contra-hegemonia, intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia. Nesse ponto, apreendemos que no Estado Integral gramsciano, há uma articulação entre a Seduc-TO, que constitui a sociedade política, e os Institutos que representam a sociedade civil, sendo os Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa, visando a definição e execução das políticas públicas educacionais e que, a partir do consenso existente na sociedade civil, estes últimos exercem a sua hegemonia, no sentido de direção e domínio, sendo os dirigentes do caminho a ser seguido. Para tanto, destacamos a atuação dos intelectuais orgânicos do neoliberalismo que integram esses Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante burguesa como mobilizadores e articuladores dos interesses da classe dominante, uma vez que são responsáveis por produzir e disseminar conhecimentos que direcionam a tomada de decisões na sociedade política, desconsiderando as dimensões sociais e críticas, assim como princípios constitucionais como o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e a gestão democrática do ensino público.

Consideramos, nesta pesquisa, que a educação é uma área em disputa, com projetos educacionais distintos, uma vez que há campos ideológicos divergentes na definição da agenda, formulação, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais: por um lado, há intelectuais orgânicos que representam interesses da classe dominante burguesa (sociedade civil do capital), sujeitos e organizações concretos e não abstratos que exercem a hegemonia ao se articularem em redes de governança, com o objetivo de atuarem em defesa da manutenção do *status quo*, com o discurso da “eficiência privada”, com desqualificação e desresponsabilização da competência do Estado como gestor das políticas públicas

educacionais e no enaltecimento do mercado e da lógica empresarial como padrão a ser seguido.

Destacamos que os intelectuais orgânicos do capital criam e justificam os seus discursos baseados na perspectiva da gestão gerencial, autoritária, meritocrática, competitiva, excludente, com valorização de conceitos como eficiência, qualidade total, individualismo, liderança, flexibilidade, produtividade, agilidade e descentralização, que são determinados com controle de resultados, por meio das avaliações standardizadas.

Por outro, há intelectuais orgânicos que se organizam em entidades, associações e grupos de pesquisas para construção de uma contra-hegemonia na educação, uma vez que advogam em defesa do maior comprometimento do Estado com a valorização da educação pública e com gestão pública, democrática e participativa como antídotos contra a privatização da educação.

Constatamos, com base na literatura especializada, que a sociedade civil do capital está mais organizada do que a sociedade civil que defende a Escola pública e com gestão pública, portanto, a primeira exerce a hegemonia na condução e execução da política pública educacional brasileira de modo geral e tocaninense em particular. Contudo, a contínua busca pelo acirramento das contradições e fortalecimento da luta contra-hegemônica precisa ocorrer de forma articulada, orgânica e em colaboração mútua, com a participação consciente dos sujeitos que representam os diversos setores acadêmicos e segmentos sociais da classe trabalhadora da educação, tendo em vista a ocupação de espaços nas instâncias educativas do poder público nacional, estadual e municipal, uma vez que são os locais onde são materializadas as tomadas de decisões sobre os rumos da política e gestão da educação.

Como resultados, a pesquisa apresenta a análise dos Acordos de Cooperação pactuados entre a Seduc-TO e os Institutos privados, que são compreendidos como processos, mecanismos e estratégias de privatização da educação, uma forma escancarada de materialização da política neoliberal no SEE-TO. Assim, do conjunto de Acordos analisados, concluímos que a Seduc-TO está subjugada à influência hegemônica dos Aparelhos Privados de Hegemonia e que o movimento de privatização se encontra conformado como política pública estadual.

À luz de uma contradição tensionada, apresentamos o Programa Interinstitucional Rede ColaborAção Tocantins (RCT) como uma proposta contra-hegemônica, que tem sido construída, desde 2020, com concepções em defesa da educação pública, com gestão pública, democrática, participativa, inclusiva, emancipatória, laica e solidária. Nessa direção, a RCT

tem defendido, tanto nos processos de formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação quanto nas produções científicas, a constituição do regime de colaboração entre instituições públicas, entidades, setores acadêmicos e segmentos sociais para a organização dos sistemas de ensino do Estado do Tocantins, visando a garantia do direito à educação com qualidade socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

ABICALIL, Carlos. O Plano Nacional de Educação e o regime de colaboração. **Retratos Da Escola**, 8(15), 2015, 249–263. <https://doi.org/10.22420/rde.v8i15.440>. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/440/571>. Data de acesso: 13/12/2024.

ADRIÃO, Theresa. Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. [Meio Eletrônico]. **ANPAE**, Brasília, 2022. Disponível em: https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/Livro_dialogos_com_producao_academica-Fin-Corr.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018. <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5692189/mod_resource/content/1/Teresa%20Adriao_Dimens%C3%B5es%20e%20Formas%20da%20Privatiza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

ARAGÓN, Luis Eduardo. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação/The international dimension of the Amazon: a contribution for its interpretation. **Revista Nera**, n. 42, p. 14-33, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.47946/rnera.v0i42.5676>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Direito à educação básica: a cooperação entre os entes federados. **Retratos Da Escola**, v. 4, n. 7, p. 231-243. Brasília, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/83>. Data de acesso: 13/12/2024.

ARAUJO, Gilda Cardoso de; NASCIMENTO, Rosenery Pimentel do. “Educação Já!” e a governança federativa: a nova investida do movimento Todos Pela Educação na definição do Sistema Nacional de Educação. **Educar em Revista**, v. 36, e77534, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.77534>>. Acesso em: 31 out. 2022.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Autores Associados, 2004.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. Notas sobre a análise da gestão da educação e da qualidade do ensino no contexto das políticas educativas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 361-588, set./dez. 2011.

BALL, Stephen John; YOUDELL, Deborah. **Privatización encubierta en la educación pública**. Internacional de la Educación. Bruselas, 2008. Disponível em: <https://observatorioeducacion.org/sites/default/files/ball_s._y_youdell_d._2008_la_privatizacion_encubierta_en_la_educacion_publica.pdf>. Acesso em: 31 out. 2022.

BARBOSA, John Mateus. **Modernização-restauradora e transformismo na política do ensino médio [integral] em Pernambuco**: estratégias da hegemonia empresarial e controle

do trabalho docente. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40182>. Acesso em: 31 out. 2022.

BERTAGNA, Regiane Helena. Tendências de privatização na educação pública: atores e programas privados no sistema educacional do Estado do Tocantins. *In*: VENCO, Selma; BERTAGNA, Regiane H.; GARCIA, Teise. Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005–2018). **Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil**, v. 3. Disponível em: https://www.greppe.fe.unicamp.br/pf-greppe/download_do_e-book.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

BORGHI, Raquel Fontes. Que educação é pública? A privatização de um direito. **Eccos Revista Científica**, n. 46, p. 19-32, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/7832>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BORON, Atílio A. **Democracia e Reforma social na América Latina**: reflexões a propósito da experiência europeia. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, CLACSO, 2003.

BRASIL. **Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Dados das Teses e Dissertações da Pós-Graduação**. Centrais de Conteúdo, Brasília/CAPES 2023. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 5 de outubro de 1988. Brasília/DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional n. 19**, 4 de junho de 1988. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília/DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico de 2022**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em: 31 out. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas** (PDF). Biblioteca IBGE. 1: 30–31. Acesso em: 1 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Congresso Nacional. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 26 de mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015**. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho

de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento [...]”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13204.htm. Data: 13/09/2024.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>. Data: 02/10/2024.

BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE). Brasília, DF, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 mai. 2022.

BRASIL. Portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, criado pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <https://www.mec.gov.br>. Acesso em: 31 out. 2021.

BRASIL. Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica. Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ministério da Educação (MEC) - Brasília-DF, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso: 17/07/2024.

BRASIL. Resumo Técnico do Estado do Tocantins. Censo Escolar da Educação Básica 2021. Diretoria de Estatísticas Educacionais. INEP/Ministério da Educação. Brasília-DF, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/2021/resumo_tecnico_do_estado_do_tocantins_censo_escolar_da_educacao_basica_2021.pdf. Data: 18/07/2024.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **O modelo estrutural de gerência pública**. In: Revista de Administração Pública (RAP). Rio de Janeiro 42 (2): 391-410, MAR./ABR. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/yGxNGHd7GvFptzTPbD4fzDD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

CAETANO, Maria Raquel; PERONI, Vera Maria Vidal. Ensino Médio no Brasil e a proposta educacional do Instituto Unibanco: considerações sobre a mercantilização da educação pública. In: PERONI, Vera Maria Vidal [org.]. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

CAETANO, Maria Raquel; PERONI, Vera Maria Vidal. Relações entre o público e o privado na educação brasileira: neoliberalismo e neoconservadorismo – projetos em disputa. **Revista Trabalho Necessário**, 20(42), 2022. Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação - NEDDATE, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e à Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense – UFF, p. 01-26. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53469>. Acesso em: 24 out. 2022.

CAMPINHO, Sérgio. Recuperação judicial de associação com finalidade econômica. **Revista Semestral de Direito Empresarial**, n. 23, p. 1-37, 2018.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política**. (equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. Campinas: Papirus, 1998.

CARVALHO, Roberto Francisco de; CARVALHO, Doracy D. A. de; ARRAES, Meyrivane T. S.; SILVA, A. S. Democratização, democracia e gestão democrática da educação municipal no Tocantins: níveis de realização das estratégias da meta 19 do Plano Nacional de Educação 2014-2024. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 1–22, 2023. DOI: 10.14393/REPOD-v13n1a2024-70193. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/70193>. Acesso em: 7 fev. 2025.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. 2003, no. 24 p. 5-15. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782003000300002&lng=es&nrm=iso. Data de acesso: 28/01/2025.

COLARES, Anselmo. História da Educação na Amazônia: questões de natureza teórico-metodológicas: críticas e proposições. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 187-202, out 2011. Disponível em: [file:///D:/Nova%20pasta%20\(3\)/lcoutinho,+art10_43e.pdf](file:///D:/Nova%20pasta%20(3)/lcoutinho,+art10_43e.pdf). Acesso em: 10 out. 2020.

CONAE. Conferência Nacional de Educação (CONAE 2024). **Plano Nacional de Educação (2024 - 2034)**: política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável. Disponível em: [file:///D:/Nova%20pasta%20\(3\)/CONAE%202024%20Doc%20Final%2029-02%20-2.pdf](file:///D:/Nova%20pasta%20(3)/CONAE%202024%20Doc%20Final%2029-02%20-2.pdf). Acesso em: 12/11/2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. cap. 5. p.173-200. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/CAPITULO_5.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Caderno ABESS**, São Paulo: Cortez, n. 4, p. 5 - 17, 1991. Disponível em: [file:///D:/Nova%20pasta%20\(3\)/pluralismo-dimensoes-teoricas-e-politicas-carlos-nelson-coutinho-201609020227248416940-1.pdf](file:///D:/Nova%20pasta%20(3)/pluralismo-dimensoes-teoricas-e-politicas-carlos-nelson-coutinho-201609020227248416940-1.pdf). Acesso em: 10 out. 2020.

CRUZ, Danilo Bandeira dos Santos; MARCASSA, Luciana Pedrosa. O PAPEL DA UNDIME NO PROCESSO DE AFIRMAÇÃO DA LÓGICA DA GOVERNANÇA EM REDES NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO. **Práx. Educ.**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, p. 596-617, dez. 2020. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792020000700596&lng=pt&nrm=iso. acessos em 24 jan. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Dossiê do Público e do Privado na Constituição de 1988 e nas Leis Educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, nº 145, p. 870-889, out.-dez., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/Acesso> em: 31 ago. 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado na educação brasileira contemporânea: posições e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, (81), 2013. 33–43. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/988>. Acesso em: 10 out. 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Público e o Privado na Educação Brasileira Contemporânea: posições e tendências. **Cad. Pesq.** São Paulo, n. 81, p. 33-44, maio 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

DEBREY, Carlos. **A lógica do capital na educação brasileira**: a reforma na educação profissional (1990-2000). Goiânia: Alternativa, Edição da UCG, 2003.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade** [online]. 2007, vol.28, n.100, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/w6QjW7pMDpzLrfRD5ZRkMWrr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14/01/2025.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009**: questões estruturais e conjunturais de uma política. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul.-set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/q8MtGNtnrL8zS3sGpnrYkwf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes. OLIVEIRA, João Oliveira de. A Qualidade da Educação: perspectivas e desafios. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Ks9m5K5Z4Pc5Qy5HRVgssjg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 de março de 2025.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política

educacional. In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (Orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais** - Campinas-SP: Alínea, 2012: Editora Alínea, p. 51-71, 2012.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos Pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, 10(15), 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/> Acesso em: 31 ago. 2022.

FARIAS, A. M. O Conglomerado de Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais Lemann e sócios na “seleção pública” de pessoas para a gestão educacional do Estado do Paraná. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 18, p. 1–27, 2023. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.18.20670.002. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/20670>. Acesso em: 11 set. 2024.

FARIAS, Adriana Medeiros. Conglomerado de Aparelhos Privados de Hegemonia Lemann e Sócios. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.13, n.2, p.735-765, ago. 2021. ISSN: 2175-5604. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44302/25249>. Acesso em: 06/09/2024.

FAZENDA, Ivani. Dificuldades comuns entre os que pesquisam educação. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional** – 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. (Biblioteca da Educação, Série I, Escola; v. 11.

FIORI, José Luís. Estado de Bem-Estar Social: padrões e crises. In: PHISIS: **Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 7 (2): 129-147, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/Acesso_em: 31 ago. 2022.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In. FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional** – 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. (Biblioteca da Educação, Série I, Escola; v. 11.

GAMBOA, Sílvio Sanchez. Dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In. FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional** – 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. (Biblioteca da Educação, Série I, Escola; v. 11.

GARCIA, Teise. Incidência do Setor privado na Dimensão da Gestão Educacional na Educação Básica: programas e autores (2005-2015). In: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa. Maria de F. (Org.) **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015) /– Curitiba: CRV, 2018.196 p. Disponível em: https://www.grepe.fe.unicamp.br/Acesso_em: 20 out. 2021.

GIDDENS, Antony. **A Terceira Via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 3** [recurso eletrônico]: Maquiavel,

notas sobre o estado e a política / Antonio Gramsci; tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. recurso digital.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia (A filosofia de Benedetto Croce). Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Edição Carlos Nelson Coutinho, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. Volume 2**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. Volume 3**. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. 3. ed. RJ: Civilização Brasileira. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho, condição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **O Leitor de Gramsci**. Carlos Nelson Coutinho (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Coleção: Perspectivas do homem. Vol. 48. Série Filosofia. 4. Ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARVEY, David. 1989. **Condição Pós-Moderna**. 4 ed. São Paulo: Loyola.

HAYEK, F. **Os fundamentos da liberdade**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Educação do futuro, agora. **Relatório 2017**. Disponível em:
https://institutoayrtonsenna.org.br/app/uploads/2022/10/instituto_ayrton_senna_relatorio_2017_consolidado.pdf. Acesso em: 04/06/2024.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Relatório 2018**. Disponível em:
<https://institutoayrtonsenna.org.br/app/uploads/2022/12/instituto-ayrton-senna-relatorio-anual-consolidado-2018.pdf>. Acesso em: 05/06/2024.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Relatório 2019**. Disponível em:
<https://institutoayrtonsenna.org.br/app/uploads/2022/12/instituto-ayrton-senna-relatorio-anual-2019.pdf>. Acesso em 05/06/2024.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Relatório 2020**. Disponível em:
<https://institutoayrtonsenna.org.br/app/uploads/2022/10/instituto-ayrton-senna-relatorio-anual-2020-1.pdf>. Acesso em: 07/06/2024.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Relatório 2021**. Disponível em:

https://institutoayrtonsenna.org.br/app/uploads/2022/10/IAS_001_Relato%CC%81rio-Anual-2021_VersaoFinal.pdf. Acesso em: 10/06/2024.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Relatório 2023**. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/app/uploads/2024/07/instituto-ayrton-senna-2023-relatorio-institucional-2023-BR.pdf>. Acesso em: 11/10/2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malha Municipal, 2015**; Base Cartográfica Contínua do Brasil, ao Milionésimo - BCIM 2010; SRTM- Relevo sombreado, 2000, Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/17_regioes_geograficas_tocantins.pdf Acesso em: 17/10/2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf> Acesso em: 17/10/2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 17/10/2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil. **Estudos & Pesquisas**: informação econômica, Rio de Janeiro, n. 20, 2012. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf. Data: 12/09/2024.

INSTITUTO SONHO GRANDE. **Sobre nós**. Disponível em: <https://www.sonhogrande.org/sobre-o-instituto-sonho-grande/pt?>. Acesso em: 18/07/2024.

JACOMINI, Márcia Aparecida. O conceito gramsciano de Estado Integral em pesquisas sobre políticas educacionais. **Educ. Pesqui.** São Paulo, vol. 46, e214645, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAGARES, Rosilene et al. **Gestão das redes e sistemas educacionais**: afirmação dos direitos à vida e à educação no retorno às atividades escolares em 2021. Palmas: UFT/PROEX, 2021. 75 p. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2853>. Data de acesso: 10/12/2024.

LAGARES, Rosilene. **Gestão da educação**: validação das ações administrativas e pedagógico-curriculares e finalização do ano letivo de 2020. RCT. Palmas-TO: UFT/Proex. 2020. Documento digitalizado.

LAGARES, Rosilene. Movimento das Relações Intergovernamentais na Educação do Tocantins. **Cadernos de Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 257–276, 29 Mar 2022 Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/18645>. Acesso em: 4 dez 2024.

LAGARES, Rosilene.; CARVALHO, Roberto F. de; BRITO, Katia C. C. F. Apresentação do Dossiê - “Movimento de Institucionalização e Gestão dos Sistemas Municipais de Educação”. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 1–6, 2023. DOI: 10.14393/REPOD-v13n1a2024-71957. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/71957>. Acesso em: 9 dez. 2024.

LAGARES, Rosilene; SANTOS, Leonardo Victor. Pedagogia Histórico-Crítica e Formação Docente. **Educa - Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 9, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/Acesso> em: 31 ago. 2022.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. Internacionalização das Políticas Educacionais: elementos para uma análise pedagógica de orientações curriculares para o ensino fundamental e de propostas para a escola pública. In: SILVA, Maria Abádia da; CUNHA, Célio da Cunha (Orgs.). **Educação Básica: políticas, avanços e pendências**. Campinas, Autores Associados, 2014.

LIMA, Licínio C. Privatização da educação no contexto da (s) Terceira(s) Via(s): uma caracterização em análise. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 177-181, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/60612>. Acesso em: 30 ago. 2022.

LUDUVICE, Paulo Vinicius Santos Sulli. **O financiamento da educação básica e os interesses das classes e das frações de classes burguesas no Brasil**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2023.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-metodológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**. v. 3, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782018230034>. Acesso em: 23 ago. 2023.

MARX, Karl. **O Capital** - crítica da economia política. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização brasileira, L. 1, v. 1. 1975.

MARX, Karl. **Posfácio à 2.ª Edição de O Capital**, in O Capital. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MASCARO, Alysson Leandro. A Crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica. In: **Curso Livre Marx-Engels: a criação destruidora / organização: José Paulo Netto**. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Ana Lucia; DOS SANTOS, Luana Borges; ANDRE, Claudomiro Moura Gomes. Desenvolvimento Municipal das Microrregiões do Estado do Tocantins: uma análise a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 45, p. 44-62, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/752/75257033004/html/>. Acesso em: 1 de maio de 2024.

MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de; LUCE, Maria Beatriz. Gestão Democrática na e da Educação: Concepções e Vivências. In: LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de [org.]. **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/252866/000534720.pdf?sequence=1>. Data de acesso: 04/02/2025.

MONASTA, Attilio. **Antônio Gramsci**. tradução: Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Mossangana, 2010. 154 p.: il. (Coleção Educadores). Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7019-554-8.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, (8), 2002. 53–64. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/ls.v0i8.18912>. Acesso em: 29 set. 2022.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?** Editora Senac, São Paulo, 2001. Disponível em: https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro_neoliberalismo.pdf. Acesso em: 18 nov. 2023.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Bibliometric Analysis: A Quantitative and Qualitative Approach. In: **18TH CONTECSI-INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGY MANAGEMENT VIRTUAL**. 2019.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra; PINHO, Isabel. Análise bibliométrica da pesquisa em educação durante a pandemia da COVID-19. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 24, n. 1, p. 238–256, 2022. DOI: 10.20396/etd.v24i1.8666120. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8666120>. Acesso em: 18 out. 2024.

NARDI, Elton Luiz. Uma Qualidade para a Educação Pública: entre o socialmente referenciado e a lógica da regulação por resultados. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 43, n. 121, p.34-43, Set.-Dez., 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/L4fyjy8qdmjdj8bZKQSDRy9P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 de março de 2025.

NUNES, Elaine Aires **Entendendo o EducaTO** [livro eletrônico]: um programa da rede colaboração Tocantins / Elaine Aires Nunes ; coordenação Leonardo Victor dos Santos. – Palmas, TO: Ed. da Autora, 2024.

NUNES, Elaine Aires. Direito à educação e à aprendizagem: contribuições da Rede Colaboração Tocantins. 2024. 361f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Educação, Palmas, 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes. 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco. **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Tradução. São Paulo: Petrópolis, 1999. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001027167>. Acesso em: 05 mai. 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal. A construção do Sistema Nacional de Educação e a gestão democrática em debate. In: ALMEIDA, Luana Costa et al. (org.). PNE em foco: políticas de responsabilização, regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação. Campinas: **CEDES**, 2013. p. 1021-1033. Disponível em: https://www.scielo.br/Acesso_em; 31 ago. 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações da relação público-privado para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera Maria Vidal. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. O Público e o privado na educação: projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/584>. Acesso em: 31 ago. 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal; GARCIA, Teise. DOSSIÊ - Processos de privatização da educação em países latino-americanos. Apresentação – Diálogos sobre distintas formas de privatização: caminhadas de pesquisa sobre o tema. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/Acesso_em; 31 ago. 2022.

PIRES, Daniela de Oliveira. A Construção Histórica da Relação Público-Privada na Promoção do Direito à Educação no Brasil. 2015. 264f. **Tese (Doutorado em Educação)** - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/117781>. Acesso em: 31 ago. 2022.

PIRES, Daniela de Oliveira. O Histórico da Relação Público-Privada e a Formação do Estado Nacional: implicações para a constituição da esfera pública. In: PERONI, Vera Maria Vidal (orgs). **Diálogos sobre as Redefinições no Papel do Estado e nas Fronteiras entre o Público e o Privado na Educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 35 – 51.

PORTAL DA AMAZÔNIA. **População da Região Norte chega a 17 milhões, aponta Censo do IBGE**. Disponível em: <https://portalamazonia.com/noticias/cidadania/populacao-da-regiao-norte-chega-a-17-milhoes-aponta-censo-do-ibge>. Acesso em: 10/10/2023.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução: Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRITCHARD, Alan. Statistical Bibliography or Bibliometrics. **Journal of Documentation**, 25, 348-349. 1969.

PROJETO EDUCATO, Rede ColaborAção Tocantins. **Relatório Final**: Projeto Final (2022-2023). / Rede ColaborAção Tocantins Projeto EducaTO. - Palmas-TO, 2023.

REDE COLABORAÇÃO TOCANTINS – RCT. **Caderno 1**. Gestão da Educação: validação das ações administrativas e pedagógico-curriculares e finalização do ano letivo de 2020. Palmas/TO, Undime, 2020.

REDE COLABORAÇÃO TOCANTINS - RCT. **Caderno 2**. Gestão da educação na conjuntura da pandemia – Com a palavra, cursistas e formadores. Palmas/TO, Undime, 2020.

REDE COLABORAÇÃO TOCANTINS - RCT. **Documento Base**. Palmas, TO, 2022. Documento não digitalizado.

REDE COLABORAÇÃO TOCANTINS - RCT. **PRISME**. Palmas, TO, 2022. Documento não digitalizado.

REDE COLABORAÇÃO TOCANTINS - RCT. **Projeto EducaTO**, Palmas, TO, 2022. Documento não digitalizado.

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado-providência**. Tradução de Joel Pimentel de Ulhôa. Goiânia: Editora da UFG; Brasília: Editora da UNB, 1997. 160p.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999. 646 p. 13. ed. ISBN: 85-7123-654-2 (broch.) Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO_ECONOMICA_2019/dicionario-de-economia-sandroni.pdf#page=255.05 Acesso em: 3 de setembro de 2024.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ibis Libris Ltda., 2012. v. 1. 400 p.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. Teoria do capital intelectual e teoria do capital humano: Estado, capital e trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação. In: **27a Reunião anual da ANPEd**, 2004, Caxambu- MG. Anais da 27a Reunião anual da ANPEd, 2004.

SANTOS, Leonardo Victor dos. **Privatizações na educação básica no Tocantins: parcerias público-privadas x regime de colaboração público-público**. Dissertação de Mestrado. Palmas – TO: Universidade Federal do Tocantins, 2019.

SANTOS, Leonardo Victor dos; LAGARES, Rosilene. PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO SISTEMA ESTADUAL DO TOCANTINS: O PROTAGONISMO DE INSTITUTOS PRIVADOS. In: **Anais 4ª Reunião Científica Regional Anped Norte (2022)**. Educação na Amazônia com Justiça Social e Garantia do Direito à Educação. ISSN: 2595-7945 GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior Universidade Federal do Amapá. 09 a 11 de novembro de 2022. <http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/49/11408->

TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em 1º out. 2022.

SANTOS, Leonardo Victor dos; SILVA, Meire Lúcia A. da; LAGARES, Rosilene. Parcerias Seduc-TO e Iniciativa Privada e Possíveis Relações com a Execução do Plano Estadual de Educação. In: **Anais do 1º Seminário Nacional Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado**: implicações para a democratização da educação. Vera Maria Vidal Peroni e Paula Valim de Lima (Orgs). 1. Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2017. p. 155-159. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gprppe/wp-content/uploads/2019/04/ANAIS-FINAL.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. As Parcerias Público-Privadas no Contexto Educacional Amazônico: novas formas para velhas questões. In: **MARGENS - Revista Interdisciplinar**. Dossiê: Trabalho e Educação Básica. Versão Digital ISSN: 1982-5374. VOL. 11. N. 16. Jun. 2017. (p. 09-24). Disponível em: [file:///D:/Nova%20pasta%20\(3\)/5380-18136-1-SM.pdf](file:///D:/Nova%20pasta%20(3)/5380-18136-1-SM.pdf). Data: 09/10/2023. Acesso em: 20 out. 2022.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. Gestão Educacional Democrática e Controle Social. In: CABRAL NETO, Antônio; CHAVES, Vera Lúcia Jacob; NASCIMENTO, Ilma Vieira (Org.). **Políticas para a Educação Superior no Brasil**: velhos temas e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2009.

SAVIANI, Dermeval. A Pedagogia Histórico-Crítica, as Lutas de Classe e a Educação Escolar. **Germinal: Marxismo e educação em Debate**, 5(2), 2023, p. 25–46. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v5i2.9697>. Acesso em: 20 mai. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema de Educação**: subsídios para a Conferência Nacional de Educação, 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16461179-Sistema-de-educacao-subsidios-para-a-conferencia-nacional-de-educacao-1.html> Acesso em: 20 mai. 2020.

SHEEN, Maria R. Coimbra Campos. A política educacional como momento de hegemonia: notas metodológicas a partir das contribuições de Antônio Gramsci. **HISTEDBR**. Campinas/SP: nº 25, p. 3-12, mar, 2007. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/lancamentos/histedbr-line-v-marco2007-n-25-2007>. Acesso em: 20 mai. 2021.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 4, n. 11, p. 21–38, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4359>. Acesso em: 22 set. 2023.

SOUSA, José Vieira de. Método Materialista Histórico-Dialético e Pesquisa em Políticas Educacionais: uma relação em permanente construção. In: CUNHA, Célio da Cunha; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. **O Método Dialético na Pesquisa em Educação**. Coleção Políticas Públicas de Educação. Autores Associados, Brasília, DF: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Brasília, UNB, 2014.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro setor**: regulação no Brasil / Eduardo Szazi. – 4ª ed. – São Paulo: Peirópolis, 2006. Disponível em: <https://gife.issuelab.org/resources/19199/19199.pdf>. Acesso em: 4 de setembro de 2024.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOCANTINS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015**, aprova o Plano Estadual de Educação 2015-2025. Publicada no Diário Oficial nº 4.411. Palmas – TO, 2015.

TOCANTINS. CASA CIVIL. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**. (DOE/TO). [Palmas, TO]: DOETO, [2023]. Disponível em: <https://diariooficial.to.gov.br/#> Acesso em: 30/05/2023.

TOCANTINS. Programa de fomento à implementação de escolas em tempo integral tem reunião de lançamento. **Jornal Conexão**. Disponível em: [https://conexaoto.com.br/2017/01/31/programa-de-fomento-a-implementacao-de-escolas-em-tempo-integral-tem-reuniao-de-lancamento#pp\[noticia\]/0/](https://conexaoto.com.br/2017/01/31/programa-de-fomento-a-implementacao-de-escolas-em-tempo-integral-tem-reuniao-de-lancamento#pp[noticia]/0/). Acesso em: 14/03/2023.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Termo de Acordo de Cooperação nº 001/2017**, processo nº 2016/27000/013556, que entre si celebram a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins (SEDUC) e o Instituto Ayrton Senna, para os fins especificados. Palmas - TO, 2017.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Acordo de Cooperação nº 02/2017**, que entre si celebram o Estado do Tocantins, através da Secretaria Estadual de Educação, o Instituto Sonho Grande, o Instituto Natura e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE, para os fins especificados. Palmas – TO: SEDUC, 2017.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Termo de Cooperação Técnica nº 003/2018**. Acordo de Cooperação que entre si celebram o Estado do Tocantins, por sua Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes e o Instituto Lemann, para o fim que nele se declara. SEDUC, Palmas, TO, 2018.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Acordo de Cooperação nº 06/2021**, que entre si celebram o Estado do Tocantins, por meio da Secretaria Estadual de Educação - SEDUC, o Instituto Sonho Grande, o Instituto Natura e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, para os fins especificados. Palmas – TO: SEDUC, 2021.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Acordo de Cooperação nº 13/2021**, que entre si celebram a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins (SEDUC) e o Instituto Ayrton Senna, para os fins especificados. Palmas - TO, 2021.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Portaria SEDUC Nº 1018, de 06 de abril de 2017**. [Declara inexigibilidade de licitação para contratação de empresa para aquisição de materiais para os profissionais, alunos e unidades escolares que foram contemplados com os programas SE LIGA TOCANTINS, ACELERA BRASIL E CIRCUITO CAMPEÃO, no valor de R\$ 1.240.348,10 (um milhão, duzentos e quarenta mil, trezentos e quarenta e oito reais e dez

centavos), conforme termo de referência, às fls. 08-16 do processo administrativo nº 2017/27000/007179]. Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.845 de 11 de abril de 2017:ano XXIX, n. 4.845, p. 73, 11 de abril. 2017.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Portaria SEDUC Nº 1047, de 10 de abril de 2017.** [Dispensa de licitação visando atender despesa com locação de 12 salas para formação dos profissionais que atuarão nos Programas Se Liga Tocantins, Acelera Brasil e Circuito Campeão, em parceria com o Instituto Ayrton Senna]. Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.845 de 11 de abril de 2017:ano XXIX, n. 4.845, p. 74, 11 de abril. 2017.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Retificação de extrato de contrato.** [Retifica-se o Extrato do Contrato nº 017/2015, referente ao Processo nº 2014/27000/004388, publicado no Diário Oficial do Estado nº 4.444, de 25 de agosto de 2015. Altera vidência do Contrato de 06(seis) para 18(dezoito) meses.]. Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.853 de 25 de abril de 2017:ano XXIX, n. 4.853, p. 14, 25 de abril. 2017.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Portaria SEDUC Nº 1324, de 5 de maio de 2017.** [Designar servidores para exercerem o cargo de Fiscal do Contrato, Nº 018/2017, em que a Seduc contrata a empresa GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA, com o objeto de “aquisição do material dos Programas “Se Liga Tocantins” e “Acelera Brasil” que será distribuído aos professores em parceria com o Instituto Ayrton Senna” Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.845 de 11 de abril de 2017]. Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.863 de 10 de maio de 2017:ano XXIX, n. 4.863, p. 21, 10 de maio de 2017.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Extrato do Termo Acordo de Cooperação Nº 001.** [Acordo de Cooperação tem como escopo a reunião de esforços e competências entre os parceiros para que as metas do Plano Nacional de Educação acima referidas, sejam alcançadas pelo ESTADO, através da implementação e realização das ações, inclusive a execução dos Programas: Programa se Liga, Programa Acelera e Programa Circuito Campeão. Objeto: implementação e realização das ações, inclusive a execução dos Programas: Programa se Liga, Programa Acelera e Programa Circuito Campeão.]. Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.864, de 11 de maio de 2017:ano XXIX, n. 4.864 , p. 23, 11 de maio de 2017.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Portaria SEDUC Nº 1507, de 2 de maio de 2017.** [Inexigibilidade de licitação para contratação de empresa para concessão de licença para uso do Sistema Instituto Ayrton Senna de Informações - Gestão de Programas - SIASI-GP, que servirá como gerenciamento dos Programas Se Liga, Acelera Brasil e Circuito Campeão, no valor de R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais), conforme Processo administrativo nº 2017/27000/001119]. Diário Oficial do Estado do Tocantins Nº 4.875, de 26 de maio de 2017:ano XXIX, n. 4.875 , p. 8, 26 de maio de 2017.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Portaria SEDUC Nº 1683, de 29 de maio de 2017.** [Designa servidores para exercerem o cargo de Fiscal do Contrato Nº 026/2017-AUGE TECNOLOGIA E SISTEMA LTDA - concessão do direito de uso de licença do software SIASI - GP: SISTEMA INSTITUTO AYRTON SENNA DE INFORMAÇÕES - GESTÃO

DE PROGRAMAS, doravante denominado, simplesmente, “SISTEMA”, cuja descrição e especificação encontram-se no Anexo I. Prestação de serviços de manutenção do SISTEMA. Prestação de serviços de suporte técnico à operação do SISTEMA.]. Diário Oficial do Tocantins Nº 4.879 de 1º de junho de 2017: ano XXIX, n. 4.879 , p. 18, 11 de abril. 2017.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Extrato do Termo de Cooperação Nº 002/2017**. [Termo de Cooperação Nº: 002/2017 entre SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, INSTITUTO SONHO GRANDE, INSTITUTO NATURA E INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE.]. Diário Oficial Nº 4.888 de 14 de junho de 2017:ano XXIX, n. 4.888, p. 12, 14 de junho de 2017.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Portaria SEDUC Nº 4319, de 19 de dezembro de 2017**. [Dispõe sobre o funcionamento dos Programas Se Liga Tocantins e Acelera Brasil]. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Nº 5.018, 26 de dezembro de 2017:ano XXIX, n. 5.018 , p.p. 23 e 24, 26 de dezembro de 2017.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Portaria SEDUC Nº 996, de 03 de abril de 2018**. [Declara a dispensa de licitação para contratar a empresa GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA, para aquisição de livros para os professores dos Programas de Correção de Fluxo - Se Liga e Acelera Brasil, da parceria com o Instituto Ayrton Senna no valor de R\$ 2.859,50.]. Diário Oficial Nº 5.086, do dia 08 de abril de 2018:ano XXX, n. 5.086, p. 4, 8 de abril de 2018.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Extrato de Contrato, Nº 023/2018**. [Contrata a empresa GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA, pelo valor de R\$ 128.110,00 (cento e vinte e oito mil, cento e dez reais)]. Diário Oficial Nº 5.131 de 12 de junho de 2018: ano XXX, n. 5.131 , p. 20, 12 de junho de 2018.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Portaria SEDUC Nº 1899, de 14 de junho de 2018**. [Designa servidores para Fiscal de Contrato, Processo: 2018/27000/000223, Número do Contrato: 023/2018, com a empresa GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA, em que o mesmo estabelece as condições gerais para aquisição de material: livros (módulos) para atender os alunos dos programas, Se Liga e Acelera Brasil da parceria com o Instituto Ayrton Senna, conforme especificações e quantidades constantes no item 3 do Termo de Referência e proposta da empresa fls. 05 e 09 do processo 2018/27000/000223]. Diário Oficial Nº 5.136 de 19 de junho de 2018:ano XXIX, n. 5.136 , p. 20, 19 de junho de 2018.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Extrato do Acordo de Cooperação Nº 06/2021 assinado em 15 de março de 2021**. [Renova a continuidade do Acordo de Cooperação de 2017, entre a Seduc-TO, o Instituto Sonho Grande, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação e Instituto Natura, com o objeto de execução de um conjunto de projetos que auxiliem a secretaria na continuidade e no aprimoramento do programa de ensino em tempo integral.]. Diário Oficial Nº 5.815 de dia 25 de março de 2021: ano XXXIII, n. 5.815 p. 5, 25 de março de 2021.

TOCANTINS. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES DO ESTADO DO TOCANTINS. **Extrato de Acordo de Cooperação, sob o Nº 13.** [Estabelece novo Acordo de Cooperação com o IAS – Programa Volta ao Novo, a valer até 31/08/2021, com o objetivo de promover formação das competências socioemocionais, para técnicos da Secretaria, gestores e professores.]. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Nº 5.852 de 25 de maio de 2021: ano XXXIII, n. 5.852 , p. 19, 25 de maio de 2021.

TOCANTINS. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Extrato do Acordo de Cooperação nº 12/2024. [Estabelece Acordo de Cooperação com **Instituto Natura, Associação Bem Comum e Fundação Lemann**, com o objetivo de apoiar o Estado na implementação de regime de colaboração com seus municípios por meio do Programa de Colaboração, visando a melhoria da aprendizagem dos estudantes durante os anos iniciais do ensino fundamental, com ênfase na alfabetização das crianças.]. Diário Oficial nº 6664, ano XXXVI, p. 17 - Estado do Tocantins, quinta-feira, 26 de setembro de 2024.

TOCANTINS. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Extrato do Acordo de Cooperação nº 13/2024. [Estabelece Acordo de Cooperação com **Instituto Natura e Instituto Sonho Grande**, com o objetivo executar um conjunto e projetos (“Projetos”) voltados a auxiliar a Secretaria na continuidade, no aprimoramento e na expansão do programa de ensino em tempo integral, incluindo todas as modalidades de ensino da educação básica, conforme especificações contidas neste instrumento, no Plano de Trabalho e nos demais anexos previamente aprovados pelas Partes, que constituirão parte integrante deste Acordo para todos os fins de direito.]. Diário Oficial nº 6648, ano XXXVI, p. 17 - Estado do Tocantins, quarta-feira, 04 de setembro de 2024.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE). **Educação Já 2022:** Uma proposta suprapartidária de estratégia para a Educação Básica brasileira e prioridades para o Governo Federal em 2019-2022. 3ª edição, dezembro de 2018. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/09/Grafica-07-02-2020.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE). **Relatório de Atividades do Todos Pela Educação 2019.** São Paulo. 2019. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/08/relatorio-de-atividades-2019.pdf>. Acesso em: 30/10/2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE). **Relatório de Atividades do Todos Pela Educação 2020.** São Paulo. 2020. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/02/Relatorio-de-Atividades-2020_qualidade-media.pdf. Acesso em: 30/10/2023.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO -UNDIME. **Subsídios para a elaboração de protocolos de retorno às aulas na perspectiva das redes municipais de educação.** Brasília: Undime, 2020. Disponível em: https://undime.org.br/uploads/documentos/php7us6wi_5ef60b2c141df.pdf. Acesso em 25 fev. 2021.

VENCO, Selma. Precariedades: desdobramentos da Nova Gestão Pública no trabalho docente. In: Dossiê – Relações de classe dos docentes da rede básica: degradação no trabalho e resistência à proletarianização. **Crítica e Sociedade – Revista de Cultura Política.** V. 6, N. 1, Nov. 2016. ISSN: 2237-0579. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/36341/19166>. Acesso em: 18 nov.

2023.

VENCO, Selma; BERTAGNA, Regiane Helena; GARCIA, Teise. [Orgs.]. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira:** incidência de atores privados nos sistemas estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal (2005-2018). Vol 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 395p. Disponível em: https://www.grepe.fe.unicamp.br/pf-grepe/download_do_e-book.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

VIEIRA, Evaldo. A Política e as Bases do Direito Educacional. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/>Acesso em: 02 nov. 2022.

VIEIRA, Evaldo. Políticas Públicas e Pobreza Metodológica. In: PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José (Orgs). **Políticas Educacionais em Tempos de Redefinições no Papel do Estado:** implicações para a democratização da educação. Editora e Gráfica Universitária PREC – UFPel, 2011.